

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Paula Valim de Lima

**O projeto educativo da nova direita brasileira:
sujeitos, pautas e propostas**

Porto Alegre
2020

Paula Valim de Lima

O projeto educativo da nova direita brasileira:
sujeitos, pautas e propostas

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Vera Maria Vidal Peroni

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Paula Valim de
O projeto educativo da nova direita brasileira:
sujeitos, pautas e propostas / Paula Valim de Lima. --
2020.
232 f.
Orientadora: Vera Maria Vidal Peroni.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Nova Direita. 2. Neoliberalismo. 3.
Neoconservadorismo. 4. Governo Bolsonaro. 5. Política
Educativa. I. Peroni, Vera Maria Vidal, orient. II.
Título.

Paula Valim de Lima

O projeto educativo da nova direita brasileira:
sujeitos, pautas e propostas

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 16 dez. 2020.

Profa. Dra. Vera Maria Vidal Peroni – Orientadora

Profa. Dra. Conceição Paludo – UFRGS

Prof. Dr. Alexandre José Rossi – UFRGS

Profa. Dra. Elma Júlia Gonçalves de Carvalho – UEM

*Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra POESIA*

*Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra SABEDORIA*

*Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra REBELDIA*

*Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra TEIMOSIA*

*Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania*

*Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra UTOPIA*

Samba da Utopia – Jonathan Silva

RESUMO

O presente trabalho analisa o projeto educativo da nova direita brasileira, considerando o contexto do governo de Jair Messias Bolsonaro, os sujeitos que atuam na correlação de forças e os projetos educativos e societários por eles representados. Entendendo a nova direita como um grupo que, neste período particular, tem seus principais fundamentos ancorados nos ideários neoliberal e neoconservador, buscamos identificar seus pressupostos teóricos, políticos e ideológicos, verificando aproximações e diferenças entre eles, com vistas a compreender de que forma implicam sobre o contexto político, econômico, social e educacional brasileiro. Neoliberalismo e neoconservadorismo apresentam-se, neste contexto, como estratégias do capital para a superação de sua crise ao mesmo tempo em que se fortalecem com a própria crise, atuando na perspectiva da restauração do poder de classe. O mapeamento dos sujeitos da nova direita brasileira, realizado a partir de dados coletados principalmente por meio da *internet* (*sites, blogs, canais e redes sociais*), possibilitou a organização de uma rede que expressa as relações entre os diferentes sujeitos, aqui categorizados em cinco grupos principais: 1) o governo federal 2019-2022 propriamente dito, o que inclui análise da equipe ministerial mais influente no âmbito da política educacional e outros sujeitos de influência, ainda que externos ao governo; 2) o âmbito poder legislativo, em que se consideram as relações partidárias e o engajamento dos deputados federais da atual legislatura nas frentes parlamentares vinculadas às pautas prioritárias do governo federal sob influência do pensamento neoconservador e neoliberal; 3) os *think tanks* (centros de pensamento) de atuação nacional com articulação em nível global; 4) os movimentos políticos da nova direita e as entidades da sociedade civil que se articulam em torno de pautas a ela vinculadas; e 5) portais de comunicação e formadores de opinião com presença significativa na imprensa de grande circulação. Junto ao mapeamento dos sujeitos, buscou-se analisar manifestações e documentos por eles produzidos que permitem identificar os pressupostos educativos expressos por estes grupos e suas pautas centrais para a educação, verificando em que medida se aproximam às pautas do governo federal. A partir disso, foram localizadas duas grandes pautas que sintetizam as aspirações e os projetos educativos dos sujeitos aqui analisados: a guerra cultural, no sentido da disputa sobre os valores que atravessam o espaço escolar e a sociedade; e a privatização da educação, para além do que diz respeito à propriedade, mas enquanto projetos societários em relação. Em consonância com estas pautas, as principais propostas da nova direita para a educação, que avançam no contexto dos primeiros anos de Governo Bolsonaro, são construídas em torno de três propostas: o projeto Escola sem Partido e o combate ao marxismo cultural, a regulamentação do ensino domiciliar e a militarização das escolas. As três propostas têm implicações na redefinição dos sentidos do público, no impedimento da construção de valores democráticos e de coletivização e na imposição, de forma autoritária, dos pressupostos fundamentais à construção de seu projeto societário centrado no individualismo e na dissolução de laços de solidariedade social.

Palavras-chave: Nova direita. Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Governo Bolsonaro. Política Educacional.

RESUMEN

El presente trabajo analiza el proyecto educativo de la nueva derecha brasileña, considerando el contexto del gobierno de Jair Messias Bolsonaro, los sujetos que actúan en la correlación de fuerzas y los proyectos educativos y societarios por ellos representados. Entendiendo la nueva derecha como un grupo que, en este período particular, tiene sus principales fundamentos anclados en los idearios neoliberal y neoconservador, buscamos identificar sus presupuestos teóricos, políticos e ideológicos, verificando aproximaciones y diferencias entre ellos, con vistas a comprender de qué forma implican sobre el contexto político, económico, social y educacional brasileño. Neoliberalismo y neoconservadurismo se presentan, en este contexto, como estrategias del capital para la superación de su crisis a la vez que se fortalecen con la propia crisis, actuando con vistas a la restauración del poder de clase. El mapeo de los sujetos de la nueva derecha brasileña, realizado a partir de datos colectados principalmente por medio de la internet (sitios *web*, *blogs*, canales y redes sociales), ha posibilitado la organización de una red que expresa las relaciones entre los diferentes sujetos, aquí categorizados en cinco grupos principales: 1) el gobierno federal 2019-2022 propiamente dicho, que incluye un análisis del equipo ministerial más influyente en el ámbito de la política educacional y otros sujetos de influencia, aunque externos al gobierno; 2) el ámbito del poder legislativo, en el que se consideran las relaciones partidarias y la actividad de los diputados federales de la actual legislatura en los frentes parlamentarios vinculados a las pautas prioritarias del gobierno federal bajo influencia del pensamiento neoconservador y neoliberal; 3) los *think tanks* (centros de pensamiento) de actuación nacional con articulación a nivel global; 4) los movimientos políticos de la nueva derecha y las entidades de la sociedad civil que se articulan alrededor de pautas a ella vinculadas; y 5) portales de comunicación y formadores de opinión con presencia significativa en la prensa de gran circulación. Junto al mapeo de los sujetos, se ha buscado analizar manifestaciones y documentos producidos por ellos que permiten identificar los presupuestos educativos expresos por esos grupos y sus pautas centrales para la educación, verificando en qué medida se aproximan a las pautas del gobierno federal. A partir de ahí, han sido localizadas dos grandes pautas que sintetizan las aspiraciones y los proyectos educativos de los sujetos aquí analizados: la guerra cultural, en el sentido de la disputa sobre los valores que atraviesan el espacio escolar y la sociedad; y la privatización de la educación, no solamente respecto a la propiedad, sino mientras proyectos societarios en relación. En consonancia con dichas pautas, las principales propuestas de la nueva derecha para la educación, que avanzan en el contexto del gobierno Bolsonaro, son construidas alrededor de tres ejes: el proyecto *Escuela sin partido* y el combate al marxismo cultural, la reglamentación de la enseñanza domiciliar y la militarización de las escuelas. Las tres propuestas actúan en la redefinición de los sentidos de lo público, en el impedimento de la construcción de valores democráticos y de colectivización y en la imposición, de forma autoritaria, de los presupuestos fundamentales a la construcción de su proyecto societario centrado en el individualismo y en la disolución de lazos de solidaridad social. **Descripción:** Nueva derecha. Neoliberalismo. Neoconservadurismo. Gobierno Bolsonaro. Política educacional.

ABSTRACT

The present work analyzes the educational project of the new Brazilian right-wing, considering the context of the government of Jair Messias Bolsonaro, the subjects that act in the correlation of forces and the educational and societal projects they represent. Understanding the new right-wing as a group that, in this particular period, has its main foundations anchored in the neoliberal and neoconservative ideals, we seek to identify their theoretical, political and ideological assumptions, verifying similarities and differences between them, in order to understand how they imply over the Brazilian political, economic, social and educational context. Neoliberalism and neoconservatism present themselves, in this context, as strategies of capital to overcome their crisis while strengthening with the crisis itself, acting with a view to the restoration of class power. The mapping of the subjects of the new Brazilian right-wing, based on data collected mainly through the internet (websites, blogs, channels and social networks), enabled the organization of a network that expresses the relationships between the different subjects, here categorized into five main groups: 1) the federal government 2019-2022 itself, which includes analysis of the most influential ministerial team in the scope of educational policy and other subjects of influence, even if outside the government; 2) the scope of legislative power, in which party relations and the engagement of federal deputies of the current legislature in parliamentary fronts linked to the priority agendas of the federal government under the influence of neoconservative and neoliberal thinking are considered; 3) thinktanks (thought centers) of national action with articulation at a global level; 4) the political movements of the new right-wing and civil society entities that articulate around agendas linked to it; and 5) communication portals and opinion leaders with a significant presence in the mainstream press. Along with the mapping of the subjects, we sought to analyze manifestations and documents produced by them that allow identifying the educational assumptions expressed by these groups and their central guidelines for education, verifying to what extent they are close to the guidelines of the federal government. From that onwards, two major guidelines were found that summarize the aspirations and educational projects of the subjects analyzed herein: the cultural war, in the sense of the dispute over the values that cross the school space and society; and the privatization of education, not only with respect to property, but as societal projects in relation. In line with these guidelines, the main proposals of the new right-wing for education, which advance in the context of the Bolsonaro government, are built around with three axes: the *Escola sem Partido* project and the fight against cultural Marxism, the regulation of home education and the militarization of schools. The three guidelines act to redefine the public senses, to prevent the construction of democratic values and collectivization and to impose, in an authoritarian way, the cherished assumptions to the construction of their corporate project centered on individualism and the bonds dissolution of social solidarity. **Keywords:** New right-wing. Neoliberalism. Neoconservatism. Bolsonaro government. Educational polity.

LISTA FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Rede de sujeitos da nova direita	59
Figura 2 - Destaque dos clusters principais da rede	61
Figura 3 - Sujeitos do Governo Federal	71
Figura 4 - Campanha pela Nova Previdência.....	85
Figura 5 - Crescimento das bancadas dos partidos políticos 2010-2018	97
Figura 6 - Sujeitos do poder legislativo: partidos, parlamentares e frentes	100
Figura 7 - Composição partidária da FPE	102
Figura 8 - Logotipos da FPDVF em 2015 e 2019	104
Figura 9 - Composição partidária da FPDVF.....	105
Figura 10 - Composição partidária da FPDHS	106
Figura 11 - Composição partidária da FPAEMB.....	107
Figura 12 - Composição partidária da FPLM.....	108
Figura 13 - Mapa de think tanks vinculados à Atlas Network 2019-2020	116
Figura 14 - Sujeitos vinculados aos think tanks.....	118
Figura 15 - Sujeitos: movimentos políticos e entidades	144
Figura 16 - Linha do tempo do Movimento Escola sem Partido	155
Quadro 1 - Candidatos à presidência nas eleições 2018	62
Quadro 2 - Bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados 2010-2018	95
Quadro 3 - Deputados Federais mais votados em 2018	98
Quadro 4 – Participação nas Frentes Parlamentares da nova direita	110
Quadro 5 - Think tanks brasileiros vinculados à Rede Liberdade	117
Quadro 6 - Programação da 32ª edição do Fórum da Liberdade 2019	127
Quadro 7 - Painéis sobre educação no Fórum da Liberdade 2011-2015.....	128
Quadro 8 - Tópicos e pautas do SFLB	138
Quadro 9 - Alcance dos movimentos da nova direita nas redes sociais	145
Quadro 10 - Artigos sobre educação publicados pelo MBC	152
Quadro 11 - Projetos de Lei relacionados ao homeschooling 2010-2020	177
Tabela 1 - Bancadas e participação dos partidos nas Frentes Parlamentares.....	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDPF	Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar
ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
ANED	Associação Nacional de Educação Domiciliar
ANPG	Associação Nacional dos Pós-Graduandos
APEB	Associação de Parlamentares Evangélicos do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPO	<i>Business Policy Organizations</i>
CPAC	Conferência de Ação Política Conservadora
DC	Democracia Cristã
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DOU	Diário Oficial da União
DPL	Docentes pela Liberdade
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
ENAJURE	Encontro Nacional de Juristas Evangélicos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPL	Estudantes pela Liberdade
ESP	Escola sem Partido
FDR	Farol da Democracia Representativa
FENASP	Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política
FL	Fórum da Liberdade
FPAEMB	Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil
FPDHS	Frente Parlamentar em Defesa do <i>Homeschooling</i>
FPDVF	Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FPFAV	Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida
FPLM	Frente Parlamentar pelo Livre Mercado

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GPRPPE	Grupo de Pesquisa Relações entre o público e o privado na educação
HSLDA	<i>Homeschool Legal Defefense Association</i>
IAS	Instituto Ayrton Senna
IEA	<i>Institute of Economic Affairs</i>
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais
IL	Instituto Liberal
ILJ	Instituto Liberdade e Justiça
IL-RS	Instituto Liberdade
IMil	Instituto Millenium
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCO	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais
MAB	Movimento Avança Brasil
MBC	Movimento Brasil Conservador
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola sem Partido
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MP	Medida Provisória
MPPS	Associação Nacional Ministério Público Pró-Sociedade
NOVO	Partido Novo
OS	Organização Social
PATRI	Patriota
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PESP	Programa Escola sem Partido
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIRLS	<i>Progress in International Reading Literacy Study</i>
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PODE	Podemos
PP	Progressistas
PPL	Partido Pátria Livre
PR	Partido da República
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
RO	Movimento Revoltados Online
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
Sealf	Secretaria de Alfabetização
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SECIM	Subsecretaria de Fomento à Escolas Cívico-Militares
Semesp	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
SFL	<i>Students for Liberty</i>
SFLB	<i>Students for Liberty</i> Brasil
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
VPR	Movimento Vem pra Rua

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	23
3 NOVA DIREITA: A COALIZÃO NEOLIBERAL-NEOCONSERVADORA	32
3.1 HERANÇAS DO LIBERALISMO E OS NEOLIBERAIS.....	33
3.2 HERANÇAS DO CONSERVADORISMO E OS NEOCONSERVADORES.....	42
3.3 NOVA DIREITA BRASILEIRA: PONTOS DE ENCONTRO	54
4 SUJEITOS DA NOVA DIREITA.....	58
4.1 GOVERNO FEDERAL 2019-2022	62
4.2 POLÍTICA PARTIDÁRIA-PARLAMENTAR NA 56ª LEGISLATURA	95
4.3 <i>THINK TANKS</i> : APARELHOS DE AÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA.....	113
4.4 MOVIMENTOS POLÍTICOS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL.....	142
5 PAUTAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO	164
5.1 ESCOLA SEM PARTIDO E MARXISMO CULTURAL	166
5.2 HOMESCHOOLING.....	176
5.3 MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS	184
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS.....	199
APÊNDICE A – DOCUMENTOS ANALISADOS.....	219
APÊNDICE B – ARTIGOS DO IL SOBRE EDUCAÇÃO	224
APÊNDICE C – PALESTRANTES DO CONGRESSO MBC EM 2020	227
ÍNDICE DE SUJEITOS	229

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere nos estudos do Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPRPPE/UFRGS) e integra o projeto de pesquisa intitulado “A relação público-privada na América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela”. O GPRPPE, coordenado pela professora Vera Maria Vidal Peroni, vem se dedicando a analisar as redefinições do papel do Estado, das fronteiras entre o público e o privado e as implicações para a democratização da educação básica em diferentes contextos. A interlocução com o grupo contribui para o desenvolvimento desta pesquisa no sentido da compreensão da atual conjuntura sócio-política-econômica-educacional brasileira e de outros países da América Latina, além da instrumentalização teórica, considerando que o grupo desenvolveu, ao longo dos últimos 20 anos, um referencial teórico-metodológico bastante consolidado, o qual sustenta as escolhas metodológicas deste trabalho.

A presente pesquisa tem como objeto o que aqui chamamos de nova direita brasileira, seus sujeitos e sua interlocução com o governo federal 2019-2022, junto ao qual constrói sua atuação no campo educacional, ecoando suas perspectivas, pautas e propostas. Assim, buscamos responder a pergunta “quais são as pautas e propostas para a educação da nova direita brasileira, considerando os sujeitos que atuam na correlação de forças e os projetos educativos e societários por eles representados?”. Para responder à questão, trabalharemos com as duas grandes categorias sujeitos e conteúdo da proposta, as quais serão discutidas no próximo capítulo, entre outras questões teórico-metodológicas. A partir disso, o objetivo geral é analisar as pautas e propostas da nova direita para a educação, considerando o contexto do governo de Jair Bolsonaro, os sujeitos que atuam na correlação de forças e os projetos educativos e societários por eles representados. Partimos do entendimento de que o governo Bolsonaro se vincula a esta nova direita e suas diferentes perspectivas políticas, representando fundamentalmente uma coalizão entre setores neoliberais e neoconservadores, que atuam na construção de determinados projetos educativos e societários.

Ainda, são objetivos específicos:

- Compreender a composição da nova direita brasileira no contexto atual e suas perspectivas teóricas, políticas e ideológicas;
- Mapear os principais sujeitos e pautas da nova direita, que influenciam a proposta educativa do governo federal no período de 2019/2020;
- Analisar as pautas e propostas para educação construídas pelos sujeitos da nova direita;
- Analisar de que modo as pautas e propostas apresentadas implicam no processo de materialização dos ideários neoliberal e neoconservador na educação escolar por enquanto formas de privatização do público;

Trata-se, assim, de uma pesquisa cujo objeto se desenvolve no tempo presente e, diante disso, busca analisá-lo e compreendê-lo enquanto ele se materializa na realidade. Sabendo que esta não é uma tarefa simples e que carrega algumas limitações, este trabalho parte da expressão imediata e aparente da realidade e busca extrair dela seu movimento efetivo, entendendo que

O real não aparece como é, mas precisa das mediações da teoria, da inteligência, da disciplina intelectual, da reflexão para ser conhecido. A superação da aparência e a reflexão sobre o real torna-o inteligível. É necessário construir tal inteligibilidade pelo empenho em ultrapassar a aparência em favor da conquista da essência (EVANGELISTA, 2009, p. 12).

Partimos da compreensão de que o último período, em especial as últimas duas décadas, tem sido marcado por significativas disputas no campo político, que redefinem “os termos do debate público no Brasil, desconstruindo conceitos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar” (MIGUEL, 2018, p. 23). É certo que as disputas sempre estiveram presentes e seus resultados foram determinantes da trajetória política e social brasileira desde sempre, mas ocorre que “a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso de direitos, que se tornara amplamente hegemônico” (MIGUEL, 2018, p. 23).

O período de abertura democrática, conseqüente do esgotamento do regime militar brasileiro (PIRES, 2015), conformou um processo negociado, definido em termos políticos como uma conciliação pelo alto (FERNANDES, 1986) na medida em que sustentou a influência das elites políticas militares e civis nas esferas de poder. Ao mesmo tempo, como fruto dos reclames populares de movimentos sociais e de forças progressistas que reivindicavam a democracia, aqui entendida como a materialização de direitos em políticas sociais, construídas com efetiva participação

na autocrítica da prática social (PERONI, 2016), este período representou significativos avanços na conquista de direitos, expressos e legitimados pela Constituição Federal de 1988. Contraditoriamente, houve um avanço mundial da defesa neoliberal de privatização dos direitos sociais, limitação da intervenção do Estado na economia e maximização da influência de organismos mundiais, conformando-se, paralelamente, um contexto local de avanços e um contexto internacional de retrocessos (PIRES, 2015).

Assim, *pari passu* ao crescimento do discurso de direitos, cresceu também o debate acerca da necessidade de reforma do Estado, modernização da máquina administrativa, revisão da ação governamental em relação às políticas sociais (CAMINI, 2009), entre outras questões que se contrapunham ao movimento pela redemocratização da sociedade, dirigidas pelas classes dominantes. Neste cenário em que o discurso de direitos se fazia mais ou menos hegemônico, foi necessária uma reorganização das estratégias de ação política das classes burguesas, que buscaram definir “um novo *modus operandi* de organização política e ideológica” (CASIMIRO, 2016, p. 34). Kaysel (2015) argumenta, ainda, que a partir dos anos 1980 as clivagens ideológicas que delineavam o campo da direita se modificaram. Nas palavras do autor:

Se antes da transição democrática, o apoio à ditadura era a principal baliza que definiria o pertencimento à direita, durante o processo de democratização, em especial no bojo do momento constituinte (1987-1988), a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais”, como seu principal traço programático (KAYSEL, 2015, p. 68).

Em vista disso, pode-se afirmar que o processo de abertura democrática brasileira não rompeu com as forças dominantes (FERNANDES, 1986), apenas as reconfigurou e redefiniu as suas ações. Foi neste período que ganhou força no Brasil a criação de *think tanks*, centros de estudos, associações, institutos e movimentos influenciados por concepções neoliberais que se propunham, como se propõem atualmente, a defender os interesses empresariais e de mercado, reivindicando redefinições do papel do Estado então em redemocratização (CASIMIRO, 2016).

Isso leva à compreensão de que a direita nunca esteve ausente do debate e da ação política e sua existência não representa novidade. Contudo, foi durante os governos petistas que pudemos assistir ao crescimento do direitismo político, conservadorismo comportamental e reacionarismo cultural (DEMIER, 2016) por parte da atuação de movimentos liberais-conservadores e grupos religiosos

neopentecostais, bem como o estabelecimento de alianças entre eles. Entre o segundo governo Lula (2007-2010) e o primeiro governo Dilma (2011-2014), com destaque ao contexto da reeleição de Dilma em 2014, em um cenário de crise econômica crescente, “a correlação de forças tornou-se mais favorável ao capital” (DEMIER, 2016, p. 15) e a direita brasileira revelou “a presença privilegiada de grupos de perfil conservador, os quais – e a despeito de suas clivagens internas em termos de tonalidades ideológicas – expuseram publicamente convicções de cunho segregador e autoritário (MESSENBURG, 2017, p. 621). Não por acaso o Congresso Nacional eleito em 2014 foi considerado um dos mais conservadores da história, desde 1964 (DIAP, 2018a, n.p.)¹. Como bem aponta Demier (2016), na legislatura 2015-2018 a Câmara dos Deputados

Abriu a caixa de pandora e se pôs a discutir (e, às vezes, a votar e aprovar) projetos que satisfazem não só o interesse do capital pelo barateamento da força de trabalho no país, como também os desejos mais profundos dos ditos “homens de bem” da sociedade brasileira (DEMIER, 2016, p. 16)

A 55ª legislatura representou um marco na atuação da direita no Congresso Nacional, tendo como alguns símbolos a enorme expressão de votos de Jair Bolsonaro ao cargo de Deputado Federal e a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados, sendo o primeiro evangélico a ocupar o posto; além de se consolidar como o período de expansão de iniciativas do Poder Executivo com orientação pró-família patriarcal. Verificamos neste período a forte oposição ao avanço de projetos relacionados às políticas de diversidade² sexual e de gênero. Expressão disso foram os debates acerca do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/14 (BRASIL, 2014), em que foram rejeitadas as emendas que indicavam a promoção da igualdade racial, regional, de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero e o enfrentamento da discriminação (ROSSI, 2016); além da proposição de projetos de lei vinculados ao movimento Escola sem Partido em todas as regiões brasileiras, como estratégia de impedir a expressão da diversidade no ambiente escolar (LIMA, 2017).

¹ Isso se explica principalmente devido ao aumento do número de parlamentares militares, ruralistas e religiosos (DIP, 2018).

² Políticas de diversidade, segundo Rossi (2016), incluem as chamadas políticas identitárias, que buscam atender demandas de certos grupos particulares, historicamente à margem do olhar do Estado. As políticas de diversidade se relacionam às bandeiras pautadas por grupos de mulheres, negros e negras, indígenas, pessoas com deficiência, movimento LGBT, entre outros.

Ao longo da referida legislatura, a (re)articulação da direita brasileira teve sua principal expressão, levando ao golpe de Estado³ que consolidou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, como resultado da unificação de diferentes grupos que passam a agir de maneira orquestrada. O governo do presidente interino Michel Temer (2016-2018) foi o cenário da aprovação de medidas com enorme prejuízo para políticas públicas de proteção social e para o povo trabalhador (COSTA, 2016), com destaque à Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016a) que estabeleceu um limite aos gastos públicos por 20 anos, com graves consequências a setores sociais como saúde e educação; à Lei nº 13.429/17 (BRASIL, 2017a) que regulamenta a terceirização irrestrita do trabalho, inclusive em atividades diretamente ligadas à finalidade social das empresas, acarretando na precarização das condições de trabalho; e à Lei nº 13.467/17 (BRASIL, 2017b), a chamada Reforma Trabalhista, que altera dispositivos importantes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também afetando as condições de trabalho e enxugando direitos dos trabalhadores.

O golpe à democracia que retirou do poder uma presidenta legitimamente eleita foi um acontecimento central na consolidação do projeto político da nova direita:

Foi ele [o golpe] que promoveu a degradação do debate público, a ampliação da violência seletiva das instituições e o retorno da intimidação aberta como instrumento de luta política. Foi ele que abriu as portas para o combate à desigualdade e à solidariedade como valores, substituindo-as pelo mito da meritocracia, que é a lei da selva no mundo social; ao discurso dos direitos, apresentados não como conquistas a serem universalizadas, mas como privilégios; e à vigência das liberdades, que ameaçam a permanência de uma ordem hierárquica e excludente definida pela tradição (MIGUEL, 2019, p. 181).

Nesse sentido, o recente contexto brasileiro, como parte de um cenário mais amplo de radicalização de discursos e posicionamentos da direita (ou das direitas) em nível global, é marcado pela (re)emergência dessa nova direita que se reorganiza e conquista maior espaço e protagonismo. Essa direita, “atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta na defesa de seus pressupostos e atuação política” (CASIMIRO, 2016, p. 25), que se manifesta nas ruas, nos meios de comunicação tradicionais e,

³ Segundo Jinkings (2016), “trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos 1960-1980. [...] A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p. 12)

principalmente, nas redes sociais, elegeu como representante, entre outros, o então presidente da república Jair Messias Bolsonaro.

Pesquisadores e teóricos utilizam termos diversos para referir-se a este grupo que aqui é chamado de nova direita, buscando situar este “aglomerado ideológico mais ou menos coeso” (CARAPANÃ, 2018, p. 34), resultante da “confluência de grupos diversos, cuja união é, sobretudo, pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum” (MIGUEL, 2018, p. 23). Com relação aos grupos que compõem essa nova direita, há também diferentes definições: conservadores, neoconservadores, ultraconservadores, libertários, neoliberais, ultraliberais, reacionários, fundamentalistas religiosos, anticomunistas, entre outros termos que buscam indicar suas matrizes ideológicas. Em vista disso, no terceiro capítulo deste trabalho discorreremos sobre alguns destes conceitos, sistematizando suas definições, sem a pretensão de esgotar seus sentidos, mas de modo a possibilitar, em seguida, considerar seus efeitos sobre o contexto brasileiro e os sujeitos que nele atuam.

Essa nova direita se insere no campo educacional com diferentes objetivos e estratégias. De um lado, a agenda neoliberal (e suas variantes, que trataremos mais a frente) considera a educação como um insumo econômico na perspectiva mercantil, voltada a atingir resultados, centrada na competitividade, com um tecnicismo aparentemente despolitizado vinculado às agendas empresariais (CASSIO, 2019). De outro lado, mas não necessariamente como opostos, a agenda conservadora (também incluídas algumas variações) considera a escola pública como uma arena perigosa que cotidianamente trabalha para a destruição de valores morais tradicionais. Suas ações, nesse sentido, têm relação com “a restauração ou, ainda, uma remodelagem conservadora do estatuto da ordem social” (JUNQUEIRA, 2019, p. 139). Estes são, em termos de síntese, os dois grandes grupos político-ideológicos que dão o tom da nova direita neste momento particular do contexto brasileiro.

Diferentes sujeitos individuais e coletivos atuam em projetos de construção e execução dessas agendas na educação brasileira, seja por meio de propostas concretas (projetos legislativos, programas e políticas nacionais) ou de discursos e mobilização da opinião pública, conforme veremos mais adiante. As últimas eleições no país levaram à presidência da República um sujeito fortemente vinculado a essa direita – não só brasileira, considerando sua aproximação a representantes da direita

em nível internacional, como Donald Trump nos EUA – cujo projeto de governo se propôs (e assim o faz) à radicalização de discursos, pautas e projetos liberais-conservadores. Com isso, a direita brasileira se fortalece e ganha eco no governo federal.

Com vistas a cumprir com o desafio a que nos propomos, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além da introdução, que compõe o primeiro capítulo, e as considerações finais. No segundo capítulo discutimos os pressupostos teórico-metodológicos que embasam a pesquisa, alicerçados no materialismo histórico-dialético, e as ferramentas escolhidas para buscar responder à pergunta de pesquisa, operando com categorias que julgamos indispensáveis para analisar o objeto de pesquisa. Além disso, são descritas as questões metodológicas relacionadas à pesquisa documental e apresentados os documentos que compõem a pesquisa.

No terceiro capítulo tratamos de delinear concepções acerca das duas grandes correntes político-ideológicas que protagonizam a atuação política da nova direita brasileira no contexto atual, neoliberalismo e neoconservadorismo, e algumas variações. O objetivo desta discussão é compreender a composição desta nova direita no contexto atual, identificando suas perspectivas teóricas, políticas e ideológicas, de modo a verificar as aproximações e diferenças entre elas, situando-as no tempo histórico com a precisão necessária às análises que se desenvolverão nos capítulos seguintes, acerca dos sujeitos e pautas desta nova direita. O esforço central deste capítulo é mapear os significados e identificar as fronteiras entre as perspectivas teóricas, políticas e ideológicas, compreendendo suas perspectivas sobre sociedade, liberdade, democracia, direitos sociais e o papel do Estado, de modo geral.

O quarto capítulo apresenta os sujeitos, individuais e coletivos, que fazem parte da correlação de forças no contexto do atual governo federal e sua atuação e proposições para o campo educativo. Os sujeitos foram organizados em formato de redes, elaboradas por meio do *software* Gephi⁴, a partir das quais podemos analisar suas inter-relações. Por questões de organização e exposição, os sujeitos são agrupados conforme suas características de composição e forma de atuação. Trataremos, portanto, de seis grupos, sendo que apenas os quatro primeiros serão discutidos em seções específicas: o Governo Federal; os partidos políticos e

⁴ *Gephi is the leading visualization and exploration software for all kinds of graphs and networks. Gephi is open-source and free.* Disponível em: <https://gephi.org/>. Acesso em: abr. 2020.

parlamentares que atuam na 56ª legislatura (2019-2022); os *think tanks*; os movimentos políticos; as entidades da sociedade civil; e os portais de comunicação e informação. Os dois últimos grupos atravessam os demais, pois também articulam-se em movimentos políticos, entidades e *think tanks* e podem apresentar influência partidária (CHALOUB; PERLATTO, 2015), por isso serão apresentados ao longo da discussão dos demais. A análise busca evidenciar os principais sujeitos da nova direita que atuam em interlocução com o governo federal influenciando na formulação de políticas públicas educacionais, compreendendo quais são as perspectivas que sustentam o debate educacional de cada grupo.

O quinto capítulo apresenta as duas grandes pautas que foram localizadas a partir dos documentos produzidos pelos sujeitos discutidos no capítulo quatro, sintetizados como guerra cultural e privatização. A partir delas são apresentadas e sustentadas pela nova direita três principais propostas, discutidas em seções específicas: a) Escola sem Partido e combate ao marxismo cultural; b) *homeschooling* (ensino domiciliar); e c) militarização das escolas. A análise das propostas permitirá compreender os pressupostos defendidos pelos grupos da nova direita que encontram eco no governo federal e atuam no processo de sua materialização.

Por fim, apresentamos as considerações finais, que sistematizam os resultados da pesquisa no que diz respeito ao mapeamento dos sujeitos e pautas que apresentam para a educação pública brasileira neste período particular, buscando analisar de que modo implicam no processo de materialização da privatização do público, na perspectiva da democratização da educação.

2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os pressupostos metodológicos que sustentam a pesquisa, apontando categorias de análise a partir do materialismo histórico dialético, utilizadas para discutir conceitos fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa. Compreendendo a construção do conhecimento teórico como uma elaboração do movimento real e objetivo, ou seja, que busca extrair da realidade seu movimento efetivo, esta pesquisa parte da empiria do objeto de estudo, da expressão aparente e imediata da realidade, e a partir dela, busca alcançar a sua essência, considerando a estrutura íntima e dinâmica do objeto, em suas múltiplas relações (NETTO, 2011). Operamos, portanto, com algumas categorias que julgamos centrais e indispensáveis para analisar o objeto de pesquisa, de acordo com os pressupostos do método materialista histórico dialético.

A compreensão das relações entre singular, particular e universal, como propõe Lukács (1978), é condição fundamental para uma compreensão ampliada da realidade, com vistas à aproximação da essência dos fenômenos, para além da sua aparência imediata. Todo fenômeno, nesse sentido, expressa-se, ao mesmo tempo, em sua singularidade e sua universalidade. Como opostos, singular e universal são também idênticos – só existem *com* e *através* do outro. Segundo o autor, “o singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular” (LUKÁCS, 1978, p. 109). É como mediação entre a contraposição (e complementação) singular-plural que se coloca a importância do particular: “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular, ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva, quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado” (LUKÁCS, 1978, p. 112).

Em termos gerais, a relação singular-universal-particular se expressa nesta pesquisa como: a atuação da nova direita brasileira junto ao governo federal no campo educacional, buscando avançar em um determinado projeto educativo (singular); o sistema capitalista e a construção de um projeto societário que dê conta de sua manutenção (universal); o período particular de crise do capital e a correlação de forças que se estabelece na construção de projetos societários (particular). Peroni (2015) contribui quanto à compreensão desta relação, afirmando que

Também buscamos a categoria analítica do particular no sentido de entender as especificidades deste período particular do capitalismo, que conserva questões estruturantes do capitalismo, mas tem particularidades que o definem também. Não entendemos que seja um pós-capitalismo, mas capitalismo com características específicas, particulares, no sentido de que mantém a relação com o universal, e materializa o universal com as características e correlações de forças do seu tempo histórico (PERONI, 2015, p. 17)

Do mesmo modo, a categoria de historicidade é central para o estudo dos fenômenos sociais, a partir do materialismo histórico dialético, em que o real é sempre entendido enquanto processo histórico, uma vez que

[...] todos os fenômenos sociais são produtos da ação humana e podem ser transformados. Essa máxima, relacionada com a vida em sociedade, afirma a historicidade de tudo o que é social, mesmo do que parece ser imaterial, como as visões sociais de mundo, por exemplo, que também devem ser analisadas no seu desenvolvimento histórico e nas transformações que vão tendo (PALUDO, 2019, p. 69).

A partir desta perspectiva, entende-se que “o mundo material é dialético, isto é, está em constante movimento, e historicamente as mudanças ocorrem em função das contradições surgidas a partir de antagonismos no processo de produção social” (ROSSI, 2010, p. 21). Assim, a contradição também é categoria necessária para compreender os processos históricos e as transformações sociais, ocorridas no movimento constante e contínuo do real, interpretando-as “a partir da totalidade com suas múltiplas e articuladas determinações, que envolvem aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos” (PRATES, 2003, p. 2).

A categoria de totalidade é também central ao método materialista histórico dialético e ao estudo aqui desenvolvido, uma vez que ela trata da realidade social enquanto um complexo de complexos (LUKÁCS, 1967), de modo que os elementos que compõem os fenômenos sociais interagem entre si, determinando uns aos outros e sendo por eles determinados. Significa dizer que cada fenômeno social (ou cada totalidade) está associada dialeticamente a outros fenômenos, permeados por contradições, compondo totalidades de outras complexidades, como síntese de múltiplas relações. O uso da categoria de totalidade, portanto, demanda que “seja feita a relação das partes com o todo e das partes entre si” (ROSSI, 2010, p.23). Nas palavras de Lukács (1967) a totalidade significa

[...] de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades,

ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p. 240).

Quando os diferentes elementos que compõem o objeto de estudo são colocados na perspectiva da totalidade, portanto, torna-se possível identificar suas singularidades e particularidades, suas contradições e suas relações, sem perder de vista as tendências histórico-universais da sociedade, que neste período particular são

[...] expressas, em outras dimensões, na ascensão do conservadorismo, no acirramento das contradições entre as classes sociais, na hegemonia do grande capital especulativo-parasitário e nas várias tentativas de neutralização do pensamento crítico, no ambiente acadêmico e no debate político, teórico, institucional e partidário (SOUZA, 2016, p. 18).

No centro das especificidades do momento atual do capitalismo, está colocada a sua crise estrutural, sem precedentes, cuja “destrutividade é visível em toda parte, e não dá sinais de diminuição” (MÉSZÁROS, 2011, p. 10). Não se trata de uma crise cíclica, periódica ou conjuntural, mas de uma crise fundamental, de natureza complexa e prolongada, que afeta a estrutura do metabolismo social em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2009). Entre as estratégias pautadas pelo próprio capital para superação da crise, destacam-se, neste período particular do capitalismo, o neoliberalismo e o neoconservadorismo (PERONI; LIMA, 2020), que redefinem o papel do Estado, especialmente em relação às políticas sociais, como expressão do início de um “processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação” (ANTUNES, 1999, p. 31) e como projeto político salvacionista, com discurso aglutinador que se apresenta como a única alternativa possível e segura (SOUZA, 2016).

Neoliberalismo e neoconservadorismo são, portanto, eixos centrais de análise deste trabalho, cuja relação “se faz presente como a principal estratégia do capital para restaurar o poder de classe que, no caso brasileiro, se viu ameaçado por um período de avanços nas questões sociais” (PERONI; LIMA, 2020, p. 7). Grosso modo, o neoliberalismo, cujas primeiras grandes experiências foram ensaiadas na América Latina nos anos 1970 (MORAES, 2001), parte do diagnóstico de que o culpado pela crise é o Estado, pois gastou demais em políticas sociais. Ele aponta as instituições públicas como irresponsáveis, devendo repassar suas tarefas e responsabilidades para o setor privado mercantil, tido como parâmetro de qualidade (PERONI, 2015). A interferência do Estado na economia e na promoção de políticas sociais também veio a incomodar os neoconservadores, pois, de acordo com sua perspectiva, além de

desestimular o trabalho e enfraquecer a produtividade, “o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo perverso e abstrato e para isso estaria a usurpar o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais” (MOLL NETO, 2015, p.2).

Reflexões mais profundas acerca dessas duas vertentes ideológicas serão apresentadas adiante. Por ora, há de se considerar que trata-se de dois grupos, com algumas variações, que apresentam convergências e contradições, e *apesar e por meio* delas atuam na correlação de forças em nível político, econômico e ideológico no Brasil e no mundo, tendo como objetivo comum fundamental a restauração do poder de classe (HARVEY, 2014; PERONI; LIMA, 2020) das frações de classe hegemônicas. Significa que dizer que se tratam de projetos de classe que objetivam difundir influências ideológicas em um processo de construção ativa do consentimento político:

Aquilo que Gramsci denomina “senso comum” (definido como “o sentido sustentado em comum”) tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais (HARVEY, 2014, p. 49).

A restauração do poder de classe depende da incorporação pelo senso comum de um determinado aparato conceitual que o legitime, a tal ponto que seja naturalizado e livre de questionamento (HARVEY, 2014). Em contextos em que a hegemonia das classes dominantes se encontra ameaçada, diferentes estratégias são elaboradas para restaurar seu poder de classe por meio de diferentes instituições que constituem a sociedade civil, atravessando a educação e a política educacional com um projeto de escola que tem centralidade no controle do trabalho docente, do currículo, da gestão, dos resultados e dos sujeitos; construindo

[...] estratégias que possibilitem esvaziar os sentidos de justiça social, igualdade, solidariedade e diversidade historicamente construídos dentro da escola, buscando substituí-los: de um lado, pelo empreendedorismo, produtividade e meritocracia; e, do outro lado, pela retidão moral, cristianismo e valores familiares (PERONI; LIMA, 2020, p. 7).

Estamos tratando, portanto, de projetos societários que estão sendo disputados por sujeitos em correlação de forças, atravessados por interesses de classe que perpassam Estado e sociedade civil. Sujeitos individuais e coletivos entendidos a partir da perspectiva de Thompson (1981), de que a história é construída não por estruturas estanques, mas por sujeitos em relação; não como uma abstração, mas

como um processo materializado por sujeitos que atuam a partir de uma determinada agenda com um determinado projeto de classe (PERONI, 2016).

Trabalhamos com a noção de classe também na perspectiva de Thompson (1981), como “processo e relação, que se materializa no movimento do real com especificidades tanto econômicas quanto culturais de cada período histórico” (PERONI, 2018, p. 93), não “como estrutura ou categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja coerência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1981, p. 10). Assim, consideramos que os projetos societários em relação são projetos de classe, enquanto

[...] categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes das suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de um modo classista (THOMPSON, 2012, p. 260)

Nesse sentido, trata-se de uma correlação de forças por meio da qual os sujeitos atuam com vistas à construção de um determinado projeto societário, em que tanto Estado quanto sociedade civil são permeados por sujeitos com objetivos de classe antagônicos, conformando-se como espaços de disputas (PERONI, 2016). Entendemos que os sujeitos atuam para materialização de seu projeto societário por diferentes meios, incluindo a política educacional, de modo que a escola historicamente se constitui como terreno privilegiado de disputa, pois é também espaço privilegiado de formação social.

Assim, a política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais, não simplesmente determinada por elas; não é uma abstração, mas sim uma forma de materialização de um determinado projeto educativo que se pretende hegemônico, vinculado a um determinado projeto societário. Não por acaso, “o tipo de escola que possuímos hoje, nos países capitalistas dependentes, é o tipo de escola necessária para que o capital possa se expandir e ter muitos lucros” (GUARESCHI, 2011, p. 96), de modo que ela desempenha duas funções principais: a de preparar a mão-de-obra necessária e conveniente; e a de reproduzir relações de dominação e exploração.

Nos interessa, portanto, identificar o conteúdo da proposta (PERONI, 2016) dos projetos educativos e societários propostos neste contexto por diferentes sujeitos, entendendo o conteúdo como os sentidos mais profundos que carregam as propostas, de modo a verificar as concepções, interesses e objetivos que são expressos por meio de pautas e materializados por meio de políticas educacionais.

As análises que decorrem do esforço de identificar a materialização das propostas destes sujeitos no atual cenário brasileiro dão igual ênfase às pautas defendidas para a educação e às políticas educacionais materializadas. Isso se explica pela compreensão teórico-metodológica de que as políticas educacionais (como as políticas sociais de modo geral) constituem e são constituídas pelas mudanças sociais e econômicas: “não é uma questão de determinação, mas de relação e processo” (PERONI, 2015, p. 15). Assim, consideramos que o processo de construção da política educacional, que passa pela definição de pautas prioritárias, não é estático e se materializa com muitas contradições, permeado pela correlação de forças entre sujeitos com projetos societários distintos.

Além disso, por se tratar da análise das ações e posições de sujeitos no contexto de um governo que está em processo de desenvolvimento e ação na realidade, algumas pautas que se mostraram prioritárias em torno da construção de políticas educacionais não chegaram a se materializar. Nossa busca, portanto, é por compreender o movimento, o processo e seus atravessamentos e, por meio da análise das pautas, podemos identificar indicativos para a materialização de políticas educacionais.

É relevante destacar o entendimento das políticas sociais como “parte da materialização do Estado, que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo” (PERONI, 2015, p. 16) e que estas se estabelecem como resposta às lutas sociais, em um processo de correlação de forças:

Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente naquele momento (VIEIRA, 2007, p. 144)

A luta por direitos e por políticas sociais historicamente busca a redução das desigualdades sociais e a ampliação dos processos de democratização da sociedade.

A respeito disso,

Segundo Wood (2003) e Vieira (2007), no capitalismo, a construção da democracia tem sido um processo de intensas disputas entre as classes sociais, no qual, embora algumas demandas populares tenham sido consagradas nas políticas, o Estado tem se colocado como uma instituição detentora do poder coercitivo que, no uso de suas prerrogativas, constrói a ordem jurídica, assegurando a dominação, ou seja, a desigualdade social (ALMEIDA, A. 2018, p. 29).

As políticas sociais, portanto, são respostas do Estado aos reclames populares, que tem como *lócus* privilegiado de organização a sociedade civil (ROSSI, 2016). Assim, tanto o Estado quanto a sociedade civil são partes constitutivas do movimento de correlação de forças: não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois ambos são atravessados por interesses de classe (PERONI, 2016). Não tratamos o Estado como espaço do poder político e a sociedade civil o espaço da liberdade dos indivíduos, como propõe a tradição liberal, mas como uma relação dialética, em que sociedade política e sociedade civil são complementares (CASIMIRO, 2016). Essa definição se faz especialmente importante para esta pesquisa, uma vez que trataremos tanto de sujeitos vinculados ao aparelho estatal quanto aqueles atuantes no âmbito da sociedade civil.

Compreendemos que as prioridades da agenda de um governo, bem como de organizações da sociedade civil, e as pautas recorrentemente defendidas dão conta de indicar a compreensão destes grupos acerca da realidade e seu entendimento do que é necessário modificar, adaptar ou, ainda, transformar radicalmente. A partir disso tomamos os discursos e narrativas dos sujeitos envolvidos na pesquisa como fonte de pesquisa a ser analisada, mesmo que muitas vezes possam ser considerados informais ou extraoficiais, por considerar que estes manifestam as ideias e a leitura de mundo e de sociedade destes sujeitos. Além disso, compartilhamos do entendimento de Moll Neto (2010) de que os discursos se constituem como uma *prática política* e que podem responder à realidade tanto quanto podem determiná-la:

Os discursos, principalmente aqueles que apresentam as narrativas da nação, devem ser entendidos como práticas sociais estruturadas e estruturantes. Em outras palavras, são frutos das relações sociais e ao mesmo tempo constroem tais relações. [...] O discurso pode ser visto como uma prática social de origem coletiva e que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo (MOLL NETO, 2010, p. 15)

Ainda segundo o autor, os discursos são “resultados de realidades concretas permeadas de tensões e conflitos, mas ao mesmo tempo são intervenções políticas e sociais nesta mesma realidade” (MOLL NETO, 2010, p. 15). Nos utilizamos dessa compreensão para evidenciar a relevância dos discursos como artefatos que, ao mesmo tempo, constroem as relações sociais e são resultados delas, sofrendo e produzindo efeitos ideológicos e políticos que interferem na construção de determinados sistemas de crença (MOLL NETO, 2010).

Esta pesquisa se constitui como pesquisa documental. A análise de documentos contribui por considerar que eles não apenas apontam diretrizes para a educação, mas expressam interesses e produzem intervenções sociais, manifestando uma concepção de mundo, de sociedade, de educação, de modo que é necessário “compreender a posição desses documentos em relação a sua história, a história do seu tema e a história da produção da sua empiria” (EVANGELISTA, 2009, p. 6), devendo ser entendidos dentro de um contexto histórico, pois somente ali farão sentido. Quanto ao processo de estudo da política educacional, Evangelista e Shiroma (2019) apontam os caminhos iniciais, que expressam o processo de pesquisa:

Ao começar o estudo de uma determinada política, procuramos nos cercar de documentos, pesquisas e dados que a informam. A este primeiro passo se segue uma visão caótica do conjunto de textos e discursos sobre a política, repletos de bordões, ecletismos e contradições internas. Por sucessivas leituras de fontes de diversas naturezas, que se complementam ou se contrapõem, é possível identificar alguns conceitos-chave nos textos, termos reiterados, eixos de argumentação, concepções, formas com as quais os autores apresentam aos leitores os problemas e suas propostas para solucioná-los (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019, p. 84).

Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de um diversificado volume de fontes, todas entendidas como documentos, que inclui documentos institucionais (comunicações, notas, declarações, relatórios); notícias e reportagens de periódicos digitais; informações disponibilizadas em *sites* da *internet*; publicações de textos e vídeos em redes sociais, com destaque ao Twitter e YouTube. A atualidade do tema pesquisado fez com que a coleta de dados fosse constante e permanente durante a escrita da dissertação, por isso a opção pela busca de informações *online*. Além disso, cabe destacar, as redes sociais têm sido um importante, se não o principal, meio de comunicação dos sujeitos da nova direita, com destaque ao governo federal, sendo por meio delas que podemos ter acesso a informações pertinentes à pesquisa.

Os documentos que foram efetivamente utilizados ao longo da pesquisa constam na lista de referências da dissertação e foram também reunidos em um quadro (apêndice A) que sistematiza os documentos de acordo com o tipo, o sujeito a ele relacionado, a data de publicação e a respectiva referência. Quanto ao tipo de documento, dividem-se em dois principais: texto e vídeo. Entre os textos, constam publicações em redes sociais, artigos, entrevistas, notícias, manifestos, informações extraídas de *sites* institucionais, projetos de lei, entre outros. Entre os vídeos, acessados principalmente pelo YouTube, constam discursos, entrevistas e palestras.

No conjunto destes meios podemos visualizar as discussões que vêm sendo feitas tanto em termos de ações e projetos, quanto em termos de ideias e perspectivas. Além disso, é possível visualizar a interlocução entre os sujeitos e o tipo de relação que se estabelece entre eles.

Localizar e mapear estes sujeitos, por sua vez, possibilita conhecer a comunidade política (BALL, 2014) e as relações sociais desta nova direita, aliada ao governo federal. O “mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular” e “a utilização de novas formas de comunicação virtual e eletrônica” (BALL, 2014, p. 28) fazem parte do método de *etnografia de redes*:

[...] a tarefa da metodologia de rede deve ser a de identificar os atores nessas redes, seu poder e suas capacidades, e as formas pelas quais eles exercem seu poder por meio da associação dentro das redes de relações (BALL, 2014, p. 28).

Mapear a comunidade política, portanto, nos interessa no sentido de verificar quem são os sujeitos, individuais e coletivos, que compõem a nova direita e de que modo buscam atuar na materialização das políticas no Brasil, em interlocução com o governo federal.

Os conceitos até então apresentados evidenciam as perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa e alguns pressupostos relevantes para compreender o processo investigativo. Na próxima sessão, trataremos dos conceitos apresentados no capítulo introdutório, buscando delinear as vertentes teóricas dos grupos que compõem a nova direita, a partir de autores como Moll Neto (2010; 2015), Harvey (2014), Dardot e Laval (2016; 2020), Rocha (2018), Lacerda (2019) e outros que se dedicam ao entendimento do atual período particular brasileiro.

3 NOVA DIREITA: A COALIZÃO NEOLIBERAL-NEOCONSERVADORA

Alguns conceitos são recorrentes em análises acadêmico-científicas acerca do momento histórico atual, que buscam elucidar as perspectivas teóricas e ideológicas dos grupos que atuam na correlação de forças por projetos societários neste período particular do capitalismo. Ao consultar a bibliografia selecionada para pesquisa, percebemos que muitos e diferentes termos são utilizados por vezes como sinônimos, outras como coisas diferentes. Termos que compartilham de um mesmo morfema lexical costumam aparecer, mesmo na literatura especializada, como indicadores de um mesmo significado. Além da perspectiva teórico-metodológica, as definições acerca destes conceitos variam conforme a localização geográfica e temporal – eles não têm o mesmo significado em todos os lugares do mundo, pois se estabelecem com particularidades e especificidades. Desse modo, o mesmo termo pode expressar variações de sentido a partir de diferentes autores, perspectivas e contextos histórico e geográfico.

Neste capítulo discorreremos sobre alguns destes conceitos, sem a pretensão de esgotar seus sentidos, mas buscando delinear concepções para verificar as aproximações e diferenças entre eles. Desse modo será possível, mais à frente, considerar suas implicações sobre o contexto político-econômico-social-educacional brasileiro e os diferentes sujeitos que nele atuam. O objetivo é mapear os significados e identificar as fronteiras entre as perspectivas teóricas, políticas e ideológicas, compreendendo suas perspectivas sobre sociedade, liberdade, democracia, direitos sociais e o papel do Estado, de modo geral. O que pode ser adiantado é que, em muitos sentidos, por um lado, os diferentes matizes ideológicos convergem e constroem consensos que podem se materializar na realidade e, por outro lado, apresentam contradições significativas, o que explica, inclusive, a existência dessa variedade de termos.

A discussão se organiza em dois grupos cujos termos compartilham de um mesmo radical: na primeira seção discutiremos os conceitos de liberalismo, neoliberalismo e novo neoliberalismo, ultraliberalismo e libertarianismo. Na seção que segue, serão apresentados os conceitos de conservadorismo moderno, neoconservadorismo (ou novo conservadorismo) e ultraconservadorismo. Ainda na segunda seção, discutiremos o conceito de fundamentalismo religioso, que se vincula

ao ideário neoconservador e assume protagonismo na história política recente do país. Não nos interessa apresentar os sujeitos que se enquadram nestas categorias, por isso limitamo-nos, neste momento, à exposição de concepções políticas e pautas por eles defendidas. A terceira seção deste capítulo analisará, mais especificamente, a coalizão neoliberal-neoconservadora, central ao ideário da nova direita, e sua expressão no contexto brasileiro.

3.1 HERANÇAS DO LIBERALISMO E OS NEOLIBERAIS

Iniciamos a discussão pelo conceito de liberalismo nos aproximando da definição de Wood (2011), que utiliza o termo para se referir a “um corpo de princípios geralmente relacionado a governo ‘limitado’, a liberdades civis, a proteção da esfera de privacidade contra a invasão pelo Estado, junto com a ênfase na individualidade, diversidade e pluralismo” (WOOD, 2011, p. 196). O liberalismo clássico se constituiu como um sistema de pensamento nas últimas décadas do século XVIII tendo sua origem com Adam Smith a partir da publicação da obra *A riqueza das nações*, em 1776. A doutrina liberal tem centralidade na defesa das liberdades individuais e da propriedade privada, limitação do papel do Estado e ênfase no livre mercado. O pensamento liberal trabalha com a contraposição entre mercado e Estado elogiando “a virtuosa mão invisível do mercado contra a viciosa mão visível do poder político” (MORAES, 2001, p. 17). Nesse sentido, parte do entendimento de que

o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo – se houvesse livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas por regulamentos e monopólios garantidos pelo Estado ou pelas corporações de ofício (MORAES, 2001, p.13).

O pensamento liberal aponta a necessidade de reduzir o Estado a funções específicas que garantam as atividades livres dos agentes econômicos, além de desregular e privatizar as atividades econômicas. Moraes sintetiza o pensamento liberal clássico como “a ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro em expansão – e um ataque às regulações políticas produzidas pelas corporações de ofício e pelo Estado mercantilista” (MORAES, 2001, p. 10).

Wood (2011) argumenta que o liberalismo se insere na discussão moderna não somente como um conjunto de ideias direcionadas à limitar o poder do Estado, mas como um projeto de substituição da democracia do século XVIII, na forma de “um

projeto contrarrevolucionário – ou no mínimo um meio de conter revoluções já em andamento, não permitindo que ultrapassem os limites aceitáveis” (WOOD, 2011, p. 198). A autora aponta que, ainda que o liberalismo tenha sido uma elaboração da modernidade, suas concepções têm origem na transição do período medieval ao período moderno:

Essas concepções, em outras palavras, já no início representaram uma tentativa de garantir as liberdades, os poderes e os privilégios feudais. Não foram democráticas em seu objetivo nem em suas consequências, representando reivindicações saudosistas a um pedaço da antiga soberania parcelizada do feudalismo, não uma reivindicação progressista a uma ordem política democrática mais moderna (WOOD, 2011, p. 197)

Dessa forma, a chamada democracia liberal se associa muito mais às perspectivas de “liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, tolerância, proteção de uma esfera de privacidade, defesa do indivíduo e da ‘sociedade civil’ contra o Estado, e coisas tais” (WOOD, 2011, p.199), do que propriamente à ideia de governo pelo povo ou de poder popular, no sentido do seu conteúdo social (LAVAL; DARDOT, 2017):

As condições reais que tornam possível a chamada democracia liberal também limitam o alcance da responsabilidade democrática. A democracia liberal deixa intocada toda a nova esfera de dominação e coação criada pelo capitalismo, sua transferência de poderes substanciais do Estado para a sociedade civil, para a propriedade privada e as pressões do mercado. Deixa intocadas vastas áreas de nossa vida cotidiana – no local de trabalho, na distribuição do trabalho e dos recursos – que não estão sujeitas à responsabilidade democrática, mas são governadas pelos poderes da propriedade, pelas “leis” do mercado e pelo imperativo da maximização dos lucros (WOOD, 2011, p. 201).

Em vista disso, compreende-se que os pressupostos básicos do liberalismo foram propostos em um cenário diferente daquele no qual foram inspirados, cujos princípios “não foram concebidos para enfrentar as disposições de poder social inteiramente novas que surgiram com o capitalismo moderno” (WOOD, 2011, p. 198) e, por isso, este “não está equipado para enfrentar as realidades do poder numa sociedade capitalista” (WOOD, 2011, p. 204). Desse modo, o liberalismo e os liberais clássicos carregavam contradições e limitações que se agravavam ao longo do desenvolvimento capitalista.

Como forma de responder e solucionar a crise liberal, buscando “superar as dificuldades de todos os tipos que surgiram das mutações do capitalismo, dos conflitos sociais, dos confrontos internacionais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 68) surge a

formulação de um “novo liberalismo”, a partir de uma nova percepção sobre a liberdade, considerando que esta somente poderia ser alcançada quando todos os indivíduos gozassem de bem estar e igualdade de oportunidades (MOLL NETTO, 2015). A partir disso, sugere-se o caráter redistributivo do Estado, que deveria assumir a tarefa de redirecionar racionalmente recursos econômicos e sociais aos indivíduos, para que pudessem efetivamente viver e gozar da liberdade e individualidade. Traduzido especialmente na perspectiva keynesiana, este novo modelo de Estado consistiu em redefinir meios jurídicos, políticos, morais, econômicos e sociais que permitiriam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”:

Em outras palavras, a realização dos ideais do liberalismo exige que se saiba utilizar meios aparentemente alheios ou opostos aos princípios liberais para defender sua implementação: leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações. Mas, se esse reformismo aceita restringir os interesses individuais para proteger o interesse coletivo, ele o faz apenas para garantir as condições reais de realização dos fins individuais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

Entende-se, nesta perspectiva, que o papel do Estado deve se voltar ao pleno emprego, ao crescimento econômico e o bem-estar dos cidadãos, intervindo na política industrial e estabelecendo padrões para o salário social, entre outros aspectos (HARVEY, 2014). Muitos Estados pelo mundo assumem essa perspectiva a partir de uma “correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade” (HARVEY, 2014, p. 20). Este novo modelo, no entanto, não se desenvolveu da mesma forma em todos os países. Mesmo onde o Estado de Bem-Estar Social estava mais desenvolvido, amplos segmentos da população não tinham acesso ao consumo, mantendo relações sociais desiguais que produziram tensões sociais e a emergência de movimentos em meio aos excluídos. Nos países em desenvolvimento, a questão era ainda mais crítica, pois apesar da promessa de desenvolvimento, a maioria da população obteve poucos ganhos em termos de qualidade de vida e de bem-estar social (PERONI, 1999). Nos anos 1960/1970, portanto, este modelo entra em crise, como expressão fenomênica da crise estrutural do capital que se desencadeava (ANTUNES, 1999), chegando ao esgotamento. As consequências da crise, como desemprego e a inflação, deram força ao ideal socialista, que ganhou espaço, ameaçando a posição das elites e classes dirigentes, de modo que “as classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica” (HARVEY, 2014, p. 25).

Neste momento entra em cena a política de um novo modelo, o de Estado neoliberal, formulada por setores insatisfeitos com as redefinições da perspectiva liberal, buscando retomar algumas questões da raiz do liberalismo clássico. Em resposta à crise dos anos 1970, os intelectuais do neoliberalismo buscam reavivar o liberalismo com uma nova roupagem (MOLL NETO, 2015), com vistas a restaurar as condições para retomar, em um só tempo, a acumulação ativa do capital e o poder de classe:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de reestabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2014, p. 27)

A racionalidade neoliberal, ainda que tenha assumido protagonismo diante da crise do keynesianismo, há muito vinha sendo formulada e disputava o debate intelectual e político, como demonstra a articulação em torno da Sociedade Mont Pelerin, fundada em 1947 por Friedrich Von Hayek, principal expoente da ideologia neoliberal, opondo-se não somente ao ideais socialistas, mas ao planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano (HARVEY, 2014), além dos sindicatos e, no caso dos países em desenvolvimento, a ideologia desenvolvimentista e a chamada democracia populista (MORAES, 2001).

A difusão do ideário neoliberal pelo mundo, inicialmente com destaque nos Estados Unidos e na Inglaterra, se deu principalmente pelo intercâmbio de intelectuais e ativistas vinculados aos seus pressupostos, por meio de instituições alheias ao sistema político (ROCHA, 2017), que mais tarde configurariam os chamados *think tanks* pró-mercado:

Os think tanks podem ser definidos de modo mais genérico como instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas (ROCHA, 2015, p. 262).

Moraes (2001) faz uma distinção acerca do termo neoliberalismo, que pode levar a significados diferentes, sendo que nossas análises buscam contemplar seus três sentidos:

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social;
2. um movimento intelectual, organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria think tanks, isto é,

centros de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos;

3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordode Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (MORAES, 2001, p. 10)

O neoliberalismo não pode ser definido como pós-liberalismo, justamente porque não rompe com as bases teóricas do liberalismo clássico, tampouco trata da sua mera continuidade: “o neoliberalismo, portanto, não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não é seu extravio nem sua traição” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34). O pensamento neoliberal se desenvolve como corrente de pensamento a partir da Escola Econômica Austríaca, de Ludwig Von Mises (1881-1973) e Frederich Von Hayek (1899-1992). Além da escola austríaca, outras foram relevantes ao amadurecimento do neoliberalismo: a escola de Chicago de Milton Friedman (1912-2006) e a escola de Virgínia, ou *public choice*, de James Buchanan (1919-2013).

O neoliberalismo acentua o ideal liberal da centralidade do mercado e parte do diagnóstico de que os culpados pela crise econômica eram os excessivos gastos públicos, os altos impostos e a regulação excessiva do Estado sobre as atividades econômicas. Nesse sentido, a responsabilidade sobre a crise é transferida das finanças privadas para o Estado, como um novo argumento para reduzir a proteção social, baixar os salários e reforçar o poder do capital (LAVAL; DARDOT, 2017) e modifica-se o papel do Estado enquanto garantidor de direitos por meio da promoção de políticas sociais, tarefa que é repassada setor privado (mercado).

Para os teóricos neoliberais, a sociedade é entendida como uma simples associação de indivíduos livres e somente os homens, individualmente, podem definir seus interesses e seus objetivos. A perspectiva de liberdade neoliberal é, portanto, sempre individual, associada aos ideais de competitividade, iniciativa empreendedora e propriedade privada: “A liberdade fundamental, neste sentido, é aquela que não limita a venda da própria força de trabalho, o uso individual do dinheiro e o direito à propriedade privada” (MOLL NETO, 2010, p. 66). O conceito se opõe à noção de coletividade que, por sua vez, refere-se à noção de sociedade como entidade coletiva. Moll Neto (2010), explica que, para os teóricos neoliberais,

A sociedade como entidade não existe e a ela não podem ser imputados objetivos, interesses ou direitos. Para os libertários, imputar

objetivos à sociedade significa destruir a democracia e diminuir a individualidade, pois objetivos planejados de forma centralizada levam ao controle do governo sobre o consumo e a produção (MOLL NETO, 2010, p. 265).

Retomando os movimentos de neoliberalização de Margareth Thatcher nos anos 1980, Harvey (2014) discute a oposição central entre as ideias de indivíduo e de sociedade:

[...] Ficou famosa sua declaração “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” – e acrescentou depois “suas famílias”. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares (HARVEY, 2014, p. 32)

A preocupação neoliberal com o indivíduo, segundo o autor, “põe em segundo plano toda preocupação democrática social com a igualdade, a democracia e as solidariedades sociais” (HARVEY, 2014, p. 190). A ação do indivíduo, nesse sentido, detém protagonismo em relação à ação do Estado, que deve ser mínima.

No entanto, a ideia de Estado mínimo, para a perspectiva neoliberal, significa:

1) cortar gastos para diminuir a oferta de moeda, com o objetivo de conter a inflação, e abrir espaços de atuação do setor privado através de privatização, a fim de criar setores para dinamizar a produção; 2) aumentar a taxa de juros para conter o crédito, consequentemente diminuir a circulação de moeda e atrair capitais para o setor financeiro até que a inflação fique sob controle; 3) diminuir ou extinguir as regulações para reduzir o custo da produção e facilitar transações financeiras e comerciais; 4) reduzir a taxação, principalmente dos mais ricos, para estimular a inversão de capital no setor produtivo e/ou financeiro (MOLL NETO, 2015, p. 49).

Desse modo, o Estado mínimo não significa ausência do Estado, uma vez que o neoliberalismo defende um papel ativo do Estado em relação ao mercado: “os neoliberais acreditam que o Estado deve atuar ativamente em sua regulação [da economia], no sentido de criar um aparato jurídico-legal para fomentar o bom funcionamento do livre-mercado” (ROCHA, 2018, p. 46). Nesta perspectiva, o Estado

[...] é mínimo apenas para as políticas sociais conquistadas no período de bem-estar social. Na realidade, o Estado é máximo para o capital, porque, além de ser chamado a regular as atividades do capital corporativo, no interesse da nação, tem, ainda, de criar um “bom clima de negócios” para atrair o capital financeiro transnacional e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital (PERONI, 2015, p. 19-20)

Outra tarefa do Estado, dentro dessa perspectiva, inclui o uso de seu aparelho repressivo e seu poder coercitivo para garantia do direito às liberdades individuais e à propriedade privada:

Um estado pode ser considerado forte pelos meios de repressão que tem à sua disposição e sua disposição para usá-los. Mas a força mais durável depende de instituições e políticas de estado, incluindo o uso ocasional da força, sendo aceito como legítimo. O uso do poder coercitivo do estado é justificado quando ele é empregado para derrotar e conter aqueles interesses, organizações e indivíduos que ameaçam a sobrevivência do livre mercado, seja por desrespeitar suas regras ou resistir aos resultados que fluem das trocas de mercado (GAMBLE, 1988 apud. FREITAS, 2018, p. 914).

Além disso, o neoliberalismo sustenta a retirada de poder das instituições públicas a partir do argumento de que estas são permeáveis à correlação de forças e ficam sujeitas às pressões e demandas da população. O fundamento neoliberal, portanto, consiste no esvaziamento do público, na defesa do livre mercado, das liberdades individuais e na competitividade inerente ao mercado:

Para o pensamento neoliberal, há uma tensão entre a liberdade individual e a democracia. Conforme Hayek (1983), a maximização da liberdade está em proteger o sistema de mercado como necessário e suficiente para a existência da liberdade. Assim, o mercado deve ser protegido contra o Estado e da tirania das majorias. Esse autor ainda adverte que, se o Estado é influenciado, ou vulnerável às influências das massas, os dois perigos se fundem (PERONI, 2015, p. 32).

O neoliberalismo e o processo de neoliberalização procuram enquadrar todas as ações humanas do domínio do mercado (HARVEY, 2014). Laval e Dardot (2017) confirmam essa hipótese ao afirmar que a lógica neoliberal não deixa a salvo nenhuma dimensão da vida humana e que a realidade social se converteu em neoliberal:

Ao querer converter a sociedade em uma ordem da concorrência que só conheceria homens econômicos ou capitais humanos em luta uns contra os outros, [os neoliberais] minaram as próprias bases da vida social e política nas sociedades modernas (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 4)

A competitividade e a concorrência neoliberal têm foco no indivíduo e no individualismo, de modo que sucesso e fracasso também são considerados individuais:

Para essa teoria, as classes inferiores pioraram por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar o capital humano e, conseqüentemente, a dedicação à educação. Tudo pode ser tratado como mercadoria. A mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais (MENDES; PERONI, 2020, p. 69).

Neste período particular do capitalismo de radicalização neoliberal, Dardot e Laval (2019) apresentam o conceito de “novo neoliberalismo”, que se diferencia do neoliberalismo clássico que utiliza uma imagem liberal ou democrática e associa-se oportunamente ao progresso e ao Estado de direito. O novo neoliberalismo, segundo os autores, “conjuga-se com o fechamento de fronteiras, a construção de muros, a ofensiva declarada contra os direitos humanos”. De modo geral,

A novidade não consiste no grau de intervenção do Estado, nem em seu caráter coercitivo. O novo é que o antidemocratismo inato do neoliberalismo, manifesto em alguns de seus grandes teóricos, como Friedrich Hayek, se plasma hoje em um questionamento político cada vez mais aberto e radical dos princípios e formas da democracia liberal (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 4).

É por essa perspectiva que o então novo neoliberalismo é caracterizado como um sistema político-institucional que conforma uma guerra política: a guerra de classes, cujo efeito mais geral é desativar toda a capacidade de ação coletiva autônoma da sociedade. Segundo Harvey (2014) neste momento se coloca uma das principais contradições do neoliberalismo, uma vez que a liberdade individual (e o individualismo) confronta-se com a noção de vida coletiva:

Embora se suponha que os indivíduos sejam livres para escolher, não se supõe que eles escolham construir instituições coletivas fortes (como sindicatos) em vez de associações voluntárias fracas (como instituições de caridade), os indivíduos com toda certeza não deveriam escolher associar-se para criar partidos políticos voltados para forçar o Estado a intervir no mercado ou eliminá-lo (HARVEY, 2014, p. 79-80).

O neoliberalismo mostra-se incompatível com o ideal democrático nos termos aqui entendidos, como processo de materialização de direitos em políticas sociais, construídas com efetiva participação na autocrítica da prática social (PERONI, 2016), por mais que tente forjar uma nova forma de democracia original. Trata-se, em verdade, de um sistema hostil à democracia que, com vistas a esvaziar seu sentido, disputa seu conceito, em um processo de desdemocratização (LAVAL; DARDOT, 2017).

Ainda que muitas vezes possa parecer que a transição do liberalismo ao neoliberalismo e, mais recentemente, ao novo neoliberalismo tenha se dado de forma natural em uma perspectiva de atualização de bases teórico-ideológicas, cabe retomar a categoria de correlação de forças apontada no capítulo anterior, para destacar que estas não foram em nenhum momento, como não são até hoje, as únicas correntes ideológicas a disputar a cena política e intelectual. Exemplo disso é a ideologia

libertária, ou libertariana, que também expressa uma forma de continuidade da tradição do liberalismo do século XIX sob novas bases, com defesas mais radicalizadas do capitalismo de livre-mercado e que teria sido menos conhecida pelo grande público em relação ao neoliberalismo (ROCHA, 2018).

O libertarianismo compartilha da compreensão neoliberal sobre a sociedade enquanto associação de indivíduos livres, de modo que não é possível imputar a ela objetivos, interesses ou direitos comuns, pois isso limita a liberdade individual e leva ao coletivismo. Do mesmo modo,

[...] prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer. [...] O libertarianismo começa e termina no dogma da santidade dos contratos “livremente” estabelecidos, reduz todos os direitos ao direito de propriedade e tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social (MIGUEL, 2018, p.120).

Nesse sentido, é enfático na imposição de limites à atuação do Estado e na defesa de que o “capitalismo puro é o mecanismo ideal para conter o avanço do coletivismo estatal sobre as liberdades” (MOLL NETO, 2010, p. 66). Ainda em relação às diferenças, o libertarianismo privilegia um aspecto pouco tratado pelo neoliberalismo, no que diz respeito à liberdade individual sob uma perspectiva moral, negando a existência de “padrões morais gerais, pois os valores morais são próprios dos indivíduos; assim sendo, o discurso coletivista só pode conter uma falsa visão moral, posto que gerado a partir do Estado” (MOLL NETO, 2010, p. 66). Desse modo, a defesa irredutível da liberdade individual significa um posicionamento avançado em questões como consumo de drogas, direitos reprodutivos e liberdade sexual (MIGUEL, 2018), de modo que se pode afirmar que “não há pregação libertária sobre a vida particular” (LACERDA, 2019, p.54)

Esta perspectiva é também associada ao conceito de ultraliberalismo, cujo prefixo *ultra* ressalta a radicalização das posições referentes à liberdade, em comparação ao liberalismo clássico e o neoliberalismo (ROCHA, 2018). Outras correntes ideológicas como os anarco-capitalistas, minarquistas e objetivistas são associadas por Rocha (2018) ao ultraliberalismo, ainda que menos relevantes no cenário político global, cujas aproximações e divergências com as demais correntes são analisadas de formas diversas por diferentes pesquisadores:

Ainda que a própria militância entenda que os neoliberais compartilhem, em algum grau, das mesmas bases morais e filosóficas de anarco-capitalistas, minarquistas e objetivistas, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) compreendem o neoliberalismo como uma

corrente de pensamento à parte destas últimas, que comporiam o libertarianismo. Já o cientista político Sergio Morresi (2011) compreende que o libertarianismo seria uma das vertentes do neoliberalismo, ao lado da Escola Austríaca de Economia, da Escola de Chicago e da Escola *Public Choice* da Universidade de Virgínia, enquanto o brasileiro Reginaldo Moraes (2001) também aponta que estas três escolas comporiam o neoliberalismo, mas, apesar de citar brevemente a existência de anarco-capitalistas e minarquistas, não os considerava relevantes o suficiente em sua caracterização (ROCHA, 2018, p. 47).

Isso reforça a afirmação inicial deste capítulo, de que diferentes termos e conceitos são por vezes utilizados como sinônimos e que a um mesmo termo podem ser atribuídas definições diversas. Como dito, não nos propomos a esgotar os sentidos dos conceitos e correntes ideológicas aqui discutidos, mas sim buscar aproximações teóricas que nos auxiliem a compreender a ação dos sujeitos que a estas correntes se vinculam no contexto brasileiro.

As discussões desenvolvidas até aqui nos permitem situar com maior precisão as diferentes perspectivas político-ideológicas dos sujeitos e das pautas que serão analisados nos capítulos seguintes e nos autorizam a tomar emprestada a síntese proposta por Camila Rocha (2018), quanto às diferenças entre as mesmas, tratando como neoliberalismo e neoliberais os adeptos das teorias da Escola Austríaca, da Escola de Chicago e da Escola da Escolha Pública de Virgínia; e como ultraliberalismo e ultraliberais as ideologias de viés liberal mais radicais (ROCHA, 2018), com destaque ao libertarianismo.

Em seguida trataremos de outro bloco ideológico, que se constrói a partir da tradição conservadora e sua trajetória na conformação do que é aqui tratado como neoconservadorismo.

3.2 HERANÇAS DO CONSERVADORISMO E OS NEOCONSERVADORES

O conservadorismo, que será aqui discutido principalmente a partir das análises de Souza (2016), se caracteriza como uma tradição de pensamento e ação fundada na modernidade. Ele tem no século XVIII seu marco original, pouco depois da fundação do pensamento liberal, em resposta às ameaças liberais⁵ trazidas pela

⁵ De acordo com Souza (2016), trata-se da leitura apresentada pelo filósofo Edmund Burke, de que a Revolução Francesa “haveria realizado uma ruptura abrupta, desnecessária e violenta com as heranças da tradição. [...] Com esse tom de denúncia e alarme, o conservador tenta convencer seus leitores de que uma revolução como essa significa, por si mesma, desordem e destruição, sofrimento

revolução francesa, com vistas a conservar e garantir a manutenção de determinados valores e instituições fundamentais à civilização ocidental, com destaque à monarquia e a religião cristã (ALMEIDA, S., 2018). O grande fundador do conservadorismo foi Edmund Burke (1729-1797), filósofo britânico, a partir da publicação da obra *Reflexões sobre a Revolução na França* em 1790, por meio da qual “tenta convencer seus leitores de que uma revolução como essa significa, por si mesma, desordem e destruição, sofrimento e desagregação” (SOUZA, 2016, p. 119), entre outras coisas.

Desse modo, o conservadorismo enquanto ideologia se fundamenta em uma perspectiva antirrevolucionária/contrarrevolucionária – entendendo a revolução como um processo de devastação das relações sociais – cujos pilares de sustentação são localizados

[...] em seu irracionalismo, em seus princípios reacionários baseados nos preconceitos de classe, em seus valores aristocráticos, em seus ideais de "elitização" e concentração do poder político e em sua aversão às classes subalternas — no que concerne a seus costumes, ideias, valores, crenças, símbolos e cotidiano (SOUZA, 2016, p. 44).

Significa dizer que há na ideologia conservadora um elemento importante de desprezo pelas formas de vida e cultura não originadas nas classes dominantes, expresso pelo ódio e preconceito de classe. A partir daí, o conservadorismo “renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como anacronismos niveladores sociais, isto é, utópicos desejos de igualdade, inaceitáveis no ponto de vista da desigualdade social natural e positivamente construída” (SOUZA, 2016, p. 116). Junto a isso, toma como herança os interesses da aristocracia feudal que incluem a defesa de que a ação política deve ser restrita às classes dominantes e seus herdeiros, considerados “sujeitos ‘naturalmente’ propensos à preservação da ordem e à manutenção da sociedade vigente” (SOUZA, 2016, p. 131). Nesse sentido todo e qualquer sujeito que se oponha ao projeto conservador ou que proponha ideias progressistas oriundas da modernidade é caracterizado como um “inimigo da sociedade” que, portanto, deve ser combatido. No contexto de

[...] emergência do proletariado como sujeito portador de um projeto societário para além do capital, o arsenal antirrevolucionário do conservadorismo clássico voltou-se contra o proletariado. E, via de regra, as acusações de "inimigos da sociedade", endereçadas por Burke aos revolucionários burgueses e demais sujeitos e classes

e desagregação. Quanto aos revolucionários, não passariam de agitadores dogmáticos, desprovidos da clarividência, da prudência e do respeito às tradições herdadas de um passado remoto, supostos pilares para uma vida social e econômica próspera e sem sobressaltos (BURKE, 2014)” (SOUZA, 2016, p. 118-119).

sociais dominadas, passaram a ser dirigidas ao proletariado (SOUZA, 2016, p. 136).

Nesse sentido, o proletariado torna-se sujeito privilegiado de crítica dos conservadores:

Uma crítica sobretudo de caráter moral, mas que adquire vigor e densidade quando empunhada em momentos de crise revolucionária, quando as alternativas para a reprodução social se abrem às últimas consequências (conservação ou revolução) e os projetos societários se colocam como antagônicos e contraditórios em totalidade (SOUZA, 2016, p. 134)

Como síntese, a defesa irrestrita da organização social capitalista, incluindo suas características predominantes como as relações de produção e classes sociais, configura o discurso político conservador, assim como o entendimento de que a sociedade deveria ser uma comunidade vinculada a valores morais comuns. No entanto, depois de Burke, o conservadorismo passa por alguns deslocamentos a partir da aproximação com o liberalismo, especialmente no que diz respeito ao entendimento do mercado como mediador das relações sociais e do indivíduo como eixo central da sociedade.

A trajetória histórica do conservadorismo transformou algumas de suas bases fundamentais, entre as quais o irracionalismo, no sentido da negação da razão, uma vez que o conservadorismo passa “a conviver com aportes que empregam, ainda que problematicamente, a razão” (SOUZA, 2016, p. 150). A partir do século XIX, mesmo não aderindo à racionalidade propriamente dita, a sociologia

[...] passou a assumir o papel de importante interlocutor e formulador sofisticado dos princípios conservadores – da autoridade, da propriedade, da ordem, da hierarquia, das tradições, das corporações, das organizações privadas, do Estado, da divisão do trabalho social (por oposição à categoria crítica da divisão social do trabalho, que supõe a alienação nas sociedades de classes), por exemplo (SOUZA, 2016, p. 153-153).

Significa dizer que as características moralistas e subjetivistas dos discursos de Burke, passam por um processo de sofisticação que leva a conclusões “científicas”, uma vez que o conservadorismo é incorporado às ciências sociais, ainda que não perca a essência moralizante. A sociedade industrial do século XIX foi alvo de críticas conservadoras, que defendem as tradicionais hierarquias da vida agrária em oposição à indústria, à mecanização da vida (MOLL NETO, 2015), ao racionalismo e o cientificismo (ALMEIDA, S., 2018).

Do início da Revolução Francesa, com as contribuições fundamentais de Edmund Burke, até o início do século XX, com o início da 1ª Guerra Mundial, conforma-se o período de identificação do chamado conservadorismo clássico. Após este período, a partir de algumas mudanças sensíveis no ideário conservador, forma-se e consolida-se um conservadorismo contemporâneo – sem nunca abandonar sua função social ideológica e o consenso antirrevolucionário – que passa a assumir variações e particularidades nacionais e locais (SOUZA, 2016).

A partir dos anos 1990, novos autores tornam-se referência do pensamento conservador moderno no mundo, com destaque às produções estadunidenses que mais ecoaram no Brasil e que conformaram o chamado neoconservadorismo norte-americano que teve no governo Ronald Reagan (1981-1988) sua maior expressão institucional.

O neoconservadorismo consistiu no resgate de pressupostos originais do conservadorismo somados a elementos do libertarianismo estadunidense (MOLL, 2010), especialmente no que diz respeito à compreensão sobre a sociedade enquanto conjunto de indivíduos, de modo que a eles não poderiam ser imputados interesses ou objetivos coletivos, e ao foco no individualismo. A reunião das duas perspectivas leva a construção de um projeto nacional que se propõe a:

[...] reduzir impostos; cortar os gastos federais, sobretudo nos programas sociais; resgatar o federalismo, repassando diversos programas sociais para as administrações estaduais e locais; e extinguir as regulações federais. Em suma, os neoconservadores prometiam reverter as políticas adotadas pelos liberais no século XX, principalmente aquelas desenvolvidas durante o New Deal e a Grande Sociedade (MOLL NETO, 2010, p. 21).

Ou seja, os neoconservadores se opunham às transformações liberais que, conforme discutido anteriormente, configuravam o keynesianismo ou estado de bem-estar social e que atribuíam ao Estado um caráter redistributivo como forma de garantia das liberdades individuais por meio de políticas sociais com vistas ao pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar dos cidadãos:

Segundo os neoconservadores, essas políticas destruíam a nação, pois minavam características essenciais dos estadunidenses como liberdade, independência, trabalho duro, iniciativa, empreendedorismo, competitividade, produtividade, fé em Deus e força. Consequentemente, os neoconservadores acusaram as políticas liberais de provocarem acomodação, preguiça, vício, dependência, miséria, crises econômicas, crises morais, tráfico de drogas, crimes, destruição de famílias e abortos. (MOLL, 2010, p.21)

O discurso neoconservador, portanto, se estrutura em reação ao estado de bem-estar e o excessivo intervencionismo estatal. Assim como os neoliberais, que atribuíam a responsabilidade sobre a crise econômica do anos 1960 ao Estado, pois este gastou demais em políticas sociais, os neoconservadores culpavam o Estado pela crise a partir do entendimento de que, por meio da interferência na economia e a promoção de políticas sociais, além de desestimular o trabalho e enfraquecer a produtividade, “o Estado passou a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais” (MOLL NETO, 2015, p. 55). Nesse sentido,

O capitalismo, sem rédeas morais artificiais, promoveria a verdadeira moral e a virtude pública. Em conjunto, a religião, sobretudo a sua dimensão institucional, era considerada fundamental para disciplinar os indivíduos, preservar a estabilidade social, e transmitir os valores morais tradicionais (MOLL NETO, 2015, o. 68).

Como visto, novamente nega-se o entendimento de que a crise é do capital, dessa vez atribuindo à crise o caráter de crise moral: “ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal” (ALMEIDA, S. 2018, p. 28). O igualitarismo denunciado pelos conservadores apagava as diferenças entre os indivíduos que eram consideradas como naturais e, portanto, naturalizadas:

Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória “sociedade sem classes” levaria a uma degradação cultural sem precedentes. A prova disso estaria, segundo o pensamento neoconservador, na “infestação” de hippies, sindicalistas, estudantes, comunistas, negros e feministas, grupos que ganharam força em razão da permissividade e do assistencialismo estatal. Assim, a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa (ALMEIDA, S. 2018, p. 28).

O neoconservadorismo, portanto, é uma resposta ao Estado de bem-estar e suas políticas sociais; aos movimentos sociais que reivindicavam direitos civis; e, ainda, como fazia em sua versão original, ao avanço do comunismo. Sob a perspectiva de manutenção da ordem moral e social (MOLL, 2010), os neoconservadores respondem com um programa moral de valores

[...] centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma moralidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos

movimentos sociais como o feminismo, os direitos homossexuais, a ação afirmativa e o ambientalismo (HARVEY, 2014, p. 94).

A mobilização neoconservadora foi também materializada, como ocorreu com o neoliberalismo, por meio da fundação e atuação das elites empresariais em *think tanks* como a Heritage Foundation⁶ e instituições como os *Business Policy Organizations* (BPO):

Os BPOs também funcionavam como canais para levar as ideias neoconservadoras aos círculos decisórios e ao público em geral. As organizações políticas empresariais promoveram financiamento para jornais conservadores em campus universitários, lançaram jovens jornalistas, apoiaram publicações e produziram propagandas do projeto neoconservador na mídia a fim de convencer o público (MOLL NETO, 2010, p. 74).

Paralelamente ao crescimento do neoconservadorismo, ocorre também a emergência de organizações e movimentos religiosos com disposição à atuação junto ao sistema político, também respondendo aos avanços das pautas sociais dos movimentos feminista e LGBT, principalmente. Diante disso “os religiosos retomaram a visão do século XIX de que deveriam instilar na política os valores cristãos frente à crise e as questões sociais” (MOLL NETO, 2010, p. 76). Estes grupos religiosos foram atraídos pelas bandeiras tradicionalistas dos neoconservadores, de restauração moral. A síntese de Moll Neto (2010) expressa os pontos de convergência entre as duas concepções:

O Estado de Bem-Estar Social deveria ser combatido, pois substituíria os laços morais, comunitários e familiares pelo Estado e, por conta disso, promovia o parasitismo e a preguiça. Os programas destinados às mães solteiras teriam, supostamente, o efeito de incentivar a irresponsabilidade, uma vez que estimulavam a procriação independente do casamento. As mulheres, segundo a nova direita religiosa, deveriam ser donas de casa amáveis e obedientes; assim garantiriam a moral, a estabilidade da família, da sociedade e seriam recompensadas pela segurança e proteção dos seus maridos. Neste sentido, as feministas e os programas do governo voltados para as mulheres promoveriam o caos e a decadência. O aborto tornou-se uma questão central para a nova direita religiosa e foi o ponto de aliança entre protestantes e católicos da direita. A mobilização contra

⁶ A Heritage Foundation foi fundada em 1973, com incentivo financeiro de empresários do ramo de bebidas e inúmeras outras empresas do Sunbelt (MOLL NETO, 2010). Segundo Rocha (2017), “[...] é tida como um dos *think tank* de direita mais influentes dentro e fora dos Estados Unidos. Sua missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas na defesa da livre-empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos e da importância de uma forte defesa nacional. Para conseguir influenciar o máximo possível o processo político nesta direção e obter o maior número de vitórias possível na chamada “batalha das ideias”, suas estratégias de marketing são direcionadas para um público-alvo composto por membros do Congresso, membros de equipes parlamentares, formuladores de políticas públicas no poder executivo, mídia nacional, e comunidades acadêmicas” (ROCHA, 2017, p. 98).

o aborto contou com propaganda, ataques a clínicas, vandalismo, atentados, assassinatos etc. (MOLL NETO, 2010, p. 76-77).

A dinâmica de reação, que aciona e fortalece o ideário neoconservador, permite caracterizá-lo, conforme Lacerda (2019), como um movimento situacional:

A ideologia conservadora é produto de intenso conflito ideológico e social. Ela só surge quando forças sociais que desafiam a ordem estabelecida se tornam relevantes o suficiente para apresentar perigo claro e presente às instituições. O conservadorismo, assim, é a resistência que existe em um contexto específico, articulada, sistemática e teoricamente elaborada à mudança (LACERDA, 2019, p. 25)

Além de situacional, a autora define o neoconservadorismo como um movimento de direita, no sentido das funções atribuídas ao Estado enquanto garantidor da ordem e do capital, acima das questões sociais. O que o diferencia de outros movimentos de direita, como o próprio liberalismo ou neoliberalismo, é a “centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução dos valores cristãos” (LACERDA, 2019, p. 29), fruto da coalizão com a direita cristã, que torna-se seu principal sujeito coletivo.

A vinculação com o cristianismo é base dos fundamentos neoconservadores, sistematizados por Lacerda (2019) como: a) a defesa da família patriarcal e a oposição às reivindicações feministas e LGBT em geral; b) o idealismo punitivo, também chamado de neoconservadorismo penal, que diz respeito ao endurecimento da legislação punitiva como instrumento de controle e combate à criminalidade; c) o sionismo (defesa do Estado de Israel), especialmente por fundamentos religiosos e teológicos baseados na leitura bíblica; d) o anticomunismo (ou sua versão atualizada: o bolivarianismo) associado ao militarismo; e e) o ideário neoliberal, especialmente no que se refere à restauração do poder de classe, à desconfiança da democracia e a defesa da liberdade de mercado.

Entre os fundamentos citados, o sionismo, por ser relativo à política externa, não será foco de atenção neste momento, diferentemente do que ocorre com a questão do punitivismo e anticomunismo que, além de terem expressão externa, são também mobilizados para as questões domésticas (LACERDA, 2019). Quanto a relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo, cabe uma análise mais aprofundada, que se desenvolverá na próxima seção junto à discussão sobre pontos de aproximação e contradição da nova direita no Brasil.

Com relação aos fundamentos, suas fronteiras são tênues e em muitos momentos se confundem por tratarem de temas que se relacionam entre si, a exemplo do anticomunismo, que fora reciclado e atualizado no século XXI para responder ao bolivarianismo venezuelano e a chamada Onda Rosa na América Latina, “na qual governos à esquerda, de caráter progressista, estiveram à frente de muitos países da região no início do século” (CARAPANÃ, 2018, p. 34).

À ameaça esquerdista de destruição do capitalismo, soma-se a intenção de destruição da família que, considerada *cellula mater* da sociedade, “se destruída, faz todo edifício romper” (MIGUEL, 2016, p. 22). Além da defesa da família, os neoconservadores vilanizaram “políticas que envolviam imigrantes e refugiados, homossexuais e minorias étnicas sob o signo de que tudo isso não passaria de uma conspiração ‘comunista’ para erodir a ‘civilização ocidental’ e, junto com ela, o capitalismo” (CARAPANÃ, 2018, p. 37), respondendo a elas com o idealismo punitivo, isto é, pela “imposição interna da ‘lei e ordem’, ou seja, do rigor penal contra os crimes e contra os dissidentes políticos internos” (LACERDA, 2019, p. 46).

O idealismo punitivo se associa à defesa da família, conformando uma aliança entre família e justiça criminal:

[...] a aliança se dá por razões ideológicas: a luta do bem contra o mal, a noção de que existem cidadãos de bem e bandidos, a defesa dos valores da família como eixo da sociedade. A articulação entre os temas tem o amálgama neoconservador: os mecanismos de agregação social são a religião e a família; **o desvio deve levar à punição rigorosa** (LACERDA, 2019, p. 143. Grifos nossos)

Entende-se que o fortalecimento da entidade familiar nos moldes da tradição cristã previne disfunções sociais e é principal estratégia para garantia da segurança e da ordem. A defesa da família patriarcal parte do entendimento da entidade familiar como entidade natural e divina que deve ser preservada, tratada no seu modelo tradicional de união entre homem e mulher com objetivo da procriação:

[...] o fortalecimento da família formada pelo casamento heterossexual seria a solução para toda ordem de problemas: para evitar a gravidez precoce; para evitar o aborto; para combater estupros. A família, ademais, seria o instrumento de proteção das mulheres “de verdade”, que não queriam ser empoderadas, mas sim amadas e cuidadas (LACERDA, 2019, p. 90)

Reforça-se, assim, a mobilização de argumentos que apontam para a família como solução dos problemas sociais uma vez que esta é colocada como entidade fundamental para manutenção da ordem social. Também nesse sentido se justifica o

combate aos programas sociais propostos pelo Estado, uma vez que eles “desestimulavam a fé no trabalho duro, nos negócios, no futuro, nos homens, e em Deus” e “destruíam a importância do homem como provedor, portanto anulavam a importância do casal e da constituição familiar” (MOLL NETO, 2010, p. 79).

A defesa da família patriarcal se opõe principalmente às pautas dos movimentos de mulheres e da comunidade LGBT, especialmente no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, impondo uma moral sexual de regulação do desejo e manutenção dos papéis de gênero historicamente construídos de dominação masculina e submissão feminina no casamento e de controle parental sobre a família (LACERDA, 2019), a partir da naturalização de determinados comportamentos.

Os grupos pró-família investem energia política no campo educativo propondo medidas como:

(1) restauração da “oração voluntária” nas escolas públicas; (2) ensino do criacionismo nas escolas; (3) oposição a qualquer interferência do governo federal sobre as escolas privadas e religiosas, inclusive sobre a segregação racial; (4) incentivos fiscais para matrícula de crianças em idade escolar em estabelecimentos privados e religiosos; (5) oposição à sindicalização dos professores da rede pública; (6) eliminação de todos os programas ou livros relacionados com a educação sexual, a homossexualidade, ou uma visão crítica dos papéis sexuais tradicionais; e (7) demissão de professores homossexuais de empregos em escolas públicas (DIAMOND, 1995; PETCHESKY, 1981 *apud* LACERDA, 2019, p. 42)

A síntese destas medidas atualmente tem sido tratada sob a alcunha de “ideologia de gênero”, nomenclatura que surge à margem dos estudos de gênero, tendo aparecido pela primeira vez em 1998 na Conferência Episcopal do Peru, que formulou uma nota intitulada *La ideología de género: sus peligros y alcances*:

O documento de 16 páginas despertou o apoio de toda a Igreja Católica e inclusive de setores evangélicos em diferentes países e também no Brasil, de forma que estes passaram a se referir aos estudos de gênero como “ideologia de gênero”. [...] Tal termo, atualmente consagrado no país, utiliza-se de argumentos conservadores que constroem “fatos” sobre o que é natural à luz de suas verdades e difundem pânico moral (COHEN, 2002) em torno do conceito de gênero e, conseqüentemente, de tudo que o envolve. Ainda, o termo “ideologia de gênero” é veementemente utilizado em disputas políticas que supostamente defendem a “família natural” e é constantemente evocado, sobretudo com a intenção de promover a manutenção dos interesses dos segmentos católicos e evangélicos no cenário político de nosso país (COELHO, 2017, p. 50).

A necessidade de combater a “ideologia de gênero” parte do pressuposto que dialogar sobre as diferentes possibilidades de expressão do gênero e da sexualidade

não somente abre espaço, como incentiva à subversão dos arranjos familiares tradicionais considerados pelos conservadores como “naturais, de origem divina e indispensáveis à reprodução da vida social” (MIGUEL, 2016, p. 598), de modo que o combate aos pressupostos da ideologia de gênero é, essencialmente, a defesa da família patriarcal tradicional.

Um último elemento que merece destaque diz respeito aos pressupostos religiosos cristãos, que dão base argumentativa à retórica neoconservadora e que, em sua expressão mais extremada, se apresenta como fundamentalismo religioso.

O fundamentalismo religioso é uma forma particular de relação com pressupostos religiosos cristãos, que ocorre não apenas pela valorização e assunção de sua visão de mundo e seus valores, mas a partir de um tratamento da palavra bíblica – e, portanto, da palavra divina – como verdade absoluta que não admite julgamento ou questionamento. As definições do conceito de fundamentalismo religioso são centradas, portanto, na ideia da *verdade*:

O fundamentalismo religioso cristão trabalha com o conceito de verdade absoluta, inquestionável, eterna, imutável e para além da história. Essa verdade a respeito de Deus se expressa na Bíblia Sagrada. A partir da formulação “está escrito”, constrói-se uma visão de mundo, um modelo comportamental e uma forma de lidar com a sociedade. Parece simples, mas não é. Em tal modelo desconsidera-se totalmente que toda leitura é uma interpretação e que toda interpretação está mediada por um contexto histórico e cultural (VIEIRA, 2018, p. 92).

Segundo Vieira (2018) esse fenômeno fabrica um determinado olhar sobre o mundo que não se entende como *um* olhar, mas como o único olhar possível e essa concepção influencia no comportamento dos indivíduos, que manifestam intolerância ao pensamento divergente:

[...] pode ser compreendida como fundamentalista a pessoa que se fecha em sua própria concepção de verdade, não se abrindo para o diálogo e nem para novas construções de identidade. Quer impor sua maneira de compreender a verdade aos seus interlocutores (PANASIEWICZ, 2008).

Junto à noção de verdade tratada como fundamento, portanto, se apresenta a incapacidade de diálogo e aceitação de perspectivas diferentes, expressas por um autoritarismo latente:

Tal compreensão é absolutista e unilateral, gerando desprezo às outras formas de viver e de compreender a realidade, pois parte do pressuposto de que há uma única verdade, a que está sob sua posse, recorrendo, inclusive, a práticas violentas sempre que necessário. Nessa perspectiva, não há possibilidade de diálogo, apenas de

imposição da “verdade” aos demais, já que verdades devem ser aceitas e não debatidas, pois estão na Bíblia e ela não contém erros (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p. 11).

O fundamentalismo religioso tem origem como uma teologia de oposição às tendências da teologia liberal e é essencialmente um movimento crítico às inovações trazidas pela modernidade (PANASIEWICZ, 2008), de modo semelhante ao conservadorismo, tendo como marco inicial uma reunião em Niagra Falls, em 1895, em que teólogos evangélicos conservadores delinearão pontos fundamentais de sua teologia em relação à verdade, que formaram a base do fundamentalismo que deveria ser divulgado e imposto não somente nas igrejas evangélicas, mas também na vida pública. Sob uma série de volumes com o título *The Fundamentals: a testimony to the truth* [Os fundamentos: um testemunho da verdade], esta teologia se espalhou entre os anos 1909 a 1925.

Como parte da estratégia de “reconquistar o mundo moderno secularizado e descristianizado” (PANASIEWICZ, 2008), fundamentalistas norte-americanos, sob a liderança de William B. Riley, criaram em 1919 a *World Christian Fundamentals Association* (Associação Mundial de Fundamentos Cristãos), disposta a “travar uma batalha decisiva” pelos fundamentos cristãos (CECCHETTI, TEDESCO, 2020) e por meio dela buscaram

[...] retomar a hegemonia no seio das diferentes e mais influentes Igrejas protestantes, ocupação de lugares influentes no mundo dos *media*, organização de grupos de pressão política para obter fundos, estatais para financiar escolas confessionais ou outras atividades religiosas (PANASIEWICZ, 2008).

Desde seu nascimento, a divulgação pública do fundamentalismo passou pelo campo educativo, sendo que seu ponto alto esteve relacionado ao

[...] debate sobre a proibição dos professores de biologia de ensinarem, nas escolas, as teorias evolucionistas de Charles Darwin. Foi um debate acirrado, pois os fundamentalistas defendiam o ensino da teoria criacionista bíblica e não que os seres humanos são evoluções do *homo sapiens*, como acredita a teoria evolucionista (PANASIEWICZ, 2008).

Com o passar dos anos, vários movimentos dessa natureza viram surgindo e assumindo diferentes dimensões, sendo que é principalmente a partir dos anos 1960 que o fundamentalismo religioso estadunidense assume um papel mais relevante no cenário político, especialmente em relação à sua oposição aos novos movimentos sociais que supostamente transgrediam aos valores tradicionais e às definições convencionais de família. Nesse sentido, Chauí (2006) define o fundamentalismo

religioso para além de uma experiência pessoal, como interpretação da ação política e por isso opera com o conceito de teologia política.

Segundo Panasiewicz (2008), as últimas décadas evidenciaram a estratégia do movimento fundamentalista de articular religião e política como uma nova forma de relação com os valores do cristianismo, consolidando o que Pace e Piero (2002) vieram a definir como neofundamentalismo:

O neofundamentalismo apresenta-se não só como movimento de tipo religioso, mas, também, como verdadeiro sujeito político cuja intenção é reagir contra a presumível perda de valores da sociedade americana e contra a degeneração da democracia, inquinada pela tolerância laxista da imoralidade, pela fragilização do papel tradicional da família e por tantas “heresias” civis que se foram difundindo (os direitos dos gays, os casais homossexuais e, sobretudo, a legislação do aborto) (PACE; PIERO, 2002, p. 36 *apud* PANASIEWICZ, 2008, p. 7).

Ainda que não utilizemos o termo neofundamentalismo, tomamos emprestada a definição do autor, que expressa com clareza os pressupostos do atual movimento fundamentalista religioso em sua atuação política e seu projeto societário. Trata-se da tentativa de resgatar determinados valores e impedir que a sociedade avance em aspectos que se antagonizam a eles, como é o caso dos direitos LGBT e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, entre outros.

A relação do movimento fundamentalista religioso com o Estado, nesse sentido, é bastante complexa:

Alguns grupos são hostis a qualquer Estado, pois Deus ou a religião é a única fonte da autoridade e da lei. Outros são pró-Estado, pois veem os governos como meio estratégico para instaurar a ordem divina sobre o mundo. Disso advém ingredientes perigosos, pois, para estabelecer tal ordem, os fundamentalismos agem de maneira antidemocrática, antipluralista e anti-direitos humanos (CECCHETTI, TEDESCO, 2020, p. 11)

Este é um ponto chave na aproximação entre o fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo que, apesar de tecerem críticas ao Estado, recorrem a ele como estratégia para avançar nas suas perspectivas. A linha que separa estes grupos, na verdade, é bastante tênue. É importante destacar que o fundamentalismo “é apenas um dos jeitos possíveis de viver a religião. Ele não é um fenômeno exclusivo da religião, pois há posturas fundamentalistas na política, na economia e até no futebol” (CECCHETTI, TEDESCO, 2020, p. 10) e isso significa dizer que nem todo religioso é fundamentalista, assim como nem todo (neo)conservador o é. Em contrapartida, podemos afirmar categoricamente que o fundamentalismo no âmbito religioso é

necessariamente (neo)conservador, de modo que, ao tratarmos mais amplamente do movimento neoconservador nos encontramos, em muitos momentos, com movimentos fundamentalistas religiosos.

Na próxima seção, buscaremos verificar de que modo os pressupostos aqui discutidos se apresentam na realidade política brasileira e suas relações com outras vertentes teóricas, com destaque ao neoliberalismo.

3.3 NOVA DIREITA BRASILEIRA: PONTOS DE ENCONTRO

O atual contexto político brasileiro é caracterizado pela atuação de uma nova direita, que aglutina com maior expressão pressupostos do neoliberalismo e do neoconservadorismo. As duas seções que precedem, apresentaram elementos gerais acerca destes dois grandes grupos, neoliberais e neoconservadores, buscando situá-los ideologicamente, sistematizando suas perspectivas de modo a verificar pontos de aproximação e diferença. Além de compreender uma e outra perspectiva, consideramos fundamental colocá-las em comparação, mapeando especialmente as contradições que se colocam entre elas, entendendo que a contradição é categoria elementar do movimento do real.

A conformação de uma nova direita, nos termos aqui tratados, é resultado de um fenômeno particular de avanço do pensamento e ação política da direita que, no Brasil, tem como marca de ascensão os anos 2000, cujas expressões mais recentes foram o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2015, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. No entanto, trata-se de “um processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma de suas manifestações, entre várias outras, o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica” (CASIMIRO, 2018, p. 42).

Significa dizer que a nova direita passa a se construir no Brasil a partir do processo de abertura democrática, com vistas a reorganizar suas formas de atuação em um contexto em que a correlação de forças se mostrava mais favorável a um projeto defensor do papel do Estado com relação à materialização de direitos e garantias sociais, minimamente comprometido com ideais democráticos de coletivização das decisões e participação popular.

A democracia liberal e a garantia de direitos não são necessariamente prejudiciais ao capitalismo, pois “são elementos próprios ao processo de produção capitalista, pois reforçam a ideia de unidade e coesão social” (ALMEIDA, S. 2018, p. 29), o que explica o próprio processo de abertura democrática, que se caracterizou como um pacto social de conciliação:

Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira mais geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente hegemônico (MIGUEL, 2018, p. 23)

No entanto, em períodos de crise e instabilidade, em que as contradições do capitalismo são expostas e perde-se o controle ideológico e político sobre as suas fraturas, “a democracia e a cidadania poderão e serão ultrapassadas pela necessidade de conservar as formas sociais” (ALMEIDA, S. 2018, p. 29). Nestes momentos, mesmo as democracias de baixa intensidade são intensas demais para as classes dominantes (LOWY, 2016):

Na verdade, é fácil prever: sempre que acontece algum avanço, do ponto de vista dos interesses populares e nacionais, segue-se um retrocesso institucional, político, social-econômico. Com uma diferença: os avanços, quase sempre, são epidérmicos, pequenos arranhões na casca grossa que protege os proveitos, as vantagens e os ganhos das classes dominantes, enquanto os recuos entranham-se fundo no lombo desprotegido das classes populares (REQUIÃO, 2016, p. 93-94)

Mais à frente, ao longo do ciclo dos governos petistas isto se torna evidente, na medida em que pequenos avanços em termos de direitos humanos, liberdades democráticas e justiça social foram objetos de ataques da direita política, representante da elite brasileira.

Isso é expressão da correlação de forças por projetos societários distintos, ancorados em projetos políticos que se fundamentam a partir de determinadas visões de mundo e de sociedade. Nesse sentido, novamente afirmamos que a correlação de forças no contexto brasileiro neste período particular de crise do capitalismo tem se mostrado favorável ao avanço de perspectivas neoliberais e neoconservadoras, que se materializam por meio de sujeitos individuais e coletivos que atuam na realidade social com muitas contradições.

O ponto central da aproximação entre neoliberais e neoconservadores se dá por um projeto comum de restauração do poder de classe, convertendo-se como estratégias do capital para superação da crise que se apresenta (PERONI; LIMA, 2020). Além disso, a defesa do poder corporativo e da iniciativa privada são pontos comuns às duas perspectivas, de modo que “o neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado” (HARVEY, 2014, p. 92).

Entretanto, a centralidade neoliberal na liberdade individual irrestrita é colocada em segundo plano pelo do neoconservadorismo, além de se tornar elemento de preocupação entre os neoconservadores, na medida em que ameaça a ordem social e civilizatória:

Se ‘a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais’, como disse de início Thatcher, o caos individual pode vir a se sobrepor à ordem. A anarquia do mercado, da competição sem peias (esperanças, desejos, ansiedades e temores individuais; escolhas de estilo de vida de hábitos e orientações sexuais, formas de auto-expressão e comportamentos com relação aos outros) gera uma situação cada vez mais ingovernável (Harvey, 2011 p. 92-93).

Desse modo, “o neoconservadorismo existe há muito tempo como movimento não declarado contra a permissividade moral que o individualismo costuma promover” (HARVEY, 2014, p. 93). Além disso, o aumento do desemprego e a minimização de políticas sociais gera respostas dos movimentos sociais, que se organizam para reivindicar direitos e, diante dessa realidade, o neoconservadorismo investe na coerção – a militarização em particular e o idealismo punitivo em geral – como instrumento de controle e manutenção da ordem.

A instabilidade social consequente das medidas neoliberais de retirada de direitos produz um terreno propício para o avanço neoconservador, que emerge como projeto salvacionista diante de cenários de crise:

Por isso, tanto em momentos agudos da crise estrutural do capital, quanto em momentos de crise econômica de menores proporções, ou crises específicas, de natureza institucional, política, ou crises em que a hegemonia das classes dominantes se encontra ameaçada, ou nos momentos históricos em que convergem várias dessas crises, o conservadorismo avança ideológica e politicamente (SOUZA, 2016, p. 14).

Atravessada por essas e outras contradições, materializa-se a nova direita brasileira que suspende temporariamente suas divergências para a construção de um

projeto societário comum – ou, ao menos, para destruição de um projeto societário antagônico, que vinha avançando no último período. Dessa forma, a nova direita se constitui como um campo político que forja uma unidade pragmática a partir da percepção de um inimigo comum, em um projeto de reestruturação do poder de classe (CASIMIRO, 2016; CARAPANÃ, 2018; MIGUEL, 2018).

O projeto societário da nova direita passa pela construção de um projeto educativo condizente com seus princípios e valores, uma vez que a escola se constitui como espaço privilegiado de formação social, razão pela qual as disputas pelo seu conteúdo são tão fortes e estão presentes historicamente. Tratando-se de uma correlação de forças, não é um processo estático e unilateral e no momento atual, dado o contexto de fortalecimento da nova direita brasileira e seus ideais, mostra-se favorável ao avanço de um projeto educativo que busca redefinir princípios da educação nacional.

Seu projeto educativo se apresenta como oposição à educação básica escolar consagrada pública, gratuita, obrigatória, igualitária, inclusiva e laica cuja função social “é de assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, por meio de currículos que mobilizem conhecimentos científicos e desenvolvam atitudes e valores necessários à vida coletiva” (CECCHETTI; TEDESCO, 2020), valores estes que vêm fomentar formas de solidariedades sociais, na direção da justiça social.

Veremos, no capítulo seguinte, quais são os principais sujeitos individuais e coletivos da nova direita brasileira que atuam em interlocução com o Governo Federal, influenciando na elaboração de políticas educacionais e apontando pautas prioritárias para a educação, com vistas a estabelecer determinados consensos em torno das diretrizes de seu projeto societário.

4 SUJEITOS DA NOVA DIREITA

Conforme discutido anteriormente, a nova direita brasileira se constituiu nas últimas décadas como parte de um movimento internacional, não isolado, e é composta por diferentes sujeitos individuais e coletivos em relação, que atuam em projetos de construção de uma determinada agenda política-econômica para o país. Ainda que seja tratado como um grupo, a nova direita não é exatamente um coletivo homogêneo, mas é atravessada por divergências e contradições.

Muitos dos protagonistas da nova direita, bem como os projetos por eles representados, já atuam no cenário político desde bem antes do governo Bolsonaro e desenvolvem ações para além dele. Trata-se de um projeto de país que vem sendo disputado há tempo, mas que se materializa e se legitima com mais facilidade com a eleição de um governo cujas diretrizes incorporam este projeto. Assim, pode-se dizer que a correlação de forças está a seu favor e a nova direita ganha uma expressão e um potencial de atuação muito mais consolidado e avança a largos passos na materialização de seu projeto societário.

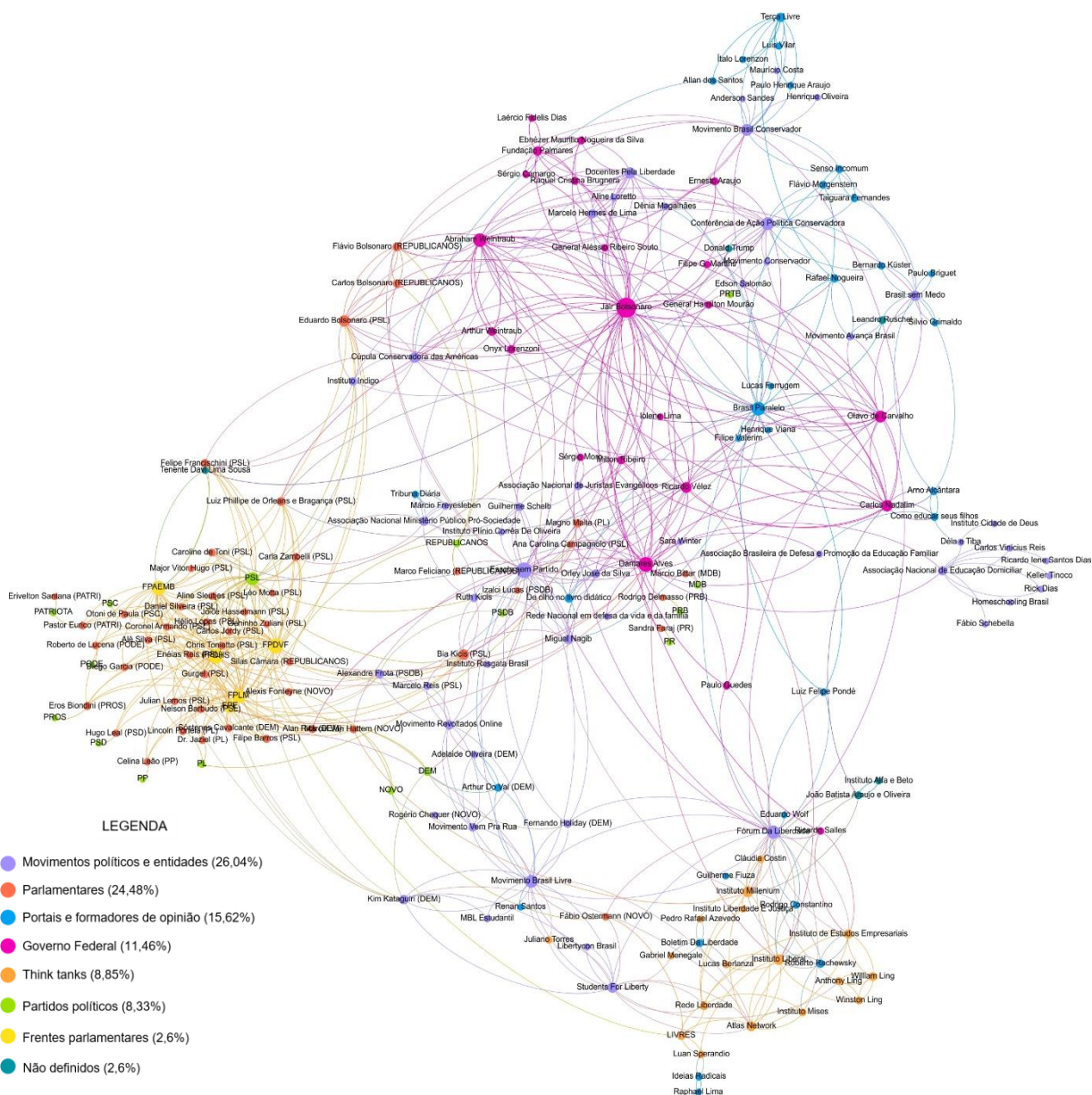
Este capítulo se propõe a apresentar os principais sujeitos individuais e coletivos da nova direita brasileira que atuam na disputa pela direção dos projetos educativo e societário junto ao governo federal. Além da indicação dos sujeitos, propriamente ditos, buscamos apresentar algumas de suas ações, seus discursos e proposições a fim de identificar as pautas por eles representadas e defendidas, especialmente no que diz respeito à educação.

Os sujeitos foram dispostos em formato de rede, a partir da construção de grafos por meio do *software* Gephi apresentados nas figuras⁷ ao longo do capítulo. Com base nas discussões anteriores, verificamos que as fronteiras entre neoconservadorismo e neoliberalismo não são sempre evidentes e não é nossa intenção categorizar os sujeitos quanto aos pressupostos ideológicos, mas sim agrupá-los quanto ao seu tipo de organização e atuação coletiva. Desse modo, estão distribuídos em seis grupos, quais sejam: 1) Governo Federal; 2) partidos políticos, parlamentares e frentes parlamentares; 3) *think tanks* de atuação nacional com

⁷ Devido à quantidade de sujeitos sistematizados, as figuras apresentam baixa legibilidade em uma primeira visualização, por isso foram inseridas no trabalho em uma boa resolução que permite a aproximação (*zoom*) para leitura e identificação dos sujeitos.

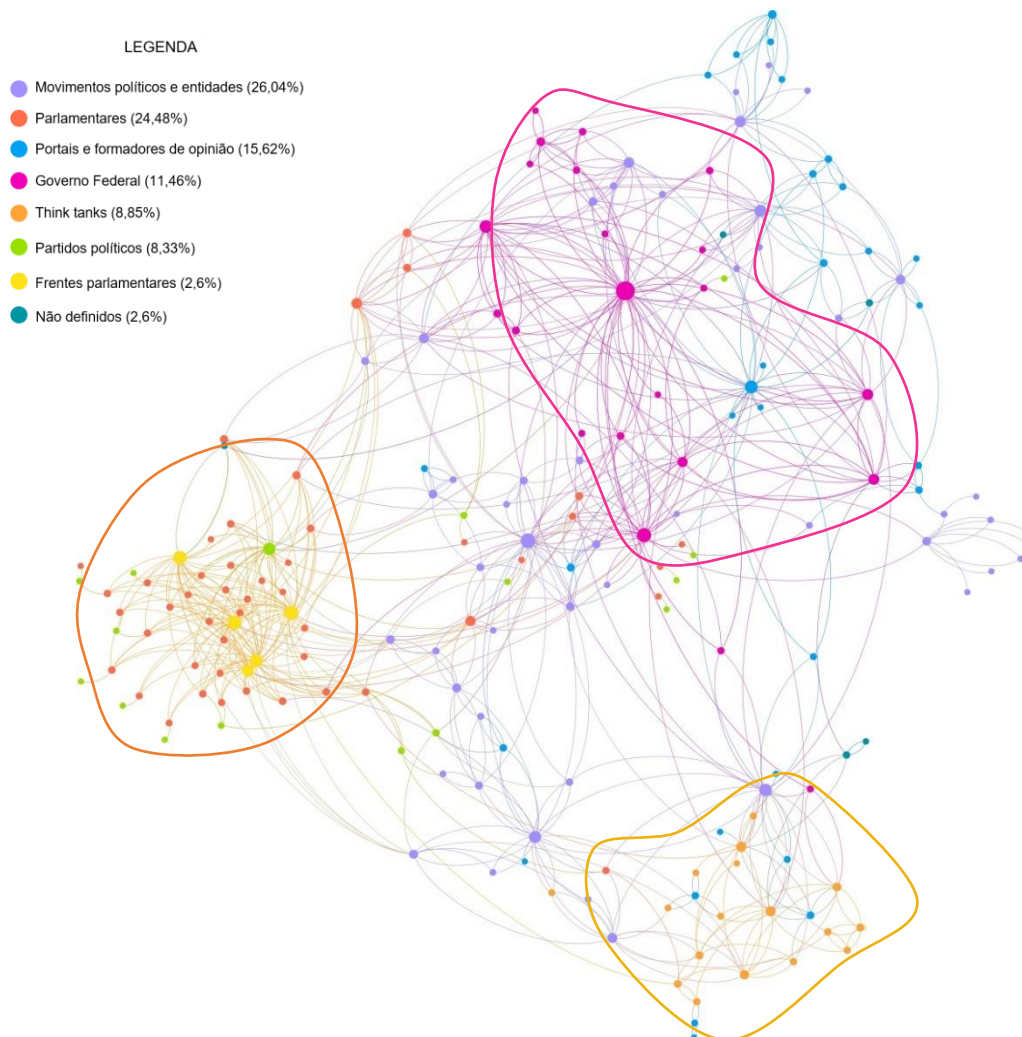
articulações em nível global; 4) movimentos políticos de agitação e propaganda; 5) entidades da sociedade civil que organizam determinados grupos de interesse; e 6) portais de comunicação e formadores de opinião. Estes dois últimos, grupos 5 e 6, atravessam os demais e seus sujeitos serão apresentados junto às demais categorias, de modo que não serão discutidos em seções particulares. O quinto grupo, cabe destacar, é apresentado na rede junto aos sujeitos do grupo quatro. Todos estes grupos atuam buscando influenciar a agenda de políticas públicas, a formação de opinião e a difusão dos fundamentos e valores do neoliberalismo e do neoconservadorismo, em maior ou menor grau, atravessando a educação brasileira.

Figura 1 - Rede de sujeitos da nova direita



Elaboração própria. Dados coletados no período de 2019-2020 e sistematizados no grafo em nov. 2020.

A legenda que acompanha a figura indica as cores que representam cada um dos grupos, além de quantificar percentualmente a presença de cada grupo na rede, de acordo com a quantidade de sujeitos de cada categoria que compõe o grafo. Importante destacar que parlamentares, partidos políticos e frentes parlamentares – que, para fins de análise, são tratados como um único grupo – foram categorizados isoladamente no grafo. A partir das informações inseridas no software, o grafo (rede) é organizado conforme as ligações que se estabelecem entre os sujeitos. O grafo apresentado na figura 1 é composto de 192 nós (sujeitos) e 703 arestas (linhas de ligação), dado que evidencia uma significativa quantidade de relações e interações entre os sujeitos. O software organiza os dados de modo a aproximar os sujeitos mais conectados e afastar os com conexões mais fracas. A rede será districada nas seções seguintes, mas desde já podemos identificar 3 *clusters* (comunidades) principais, conforme a imagem a seguir:

Figura 2 - Destaque dos *clusters* principais da rede

Elaboração própria. Dados coletados no período de 2019-2020 e sistematizados em nov. 2020.

Verifica-se, assim, um *cluster* (comunidade) em torno dos sujeitos do Governo Federal; outro centralizado pelos *think tanks*; e outro que aglutina partidos, parlamentares e frentes. Em contrapartida, as categorias de movimentos políticos e entidades (lilás) e a de portais e formadores de opinião (azul), ficam mais dispersas no grafo, atravessando os 3 *clusters* principais.

A partir da categorização anteriormente identificada é que desenvolveremos a descrição e análise dos sujeitos mapeados nas próximas seções. Cabe ressaltar que a definição e o enquadramento dos sujeitos nestas categorias se deu principalmente para fins de exposição e discussão. Alguns sujeitos individuais, como se poderá perceber ao longo das análises, compõem grupos que se encontram em categorias diferentes, o que demonstra que as linhas que separam suas formas de atuação são tênues e em muitos momentos os sujeitos se encontram e atravessam uns aos outros.

4.1 GOVERNO FEDERAL 2019-2022

O governo eleito em 2018 para cumprir o mandato de 2019 a 2022 é encabeçado por Jair Messias Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), tendo como vice-presidente o general Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), em uma chapa de coligação entre os dois partidos chamada “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”⁸. Antes de tratar do mandato, pensamos que seja relevante tecer algumas análises quanto ao processo eleitoral de 2018 e a correlação de forças colocada naquele momento político, que contou com 12 chapas na disputa presidencial, sistematizadas no quadro a seguir com a respectiva expressão de votos:

Quadro 1 - Candidatos à presidência nas eleições 2018

Candidato	Vice	Votos válidos	%
Jair Bolsonaro (PSL)	Hamilton Mourão (PRTB)	49.277.010	46,03
Fernando Haddad (PT)	Manuela D’Ávila (PCdoB)	31.342.051	29,28
Ciro Gomes (PDT)	Kátia Abreu (PDT)	13.344.371	12,47
Geraldo Alckmin (PSDB)	Ana Amélia Lemos (PP)	5.096.350	4,76
João Amoêdo (NOVO)	Christian Lohbauer (NOVO)	2.679.745	2,50
Cabo Daciolo (PATRI)	Suelene Balduino (PATRI)	1.348.323	1,26
Henrique Meirelles (MDB)	Germano Rigotto (MDB)	1.288.950	1,20
Marina Silva (REDE)	Eduardo Jorge (PV)	1.069.578	1
Alvaro Dias (PODE)	Paulo Rabello (PSC)	859.601	0,80
Guilherme Boulos (PSOL)	Sônia Guajajara (PSOL)	617.122	0,58
Vera Lúcia (PSTU)	Hertz Dias (PSTU)	55.762	0,05

⁸ Conforme ata da reunião dos membros da comissão executiva nacional do Partido Social Liberal – PSL, que trata da reunião de convenção partidária realizada em 05 de agosto de 2018. A reunião em questão substitui as deliberações da convenção partidária realizada na véspera, em 04 de agosto de 2018, que havia deliberado pela candidatura isolada do PSL com chapa composta por Jair Messias Bolsonaro e Luiz Philippe de Orleans e Bragança (TSE, 2018a; 2018b). A definição da candidatura de Bolsonaro ao cargo de presidente da República se deu em convenção partidária realizada em 22 de julho de 2018 (TSE, 2018c).

Eymael (DC)	Helvio Costa (DC)	41.710	0,04
João Goulart Filho (PPL)	Léo Alves (PPL)	30.176	0,03

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>.

Como demonstra o quadro, o resultado do primeiro turno representou novidade na trajetória política brasileira pós-ditadura, com a quebra do ciclo de polaridade PT-PSDB verificada nas últimas duas décadas. Inclusive a candidatura de Ciro Gomes, que se inseriu na disputa com representante de uma proposta de mediação entre os dois polos tradicionais, ficou à frente de Geraldo Alkmin (PSDB). A competição entre os partidos, como sugerem Moura e Corbellini (2019), foi substituída em 2018 pela rivalidade entre duas forças políticas mais amplas: o lulismo e o “partido da Lava Jato”, levando ao segundo turno as candidaturas de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, representantes de ocasião destas duas forças opostas, cuja caracterização dos autores parece pertinente a esta discussão:

O lulismo é um fenômeno que conjuga um líder altamente popular e uma narrativa histórica estruturada sobre o país. Envolve uma gratidão que transcende o clientelismo clássico. É a gratidão pelo acesso a oportunidades. Uma identificação de classe e de propósitos: Lula é percebido como um político que “governou para os pobres”. [...] o lulismo é um fenômeno cheio de significados políticos e simbólicos (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 54-55).

Conforme os autores discutem, a organicidade do lulismo atribui a ele a consistência de um fenômeno político. Em contrapartida, o chamado “partido da Lava Jato”,

Mostrou-se uma enorme onda social, que pressionava de fora para dentro o sistema político [...]. Esse “partido” não só elegeu Bolsonaro, mas protagonizou uma onda de renovação sem precedentes no Congresso em nossa história recente, relegando à condição de partidos médios as grandes estruturas partidárias herdeiras da Nova República, como MDB, PSDB e DEM (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 56)

Esta onda social, associada à reemergência da nova direita, conforme discussões anteriores, somada a outros fatores, como a crise institucional do sistema político e de representação partidária foi responsável pela vitória eleitoral de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018 com 55,13% dos votos, configurando uma vitória eleitoral atípica, de um candidato que nem mesmo recebeu apoio dos partidos tradicionais:

Afinal, estávamos diante de um candidato outsider (autointitulado “fora do sistema”), com menos de dez segundos de tempo de televisão na

propaganda oficial, sem estrutura partidária sólida que lhe garantisse palanques fortes nos estados e que, ao longo de sua carreira, colecionou manifestações no mínimo polêmicas e com alto potencial destruidor para uma carreira política [...] (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 27-28).

Jair Bolsonaro, que apresentava indicativo de sua candidatura à presidência da República desde a segunda eleição de Dilma Rousseff em 2014, quando foi o deputado mais votado no Rio de Janeiro, carrega consigo um histórico de 27 anos de vida parlamentar. Sua atuação, apesar de longa, não gerou significativas mudanças à legislação brasileira:

Jair Bolsonaro teria apresentado, nessas quase três décadas na Câmara Federal, um total de 171 projetos (entre projetos de lei complementar, de decreto legislativo e de propostas de emenda à Constituição – PECs), sendo que mais da metade está relacionada à segurança pública e ao setor militar. [...] – são 53 projetos para militares (32%) e 44 para segurança pública (25%). Nenhum, porém, foi aprovado (DIBAI, 2018, p. 75).

Apesar disso, foi um deputado que conquistou popularidade por conta de seus discursos e posicionamentos, dentro e fora da Câmara, adquirindo visibilidade midiática especialmente a partir de 2011, em meio ao debate sobre o material “Escola sem Homofobia”, proposto pelo Ministério da Educação. Os ataques a iniciativas como essa e a oposição às pautas de direitos da população LGBT, em nome da defesa da família, são incorporados à plataforma política e eleitoral de Bolsonaro, que passa a transitar fortemente pelo campo da discussão moral. Segundo Nascimento *et al.* (2018), naquele momento ele trouxe ao debate público um ponto de relativa importância para uma parcela dos brasileiros:

Recorrendo ao discurso em defesa da família tradicional – enquanto uma constituição da união entre o homem e a mulher –, o deputado Jair Bolsonaro toca numa questão sensível para grande parte da sociedade brasileira. Nesse sentido, ele ganha popularidade por externar esses valores morais para dentro da política. Tais valores sempre estiveram presentes no cotidiano, mas se apresentavam de maneira sutil e/ou mascarados. O deputado rompe com a lógica do politicamente correto embutido nessas concepções e delinea aspectos específicos da sociedade brasileira como meio de promoção de sua carreira política (NASCIMENTO *et al.*, 2018, p. 156).

Nesse sentido, Bolsonaro se apresenta como um político diferente, que não mede as palavras na defesa de suas ideias, atraindo uma parcela da população identificada com “posições anti-LGBT, anti-direitos humanos, anti-menor infrator, anticomunismo, anticorrupção, pró-armas, pró-pena de morte e pró-autoridade da família tradicional, etc.” (DIBAI, 2018, p. 88).

Jair Bolsonaro soube se posicionar [...]. Apresentou-se como um inimigo visceral do PT e como um político “diferente de tudo que está aí”, e sustentou um discurso politicamente incorreto de enfrentamento contra a “bandagem”, além de uma defesa conservadora dos valores e da família cristã (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 57).

Expressão disso é o fato de que a maior presença midiática do deputado ao longo da vida parlamentar foi decorrente de posicionamentos políticos relacionados a críticas aos direitos humanos, apologia à ditadura militar e defesa dos direitos dos militares (NASCIMENTO et al., 2018). Suas posições sobre assuntos educacionais seguiram essa linha, tendo centralidade na oposição às políticas de educação relacionadas à equidade social, racial, de gênero e sexualidade e na defesa das escolas militares como exemplos de qualidade, disciplina e hierarquia.

Preocupado também com a suposta ideologização das escolas, militância dos professores e discussões de fundo moral e religioso que atravessam a educação, tornou-se um forte aliado do movimento Escola sem Partido (ESP), na busca de combater a “doutrinação ideológica” e a “ideologia de gênero”. Em campanha à presidência, Bolsonaro manteve essa linha, com discursos fervorosos com muito apelo emocional, atacando adversários e apostando em jargões. Conforme apresentado no *site*⁹ oficial de campanha:

Jair Bolsonaro é conhecido por suas posições em defesa da família, da soberania nacional, do direito à propriedade e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Suas bandeiras políticas são fortemente combatidas pelos partidos de ideologia esquerdista (BOLSONARO, 2018a, n.p.).

O debate sobre educação durante a campanha do presidencialista foi centrado no combate à ideologia de gênero e à doutrinação ideológica, tendo falado sobre isso reiteradamente ao longo da campanha eleitoral e conforme os excertos do seu plano de governo:

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, **SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE**. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico. [...] Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, **expurgando a ideologia de Paulo Freire**, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas. **Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação** (BOLSONARO, 2018b, p. 41-46, grifos nossos).

⁹ Disponível em www.jairbolsonaro17.com.br/biografia. Acesso em 24 fev. 2019. O *site* foi removido e, por algum tempo, o acesso era automaticamente redirecionado ao *site* do PSL (www.psl.org.br). Desde a saída de Bolsonaro do PSL, está fora do ar.

Destaca-se também a defesa de um maior rigor disciplinar nas instituições de ensino, inspirado nos preceitos militares e aparecem, ainda que com menos ênfase, a defesa da educação à distância e, no caso do ensino superior, o estímulo ao empreendedorismo.

O governo Jair Bolsonaro é fruto da coalizão de três grandes grupos, essencialmente, que incorporam os mesmos valores, princípios e projetos de educação e sociedade. De acordo com Freitas (2018) a composição do governo se dá por um núcleo liberal, um núcleo conservador e um núcleo que cuida do autoritarismo social como forma de governo, no qual se incluem os militares. Miguel (2018) faz uma diferenciação ao se referir às três principais vertentes que se destacam nesse contexto, quais sejam: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo (MIGUEL, 2018), nos termos discutidos no capítulo anterior.

A partir do que foi discutido no terceiro capítulo, propomos uma mediação entre estes autores e aproveitamos a discussão de Freitas (2018) sobre o núcleo do autoritarismo social no sentido de que este se superpõe aos demais, de modo que consideramos que os três setores fundamentais que se expressam na composição do governo são o grupo neoliberal, o grupo neoconservador e o grupo dos militares. Mais do que um aglomerado de grupos, entendemos que o governo Bolsonaro representa a coalizão entre pressupostos neoliberais e neoconservadores fazendo a mediação entre eles e, não sem contradições, avançando em pautas comuns aos dois.

Os três grupos encontram representação dentro do governo, ainda que atuem para além dele, a partir de diferentes sujeitos que disputam pautas, projetos e crenças. Muitas vezes suas diferenças são evidentes, mas em outras eles se sobrepõem e as fronteiras que os separam são bastante tênues, de modo que seja possível que um mesmo sujeito encontre-se entre os grupos, como intermediário, e que uma mesma pauta ou reivindicação ressoe em mais de um deles do mesmo modo.

O setor militar exerce significativa influência no governo, mas priorizamos nas análises os sujeitos que representam os dois primeiros grupos. Cabe demarcar que trata-se de um setor que integra o grupo do autoritarismo social, cuja presença se destaca no histórico brasileiro. Nas palavras de Veríssimo (2019) “temos o governo mais militar que o país já conheceu”. Desde o início, Bolsonaro e seu vice General Hamilton Mourão, evidenciaram essa aliança e ela foi, em grande medida,

responsável pela sua eleição. Especificamente em relação à equipe do presidente, além de ocuparem sete pastas como titulares, os militares estão presentes em outros postos importantes como é o caso de algumas empresas estatais; áreas econômicas estratégicas para grandes projetos e investimentos; na área jurídica e de segurança pública; além de terem uma presença significativa nas pastas da Educação, Direitos Humanos e Cidadania (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019).

Como dito, este grupo existe para além dos militares. Responsável pela implementação do autoritarismo social, ele se superpõe aos outros dois, representando sua face mais autoritária, como uma “coalizão de conservadores e liberais que se unem em uma forma autoritária de governar” (FREITAS, 2018, p. 909). Dagnino (1994) aponta o autoritarismo social como um mecanismo de exclusão que permeia o conjunto das práticas sociais e, como consequência, reproduz desigualdades nas relações sociais. Segundo a autora, é um fator impeditivo para a democratização da sociedade. Um representante civil de destaque desse núcleo é Sérgio Moro, o juiz responsável pela prisão do ex-presidente Lula com apoio do Supremo Tribunal Federal (STF), que encabeçou o Ministério da Justiça de Bolsonaro ao longo do ano de 2019, tendo saído do governo em maio de 2020.

O núcleo neoliberal, por sua vez, é identificado como grupo do mercado, defendendo sua liberdade econômica irrestrita e pressupostos de limitação do papel do Estado, especialmente em relação às políticas sociais. Conforme foi discutido no capítulo anterior, este grupo compartilha do diagnóstico de que o culpado pela atual crise é o Estado e se utiliza da retórica da crise para aumentar a retirada de direitos e diminuir (quando não esgotar) as políticas sociais. Sob o argumento de superação da crise, sustenta a aprovação de medidas nos moldes que já vinham ocorrendo no Governo Temer como a Emenda Constitucional do teto de gastos (BRASIL, 2016a), a Lei da Terceirização (BRASIL, 2017a), a Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017b) e, já no Governo Bolsonaro, as Reformas da Previdência, aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 103/2019 (BRASIL, 2019a).

Este núcleo é composto principalmente de sujeitos com trajetórias de atuação no mercado, com destaque aos economistas, egressos do mercado financeiro e aqueles com vínculos a instituições acadêmicas de tradição ortodoxa ultraliberal, como a Fundação Getúlio Vargas, IBMEC e a Universidade de Chicago:

Em suma, chama a atenção o viés anti-Estado e antinacionalista da equipe, a ausência de quadros que tenham experiência ou afinidades

com os setores produtivos e o grande peso de representantes do sistema financeiro especialistas em estratégias de valorização patrimonial que atuam prioritariamente na órbita da acumulação rentista em detrimento da produção e da geração de renda (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019, p. 5).

Os sujeitos que melhor representam este grupo no governo são o ministro da economia Paulo Guedes e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ambos com histórico de atuação em instituições do mercado de capitais.

Já o núcleo conservador aglutina sujeitos cuja preocupação central tem relação com as questões morais e culturais, fortemente vinculadas aos valores religiosos, a partir da perspectiva da família como entidade divina a ser protegida e fortalecida enquanto célula central da sociedade, em contraposição ao Estado. Principalmente pela vinculação religiosa fundamentalista, se opõe a pautas identitárias, de diversidade e de direitos sexuais e reprodutivos. Além do próprio presidente, uma forte representante deste núcleo é a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e dispersos em outros ministérios e secretarias.

Diante do que foi exposto no capítulo anterior, sobre a relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo, verificamos que alguns sujeitos são representantes das ideias centrais dos dois grupos, como é o caso de Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, que se intitula um conservador, mas representa e defende a “aliança liberal-conservadora”:

Mas é mesmo possível uma direita que seja ao mesmo tempo liberal e conservadora? O que está surgindo no Brasil e em outros países com outros formatos mas o mesmo espírito, como na Polônia, na Hungria e nos EUA de Trump, é justamente isso, o amálgama liberal-conservador, onde o anseio de uma economia aberta e a defesa das liberdades individuais se somam à promoção dos valores do patriotismo, da fé e da família (ARAÚJO, 2019, n.p.).

O trecho em destaque representa uma boa síntese dos principais discursos do governo, que aglutinam ideias fundamentais do neoliberalismo e neoconservadorismo na construção de um projeto comum, que alia a defesa do neoliberalismo no que diz respeito às políticas econômicas e de liberdades individuais e do neoconservadorismo quanto às questões morais, culturais e comportamentais.

Como expressão do intermédio destes grupos, encontram-se sujeitos como o primeiro indicado Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez e seu sucessor Abraham Weintraub, que representam a mediação em diferentes graus. Como será discurtido mais à frente, no entanto, o quarto indicado a assumir o comando da

pasta¹⁰, Milton Ribeiro, é mais notadamente vinculado ao campo religioso/conservador. De antemão, cabe pontuar que, assim como vários outros membros da equipe de Bolsonaro, Véléz e Weintraub são discípulos do escritor Olavo de Carvalho. Os seguidores do chamado “olavismo” têm como inimigos os movimentos de esquerda, se opõem ao “marxismo cultural” e à “ideologia de gênero”, defendem a militarização das escolas e o ensino domiciliar e promovem o revisionismo histórico e científico¹¹, pressupostos que têm origem entre grupos diferentes.

Conforme as discussões anteriores, sobre os matizes ideológicos da nova direita, podemos verificar que o Governo Bolsonaro tem capacidade de interlocução com os diferentes setores que compõem este grupo e suas pautas e propostas buscam dar conta das mais diferentes perspectivas teóricas e projetos societários. Desse modo, o presidente conseguiu construir uma base ampla de apoio político e simbólico. No entanto, essa multiplicidade de vertentes disputando a hegemonia interna no governo leva também à dificuldade de materialização de suas propostas em projetos e políticas. A atuação do governo desde a eleição indicou uma gestão pouco coesa, considerando que os posicionamentos da nova equipe se mostravam bastante contraditórios, quando não antagônicos entre si. Trata-se, por certo, de uma forte correlação de forças entre os sujeitos, em geral representados nos três grupos citados, que disputam a centralidade do discurso e das ações do governo.

A conformação da equipe de governo iniciou durante a campanha, sempre com a prerrogativa de nomear cargos técnicos e não a partir de alianças políticas, substituindo a coalizão de partidos pela coalizão de grupos de interesse. De acordo com publicação da Fundação Perseu Abramo (2019), o governo apresenta centros de poder bastante evidentes:

A trajetória de secretários nacionais, ministros e de outros postos chave do governo [...] aponta para uma homogeneização de interesses e posturas, como é o caso dos militares, presentes em quase todos os ministérios da República, dos “Chicago Oldies” que

¹⁰ Cabe adiantar que no período de janeiro de 2019 a julho de 2020, quatro Ministros passaram pelo MEC. O primeiro, Ricardo Véléz, foi substituído em abril de 2019 por Abraham Weintraub, que pediu demissão do cargo para atuar no Banco Mundial nos EUA em junho de 2020. Depois dele, Carlos Decotelli teve seu nome anunciado à chefia da pasta, mas sua nomeação foi cancelada dias depois, após polêmicas envolvendo seu currículo, que continha informações acadêmicas falsas (G1, 2020, n.p.). Por fim, o teólogo, advogado e pastor da Igreja Presbiteriana, Milton Ribeiro foi nomeado e tomou posse em julho de 2020.

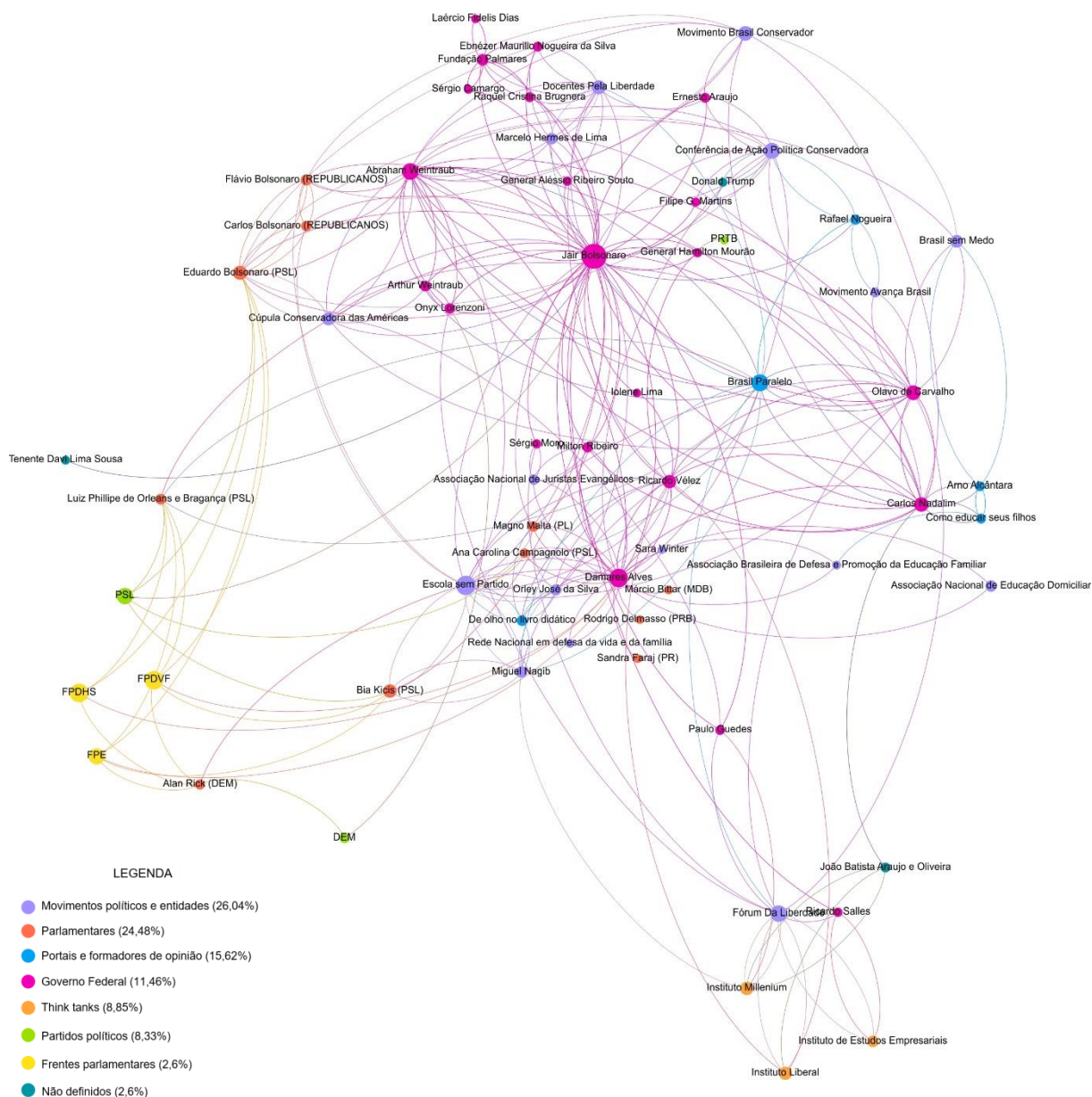
¹¹ Revisionismo no sentido de contestar e reinterpretar fatos históricos como o escravismo, nazismo e as ditaduras militares e estudos científicos que tratam, por exemplo, do aquecimento global e do formato do planeta Terra, por meio da manipulação dos fatos a partir de uma visão distorcida da historiografia e da ciência de modo geral.

ocuparam a economia, bem como organismos e empresas adjacentes, da “República de Curitiba”, que ocupou o Ministério da Justiça, do fundamentalismo religioso que tomou conta dos Direitos Humanos, do “olavismo”, que tomou conta de parte da educação, e das relações exteriores e dos latifundiários, que dirigem o Ministério da Agricultura e o Meio Ambiente (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019, p. 3).

A equipe inicial montada pelo presidente para compor os ministérios de seu governo reiteradamente sofre alterações. A propósito das nomeações iniciais, podemos traçar um perfil coletivo da equipe ministerial: a equipe foi composta majoritariamente por homens (apenas duas mulheres), brancos, com idade entre 40 e 75 anos. Quanto à filiação partidária, dez ministros eram filiados a partidos políticos, entre os quais PSL, DEM, MDB, PATRI e NOVO. Há representação do setor empresário e do mercado financeiro, além do setor militar com sete ministros. Quanto à trajetória política, cinco exerceram mandatos em cargos políticos anteriormente.

A figura abaixo apresenta a rede dos sujeitos do governo, representados pelos nós e arestas na cor rosa, e inclui os nós vizinhos destes sujeitos, ou seja, outros sujeitos externos ao governo federal com os quais se relacionam:

Figura 3 - Sujeitos do Governo Federal



Elaboração própria. Dados coletados no período de 2019-2020 e sistematizados no grafo em nov. 2020.

Mantendo-se a mesma legenda da figura 1, verificamos que sujeitos de todas as categorias discutidas neste trabalho aparecem na rede acima, de modo que é possível afirmar desde já – e é o que se pretende evidenciar nas discussões que seguem – que o governo Bolsonaro atua prioritariamente em interlocução com movimentos políticos e entidades (representadas na cor lilás), mas relaciona-se com todos os demais.

Entre os ministros do governo, o verdadeiro braço-direito do presidente desde a campanha presidencial é Paulo Roberto Nunes Guedes, atual ministro da Economia do Brasil. Guedes foi quem conseguiu atrair a atenção do mercado para a campanha de Bolsonaro, acrescentando à sua candidatura ideais do liberalismo econômico que até então não apareciam, e que causaram surpresa, uma vez que ao longo de seus 7 mandatos como Deputado Federal, Bolsonaro sustentou teses consideradas estatistas, em ocasiões em que se manifestou contrário às privatizações das telecomunicações e da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo¹².

Guedes foi quem acrescentou à agenda política de Bolsonaro pautas como privatização “de todas as estatais”¹³, as reformas tributária e da previdência. Também é dele a frase “mais Brasil, menos Brasília”¹⁴, escolhida como lema da campanha, que indica a perspectiva de uma nova Reforma do Aparelho do Estado. O ministério da Economia sob comando de Paulo Guedes formulou uma ampla agenda de transformação do Estado intitulada “Plano Mais Brasil”, apresentada em novembro de 2019, que reúne três Propostas de Emenda à Constituição (PEC): a PEC Emergencial (PEC nº 186/2019) pretende reduzir os gastos obrigatórios da União, nos moldes da PEC do Teto de Gastos (EC nº 95/2016) aprovada no Governo Temer; a PEC dos Fundos Públicos (PEC nº 187/2019) visa reduzir ao máximo a quantidade de fundos de destinação obrigatória, como é o caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e a PEC do Pacto Federativo (PEC nº 188/2019) propõe alteração na distribuição de recursos entre os entes federados, sob a prerrogativa de descentralizar o orçamento da União.

Economista com formação pela Universidade de Chicago, templo do liberalismo econômico, Guedes acompanhou de perto as reformas promovidas pelos *chicago boys* no Chile de Pinochet¹⁵, nos anos 1980, quando atuou como docente da Universidade do Chile, então sob intervenção militar. No Brasil, tem histórico de atuação no mercado financeiro, sem envolvimento com a política-partidária.

Conhecido por sua aproximação com o liberalismo econômico, participou da fundação do Instituto Millenium (IMil), um dos principais *think tanks* da direita brasileira

¹² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45770911> Acesso em: 20 fev. 2019

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/24/economista-do-psl-paulo-guedes-defende-a-privatizacao-de-todas-as-estatais.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2019

¹⁴ Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/recentes/por-mais-brasil-e-menos-brasil/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

¹⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html. Acesso em: 17 fev. 2019.

e, conforme será discutido a seguir, um dos principais espaços de formulação teórica e de formação dos intelectuais orgânicos do liberalismo e neoliberalismo no Brasil dos anos 2000. Apesar de Guedes possuir uma produção acadêmica pouco significativa, concordamos com Schaefer (2018) ao tratá-lo como intelectual,

Na medida em que atua na esfera pública, publicando textos, concedendo palestras, entrevistas e formulando – no passado e no presente – planos de governo. [...] sua atuação na vida pública é notória, e sua relevância recente o qualifica enquanto promotor de ideias relevantes ao debate político (SCHAEFER, 2018, p. 108).

Analisando artigos, entrevistas e documentos produzidos pelo economista na última década, mas especialmente no último ano, durante a campanha eleitoral, Schaefer (2018) visualizou que para o atual ministro os culpados pelos problemas do cenário político-econômico brasileiro não são os mesmos considerados pelo então presidente Bolsonaro:

Se, de um lado o economista acaba por culpar, de modo geral, a incompetência da social-democracia brasileira, no pós-Ditadura Militar, que nunca atacou, em suas palavras, de modo efetivo, o desequilíbrio fiscal existente no país, considerando que PT e PSDB seriam partidos “semelhantes”; do outro, em específico, o “marxismo cultural”, e suas derivações “como o gramscismo” (SCHAEFER, 2018, p. 110).

A parte econômica do programa de governo de Bolsonaro foi coordenada por Paulo Guedes e apresenta um forte vínculo com o liberalismo econômico, graças ao qual, segundo consta do plano de governo, “bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo” (BOLSONARO, 2018b, p. 13). Em entrevistas concedidas às vésperas da campanha eleitoral, Guedes situava seu plano de atuação nessa mesma direção, conforme ilustra o trecho destacado por Schaefer (2018) de uma manifestação do economista:

É importante explicar porque o Jair está subindo nas pesquisas. Você sabe qual a função básica de um governo? Se você perguntar isso para um social-democrata ele dirá que é saúde, educação, mas não é isso. Essa pauta é recente na história, surgiu há uns 300 anos, depois da revolução francesa. A função básica de um governo é proteger vidas e propriedades, e surgiu há 500 anos atrás, com Thomas Hobbes e depois com John Locke. É o que o Bolsonaro está dizendo (GUEDES, 2018 *apud* SCHAEFER, 2018, p. 99)

Do mesmo modo, conforme consta logo nas primeiras páginas no Programa de Governo de Bolsonaro, sob o título “O fruto da vida é sagrado!”, o projeto de governo (e, com isso, de sociedade) do presidencialista estaria apoiado em elementos centrais do liberalismo: a propriedade privada e a liberdade individual, conforme expresso no trecho que segue:

- Este é um país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Um Brasil de diversas opiniões, cores e orientações.
- As pessoas devem ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas, desde que não interfiram em aspectos essenciais da vida do próximo.
- Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados.
- Os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas (BOLSONARO, 2018b, p. 4).

Cabe destacar que o excerto aponta também para a importância da família e seu lugar em contraposição ao Estado, evidenciando uma forma de interlocução entre o ideal neoliberal e o ideal neoconservador, conforme discussões do capítulo anterior.

Em termos de proposições relacionadas à educação, o ministério da economia assume relevância, uma vez que a agenda econômica se concentra – como já o fez sob o governo Temer – no corte de gastos públicos, causando efeitos imediatos na educação pública, a exemplo da PEC do Pacto Federativo, que propõe medidas de ajuste fiscal, modifica a estrutura do orçamento federal, entre outras medidas. A medida foi anunciada em março de 2019 com indicativo de proposição após a aprovação Reforma da Previdência, uma das principais propostas do ministério, como complemento a já aprovada Reforma Trabalhista. Apresentada em novembro de 2019, a chamada PEC do Pacto Federativo visa descentralizar, desvincular e desindexar as verbas do Orçamento da União e, com isso, permitir que os políticos tenham absoluto controle sobre o dinheiro público arrecadado, decidindo sua destinação (onde e como investir). Na educação, por exemplo, a vinculação orçamentária que obriga que o governo gaste 18% do orçamento em educação, deixaria de existir a partir de alteração na Constituição Federal de 1988.

Desse modo, Paulo Guedes é sujeito central na elaboração de estratégias que descomprometem o governo com a educação brasileira, fortalecendo o Ministério da Educação em iniciativas de desmonte e progressiva privatização da educação pública básica e superior. Também foi do Ministério da Economia que saiu a proposta de emenda do governo para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), nas etapas decisivas de sua tramitação, que adiaria a renovação do fundo e deslocaria parte da verba federal de complementação para o Renda Brasil, programa de transferência de renda substituto do Bolsa Família.

A composição do Ministério da Educação (MEC), cuja análise muito interessa neste trabalho considerando seu papel fundamental na definição da política e das diretrizes educacionais, sofreu muitas mudanças ao longo do período analisado, que incluíram a substituições do Ministro, assessores e secretários. Nos primeiros 100 dias sob comando do novo governo, o MEC se destacava pela quantidade de mudanças, demissões, recuos e pronunciamentos polêmicos em torno de pautas e ações da pasta. Tais mudanças expressaram a correlação de forças estabelecida neste espaço e as disputas internas no ministério e no governo, de modo geral. Além disso, mapear os sujeitos nomeados, mantidos e descartados auxilia a identificar o perfil favorito de agente público neste espaço. Alguns destes sujeitos serão aqui apresentados com o intuito de elaborar um retrato da situação do principal órgão institucional da educação brasileira.

Diversos nomes ventilaram entre o governo e a imprensa, de possíveis indicados para assumir o comando do ministério. Gawryszewski e Monteiro (2020) apresentam um mapeamento dos principais nomes:

Para o cargo máximo na educação, o primeiro nome ventilado foi o do brasileiro de origem grega, Stavros Xanthopoulos, desconhecido do grande público, mas um nome que representa os interesses da Associação Brasileira de Educação a Distância, da qual é diretor. Xanthopoulos, na época da campanha, concedeu diversas entrevistas sobre suas ideias de ensino de “moral e cívica do século XXI”, desideologização da educação, ensino domiciliar e pela modalidade à distância. Embora as ideias do greco-brasileiro aparentemente se sintonizassem com as do presidente eleito, este não despertou maiores entusiasmos entre os intelectuais orgânicos das frações de classe dominantes, particularmente naqueles alinhados às fundações empresariais e recorrentemente ouvidos pela grande imprensa, que preferiam nomes mais “técnicos” e de acordo com a agenda hegemônica pela organização Todos pela Educação (TPE), como Maria Inês Fini e Mozart Neves Ramos. A primeira, além de ter sido uma professora universitária precursora da Faculdade de Educação da UNICAMP, tem ampla experiência em gestão educacional em diversos cargos no setor público e privado, sobretudo dirigindo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) durante o governo Temer (2016-2018). Sem destoar, Mozart possui vastíssimo leque de serviços prestados na universidade pública como Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, esteve no comando da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e no Conselho Nacional de Educação; e constantemente trabalha a serviço das próprias organizações empresariais, como o TPE e pelo Instituto Ayrton Senna (IAS). Entre os dois, Maria Inês foi publicamente rechaçada em entrevista por Bolsonaro (2018): “Pode esquecer. Essa não esteve à frente do Enem? Está fora, cartão vermelho”. Já Mozart teria sido convidado a assumir o cargo em visita à Brasília em novembro de 2018, quando, acompanhado da presidente do IAS,

Viviane Senna, foi entregar a agenda educacional do Todos pela Educação para o quadriênio 2019-2022, intitulada Educação Já. No entanto, especula-se que tão logo ocorreu a repercussão negativa junto à sua base parlamentar evangélica, Mozart teria sido desconvidado por Bolsonaro por ser considerado liberal demais, ao não estar alinhado com a pauta autoritária do Escola sem Partido e contra a “ideologia de gênero” e ter seu nome vetado pela bancada evangélica da Câmara, tal como foi expresso pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ): “Não dá, ele tem um viés diferenciado do que defendemos. [...] Ele ou outra com viés de esquerda não passarão” (CAVALCANTE, online). Eis que, surpreendendo a todos, em final de novembro, Bolsonaro anunciou como Ministro da Educação o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, professor aposentado de Filosofia e Ciências da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e de instituições privadas no Paraná (GAWRYSZEWSKI e MONTEIRO, 2020, p. 78-79).

Conforme apresentado pelos autores, fica evidente que os diferentes grupos aliados de Bolsonaro demandavam um alinhamento de ideias, um nome de consenso que desse conta de representar seus diferentes interesses de modo satisfatório, representando o processo de correlação de forças interno do governo federal com seus principais interlocutores.

O primeiro nomeado ministro de estado da Educação foi o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, filósofo, com formação em nível de graduação, mestrado e doutorado na área, além de uma graduação em teologia. Com inspiração liberal-conservadora, desenvolveu estudos sobre o pensamento político brasileiro e publica artigos no Instituto Liberal. Defensor da militarização das escolas e de valores como nacionalismo e patriotismo, é crítico ao chamado marxismo cultural, à ideologia de gênero e o pensamento gramsciano, considerando-os culpados pela destruição da tradição.

Além disso, expressou em diversos textos escritos anteriormente disseminados na mídia após a indicação de seu nome para o MEC, seus posicionamentos a favor do projeto “escola sem partido”, contrários à discussão sobre gênero nas escolas e que vê na educação o “fantasma” da ideologização na formação e atuação dos professores, nas provas do ENEM, etc. (ASSIS; LIMA, 2018, p. 683)

Em seu blog pessoal, no contexto da tomada de decisão de Bolsonaro sobre o nome que lideraria a pasta¹⁶, Vélez publicou um texto intitulado “Um roteiro para o

¹⁶ Bolsonaro indicou Ricardo Vélez Rodrigues no dia 22 de novembro através do Twitter. Antes disso, haviam sido cogitados outros nomes (oficiais ou não) que circularam pela mídia e causaram reações diversas entre os setores aliados do governo. O próprio nome de Vélez já era aventado desde o início do mês de novembro, período no qual o filósofo publicou o texto.

MEC” em que expressava o aceite da indicação, expondo suas motivações e intenções diante do cargo, entre as quais destacamos o excerto abaixo:

Enxergo, para o MEC, uma tarefa essencial: recolocar o sistema de ensino básico e fundamental a serviço das pessoas e não como opção burocrática sobranceira aos interesses dos cidadãos, para perpetuar uma casta que se enquistou no poder e que pretendia fazer, das Instituições Republicanas, instrumentos para a sua hegemonia política [...] Acontece que a proliferação de leis e regulamentos sufocou, nas últimas décadas, a vida cidadã, tornando os brasileiros reféns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista, travestida de "revolução cultural gramsciana", com toda a coorte de invenções deletérias em matéria pedagógica como a educação de gênero, a dialética do "nós contra eles" e uma reescrita da história em função dos interesses dos denominados "intelectuais orgânicos", destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em soma, do patriotismo (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2018, n.p).

Neste mesmo sentido, poucos dias antes de divulgar sua indicação, Bolsonaro afirmou que “precisamos de um ministro da educação com autoridade, que realmente entenda que somos um país conservador” (BOLSONARO, 2018c, comunicação oral), expressando o perfil do então futuro ministro da educação. Do mesmo modo, em seu primeiro discurso oficial, quando da cerimônia de transição de cargo do ministro da educação, Vélez exaltou a atuação de Bolsonaro como alguém que se opôs à degradação social e moral de nosso país, como pode ser observado nos excertos a seguir:

Jair Messias Bolsonaro prestou atenção à voz entrecortada de pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional. A agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se à tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa treslocada onda globalista, tomando carona no pensamento gramsciano e num irresponsável pragmatismo sofisticado, passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras – a família, a igreja, a escola, o estado e a pátria – numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social. Não foi fácil ao candidato Bolsonaro fazer frente à degradação reinante. [...] Combateremos com denodo o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2019, comunicação oral).

Ainda, declarou que sua equipe é formada por jovens que receberam formação de dois grandes educadores: Antônio Paim e Olavo de Carvalho, que serão discutidos mais à frente, dos quais emerge inspiração liberal-conservadora de seu projeto educativo. Sua relação com Antônio Paim é antiga, tendo sido seu orientando no curso de Mestrado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro nos anos 1970 e, a partir daí, desenvolveu a relação acadêmica e pessoal com o professor que foi, inclusive, a figura responsável pela sua aproximação ao

pensamento liberal, considerando que antes deste contato Vélez atuava em movimentos da esquerda católica, vinculados à Teologia da libertação, e outros grupos de militância inspirados em pressupostos socialistas (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2020). Segundo consta no artigo autobiográfico intitulado “O meu encontro com o pensamento brasileiro”, o ex-ministro aponta para a influência de Paim na indicação de leituras críticas à filosofia positivista:

O Curso de Mestrado tinha como área de concentração “Pensamento Brasileiro”, sob a coordenação de Antônio Paim, que passou a ser meu orientador. O mestre identificou logo a minha tendência esquerdista e, para dar embasamento ao tema que tinha escolhido, a filosofia política de inspiração positivista, passou-me um roteiro de leituras com a finalidade de aprofundar no Positivismo, bem como na crítica liberal ao mesmo (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2020, p. 4).

A partir das leituras e estudos desenvolvidos sob orientação de Paim, Vélez abandonou as ideias marxistas e se converteu em um liberal, adotando os pressupostos do liberalismo em sua docência:

Paim, com magnífica pedagogia, obrigou-me a ler os autores liberais e eles me mudaram. Larguei definitivamente o marxismo e aderi ao liberalismo. Grande libertação! Não posso não acreditar na possibilidade da conversão cultural. Assim como eu mudei, abandonando o marxismo e aderindo a uma perspectiva que defende a liberdade e a fé no indivíduo, devo acreditar que esse processo é possível em outras pessoas. Passei a adotar, na minha vida de professor, essa inspiração de fé nas pessoas e de possibilidade da conversão cultural (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2020, p.4-5).

Em termos de alianças, Vélez Rodríguez esteve situado entre os três grupos anteriormente discutidos que compõem o governo. Tendo sido indicado por Olavo de Carvalho para o cargo, fez parte do grupos dos chamados “olavistas”, ex-alunos e seguidores do filósofo de inspiração liberal-conservadora. Conforme os excertos acima, verifica-se a forte aproximação intelectual e política com o liberalismo, que o levaram a fazer parte do Instituto Liberal do Rio de Janeiro logo após sua fundação e da Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura, “uma organização conservadora que fazia oposição à esquerda radical e que apoiava o regime militar” (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2020, p. 7). Além disso, tendo parte de sua trajetória docente na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, além da participação regular em cursos do Clube de Aeronáutica do Rio de Janeiro, construiu fortes relações com o setor militar. Segundo Prado e Gomes (2018), desde o ministro coronel Jarbas Passarinho, ministro da educação entre 1969 e 1974, o MEC não tinha alguém tão alinhado ao pensamento militar à frente da pasta.

De acordo com Gawryszewski e Monteiro (2020), a equipe montada sob o comando de Vélez para compor o primeiro, segundo e terceiro escalões do ministério representava quatro grupos, convergindo com a composição dos três grupos que compõem o governo anteriormente discutidos, com alguns sujeitos com intersecções em mais de um grupo:

- 1) militares de carreira ou civis formados em suas instituições, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA);
- 2) funcionários públicos de carreira ou técnicos do setor privado com experiência em gestão corporativa;
- 3) ex-alunos e orientandos do próprio Vélez Rodríguez na UFJF;
- 4) o inusitado segmento daqueles que foram indicados pelo “polivalente profissional” Olavo de Carvalho (incluindo o próprio ministro), conhecidos como “Olavistas” (GAWRYSZEWSKI e MONTEIRO, 2020, p. 79).

Essa ampla aliança o colocou em um terreno difícil de atuação, que, somado à falta de experiência na gestão de políticas públicas educacionais, levou a uma forma de crise no MEC ainda nos primeiros meses de mandato. A composição do ministério foi bastante alterada em curtos espaços de tempo. Exemplo disso foi o que ocorreu com o cargo de Secretário Executivo da pasta que no ano de 2019, em um período de 17 dias recebeu indicação de três nomes diferentes. A transferência do cargo, nomeações e demissões foram comunicadas pelo Twitter: em 12 de março, Vélez comunicou a transferência do cargo de Luiz Antonio Tozi para Rubens Barreto da Silva, embora a nomeação nem sequer fora publicada no Diário Oficial da União (DOU). Em 14 de março a pastora evangélica Iolene Lima, que atuava como diretora de capacitação do ministério foi indicada para assumir a Secretaria Executiva, também sem nomeação no DOU¹⁷. Formalmente, Iolene Lima ocupou a posição de “substituta eventual” do cargo de Secretário da Educação Básica até 28 de março, quando foi dispensada oficialmente do Ministério. Já na edição do DOU de 29 de março, foi publicada a nomeação do tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira para o cargo. Ainda que pouco relevantes para a estruturação e atuação do ministério, consideramos que estas informações são significativas na medida em que expressam características da atuação do Ministério da Educação e do novo governo, de modo geral: via redes sociais e sem qualquer formalidade.

¹⁷ Disponíveis em: <https://twitter.com/ricardovelez/status/1105573182981984256> e <https://twitter.com/ricardovelez/status/1106253245830303745>, respectivamente. Acesso em: 31 mar. 2019.

A aproximação com militares se dá também por alinhamento ideológico, uma vez que Vélez é conhecido defensor do modelo militar de ensino, conforme expresso no trecho que segue:

Tenho destacado, sempre, que as Escolas Militares oferecem um ensino de qualidade, superior ao que se oferece nas Universidades, em decorrência de dois fatos: a meritocracia que é escrupulosamente respeitada nesses Centros e, de outro lado, por força das avaliações regulares a que são submetidos os docentes, prática que não conseguiu ser implantada, com seriedade objetiva e continuidade, nas nossas Universidades públicas (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2020, p. 20).

Além da nomeação de militares, algumas ações de Vélez evidenciam, de maneira mais direta, sua preocupação em agradar o núcleo militar do governo, entre as quais duas merecem destaque. Em fevereiro, o MEC encaminhou um e-mail a todas as escolas do país pedindo a leitura pública de uma carta do ministro e a execução do hino nacional, com os alunos e funcionários perfilados em frente à bandeira do Brasil. Além disso, solicitava a filmagem deste momento e que o vídeo fosse encaminhado à secretaria de comunicação do MEC. A carta era breve e, além do exposto, continha os seguintes dizeres:

Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos! (BRASIL, 2019b, n.p)

A ação do ministro gerou problemas em, pelo menos, duas dimensões: a solicitação de que as crianças sejam filmadas e tenham vídeo divulgado, sem a devida autorização dos responsáveis; e a utilização do *slogan* da campanha do presidente. Além destas há uma terceira questão que cabe ser discutida, especificamente sobre a execução do hino nacional com os alunos perfilados diante da bandeira. Segundo o MEC, a atividade faz parte da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais. A intenção da carta de “resgatar o civismo”, foi defendida pelo vice-presidente Hamilton Mourão:

Olha, eu acho que a discussão está mal centrada, não é? Porque o que nós estamos buscando? É resgatar o civismo. Infelizmente, ao longo dos últimos tempos, se perdeu respeito aos símbolos pátrios. Então a discussão é em torno disso aí. A forma como foi colocada é que não ficou boa.¹⁸

¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/26/ministro-da-educacao-reconhece-que-errou-ao-pedir-que-escolas-filmassem-criancas-cantando-o-hino.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2019.

No entanto, o coletivo *Professores contra o Escola sem Partido*, que reúne educadores e estudantes contra a censura nas escolas, aponta para o peso simbólico que carrega este ato, reforçado a partir dos slogan da campanha do presidencial:

[...] é claramente parte da estratégia bolsonarista de construção de um inimigo. Inimigo este tanto no plano externo, quanto interno. [Internamente] presenciamos uma reprise de períodos como o Estado Novo e a Ditadura Militar, em que símbolos de um patriotismo mitificado eram usados para criminalizar movimentos sociais. Hoje, todos aqueles que defendem os direitos humanos e se posicionam contra a perda de direitos sociais podem ser convertidos nesse tipo de inimigo (PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, n.p.).

Desse modo, destaca-se a necessidade de prestar atenção ao fato de que os símbolos nacionais foram recentemente mobilizados por governos autoritários para estabelecer uma falsa ideia de identidade e unidade e, conforme sugerem os autores do texto, este poderia ser o caso do novo governo.

A segunda ação de Véléz que merece destaque quanto à sua aproximação ao núcleo militar do governo foi a defesa pública do golpe militar de 1964, referindo-se a este período como um “regime democrático de força” e apresentando discordâncias com relação à forma como os livros didáticos representam este período da história brasileira¹⁹. Véléz apresentou proposta de alterações nos livros didáticos de história, para que “as crianças possam ter a ideia verídica, real” acerca deste período histórico da política brasileira. No entanto, a atitude foi criticada pelos próprios militares, que concordam que a narrativa hegemônica é parcial, mas acreditam que pautar essa discussão é um desgaste desnecessário²⁰. Esta ação foi considerada como uma tentativa de manutenção no cargo, uma vez que já havia especulações da sua demissão, que veio a se efetivar no início do mês de abril.

No dia 8 de abril, portanto, Bolsonaro publicou a substituição de Véléz no cargo pelo economista Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub. Até então, Weintraub era secretário-executivo da Casa Civil, o segundo posto mais importante do ministério comandado por Onyx Lorenzoni²¹:

¹⁹ Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6195975/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe#>. Acesso em: 07 abr. 2019.

²⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/defesa-de-64-irrita-militares-que-podem-saida-de-velez-do-mec.shtml>. Acesso em: 17 set. 2019

²¹ Segundo Lacerda (2019), o ex-deputado Onyx Lorenzoni é luterano, “membro da Frente Parlamentar Evangélica, desde seu primeiro mandato como deputado federal, há 12 anos, é considerado um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Foi membro de 10 CPIs [...]. Sua luta contra a corrupção é bastante conhecida” (LACERDA, 2019, p. 22)

Weintraub foi um dos integrantes da equipe do governo de transição comandada pelo atual ministro Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Ele e seu irmão, o advogado Arthur Weintraub – que também integra o governo, como assessor-chefe adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República –, participaram da formulação do programa de governo de Bolsonaro na área de Previdência, na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes (QUEM É... 2019, n.p.).

Weintraub é professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com graduação em Ciências Econômicas e mestrado em Administração na área de Finanças. Segundo consta em seu currículo Lattes, é “executivo do mercado financeiro, com mais de vinte anos de experiência, tendo atuado como Sócio na Quest Investimentos, Diretor Estatutário do Banco Votorantim, CEO da Votorantim Corretora no Brasil e da Votorantim Securities no Estados Unidos e na Inglaterra, além de ter sido economista chefe por mais de dez anos” (WEINTRAUB, 2019a, n.p.). Ou seja, sua carreira e atuação profissional e acadêmica não têm relação com a educação, mas sim com o mercado financeiro.

Segundo Freitas (2019), Abraham Weintraub é “mais do mesmo”, no sentido de que é também um seguidor de Olavo de Carvalho e suas teorias ideológicas, assim como o ministro a quem veio substituir:

Por outro lado, o novo ministro é mais do que conservador. Ele vem da área econômica e tem experiência na lógica operativa do neoliberalismo. [...] Dessa forma, é um nome que reúne as teses conservadoras e a lógica da privatização e da concorrência (FREITAS, 2019, n.p.).

Segundo o autor, com a mudança da equipe que compõe o MEC, este pode vir a ser orientado “por um lado, pelas teses conservadoras e, por outro lado, na lógica operativa do padrão sócio-político do neoliberalismo” e com isso, o MEC pode perder a qualidade de instituição social e ser transformado em uma organização empresarial (FREITAS, 2019). Com “carta branca” do presidente para montar sua equipe, Weintraub nomeou uma dezena de novas pessoas aos cargos de primeiro escalão do ministério. O cargo de secretário executivo, por exemplo, sofreu a quinta troca em 4 meses.

Logo após a nomeação de Weintraub, Eduardo Bolsonaro trouxe à tona nas redes sociais um vídeo de uma palestra na Cúpula Conservadora das Américas²²,

²² Cúpula Conservadora das Américas é um evento que “promete fazer frente ao Foro de São Paulo” (BOLETIM DA LIBERDADE, 2018, n.p.). Sua primeira edição ocorreu em 2018 sob coordenação dos deputados Felipe Francischini e Eduardo Bolsonaro, ambos do PSL. Além dos irmãos Weintraub, contou com a participação de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Paulo Guedes, Olavo de Carvalho e Allan dos Santos.

evento organizado pela Fundação Indigo do PSL realizado em dezembro de 2018²³, em que Abraham e seu irmão, Arthur, apresentam estratégias para vencer o marxismo cultural nas universidades a partir da teoria do Olavo de Carvalho. Ainda que tenha ocorrido antes de assumir o cargo no MEC, a palestra que integrou o painel Economia merece atenção, pois expressa suas posições a respeito das pautas que defende e evidencia sua influência política entre a nova direita brasileira liberal-conservadora.

Na ocasião, os irmãos discutem a estratégia dos comunistas para tomar conta das universidades, conforme fora descoberto por figuras como Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro e os filhos Eduardo, Carlos e Flávio Bolsonaro. Entre as afirmações, apontam que o comunismo é uma espécie de religião sem Deus; que o Brasil conservador cristão “conseguiu dar o primeiro sopro de contra-revolução contra esses comunistas”; e que “o comunismo é um vírus, ele vai se alastrando e se adaptando, não se iludam: essa briga tem que ser lutada!”:

Eles [os comunistas] têm técnica, mas a gente tem técnica de vencer deles, a gente é a prova disso. A gente adaptou a teoria do Olavo de Carvalho de como enfrentar eles no debate intelectual, não precisa “mandar pastar”. Quando eles falam “a ciência é burguesa”, fala “então vai embora daqui porque aqui é o templo da ciência, seu religioso” (WEINTRAUB, 2018, comunicação oral).

Os excertos apontados evidenciam concepções do novo Ministro acerca da educação e suas perspectivas, operando fortemente com a construção de um inimigo a ser combatido (dentro e fora da educação). O mesmo se pode perceber a partir de uma manifestação do ministro em entrevista ao Movimento Brasil Conservador (MBC), com transmissão ao vivo em novembro de 2019. Na ocasião, Weintraub aponta que os baixos resultados do país em avaliações como o PISA têm relação com o fato de que as estruturas da educação brasileira, centralizada no MEC foram feitas “para reforçar o regime totalitário”, “foram montadas para nos escravizar”:

A média da [universidade] federal são 10 alunos por professor. Por quê? Para dar tempo. Tempo para quê? Para militar. As universidades são, sim, plataformas políticas dos movimentos de esquerda no Brasil. [...] Objetivamente falando, é isso (WEINTRAUB, 2019b, comunicação oral).

²³ Disponível em: <http://www.cupulaconservadora.com.br/>. Acesso em: 13 abr. 2019. Na página pode-se visualizar os nomes de Abraham Weintraub e Arthur Weintraub como palestrantes do campo da economia no evento que fora realizado em 8 de dezembro de 2018. O evento foi transmitido ao vivo no canal oficial da Cúpula Conservadora das Américas no YouTube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4PQcEikkgTI>, acesso em: 13 abr. 2019. Após a nomeação de Weintraub ao MEC, Eduardo Bolsonaro postou em seu canal do YouTube o trecho da íntegra da palestra dos irmãos Weintraub, por sua vez disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EKTpVqLLoM&t=57s>. Acesso em: 13 abr. 2019.

Mais à frente, em março de 2020, Weintraub recebeu no MEC membros do portal Brasil sem Medo para uma entrevista, na qual reproduziu o mesmo discurso, verificado a partir da seguinte afirmação:

Eu encontrei um MEC que é talvez o paradigma desse trabalho totalitarista, esquerdófilo, que vem sendo implantado no Brasil há muitos e muitos anos. [...] O resultado que a gente tem hoje na área de educação e ensino foi exatamente o que era pra ter sido feito nesses anos todos: doutrinação, ignorância, erosão de valores clássicos ocidentais, desconstrução da família... (WEINTRAUB, 2020, comunicação oral).

Nota-se a partir dos excertos que são eleitos como “inimigos da sociedade”, tomando emprestada a expressão do conservadorismo clássico discutido no capítulo anterior, os movimentos e o pensamento de esquerda, como um conjunto de valores e pressupostos, representados principalmente pela figura do Partido dos Trabalhadores no governo federal, que são considerados responsáveis pelo “fracasso” da educação brasileira.

A chegada de Weintraub, que prometeu “pacificar o MEC”, foi marcada por polêmicas em torno do anúncio de um corte de verbas de 30% do orçamento de universidades federais que não apresentassem o desempenho acadêmico esperado e que, além disso, estivessem promovendo “balbúrdia” no espaço universitário²⁴. A Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foram enquadradas nestes critérios e tiveram 30% dos recursos para despesas descritórias bloqueados. O caso teve ampla repercussão e motivou questionamentos acerca dos critérios para seleção das universidades, posicionamentos de reitores das instituições e especialistas. Em seguida, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, secretário da Educação Superior do MEC, informou que o corte, na verdade, valeria para todas as instituições federais de educação (universidades e institutos).

Em resposta ao governo, entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), junto a entidades classistas dos profissionais da educação e movimentos sociais, convocaram grandes atos de rua em defesa da educação ao longo do mês de maio, que mobilizaram milhões de pessoas por todo o país, como forma de demarcar a oposição aos cortes e pressionar o

²⁴ O anúncio foi feito em entrevista para o Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/2019/entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-e-pelo-ministro-da-economia-paulo-qedes-brasilia-df>. Acesso em: 10 jun. 2019.

governo a recuar da decisão. A articulação incluiu a convocação de uma greve geral para o dia 14 de junho, contra as medidas gerais do governo de retirada de direitos dos trabalhadores, notadamente (embora não somente) representadas pela Reforma da Previdência.

Para justificar a decisão, o MEC repassou ao ministério da economia a responsabilidade sobre os cortes, por conta do contingenciamento de recursos anunciado no mês de março pela equipe econômica do governo para garantia de cumprimento da meta fiscal²⁵, congelando cerca de R\$ 30 bilhões dos gastos previstos para 2019. Como consequência, a educação também teria seus gastos limitados em cerca de R\$ 5,8 bilhões – o maior bloqueio entre as pastas em termos absolutos.

Cabe destacar, no entanto, que a política de cortes, desde o início do governo, esteve associada à discussão a necessidade de aprovação da Reforma da Previdência e outras medidas como a Reforma Tributária e a PEC do Pacto Federativo. Especificamente na ocasião dos cortes nas universidades, a Reforma da Previdência foi colocada, ainda que não abertamente, como moeda de troca, uma vez que, segundo o MEC, os cortes poderiam ser revistos pelo Ministério da Economia e da Casa Civil, no caso da aprovação da Reforma da Previdência. A campanha pela “nova previdência” nas mídias sociais chegou ao MEC, que passou a veicular a seguinte imagem:

Figura 4 - Campanha pela Nova Previdência



Fonte: Ministério da Educação no Facebook. Acesso em: 12 jun. 2019.

²⁵ Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-vai-bloquear-r-30-bi-em-gastos,70002762881>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Conforme discutido anteriormente, fica expressa a forte articulação entre os Ministérios da Educação e da Economia, de modo que a pauta educacional não pode ser analisada desvinculada do governo e seu projeto de sociedade, como um todo.

A ameaça de cortes não foi uma ação isolada, uma vez que a gestão de Weintraub no MEC se caracterizou por ataques às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), especialmente no que diz respeito à autonomia universitária. Neste aspecto, destaca-se a interferência na nomeação de reitores das instituições. Segundo levantamento realizado pelo Andes, até agosto de 2020, o governo já havia interferido em pelo menos 11 nomeações de reitores:

Veja abaixo a relação de intervenções já praticadas pelo governo Bolsonaro em IFEs:

Nomeações de interventores fora da lista: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ), Universidade Federal da Cidade do Rio de Janeiro (Unirio), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – neste último, uma decisão da Justiça suspendeu o processo e assegurou posse ao primeiro candidato da lista.

Nomeações do 2º ou 3º nome da lista tríplice: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) (ANDES, 2020, n.p.)

Em dezembro de 2019, o governo editou uma Medida Provisória (nº 914/2019) que altera aspectos da escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior (IFES), Institutos Federais (IFs) e do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, reduzindo a autonomia das instituições neste processo. Entre as mudanças promovidas pela MP, destacamos a padronização da proporcionalidade dos pesos de votos entre as categorias que compõem a comunidade universitária (peso de 70% aos votos dos docentes, 15% dos servidores técnico-administrativos e 15% dos estudantes), de modo a excluir a possibilidade de consultas paritárias, pauta histórica do movimento estudantil e dos servidores técnico-administrativos.

Pode-se dizer que o foco de Weintraub foi no Ensino Superior, com destaque às instituições federais, mas isso não significa que a Educação Básica ficou em segundo plano no ministério: ela só foi alvo de menos polêmicas e teve suas políticas encabeçadas por outras figuras da pasta, em especial o professor Carlos Nadalim, nomeado por Vélez Rodríguez (e mantido por Weintraub) para chefiar a recém criada Secretaria de Alfabetização (Sealf).

A Sealf foi instituída pelo governo Bolsonaro devido a promessa de campanha de priorizar a educação básica, com destaque à alfabetização. Com ela também foi criada a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), em substituição à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)²⁶. Outra grande novidade no MEC foi a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares vinculada à Secretaria de Educação Básica como espaço institucional de criação de programas e desenvolvimento de um modelo de educação cívico-militar, que será discutido no capítulo seguinte.

Quanto à Sealf, esta foi uma das secretarias que mais avançou na materialização de suas propostas em políticas educacionais, expressas principalmente por meio da Política Nacional de Alfabetização (PNA) instituída em abril de 2019 por meio do Decreto nº 9.765/2019 (BRASIL, 2019c), que será contemplada nas análises do próximo capítulo.

Carlos Francisco de Paula Nadalim, principal idealizador dos projetos para alfabetização nacional, tem formação em nível de graduação em Direito e mestrado em Educação. Atuou como docente em instituições de ensino superior e sua experiência com a Educação Básica se deu como coordenador pedagógico da Escola Mundo do Balão Mágico, uma instituição privada que atende turmas dos Anos Iniciais, criada pela mãe de Nadalim nos anos 1980.

Fundador de um blog chamado “Como educar seus filhos”, é divulgador de métodos e estratégias para alfabetização domiciliar de crianças:

Neste Blog, pretendemos postar dicas de ouro, objetivas, que você poderá colocar em prática no mesmo instante, constatando os resultados em pouco tempo. Você vai aprender **AQUILO QUE FUNCIONA** de verdade. E, de quebra, vamos alertá-lo(a) sobre aquilo que **NÃO FUNCIONA**. **Com isso, você vai economizar tempo e dinheiro na educação de seus filhos. Eu não tenho dúvidas.** (COMO EDUCAR SEUS FILHOS, 2020, n.p. grifos originais)

Defensor do *homeschooling*, Nadalim e seu parceiro de blog Arno Alcântara, buscam instrumentalizar famílias que desejam desenvolver esta modalidade educativa, além de atuarem como defensores e fomentadores do direito ao ensino domiciliar. Também são autores do blog figuras como Luiz Carlos Faria da Silva, professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que tem artigos publicados

²⁶ A Secadi foi criada em 2004 como resposta às demandas de movimentos sociais da educação. A secretaria era responsável por desenvolver ações no campo da alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, educação do campo, educação escolar indígena, educação em áreas remanescentes de quilombos, educação em direitos humanos, educação ambiental e educação especial.

pelo IMil; Marcela Saint Martin do blog “Leia para seus filhos”; e Robson Furlan, professor da escola Mundo do Balão Mágico.

O parceiro de Nadalim, Arno Alcântara, co-fundador do blog e sócio-proprietário da empresa Alcântara e Nadalim Cursos On-Line Ltda., fundada em 2014, é também dono do portal Brasil sem Medo²⁷, lançado em 2019 que se auto-intitula “o maior jornal conservador da internet brasileira”. O site teve seu lançamento divulgado pelo professor de filosofia online, Olavo de Carvalho, que é também colunista do portal e foi citado pela imprensa, à época do lançamento, como presidente do conselho editorial. Assim como Weintraub, Nadalim participou do Congresso Conservador Online, do MBC. Também contribuiu com o documentário “Pátria Educadora”, do Brasil Paralelo²⁸. Essas relações evidenciam a interlocução de membros do governo federal com movimentos políticos e portais de comunicação, conforme expresso pela rede apresentada na figura 3.

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) – substituto do Ministério dos Direitos Humanos do governo Michel Temer, que por sua vez substituiu o Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do governo Dilma Rousseff – também assume protagonismo no que diz respeito às políticas educacionais. Liderado por Damares Alves, este é o ministério que melhor representa o grupo neoconservador na composição do atual governo.

Damares Alves, atual ministra da pasta, é pastora evangélica, advogada e pedagoga. Teve longa atuação como Assessora Parlamentar do ex-senador pastor Magno Malta (PR-ES), que conduziu a prece da vitória eleitoral de Bolsonaro ao vivo em rede nacional de televisão. Também como assessora parlamentar atuou junto à Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida (FPFAV). Foi uma das fundadoras do movimento Brasil sem Aborto e também da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE).

²⁷ Brasil sem Medo é um jornal conservador, que tem em seu quadro de colunistas figuras como Bernardo Küster e Leandro Ruschel (Movimento Avança Brasil). Segundo consta no *site*, trata-se de uma iniciativa do filósofo e escritor Olavo de Carvalho, com Paulo Briguet como Editor-Chefe e Silvio Grimaldo como Diretor Executivo (BRASIL SEM MEDO, 2020). Segundo Valente (2020), na época do lançamento, “o *site* informou, na parte da ‘política de privacidade’, que pertencia à ‘empresa brasilisemmedo.com, propriedade do Arno Alcântara Júnior’. A referência a Alcântara não aparece mais publicamente no *site*” (VALENTE, 2020, n.p.)

²⁸ Brasil Paralelo é uma empresa fundada em 2016 por Filipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem, com influência de Olavo de Carvalho e com incentivo do empresário Leandro Ruschel. Segundo Casimiro (2019), “A plataforma Brasil Paralelo tem como principal escopo de atuação a ressignificação de processos históricos brasileiros como forma de legitimação de um projeto de hegemonia da extrema direita, no presente” (CASIMIRO, 2019, p. 16)

Sua vinculação religiosa é publicamente conhecida e suas manifestações expressam pressupostos do neoconservadorismo e até mesmo do fundamentalismo religioso, conforme as discussões que precederam. Já na cerimônia de transmissão do cargo apontou que “o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” (ALVES, 2019, comunicação oral). Sobre a participação dos evangélicos na política, considera que é uma relação natural e saudável:

Eu vejo de uma forma saudável e natural. Os evangélicos têm pautas, pautas positivas e essas pautas estão aí. Inclusive, foram essas pautas que elegeram o Bolsonaro, que é a defesa da vida, a proteção da criança, a defesa do idoso, a liberdade religiosa, entre outras. Então, os evangélicos têm pautas legítimas, e é quando se elegem que eles podem fazer uma ampla defesa das pautas que eles tanto falam na Igreja. Ou seja: podem trazer também essas pautas para o âmbito político (ALVES, 2020, n.p.).

Damares também defende o papel da igreja no combate ao aborto e à ideologia de gênero, além de fazer a defesa da vida desde a concepção (contraponto à pauta de descriminalização do aborto), da preservação e fortalecimento da família brasileira e dos papéis de gênero tradicionais: “neste governo, menina será princesa e menino será príncipe, tá dado o recado” (ALVES, 2019, comunicação oral). Em outras ocasiões estas perspectivas também ficam expressas:

A mulher nasceu para ser mãe. Também, mas ser mãe é o papel mais especial da mulher. E a gente precisa entender que a relação da mãe com o filho é uma relação muito especial. E a mulher tem que estar presente. Então a minha preocupação é: dá pra gente ter carreira, dá pra gente brilhar, dá pra gente competir, dá pra gente consertar as bobagens feitas pelos homens. Sem nenhuma guerra, mas a gente conserta algumas bobagens que eles fazem. Mas dá pra gente ser mãe, ser mulher e ainda seguir o padrão cristão que foi instituído pras nossas vidas (ALVES, 2018, comunicação oral).

Os discursos e ações de Damares são complementares aos dos ministros da educação no que diz respeito a pautas e projetos educacionais. A ministra também se opôs à chamada doutrinação ideológica nas escolas. Em novembro de 2019, chegou a anunciar a criação, em parceria com o MEC, de um canal de denúncias de professores por atos contra a família²⁹. Trata-se da reformulação de uma proposta vinculada aos projetos de lei do Escola sem Partido (ESP), que, entre outras coisas, previa a criação de espaços de denúncias anônimos de professores que estivessem promovendo “doutrinação ideológica” em salas de aula. O argumento da ministra para revisitar esta discussão é o cumprimento do que está previsto no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. O documento citado aponta para o direito

²⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/damares-anuncia-canal-de-denuncias-para-questoes-contramoral-religiao-e-etica-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

dos pais a que seus filhos recebam uma educação religiosa e moral de acordo com suas convicções e é também mobilizado pelo ESP em suas defesas, conforme se discutirá adiante. Na ocasião, a ministra afirmou que o canal deveria ser implementado ainda naquele ano, no entanto, o projeto não teve continuidade.

Também no campo educacional, entre as metas de seu ministério para os primeiros 100 dias de governo, pautava a regulamentação do direito ao ensino domiciliar (*homeschooling*) via medida provisória. De acordo com a ministra Damares Alves, o posicionamento da pauta no seu ministério, e não no MEC, se justifica por tratar-se de uma necessidade de muitas famílias e por isso deve ser tratado como direito da família brasileira. Decidindo por elaborar um projeto de lei, ao invés de medida provisória, o MMFDH e MEC construíram o texto do projeto em interlocução com associações defensoras do ensino domiciliar: a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED)³⁰, a Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar (ABDPEF) e a Homeschool Legal Defense Association (HSLDA).

Apostando na qualidade da formação religiosa, Damares Alves também defende a maior participação das igrejas evangélicas na educação:

As igrejas se posicionam sobre o conteúdo [da educação]. As igrejas têm exigido educação de qualidade, têm orientado os pais a exigir educação de qualidade, mas as igrejas poderiam ter mais escolas. Temos excelentes escolas no Brasil de origem evangélica, que dão um show de gestão e de qualidade. No entanto, eu acho que a Igreja Evangélica poderia ter mais escolas, especialmente no ensino infantil (ALVES, 2020, n.p.).

Cabe destacar que, diante da possibilidade de nomeação da ministra em dezembro de 2018, grupos e movimentos religiosos pró-vida e pró-família lançaram “Nota de apoio a Indicação de Damares Alves para o Ministério dos Direitos Humanos”, que contou com a assinatura de 118 entidades, além de médicos, profissionais liberais, lideranças religiosas e lideranças políticas, incluindo alguns parlamentares.

Entre as entidades, destacamos a Rede Nacional em Defesa da Vida e da Família, entidade que liderou a elaboração da carta; o Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil Sem Aborto, do qual Damares foi fundadora; o Movimento de Olho no Livro Didático, parceiro do Escola sem Partido; a Associação de

³⁰ Criada em 2010, por quatro casais praticantes de ensino domiciliar: Juliana e Luiz Starling; Keller e Bagordakis Tinoco; Cristiano e Fernanda Miranda; e Ricardo e Lílian Dias (VIEIRA, 2012). Atualmente o CNPJ é de propriedade de Ricardo Dias, presidente, em sociedade com Fabio Schebella e Keller Tinoco.

Parlamentares Evangélicos do Brasil (APEB), que se propõe a auxiliar parlamentares evangélicos a defenderem princípios e valores cristãos; e o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP), que defende a posição profética e política dos evangélicos com a sociedade e com o Estado.

Entre os parlamentares, assinaram a carta: Izalci Lucas – Senador (PSDB-DF), Márcio Bittar – Senador (MDB-AC), Alan Rick – Deputado Federal (DEM-AC), Celina Leão – Deputada Federal (PP-DF), Diego Garcia – Deputado Federal (PODE-PR), Erivelton Santana – Deputado Federal (PATRI-BA), Eros Biondini – Deputado Federal (PROS-MG), Hugo Legal – Deputado Federal (PROS-RJ), Roberto de Lucena – Deputado Federal (PV-SP), Rodrigo Delmasso – Deputado Distrital (PRB-DF), Sandra Faraj – Deputada Distrital (PR-DF), Ana Carolina Campagnolo – Deputada Estadual (PSL-SC), Clarissa Tércio – Deputada Estadual (PSC-PE), Graça Paz – Deputada Estadual (PSDB-MA), Helena Dualibe – Deputada Estadual (Solidariedade-MA), Márcio Pacheco – Deputado Estadual (PDT-PR), Professor Cleiton – Deputado Estadual (PSB-MG); além de alguns vereadores.

Outras figuras de destaque, que assinaram a carta e que são relevante para as análises aqui desenvolvidas são Guilherme Schelb, criador do Programa Infância Protegida e colaborador do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira; Miguel Nagib, fundador do Escola sem Partido; Orley José da Silva³¹, do blog De olho no livro didático, foi assessor parlamentar de Weintraub; e Sara Winter, ativista do grupo 300 do Brasil.

Isto aponta para o fato de que Damares Alves é figura publicamente valorizada pelos movimentos ativistas e entidades neoconservadoras pró-vida e pró-família, que a percebem como uma representante e a tem como aliada na construção de seus projetos societários, conforme apresentado na figura 3.

Ainda que estejamos tratando dos sujeitos que compõem o atual governo, nos parece necessário incluir na análise o escritor Olavo de Carvalho, uma figura que, apesar de externa, participa ativamente e influencia significativamente na agenda, na formatação e na composição do governo Bolsonaro. Olavo se apresenta como

³¹ Orley José da Silva é aliado de longa data do Escola sem Partido. Em 2017, organizou junto a Miguel Nagib e o então senador Magno Malta, um grupo de trabalho de fiscalização dos livros didáticos no senado (LIMA, 2017). Professor universitário e membro da Assembleia de Deus, Silva mantém um blog por meio do qual busca provar a doutrinação ideológica presente nos livros didáticos e paradidáticos: “o autor analisa e reproduz páginas de vários materiais didáticos, fazendo crítica a conteúdos tidos como marxistas e aos livros que apagam valores fundamentais do cristianismo” (BRAIT, 2016, p. 163). Foi indicado por Ricardo Vélez como assessor parlamentar do MEC, tendo sido demitido por Abraham Weintraub.

intelectual, filósofo, escritor, conferencista e jornalista, apesar de não ter um título acadêmico formal e ter construído sua carreira distante da academia. De todo modo, tornou-se uma grande referência intelectual da nova direita brasileira. Penna e Salles (2018) argumentam que sua trajetória

[...] associa-se intimamente ao fortalecimento de movimentos de orientação conservadora, que se consolidaram nos últimos 20 anos através de pautas como a desconfiança dos meios de comunicação e dos saberes acadêmicos, além de encontrarem na internet um dos seus principais meios de divulgação (PENNA e SALLES, 2018, p. 26)

Na mesma direção, Gallego (2018) explica que Olavo de Carvalho integra o atual fenômeno das redes sociais, como alguém “que soube se capitalizar com base nesse novo formato de se comunicar: fácil, rápido, polêmico e combativo”³². Assim, fazendo uso do seu *blog* e de redes sociais como Twitter, Facebook e seu canal no YouTube, conquistou seguidores pelo país inteiro, alcançando um público de milhares de pessoas, desde a juventude de direita, que o considera um ícone a ser seguido, até figuras políticas que compartilham seus valores e ideais.

Tanto isso é verdade que, mesmo vivendo há quase 15 anos nos EUA, conseguiu assumir protagonismo entre os sujeitos do atual governo brasileiro. Desde a campanha, Olavo de Carvalho foi apontado como o guru de Bolsonaro³³, participando de decisões importantes. Em vídeo publicado em seu canal no YouTube, alegou ter recebido convites de Bolsonaro, antes da eleição, para o ministério da educação e ministério da cultura. Afirmou ter ficado lisonjeado com as ofertas, mas não pôde aceitar, principalmente por não conhecer o funcionamento do ministério e a sua estrutura. Nessa ocasião, compartilhou a indicação do nome de Ricardo Vélez Rodríguez para o MEC, “uma pessoa altamente capaz, sugeri e estou muito satisfeito com a minha sugestão” (CARVALHO, 2018a, comunicação oral).

Desse modo, ainda que Olavo de Carvalho³⁴ não seja integrante formal do governo, ele apresenta significativa influência por meio de seus “discípulos” que o tem como referência e, como apresentado no início desta seção, estão espalhados pelos ministérios e secretarias, carregando suas pautas e empunhando suas bandeiras.

³² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html. Acesso em: 10 abr. 2019.

³³ Termo utilizado pela imprensa, como um sinônimo de “guia” ou “mestre”.

³⁴ Olavo de carvalho tem um canal no YouTube com 996 mil inscritos, é criador e professor do Curso Online de Filosofia (COF) desde 2009, conselheiro do Movimento Avança Brasil e idealizador do portal Brasil sem Medo.

Sua concepção sobre educação é centrada na ideia de que esta não deve ser uma responsabilidade do Estado:

Nessa hora em que há perspectiva de um novo governo, um governo em que o povo vai, pela primeira vez em 50 ou 60 anos poder confiar, começam a aparecer evidentemente as propostas educacionais e aparecer as fórmulas mágicas. Entre essas se destacam duas: colocar escolas militares em cada esquina e a outra é universalizar o *homeschooling*. Isso tudo é uma bobagem, porque o erro essencial é a ideia de que o governo federal tem que educar a nação. Essa é uma ideia comuno-fascista que entrou na cabeça do Brasileiro no tempo de Getúlio Vargas e não saiu até agora. O governo não tem que educar ninguém, minha gente, é a sociedade que tem que se educar a si mesma (CARVALHO, 2018b, n.p.).

Esta declaração se assemelha ao que discute o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, no sentido de que a centralização da educação pelo Estado, ou mesmo a atuação do Estado na educação, não são os caminhos ideais, mas sim a individualização da responsabilidade dos sujeitos sobre sua própria educação:

[...] a ideia de educação universal é opressão. Você deve oferecer educação pra quem quer educação, isso é coisa básica. Se o menino quiser estudar então o Estado, a sociedade, os ricos têm obrigação de ajudar. Você não pode fechar as portas, elitizar, não pode fazer isso. Tem que estar aberto para todos interessados. [...] Você tem que pegar as pessoas e dar a ela a oportunidade da educação, não a obrigatoriedade. Então o que eles chamam de democratização da educação é uma imposição tirânica, tá certo? Quer dizer, você tá amarrando a mão do cara e dizendo que é o direito dele... que coisa mais sínica, mais nazista, mais porca, mais filha da puta (CARVALHO, 2019a, comunicação oral).

Declarando-se estudioso de longa data da “dominação comunista do sistema universitário e do sistema cultural”, suas ideias acerca das questões educacionais giram em torno da influência da esquerda na educação brasileira, a doutrinação ideológica, associada às questões sexuais e “ideologia de gênero”, e o legado de Paulo Freire nos moldes do que fora apresentado por Bolsonaro e seus ministros da educação:

[...] daí veio esse pessoal petista, comunista e instrumentalizaram tudo. Eles não tão afim de educar ninguém, eles estão afim de criar militante, criar massa de manobra. [...] E pior: eles não vieram com a doutrina comunista, eles vieram com a ideia comunista já influenciada pela escola de Frunkfurt, que entrava com todo esse negócio da insatisfação sexual, do feminismo... e não estão lutando mais pela causa proletária, estão lutando pela causa dos insatisfeitos (CARVALHO, 2019b, comunicação oral).

Como filósofo autodidata, Carvalho argumenta que os brasileiros não tem amor e respeito ao conhecimento e se interessam apenas pelos títulos que as universidades conferem por meio dos diplomas, porque “a sociedade é muito confusa, você não tem normas e critérios morais claros de conduta, as pessoas não sabem o que elas devem fazer pra subir na vida ou pra ser aceito” (CARVALHO, 2019c, comunicação oral).

A citação a Olavo de Carvalho também é relevante para apontar “o quanto determinados sujeitos individuais têm tido capacidade de atuação, mesmo sem envolvimento direto, como grandes interlocutores na definição da agenda política e educacional” (PERONI; LIMA, 2020, p. 16). Como ele, outros formadores de opinião têm ascensão nos anos 2000, não só fazendo coro com a retórica da nova direita, mas subsidiando sua articulação e construção teórica, a exemplo de Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Marco Antônio Villa, entre outros, que reivindicam o título de direitistas, culpando a esquerda pelos problemas do país, uma vez que

[...] a esquerda passa a ser diretamente identificada com o mal, sintetizando os mais diversos aspectos negativos aparentemente dispersos na sociedade e na história. O argumento decorre da visão extremamente moralizada desses autores acerca da política e da sociedade. A moral, em seu procedimento mais corriqueiro, remete às divergências a valores transcendentais e absolutos, impassíveis de qualquer contestação, o que a torna extremamente útil para representações binárias, que tomam o opositor ideológico como inimigo. Frente ao inimigo não cabe o diálogo, mas a guerra (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 17).

Estes intelectuais da nova direita têm presença significativa na imprensa de grande circulação do país, como *O Globo*, *A Folha de S. Paulo* e o *Estado de São Paulo* e revistas como a *Veja*; apresentam crescente participação no mercado editorial; organizam-se em *think tanks* como o Instituto Liberal, Instituto Millenium e Instituto de Estudos Empresariais; têm influência partidária; engajam-se em movimentos políticos como o Escola sem Partido (ESP) e Movimento Brasil Livre (MBL); entre outras questões (CHALOUB; PERLATTO, 2015).

Com base no que foi discutido até aqui, podemos sistematizar os principais pressupostos e pautas dos sujeitos que compõem o governo federal sob o comando de Bolsonaro para a educação brasileira, marcadamente neoliberais e neoconservadores: 1) guerra cultural, no sentido do combate à doutrinação ideológica e ao monopólio da esquerda nas escolas e universidade; 2) defesa da família patriarcal e sua primazia sobre a educação dos filhos, especialmente no que diz respeito às questões morais e religiosas, mas não somente, proibindo a disseminação da ideologia de gênero e autorizando a prática do *homeschooling*, por exemplo; 3) descentralização e limitação do papel do Estado na educação, transferindo a responsabilidade para a iniciativa privada ou para as famílias, tendo o mercado como

parâmetro de qualidade; e 4) defesa dos valores militares para a educação, propondo parcerias entre instituições educativas e os militares.

A partir disso, na próxima seção, verificaremos a atuação dos parlamentares e partidos políticos em relação às pautas e propostas para a educação defendidas pelo governo federal, de modo a verificar a correlação de forças neste espaço e os sujeitos de maior influência.

4.2 POLÍTICA PARTIDÁRIA-PARLAMENTAR NA 56ª LEGISLATURA

Nesta seção buscaremos descrever e analisar a presença dos partidos políticos e parlamentares da atual legislatura, bem como sua influência sobre as pautas defendidas pelo governo federal. As análises são restritas à Câmara dos Deputados, por sua maior representatividade e porque o mandato dos deputados eleitos coincide com o da presidência da República, diferentemente do que ocorre no Senado Federal.

A partir de um mapeamento da composição da Câmara dos Deputados por partido político nas últimas eleições, verificamos um crescimento dos partidos de direita nas legislaturas recentes, além do aumento do número de partidos e a ascensão dos “partidos artificiais”, conforme mostra o quadro abaixo. No quadro estão destacados quatro partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), que se caracteriza como o partido mais tradicional da esquerda no país; Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB, antigo PMDB), que são partidos mais tradicionais da direita; e o Partido Social Liberal (PSL), que alçou Bolsonaro à presidência, mesmo sendo um partido pequeno com menos de 10 segundos de tempo de televisão.

Quadro 2 - Bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados 2010-2018

2010		2014		2018	
PT	86	PT	68	PT	54
PMDB	78	PMDB	65	PSL	52
PSDB	54	PSDB	54	PP	38
PP	44	PP	38	PSD	35
DEM	43	PSD	36	MDB	34
PR	41	PSB	34	PR	33
PSB	35	PR	34	PSB	32
PDT	27	PTB	25	PRB	30

PTB	22
PSC	17
PCdoB	15
PV	13
PPS	12
PRB	8
PMN	4
PSOL	3
PTdoB	3
PHS	2
PRTB	2
PRP	2
PTC	1
PSL	1

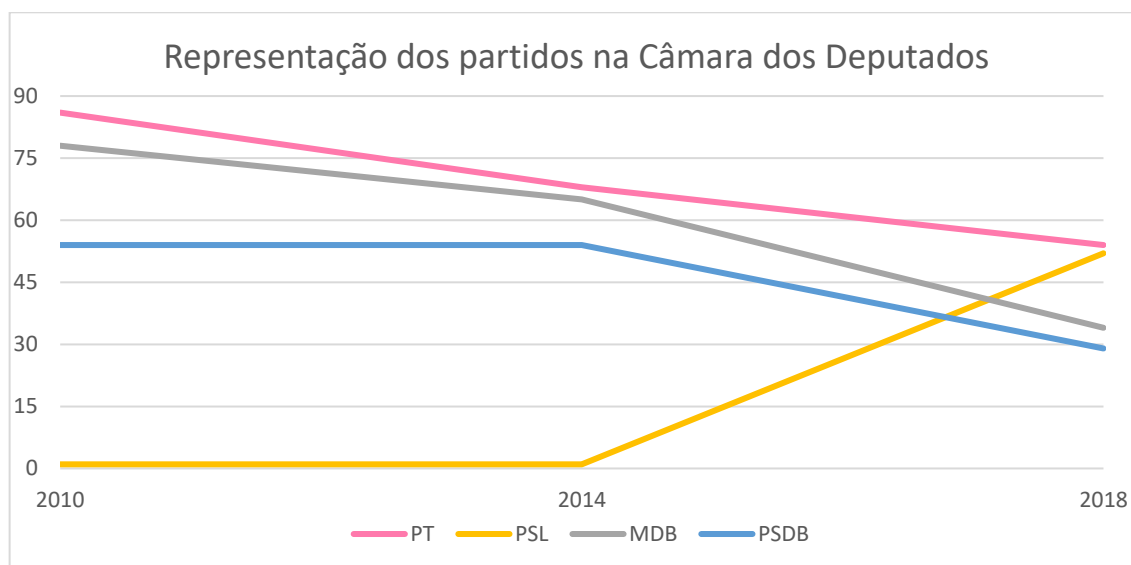
PRB	21
DEM	21
PDT	20
SOLIDARIEDADE	15
PSC	13
PROS	11
PPS	10
PCdoB	10
PV	8
PSOL	5
PHS	5
PTN	4
PRP	3
PMN	3
PEN	2
PSDC	2
PTC	2
PTdoB	2
PSL	1
PRTB	1

DEM	29
PSDB	29
PDT	28
SOLIDARIEDADE	13
PODE	11
PSOL	10
PTB	10
PCdoB	9
NOVO	8
PPS	8
PROS	8
PSC	8
AVANTE	7
PHS	6
PATRIOTA	5
PRP	4
PV	4
PMN	3
PTC	2
DC	1
PPL	1
REDE	1

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-eleicao>. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

A partir do quadro, verificamos na eleição de 2018 o significativo crescimento do PSL de Jair Bolsonaro, bem como um decréscimo do número de parlamentares eleitos pelo PT e pelos partidos mais tradicionais da direita historicamente eleitos, como o MDB e o PSDB, conforme expresso pelo gráfico abaixo:

Figura 5 - Crescimento das bancadas dos partidos políticos 2010-2018



Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

O movimento expresso pelo gráfico reforça a tese de que a disputa política que se apresentou em 2018 caracterizou uma eleição disruptiva:

[...] que desorganizou e alterou de forma ríspida os padrões, os atores, as referências de competição partidária vigentes. Junto com a eleição de Bolsonaro, houve a eleição do Congresso mais fragmentado desde o fim da ditadura militar, uma queda brusca na representação de partidos tradicionais como PMDB e PSDB, e a emergência de novas lideranças outsiders a postos importantes, como os governos dos estados do Rio de Janeiro [Wilson Witzel – PSC] e Minas Gerais [Romeu Zema Neto – Novo] (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 158)

Além disso, segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a última eleição representou a maior renovação no Congresso Nacional desde 1990, com 269 parlamentares estreantes, o equivalente a 52% do total, dos quais 141 se elegeram “em função da relação de parentesco com políticos tradicionais, lideranças evangélicas, policiais linha dura ou celebridades” (DIAP, 2018b, p. 1).

O PSL de Jair Bolsonaro, além de eleger a presidência da República, foi responsável pela eleição da “segunda maior bancada parlamentar, emergindo enquanto o maior e principal partido de direita da 56ª Legislatura (2019-2023) – um novo polo aglutinador de lideranças e grupos conservadores no país” (ARAGUSUKU, 2020, p. 121). Neste contexto, a bancada do PSL, com 52 deputados, só ficou atrás da do PT que conta com 56 parlamentares. Três deputados do PSL eleitos em 2018

fazem parte da lista dos dez candidatos mais votados no país, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 3 - Deputados Federais mais votados em 2018

Candidato	Estado	Partido	Votos
Eduardo Bolsonaro	SP	PSL	1.843.735
Joice Hasselmann	SP	PSL	1.078.666
Celso Russomano	SP	PRB	521.782
Kim Kataguiri	SP	DEM	465.310
João Campos	PE	PSB	460.387
Tiririca	SP	PR	453.855
Marcel Van Hattem	RS	NOVO	349.855
Helio Fernando Barbosa Lopes	RJ	PSL	345.234
Marcelo Freixo	RJ	PSOL	342.491
Pastor Sargento Isidório	BA	AVANTE	323.264

Fonte: DIAP, 2018b.

Quanto às informações do quadro, destaca-se a expressão de votos de Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, que foi o deputado federal mais votado da história do país. Em 2014, a título de comparação, o candidato ocupava a 64ª colocação no *ranking* com 82.224 votos. Atuante na Fundação Indigo, do PSL, foi um dos responsáveis pela organização da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC)³⁵ em 2019.

Também de acordo com o DIAP (2019) em pesquisa que mapeia há mais de duas décadas os “Cabeças”³⁶ do Congresso Nacional, isto é, os parlamentares que

³⁵ Organizado pela American Conservative Union, o Conservative Political Action Conference é o maior evento conservador dos EUA e é realizado anualmente na cidade Washington desde 1973. O CPAC foi trazido ao Brasil pelas mãos do deputado federal Eduardo Bolsonaro e da Fundação Indigo do PSL, que foi também responsável pela promoção da Cúpula Conservadora das Américas no ano de 2018. O CPAC Brasil 2019 contou com a presença dos Ministros de Bolsonaro Ernesto Araújo, Dameres Alves e Abraham Weintraub, além de figuras como Bernardo Küster (Brasil sem Medo, Livraria do Bernardo), Filipe G. Martins (Assessor Especial da presidência), Rafael Nogueira (Presidente da Biblioteca Nacional nomeado por Bolsonaro, ministrante de cursos do Terça Livre e membro do Movimento Avança Brasil), Flávio Morgenstern (editor chefe do Senso Incomum) e Taiguara Fernandes (articulista do Senso Incomum, Brasil sem Medo e outros). Contou com a exibição de dois vídeos do Brasil Paralelo.

³⁶ Os “Cabeças” do Congresso Nacional são, na definição do DIAP, aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pelo exercício de todas ou algumas das qualidades e habilidades aqui descritas. Entre os atributos que caracterizam um protagonista do processo legislativo¹, destacamos a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade, que é dinâmica, e,

protagonizam o processo legislativo, verifica-se que PT e PSL são os partidos que contam com maior influência na elite parlamentar: entre os 71 “cabeças” da Câmara dos Deputados em 2019, a maioria é do PT (12), seguido pelo PSL (6). Lembramos que os Senadores não estão inclusos neste levantamento e a correlação de forças varia um pouco se levando-os em consideração.

A configuração da Câmara dos Deputados a partir da eleição de 2018 evidencia que o governo Bolsonaro conta com um grande grupo de aliados na casa, o que certamente contribui para aprovação de seus projetos. Outras figuras, ainda que com menor expressão de votos ou capacidade de influência, são consideradas lideranças políticas da nova direita que, em interlocução com o governo federal, representam pautas que aliam o conservadorismo moral ao liberalismo econômico:

Bia Kicis (PSL/DF) e Carla Zambelli (PSL/SP), por exemplo, ganharam notoriedade apenas muito recentemente, durante as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff – a primeira como integrante do Movimento Revoltados Online, e a segunda como fundadora do Movimento Nas Ruas. Hélio Lopes (PSL/RJ), deputado mais votado de seu estado, é um dos militares que ascenderam politicamente nas últimas eleições, tendo sido apoiado diretamente por Jair Bolsonaro. Filipe Barros (PSL/PR) foi militante estudantil e ganhou visibilidade por seu ativismo evangélico e sua atuação conservadora pró-vida e pró-família, sendo um ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL). Todas estas trajetórias demonstram a pluralidade política destas novas lideranças conservadoras que iniciaram, em 2019, um primeiro mandato na Câmara dos Deputados (ARAGUSUKU, 2020, p. 124)

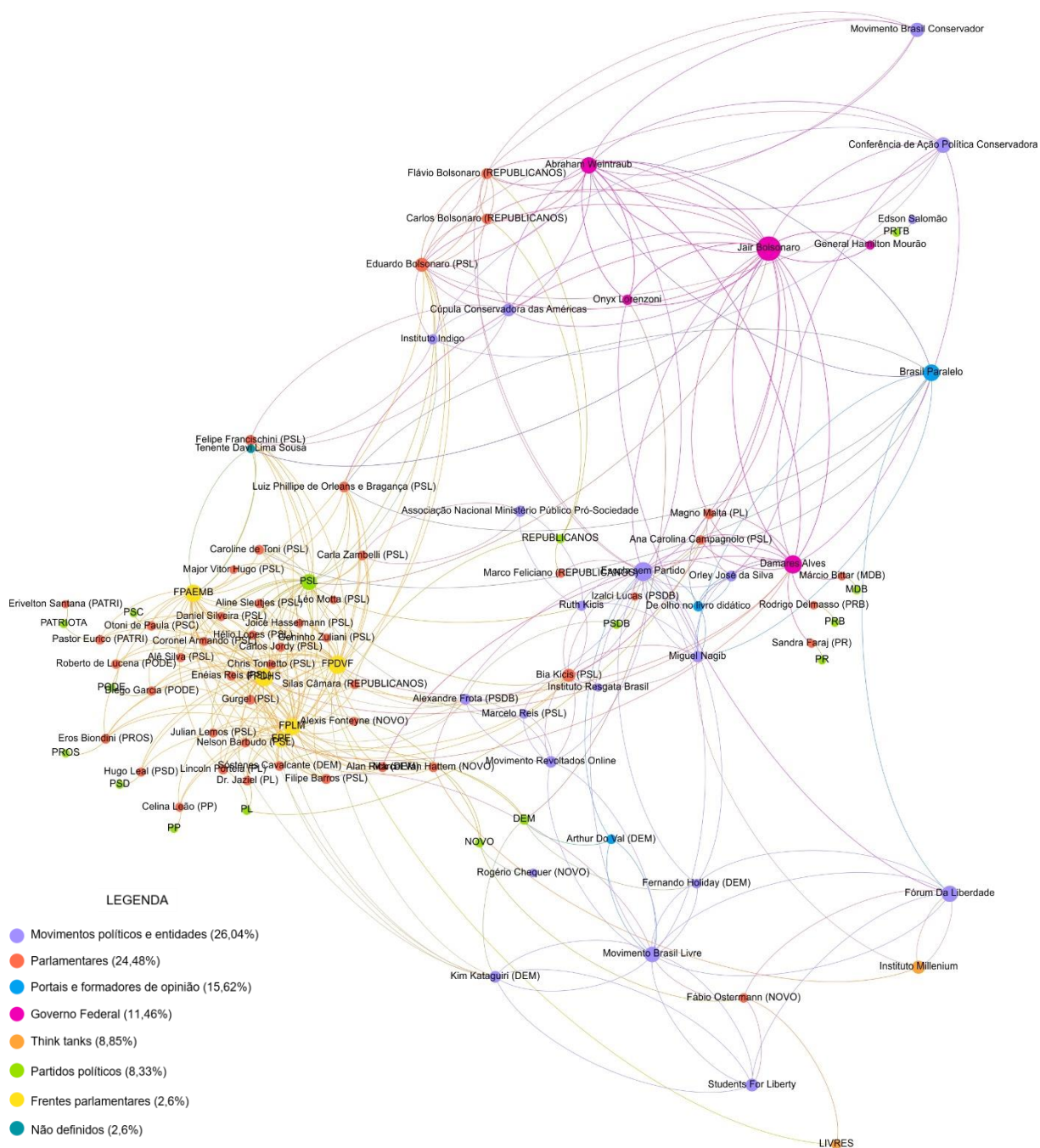
Além de sujeitos individuais, consideramos as Frentes Parlamentares como sujeitos coletivos de relevante influência política por aglutinarem pessoas com interesses comuns e se debruçarem sobre o avanço de seus projetos. Desse modo, buscamos verificar também a presença dos partidos políticos em frentes parlamentares específicas relacionadas às pautas da nova direita para a educação, conforme síntese da seção anterior. São elas, apresentadas segundo a ordem cronológica de sua criação: Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE); Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família (FPDVF); Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* (FPDHS); Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil (FPAEMB) e Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM).

principalmente, facilidade para conceber ideias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando sua repercussão e tomada de decisão. Enfim, é o parlamentar que, isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo (DIAP, 2019, p. 8).

As duas primeiras já existiam em legislaturas anteriores, já as demais foram criadas no ano de 2019, por parlamentares da atual legislatura.

A figura abaixo apresenta a rede dos sujeitos discutidos nesta seção, entre os quais se incluem partidos políticos, parlamentares e frentes parlamentares da atual legislatura. Além destes, constam também os nós vizinhos: sujeitos de outros grupos com os quais estes se relacionam:

Figura 6 - Sujeitos do poder legislativo: partidos, parlamentares e frentes



Elaboração própria. Dados coletados entre 2019-2020 e sistematizados no grafo em nov. 2020.

Verifica-se novamente a presença de sujeitos vinculados a todos os grupos discutidos neste trabalho e apontados na legenda, de modo que é possível afirmar que os diferentes grupos constroem relações de apoio com sujeitos que atuam no poder legislativo e recebem ou dispõem de influência partidária. Alguns sujeitos, como Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro, se distanciam do *cluster* (comunidade) central em torno das frentes parlamentares porque estão fortemente conectados com sujeitos de outros grupos. O mesmo ocorre com alguns partidos, que têm seus membros atuando em outras frentes além do poder legislativo, deslocando-se na rede.

As cinco Frentes Parlamentares serão brevemente apresentadas, com alguns apontamentos acerca da sua atuação e análise da influência dos partidos. Em seguida, apresentamos o mapeamento da presença partidária em cada uma das frentes em relação à bancada de cada partido de modo que seja possível verificar o engajamento dos partidos nestes espaços.

A Frente Parlamentar Evangélica é a mais antiga entre as aqui discutidas, que nasceu como bancada ainda em 1986 (DIP, 2018) e foi criada e registrada oficialmente em 2003 e ao longo do tempo vem consolidando a capacidade de influência no processo legislativo, “sendo considerado um grupo estratégico para formação de coalizões e obtenção de apoio político, revelando deste modo, o avanço do conservadorismo no Brasil” (ANDRADE; PINHEIRO, 2019, p. 5).

Destaca-se que a FPE não é integralmente composta por parlamentares evangélicos e fazem parte dela adeptos de outras religiões, especialmente a católica. Atualmente a FPE é composta por 195 deputados, o que representa 38% dos parlamentares da Câmara federal.

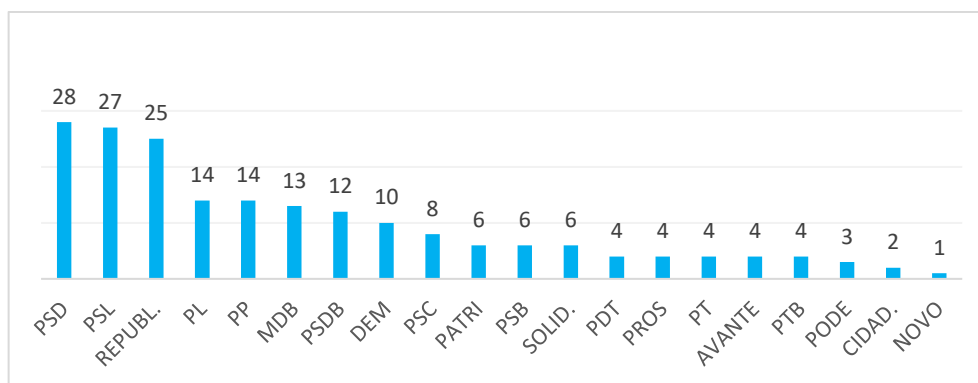
De acordo com seu estatuto, são finalidades da FPE:

- 1) Acompanhar e fiscalizar os programas e políticas públicas governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;
- 2) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e de sua atuação;
- 3) Procurar de modo contínuo a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, **combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua palavra** (CÂMARA DOS DEPUTADOS 2003, p. 1. Grifos nossos).

A partir do excerto, verifica-se que o esforço da frente é centrado no avanço de projetos e políticas vinculados aos pressupostos e objetivos cristãos. A presidência da FPE nesta legislatura é do deputado Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) e os

partidos com maior representação na FPE são PSD e PSL, seguidos pelo Republicanos (antigo PRB), que em 2016 ocupava o 1º lugar em representatividade (DIP, 2018):

Figura 7 - Composição partidária da FPE



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

A atuação da FPE no atual contexto político brasileiro pode ser compreendida a partir de um documento publicado em 2018 intitulado “Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros”, que sintetiza uma agenda mínima de diretrizes da legislatura que teria início em 2019:

De fato, para além da pauta tradicionalmente por nós defendida, - de preservação dos valores cristãos e de defesa da família -, compreendemos que é chegada a hora de darmos uma contribuição maior à sociedade [...]. Estruturado em **4 eixos principiológicos que se subdividem em 16 diretrizes**, o plano “O Brasil para os Brasileiros” é um verdadeiro planejamento estratégico. Fundado sobre os eixos **MODERNIZAÇÃO DO ESTADO, SEGURANÇA JURÍDICA, SEGURANÇA FISCAL e REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO**, o plano foi confeccionado para oferecer soluções para os principais gargalos do desenvolvimento nacional (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 2. Grifos originais).

Significa dizer que o ano de 2019 marcou a inauguração de uma nova tática de ação da Frente, que não mais se restringe às pautas tradicionais vinculadas à defesa da moral e dos costumes e que passa a intervir na discussão sobre o papel do Estado em relação ao desenvolvimento nacional. A defesa do documento é de enxugamento do Estado, desburocratização, parcerias com o privado mercantil, redução do funcionalismo público e utilização de mão de obra terceirizada, entre outras questões que dizem respeito à modernização do Estado, nos moldes da tradição neoliberal discutida no capítulo anterior, como “ponto de partida de um amplo processo de transformação da cultura político-administrativa brasileira”, sob o entendimento de que “as bases de um novo Brasil se darão em cima do tripé segurança jurídica, segurança

fiscal e revolução na educação” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 2).

No que diz respeito à educação, o documento propõe a valorização do mérito como chave do sucesso individual e do país a partir da defesa de uma educação centrada na competitividade e meritocracia, fazendo coro aos discursos manifestos pelos sujeitos anteriormente discutidos no sentido de combater um inimigo a quem é atribuída a culpa dos problemas educacionais:

A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, **do uso político-partidário** das escolas e universidades públicas, que se tornaram **instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista**, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários. A destruição dos valores e princípios do mérito escolar e do mérito acadêmico-universitário contribuiu para a **violência contra a civilização judaico-cristã**, atingindo duramente o Cristianismo, tal como aconteceu na URSS e demais Estados totalitários, como na Itália Fascista e na Alemanha Nacional-Socialista, China, Cuba etc. O mérito é rigorosamente democrático, todos podem conquistá-lo. O **democratismo comunista é a destruição do ensino de qualidade**, pois, quanto mais ideológico, mas ele se torna improdutivo, ineficiente e corrupto. O populismo educacional gerou incompetentes em todas as profissões, e as pessoas só conseguem superar esse atraso quando resistem a essa pressão e estudam por si mesmas (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 53. Grifos nossos).

Destaca-se a defesa dos valores judaico-cristãos como naturais à sociedade, em contraponto aos valores ideológicos de esquerda que subverteriam aos princípios da civilização. A ideia de doutrinação ideológica é novamente associada à suposta ideologia de gênero na perspectiva da destruição da moral e da família, devendo, por isso, ser combatida. Propõe-se também a “Universalização do amor à Pátria, aos Símbolos Nacionais, aos Heróis Nacionais e demais manifestações que agem no plano simbólico” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 56), evidenciando a relação entre o conservadorismo moral e o nacionalismo cívico.

Já a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família da atual legislatura é composta por 219 deputados, que representam cerca de 42% do total da Câmara. Sob o nome de “Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida” a frente foi criada em 2007 e relançada em 2015 com o nome que a identifica atualmente. De acordo com o estatuto atual da frente, ela tem como finalidades:

- 1) Acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais destinados a proteção e garantia dos direitos à vida, da família, da criança e do adolescente manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução.

- 2) Promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes ao exame de políticas públicas destinadas às famílias, às crianças e aos direitos à vida, à educação, à saúde e à segurança, divulgando seus resultados.
- 3) Participar de discussões, plebiscitos ou referendos, com o objetivo de assegurar os meios necessários para garantia dos direitos à vida e da família.
- 4) Apoiar instituições estaduais e municipais interessadas na defesa dos direitos à vida e da família junto a todos os poderes.
- 5) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros estados e países visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas destinadas à proteção à vida e à família e da sua atuação.
- 6) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, segundo seus objetivos.
- 7) Atuar, como *amicus curiae*, em ações relacionadas à temática da defesa da vida e da família, junto ao Supremo Tribunal Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019a, p. 1-2).

O relançamento da Frente na 56ª legislatura contou com a participação da Ministra Damares Alves do MMFDH, ocasião na qual afirmou que todas as políticas públicas devem ser construídas na perspectiva do fortalecimento da família, pois família protegida resulta em nação protegida. O Estatuto da frente prevê a elaboração de um regimento interno, no qual constará “a posição da Frente Parlamentar diante de alguns temas considerados polêmicos observando sempre o respeito à opinião e à convicção ideológica e religiosa de cada membro”. Este, no entanto, não foi localizado.

Ainda que não se assuma como frente religiosa, a FPDVF tem forte vinculação com pressupostos cristãos sobre a valorização da família como entidade divina e a defesa da vida desde a concepção, ou seja, contra a descriminalização do aborto. A aproximação religiosa pode ser verificada no logotipo da frente que constava do Estatuto de 2015, que representa a forma arquitetônica do Congresso Nacional com as duas cúpulas e, entre elas, ao invés de prédios, duas cruzes – símbolo fundamental do cristianismo. Já o logotipo de 2019 não conta com a cruz, mas com a representação de uma família no modelo mais tradicional: pai, mãe e dois filhos.

Figura 8 - Logotipos da FPDVF em 2015 e 2019

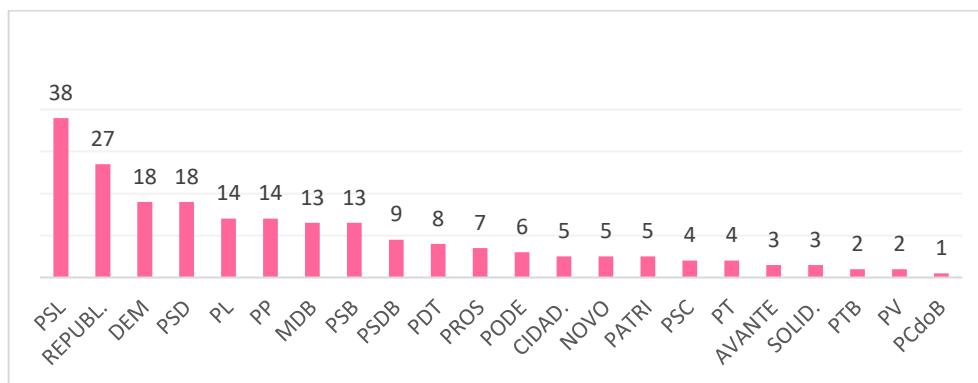


Fonte: Câmara dos Deputados. Estatutos da FPDVF de 2015 e 2019, respectivamente.

O presidente da frente, deputado Diego Garcia (PODE), atua em outros projetos de defesa da vida e da família, como na tramitação do Estatuto da Família (Projeto de Lei nº 6.583/2013) e Estatuto do Nascituro (Projeto de Lei nº 478/2007), dos quais foi relator. Em seu site, descreve que “tem atuado à frente de ações que garantem o direito à vida do nascituro, o respeito dos valores familiares na educação moral, sexual e religiosa, e que protegem a família enquanto base da sociedade” (GARCIA, 2020, n.p.).

Entre as siglas partidárias, as que possuem maior representação na Frente são o PSL e o Republicanos, conforme expresso pelo gráfico:

Figura 9 - Composição partidária da FPDVF



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

A Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* (FPDHS), lançada nesta legislatura, no mês de abril de 2019, tem 240 deputados signatários, o que representa cerca de 47% dos deputados da casa. De acordo com seu estatuto, são finalidades:

1. Acompanhar e aprimorar a regulamentação da Educação Domiciliar no Brasil (Homeschooling), manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;
2. Acompanhar a tramitação e propor alterações sobre as matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto;
3. Procurar de modo contínuo a inovação da legislação necessária à promoção de políticas sociais e econômicas eficazes para a melhoria da qualidade da educação domiciliar, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional;
4. Promover debates, congressos, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes a educação domiciliar (Homeschooling), divulgando seus resultados;
5. Articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling com as ações de outras entidades interessadas no tema;
6. Promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar Mista da Educação para a sociedade;

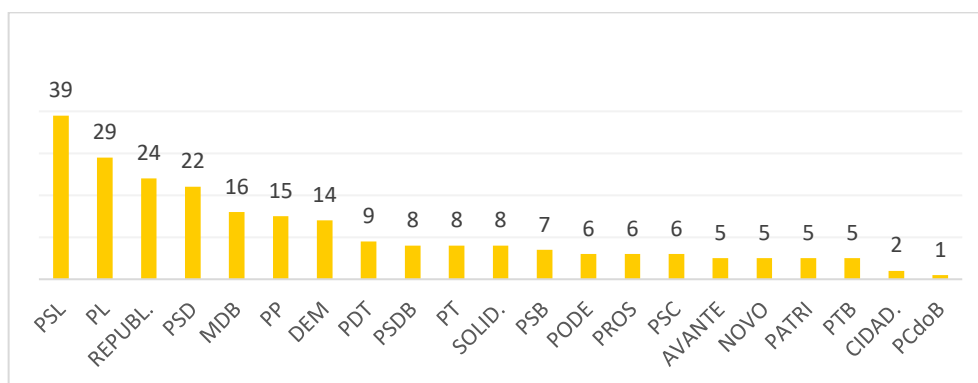
7. Monitorar as matérias de interesse da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
8. Assumir o debate amplo de todos os aspectos voltados para a área do Homeschooling (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b, p. 1)

Na justificção que acompanha o requerimento de criação da frente, consta entre seus objetivos:

[...] assegurar o direito dos pais de educar os seus filhos; aumentar a qualidade do aprendizado com a individualização do ensino; aprovação das propostas legislativas que garante o ensino domiciliar e garantir que as crianças e adolescentes que foram educados pelos pais possam ter diplomas e certificados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b, p. 1)

O presidente da FPDHS é o deputado Dr. Jaziel (PL) e a vice-presidência da Frente é ocupada pelos deputados: Professora Dorinha (DEM), Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), Marcel Van Hattem (PP), Lincoln Portela (PL), Alan Rick (DEM) e Pastor Eurico (PATRIOTA). Inicialmente a deputada Tábata Amaral (PDT) também constava como vice-presidente, mas foi desligada em 16 de abril, segundo Diário da câmara dos Deputados.

Figura 10 - Composição partidária da FPDHS



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

O evento de lançamento da frente, em abril de 2019, também contou com a participação da Ministra Damares Alves do MMFDH que, conforme já discutido, defende o direito ao ensino domiciliar como uma questão de direitos humanos, o que justifica o engajamento de seu ministério na defesa da pauta, além de ser uma demanda das famílias. Damares finalizou sua manifestação com um apelo aos parlamentares para que aprovem a medida. Manifestaram-se no evento o deputado federal Dr. Jaziel (PL), presidente da frente; deputado Lincoln Portela (PL); o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL); a então assessora especial do MEC Bruna Luiza Becker; Rick Dias e Carlos Vinícius Reis, representantes da Associação

Nacional de Ensino Domiciliar (ANED); e algumas mães e pais praticantes do *homeschooling*.

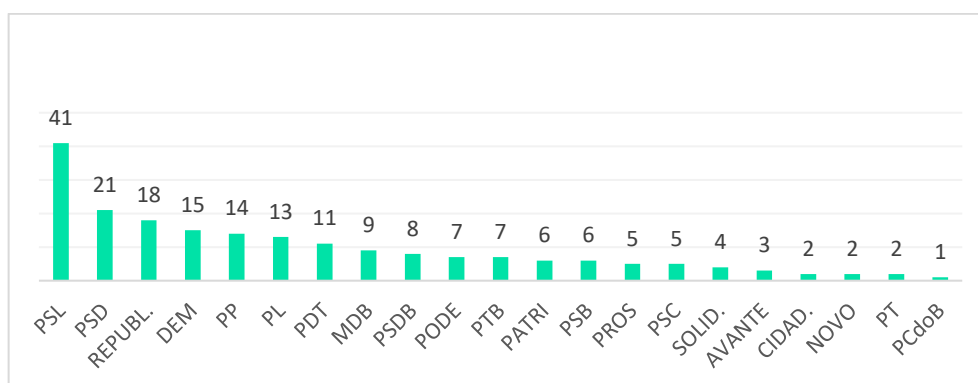
A Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil (FPAEMB), também lançada em abril de 2019, conta com uma representatividade próxima da FPE, com 200 deputados, equivalente a cerca de 39%. A frente foi anunciada durante o 1º Simpósio Brasileiro de Escolas Cívico-Militares que ocorreu no dia 9 de abril na Câmara dos Deputados idealizado pelo Tenente Davi Lima Sousa, sob coordenação de uma mesa composta parlamentares e representantes do setor militar.

São finalidades da Frente, segundo o estatuto:

- 1) Acompanhar a Política Nacional referente ao Ensino Militar, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua exequibilidade;
- 2) Incentivar programas e iniciativas científicas propostas pelo Governo Federal;
- 3) Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente ao Ensino Militar no Brasil, atuando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional;
- 4) Cooperar com entidades governamentais no que concerne a seleção e acompanhamento das atividades que visem melhorar e inovar o Ensino Militar no Brasil;
- 5) Incentivar a promoção de debates, simpósios, seminários e outros eventos relacionados à Política Nacional para assuntos de Ensino Militar;
- 6) Promover o intercâmbio com outras frentes parlamentares, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas estatais. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019d, p. 1)

A presidência da frente foi assumida pelo deputado e então líder do governo na Câmara Major Vitor Hugo (PSL) de Goiás, estado com maior número de escolas que foram militarizadas e hoje se constituem como cívico-militares. Entre os partidos políticos, o PSL conta com maior representatividade na frente, seguido pelo PSD e Republicanos, conforme expresso pelo gráfico abaixo:

Figura 11 - Composição partidária da FPAEMB

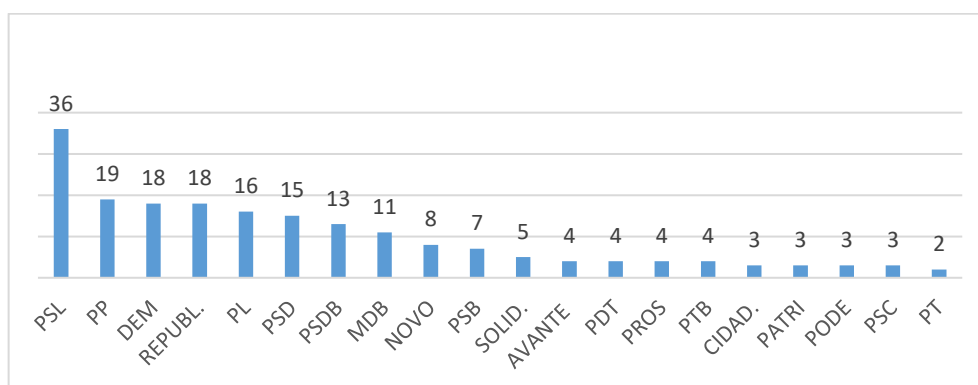


Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

Uma última Frente Parlamentar que interessa discutir neste momento representa pautas da nova direita na perspectiva neoliberal de enxugamento do Estado, valorização do livre mercado e do setor privado mercantil e flexibilização das relações de trabalho. A Frente Parlamentar pelo Livre Mercado foi instituída no ano de 2019, idealizada e presidida pelo deputado federal Kim Kataguirí (DEM), membro do Movimento Brasil Livre que protagonizou as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e, como mostra o quadro 3, foi o 4º deputado federal mais votado no país.

Participam da FPLM 198 deputados, o que equivale a aproximadamente 39% da totalidade da Câmara, novamente com maior presença de parlamentares do PSL, seguidos pelo PP e DEM, conforme expresso pelo gráfico:

Figura 12 - Composição partidária da FPLM



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

Segundo alegou o presidente da Frente, na ocasião do lançamento, ela reúne deputados de diferentes ideologias:

[...] tem liberais, tem conservadores, mas todos com a mentalidade única de que a gente precisa de uma vez por todas fazer com que o nosso país seja um país bom pra se fazer negócio, pra se produzir, pra gerar riqueza, pra assinar a carteira de trabalho, gerar emprego e gerar renda (KATAGUIRI, 2019, comunicação oral)

Suas finalidades compõem uma longa lista, muito maior do que as frentes anteriormente discutidas, de 27 itens em torno da defesa do livre mercado, reforma tributária, privatizações, empreendedorismo, competição, flexibilização das relações de trabalho, racionalização e redução do papel Estado, com objetivo de aprimorar “a eficácia dos fundamentos da ordem econômica sob a defesa e ampliação da efetividade das garantias individuais que permitirão a organização de uma sociedade verdadeiramente livre e próspera” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019e, p. 1):

- I – A defesa da livre iniciativa, nos termos do que define o artigo 1º da Constituição Federal na condição de princípio fundamental pela emancipação do cidadão e sob os fundamentos do artigo 170 da CF;
- II – Defender ampla reforma tributária para desonerar a cadeia produtiva, reduzir frequência tributária, migrar de uma estrutura baseada na alta frequência tributária sobre transação para uma baseada na baixa frequência de impostos sobre a renda;
- III – Promover, de modo contínuo, o aperfeiçoamento, a desburocratização e simplificação da legislação incidente ao exercício da livre iniciativa, influenciando no processo legislativo a partir das legislações temáticas, nas duas Casas do Congresso Nacional;
- IV – Cooperar com entidades governamentais no que concerne à orientação para a tomada de medidas que sejam fruto da vontade da sociedade organizada, podendo ouvir entidades especializadas no tema, tais como institutos, fundações ou associações;
- V – Incentivar a promoção de debates, simpósios, seminários e outros eventos relacionados à Política Nacional para Defesa e Fomento da Livre Iniciativa;
- VI – Promover o equilíbrio entre todos os atores do sistema econômico visando garantir a livre competição sem reservas de mercado;
- VII – Monitorar e combater as políticas internacionais que violem a soberania Nacional e/ou implique em competição predatória com indústrias ou empresas subsidiadas por governos ou programas governamentais estrangeiros sob regimes totalitários ou que viole direitos humanos;
- VIII – Assegurar aos agentes e trabalhadores da livre iniciativa o direito de autodeterminação, optando ou não por representação sindical;
- IX – Assegurar aos agentes da livre iniciativa o sigilo de todas as suas informações fiscais e econômicas;
- X - Assegurar aos agentes da livre iniciativa que o recolhimento de tributos nunca preceda o auferimento da receita por prestação de serviço ou venda de qualquer produto e que sua coleta seja a mais simples e rápida possível;
- XI - Assegurar aos agentes da livre iniciativa a presunção da inocência;
- XII – Aprovar legislação que fomente, dentre outras formas, através de isenção tributária centros de formação, incubadoras, escolas, escolas de negócios, aceleradoras e hubs de agentes da livre iniciativa que atuem na organização de cursos ou simpósios para o ensino dos princípios de empreendedorismo, abertura de empresas, das trocas voluntárias e do livre mercado, de conceitos sobre moeda, dinheiro e matemática financeira, no desenvolvimento de novos produtos e negócios, de vendas e marketing, de startups e empresas exponenciais e de alto impacto, de contabilidade básica, para promover a formação de novos agentes da livre iniciativa geradores de riqueza e criadores de postos de trabalho;
- XIII – Aprovar legislação que vise ao fortalecimento do empreendedor e para facilitação do processo de empreendedorismo bem como considerar seu reconhecimento como classe locomotiva do progresso, da geração de empregos e da melhoria da condição de vida da população;
- XIV – Analisar e combater propostas que resultem na diminuição da capacidade de decisão e escolha do indivíduo ou que criem empecilhos à livre iniciativa, às trocas voluntárias, à livre concorrência ou ao empreendedorismo;
- XV – Trabalhar sistematicamente para a melhoria do ambiente de negócios e da liberdade econômica e da competitividade das empresas brasileiras, tendo como meta fazer nosso país figurar entre os 10 mais livres do mundo no ranking da respeitada instituição Heritage Foundation;
- XVI – Reduzir a abrangência, escopo e poder das agências reguladoras, visando sempre à abertura dos mercados;
- XVII – Promover, ampliar, simplificar, aproximar relações comerciais e tecnológicas internacionais, respeitando os interesses nacionais;
- XVIII – Combater o monopólio e oligopólio, formação de preço pelos mesmos e suas agências reguladoras;

XIX – Apoiar e promover ações que resultem na privatização, desestatização e transferência das funções não essenciais do Estado aos agentes da livre iniciativa;

XX – Propor e defender a criação de mecanismos de racionalização e redução da burocracia com a restrição à criação de novas exigências e imposição de justificativa e de prazo de validade para exigências existentes, formulários e aprovações em todos os órgãos da administração pública, em todas as esferas;

XXI – Promover a proteção da personalidade jurídica como base fundamental à livre iniciativa e combater qualquer dispositivo que diminua a limitação da personalidade jurídica, fora os casos explicitamente previstos no Código Civil, em especial lutando pela revogação do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor e sua aplicação por analogia à Consolidação das Leis do Trabalho e eventualmente ao passivo fiscal;

XXII – Promover a criação de novos tipos empresariais mais adequados à realidade do século XXI, com mais flexibilidade, simplicidade e proteção aos seus participantes;

XXIII – Defender a criação de novos tipos de veículos de investimento mais apropriados à realidade dos investimentos em empresas exponenciais (startups), fomentando os entes da livre iniciativa, e à realidade da gestão de pequenos volumes e número limitado de quotistas, promovendo o investimento e protegendo o investidor;

XXIV – Promover a flexibilização das relações de trabalho, criando novas formas de contratação mais adequadas aos novos tempos e dando autonomia à negociação entre as partes, reduzindo a interferência do Estado nas relações entre entes do livre mercado, inclusos aí os trabalhadores;

XXV – Promover metas, objetivos e índices de performance para planos assistencialistas, refutando qualquer tentativa de criação de planos nacionais em perpetuidade além dos mandatos de governo;

XXVI – Desenvolver a competição e o livre-mercado a fim de fornecer as melhores condições salariais e de trabalho possíveis;

XXVII – Promover a competitividade no setor financeiro para que o sistema brasileiro ofereça taxas de juros razoáveis, combatendo oligopólios bancários protegidos por regulamentação estatal. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019e, p. 1-4)

A frente atua em interlocução direta com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua primeira missão foi a de contribuir com a aprovação da reforma da previdência, seguida pelas discussões sobre a reforma tributária.

Feitas as apresentações de cada uma das frentes, cabem algumas considerações sobre a participação dos deputados nestes espaços. No cruzamento das listas de parlamentares membros de cada uma das frentes, localizamos 395 deputados federais que integram pelo menos uma das frentes aqui analisadas, conforme a síntese expressa pelo quadro:

Quadro 4 – Participação nas Frentes Parlamentares da nova direita

	Quantidade de parlamentares	Porcentagem de parlamentares
1 frente	96	18,7%
2 frentes	102	19,8%
3 frentes	82	15,9%
4 frentes	69	13,4%

5 frentes	46	8,9%
Total	395	76,9%

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

Isso aponta para a proximidade das pautas em relação às tendências ideológicas dos parlamentares, de modo que uma maioria significativa se encontra em pelo menos duas das frentes aqui discutidas, que representam os interesses da nova direita brasileira junto ao governo federal.

Já a tabela abaixo apresenta a relação de deputados federais em exercício por partido político, o número de parlamentares de cada partido nas Frentes Parlamentares aqui discutidas e o percentual que este número representa em relação ao total de deputados em exercício pelo respectivo partido. Desse modo, conseguimos visualizar tanto a presença dos partidos nas Frentes Parlamentares em termos de quantidade, quanto a capacidade da frente de representar efetivamente os interesses dos partidos políticos:

Tabela 1 - Bancadas e participação dos partidos nas Frentes Parlamentares

Partido	Bancada	FPE	%	FPAEM	%	FPDHS	%	FPDVF	%	FPLM	%
AVANTE	7	4	57	3	43	5	71	3	43	4	57
CIDAD.	8	2	25	2	25	2	25	5	63	3	37
DEM	28	10	36	15	54	14	50	18	64	18	64
MDB	34	13	38	9	26	16	47	13	38	11	32
NOVO	8	1	13	2	25	5	63	5	63	8	100
PATRI	6	6	100	6	100	5	83	5	83	3	50
PCdoB	8	-	-	1	13	1	13	1	13	1	12
PDT	28	4	14	11	39	9	32	8	29	4	14
PL	39	14	36	13	33	29	74	14	36	16	41
PODE	11	3	27	7	64	6	55	6	55	3	27
PP	40	14	35	14	35	15	38	14	35	19	47
PROS	10	4	40	5	50	6	60	7	70	4	40
PSB	30	6	20	6	20	7	23	13	43	7	23
PSC	9	8	89	5	56	6	67	4	44	3	33
PSD	36	28	78	21	58	22	61	18	50	15	42
PSDB	32	12	38	8	25	8	25	9	28	13	41
PSL	53	27	51	41	77	39	74	38	72	36	67
PSOL	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PT	53	4	8	2	4	8	15	4	8	2	4

PTB	12	4	33	7	58	5	42	2	17	4	33
PV	4	-	-	-	-	-	-	2	50	1	25
REDE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
REPUBL.	32	25	78	18	56	24	75	27	84	18	56
SOLID.	14	6	43	4	29	8	57	3	21	5	36
Total	513	195	-	200	-	240	-	219	-	198	-

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria com dados acessados em: 20 maio 2020.

A partir da tabela, verificamos o engajamento dos partidos nas frentes parlamentares em relação ao total de deputados que compõe sua bancada. Os gráficos anteriores evidenciam, por exemplo, que o PSL é um dos partidos com maior presença nestes espaços, mas este é também o partido com a maior bancada entre os que participam das frentes de modo que a parcela de deputados do partido com atuação nestas frentes configuram entre 50 e 77% da bancada. Já o Patriota, por exemplo, que tem uma bancada composta por 6 deputados, tem uma presença naturalmente menor nas frentes, mas que chega a 100% dos deputados do partido, indicando que este partido tem bastante engajamento sobre estes espaços.

Os únicos partidos com deputados eleitos que não têm participação nestas Frentes são o PSOL e a Rede. Mesmo PT e PCdoB, que são partidos à esquerda, marcam presença nos espaços da nova direita³⁷, ainda que quantitativamente representem uma participação pequena, tanto em relação aos deputados das frentes quanto em relação à bancada dos partidos.

Certamente a participação e influência partidária nestes espaços ocorrem de maneira dinâmica, variando conforme o tempo e contexto:

Partidos alinham-se e realinham-se, blocos são formados e dissolvidos. Líderes são criados e depostos. A velocidade desses processos pode surpreender, o ritmo é rápido e fulminante se comparado com os tempos normais. Mas a crise, é verdade, acelera essa dimensão, recriando a noção de tempo (BIANCHI, 2013, p. 147-148 *apud* SOUZA, 2016, p. 15-16)

De todo modo, os dados aqui apresentados evidenciam um momento particular em que a nova direita brasileira se articula em torno de suas pautas no campo legislativo, criando ferramentas e espaços que contribuam com o avanço de seus projetos neoliberais e neoconservadores, em consonância e com bons canais de

³⁷ Nos limites da pesquisa não foi possível analisarmos as motivações que sustentam a presença de parlamentares destes partidos nestes espaços, que apontam para algumas contradições merecedoras de um estudo mais aprofundado.

diálogo com o governo federal. Como veremos adiante, entre os parlamentares que compõem a 56ª legislatura como representantes da nova direita, identificamos relações com movimentos políticos que contribuíram, inclusive, para a sua vitória eleitoral.

4.3 *THINK TANKS*: APARELHOS DE AÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Os *think tanks*, que podem ser traduzidos como centros de pensamento, são instituições privadas da sociedade civil, independentes ou vinculadas a grupos de interesses específicos, voltadas à produção e difusão de conhecimentos e ideias, definidos por Rocha (2015) como

instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas (ROCHA, 2015, p. 262).

Ainda em termos de definições, do ponto de vista funcional, Acuña (2009) propõe considerar como *think tanks*:

1) atores coletivos; 2) formalmente institucionalizados; 3) sem fins lucrativos; 4) cuja função organizacional dominante, formalizada ou de fato, seja a influência nas políticas públicas; 5) influência exercida por meio da produção e transmissão de conhecimento; 6) transmissão cujo foco pode incluir vários atores que podem, direta ou indiretamente, atuar sobre a elaboração e implementação de políticas (ACUÑA, 2009, p. 22, tradução nossa).

A origem dos *think tanks*, ainda que não exatamente no formato que se encontram hoje, data do início do século XX, nos EUA. Originalmente se constituíam como instituições voltadas à pesquisa aplicada para “resolver problemas” relacionados à políticas públicas, reunindo especialistas e técnicos, atuando como “intermediadores” entre a academia, a sociedade e os formuladores de políticas públicas (MORAES, 2015). Por se tratarem de instituições independentes, atuavam no campo das políticas públicas de forma mais autônoma em relação a grupos de interesses específicos,

como ocorreria em agências estatais, governos, universidades ou partidos, o que lhes facultaria a possibilidade de conduzir suas atividades-fim de forma mais “neutra”, “científica” e “desinteressada”, e por isso mais “confiável” em comparação a outros *loci* de pesquisa e produção de ideias e políticas públicas (ROCHA, 2015, p. 263)

Este modelo de atuação, entretanto, já não é mais a realidade dos *think tanks* espalhados pelo mundo todo, que se modificaram de acordo com as necessidades

colocadas pelas mudanças na conjuntura política-econômica-ideológica. Os anos 1970 marcam a transformação da forma de atuação e configuração dessas instituições, que passaram a atuar “com base em visões de mundo e ideologias particulares” (ROCHA, 2015, p. 264). A reconfiguração destes aparelhos levou a um crescimento espantoso e a criação de uma enorme quantidade de novas instituições: se até a metade do século XX os EUA contavam com menos de 70 instituições dessa natureza, hoje já existem 1700 *think tanks* no país, mais de seis mil pelo mundo e 82 no Brasil³⁸.

A chegada dos *think tanks* ao Brasil já se deu neste novo formato, como parte da estratégia da burguesia brasileira “para redefinir e atualizar suas bases de dominação e atuação político-ideológica, a partir do processo de redemocratização do país” (CASIMIRO, 2016, p. 24). Já em sua nova roupagem, as instituições brasileiras apresentavam orientação ideológica facilmente identificável, vinculada aos pressupostos da economia de mercado, liberdade individual e limitação da ação do Estado. Esta nova forma de organização, dos chamados *think tanks* ativistas (*advocacy think tanks*) foi inaugurado pela Heritage Foundation em 1973, o principal e maior think tank norte-americano, que desenvolveu estratégias de marketing e atuação política com conexões com os governos (MORAES, 2015) e táticas que vieram a ser empregadas por outros *think tanks*, que atuam

forneendo aos legisladores e seus assessores propostas legislativas, estudos etc. Muitas vezes, uma proposta de política sai direto do escritório do think tank para a proposta de um parlamentar no congresso estadual. Os temas são os mesmos: cortes nas políticas sociais, privatização de serviços públicos, políticas de “escolha de escolar”, desregulamentação trabalhista e ambiental, corte de impostos, diminuição do governo, enfim. A proposta legislativa é acompanhada de artigos de difusão, press releases, um serviço completo. Como a mídia é fundamental, jornais, blogs, redes de rádio e TV são amplamente “subsidiados”, com tais matérias, entrevistas de “especialistas” etc (MORAES, 2015, p. 234-235).

Moraes (2015) apresenta outra estratégia de atuação destas instituições que se relaciona com a criação de bases nos meios universitários, através do financiamento de pesquisas, eventos, disciplinas, entre outras atividades, e cita como exemplos a Universidade de Chicago, Institute for Humane Studies da Universidade George Mason e a Universidade de Harvard, que receberam na década de 1990 as

³⁸ Números apresentados por Moraes (2015) e Rocha (2015).

quantias de US\$ 3,7 milhões, US\$ 2 milhões e US\$6,2 milhões, respectivamente, de diferentes *think tanks*.

A atuação destes novos *think tanks* ativistas, diferentes de como era anteriormente, se constitui politicamente “com o objetivo principal de influenciar de modo mais amplo o ‘clima político’, para facilitar a proposição de certas políticas públicas de seu interesse ou a aprovação das mesmas pelos órgãos competentes” (ROCHA, 2015, p. 265). Sua existência passa a ter centralidade na possibilidade de modelar, a seu favor, o ambiente geral da política desenvolvendo estratégias de persuasão e convencimento para influenciar o processo de formulação e implementação de políticas públicas (ROCHA, 2015) e o fazem via interação com governos e legisladores, bem como através da mobilização da opinião pública:

O que pretendem, podemos dizer, é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as “escolhas” e “preferências”. Daí a relevância, para essas organizações, da indústria da mídia e do entretenimento (MORAES, 2015, p. 232).

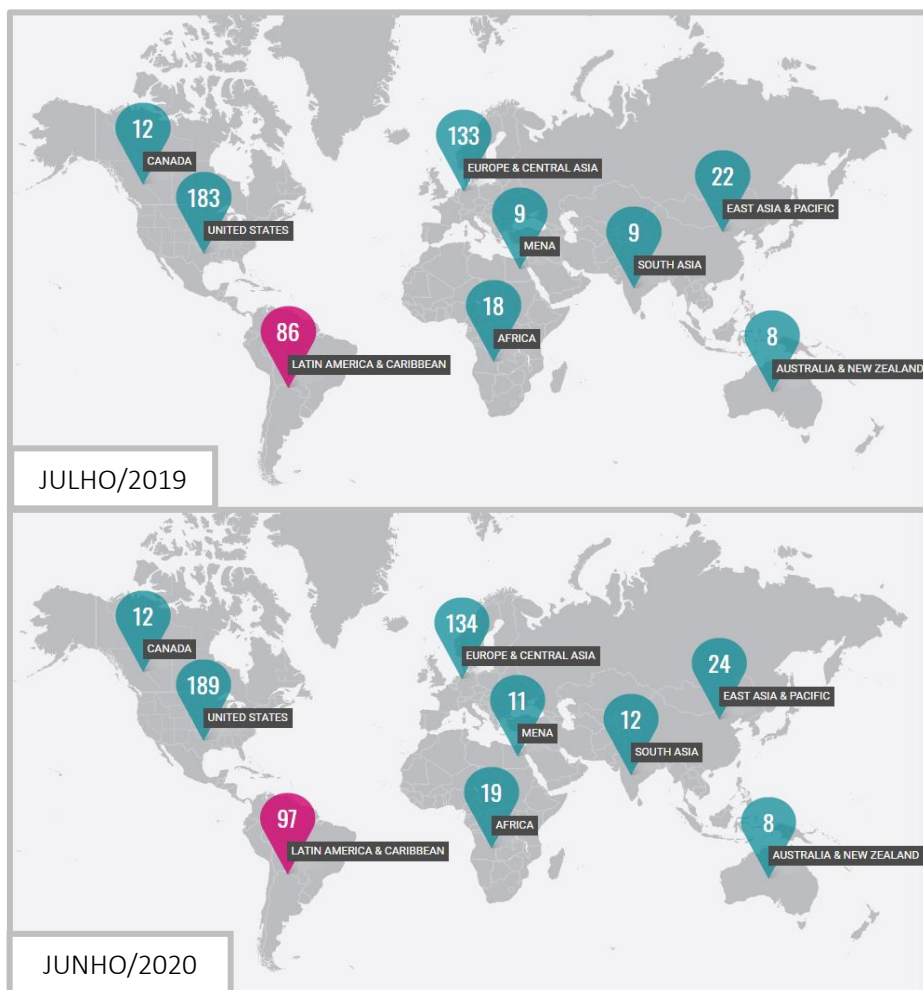
Os *think tanks*, neste contexto, se tornam elementos centrais do “fazer política” como estratégia da nova direita que “cria e multiplica *think tanks* e aparatos de mídia (impressa, eletrônica, virtual etc.) para modelar o ambiente político” (MORAES, 2015, p. 240). A partir de um estudo aprofundado acerca dos *think tanks* enquanto aparelhos privados de ação política e ideológica no Brasil, Casimiro (2016) aponta estas instituições como integrantes da estratégia das classes e frações de classes burguesas de manter sua hegemonia, a partir da reorganização do cenário político com a transição democrática nos anos 1980.

Entre os *think tanks* brasileiros, assumem maior relevância no cenário político-econômico nacional, aqui apresentados segundo a ordem de fundação: Instituto Liberal (1983), Instituto de Estudos Empresariais (1984), Instituto Millenium (2006) e Students For Liberty (2008). Todos os quatro são vinculados à Atlas Network, uma rede de fundações da direita liberal, sediada nos EUA, cuja configuração é explicada por Marina Amaral (2015):

A Atlas Network (nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation desde 2013) é uma espécie de *metathink tank*, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente na América Latina e Europa oriental (AMARAL, 2015, n.p.).

Segundo Rocha (2017), a Atlas foi criada 1981, por Antony Fisher, com incentivo de Milton Friedman e Friedrich Hayek, com o propósito de articular a fundações de novos *think tanks*, bem como coordenar as instituições já criadas anteriormente. Segundo o site da organização, a Atlas atualmente conta com 506 instituições parceiras espalhadas em 98 países ao redor do mundo:

Figura 13 - Mapa de *think tanks* vinculados à Atlas Network 2019-2020



Fonte: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>.
Acesso em 25 jul. 2019 e 02 jun. 2020.

A figura apresenta dois mapas de instituições vinculadas à Atlas, que foram consultados em julho de 2019 e junho de 2020, respectivamente. A partir dela, pode-se verificar que a Atlas é uma instituição em pleno crescimento, sendo que a maior ampliação em termos quantitativos se deu na América Latina, que passou de 86 *think tanks* em 2019 para 97 em 2020. Ainda em termos de comparação, especificamente no Brasil, atualmente são 14 instituições vinculadas, sendo que no ano de 2017 eram apenas sete, o que significa que o número dobrou nos últimos 3 anos.

Além da Atlas, que congrega *think tanks* em âmbito internacional, o Brasil conta com a Rede Liberdade, entidade fundada em 2016, que atua como uma rede nacional de organizações e grupos de estudos liberais e libertários. A rede agrega a quase totalidade das iniciativas pró-liberdade do Brasil e tem por objetivo influenciar as políticas públicas por meio de projetos e iniciativas próprias ou de seus membros. Define-se como “uma plataforma de pensamento horizontal, descentralizada, apartidária e transparente que congrega grupos de ativismo liberal/libertário”, cujo objetivo é “potencializar a divulgação e o impacto efetivo, entre os formadores de opinião, de ideias e iniciativas que visem a uma menor intervenção estatal na economia e na sociedade, através de nossos grupos”³⁹. Segundo consta em seu site, a entidade congrega 32 institutos, sendo que alguns têm atuação em âmbito nacional e outros locais. Os quatro *think tanks* aqui discutidos compõem a Rede Liberdade e foram destacados no quadro:

Quadro 5 - *Think tanks* brasileiros vinculados à Rede Liberdade

Acorda Brasil	Instituto Liberal do Triângulo Mineiro
Centro de Liberdade Econômica	Instituto Liberal de Minas Gerais
Clube Farroupilha	Instituto Dragão do Mar
Instituto Ajuricaba	Instituto Juventude Libertária de Sergipe
Instituto Atlantos	Instituto Libercracia
Instituto Carl Menger	Instituto Liberdade
Instituto de Estudos Empresariais	Instituto Millenium
Instituto de Formação de Líderes – BH	Instituto Mises Brasil
Instituto de Formação de Líderes – SC	Instituto Pro-liber
Instituto de Formação de Líderes – SP	Líderes do Amanhã
Instituto de Formação de Líderes – BSB	Livres
Instituto Democracia e Liberdade	Movimento Endireita Brasil
Instituto Liberal	Instituto Liberdade e Justiça
Instituto Liberal da Paraíba	Liderança nas Escolas
Instituto Liberal de Alagoas	Students For Liberty Brasil
Instituto Liberal de São Paulo	Vox Brasilis

Fonte: www.redeliberdade.org. Acesso em 02 jun. 2020.

³⁹ Disponível em <https://www.redeliberdade.org/>. Acesso em 10 abr. 2020.

Iniciaremos nossas discussões pelo Instituto Liberal⁴⁰ (IL), o *think tank* pioneiro no Brasil com essa configuração, fundado em 1983 por Donald Stewart Jr. e um grupo de empresários no Rio de Janeiro. A iniciativa foi inspirada no modelo do Institute of Economic Affairs (IEA), criado em 1955 por Anthony Fisher em Londres, que ao longo do século XX obteve bons resultados no propósito de difusão do neoliberalismo e, ainda, na atuação no campo político através do fornecimento de quadros e técnicos para o governo Thatcher influenciando a adoção de medidas liberal-conservadoras (ROCHA, 2015). Cabe destacar que Antony Fisher foi responsável por auxiliar a criação de diversos *think tanks* na América Latina nos anos 1980, além da própria Atlas conforme apresentado anteriormente. Segundo Casimiro (2016),

Além de pivô político ideológico na conjuntura da redemocratização do Brasil, nos anos de 1980, o Instituto Liberal marca presença no processo de internacionalização da burguesia no quadro de capital-imperialismo, desenvolvendo e azeitando relações multilaterais entre setores da burguesia brasileira e internacional a partir de conexões com aparelhos privados de hegemonia de diversos outros países. O Instituto Liberal, portanto, desenvolve relações e projetos com um número expressivo de instituições e organizações de diversos países como EUA, Alemanha, Chile, Argentina, Uruguai entre outros, que apresentam sua capacidade de organização e articulação de estratégias enquanto intelectual coletivo de atuação política e ideológica. Através dessas relações do IL com outras organizações, são criados convênios institucionais; desenvolvimento de eventos, conferências e colóquios; obtenção de financiamento para o desenvolvimento de ações; intercâmbios, além de uma série de outras atividades de natureza organizacional (CASIMIRO, 2016, p. 266-267)

O IL nasceu com o objetivo primeiro de produzir e difundir a teoria (neo)liberal no Brasil e, com o passar dos anos e a ampliação de sua atuação, é responsável pela formação de quadros que viriam a atuar mais efetivamente no campo político:

Criado como uma instituição sem fins lucrativos, de acordo com seu estatuto, é vedada sua vinculação político-partidária. A partir da posição de seus intelectuais, a atuação do IL seria voltada à pesquisa, produção e divulgação ideológica fundamentada no pensamento liberal, principalmente nos clássicos da Escola Austríaca de Economia. Entretanto, apesar de se diferenciar da CEDES, no que concerne ao seu modo de atuação política, o IL não pode ser compreendido apenas como instituição de difusão de “ideias liberais”, mas sim como *córtex político*, organizando mecanismos de ação política, formando novos quadros, realizando articulações intra-classe, assim como desenvolvendo objetivos tático-operacionais (CASIMIRO, 2016, p. 238-239)

⁴⁰ Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/>. Acesso em: 05 jul. 2019.

O Instituto Liberal foi idealizado e projetado por empresários de modo similar ao que ocorreu com grande parte dos *think tanks* conservadores dos EUA e Grã-Bretanha, entretanto, contou também com envolvimento de intelectuais acadêmicos liberais, os quais “não são representantes diretos da classe dominante no quadro das relações de produção, mas atuam como intelectuais prepostos – fundamentais para a aglutinação dos diferentes interesses das frações de classe burguesa” (CASIMIRO, 2016, p. 268). Essa característica determina a natureza do Instituto:

A natureza do Instituto Liberal não pode ser definida como de uma associação de empresários, pois não representam ou defendem interesses diretamente classistas ou corporativos, e sim, propõem um projeto para a sociedade brasileira pretensamente universalizante. Já de acordo com sua auto-representação, uma concepção de sociedade baseada na liberdade individual e na supremacia do mercado (CASIMIRO, 2016, p. 268)

Nesse sentido, a reconfiguração do papel do Estado, ponto-chave do pensamento liberal, é condição para viabilização de de seu projeto.

Em relação a atuação do Instituto Liberal, cabe ressaltar o que aponta Casimiro (2016), quanto à atualização de suas estratégias, passando pela composição de uma nova diretoria – encabeçada por Rodrigo Constantino, colunista da Revista Veja, reconhecido no circuito liberal – transformando sua imagem e a forma como se apresenta à sociedade, utilizando-se das mídias tradicionais e novas mídias, como as redes sociais. Tudo isso não por acaso, mas a partir de uma adequação à leitura da nova conjuntura política e ideológica.

Para identificar suas concepções acerca da educação, realizamos o levantamento dos artigos publicados no site do instituto a partir da busca pelo termo “educação” entre os anos de 2013 e 2019. Foram localizados 64 textos, sistematizados no quadro em apêndice (apêndice B). Cabe destacar que há outros textos que tratam da temática educacional que não foram contemplados nesta busca específica, mas serão mesmo assim incluídos à discussão por sua importância em evidenciar perspectivas e concepções. Entre os autores dos textos, destacam-se Roberto Rachewsky, fundador do IEE, que tem artigos publicados também pelo IMil e

Instituto Mises; Luan Sperandio, membro do LIVRES⁴¹ e do portal Ideias Radicais⁴²; e Lucas Berlanza, diretor-presidente do IL e editor do Boletim da Liberdade⁴³.

A partir da leitura dos textos, podemos verificar algumas diretrizes gerais que sustentam as posições do instituto no que diz respeito à educação brasileira. Segundo manda a tradição liberal, o IL defende a redução do tamanho do Estado, redefinindo seus papéis especialmente com relação à oferta de determinados serviços, entre os quais se inclui a educação. Nesse sentido, defende a mercadificação da educação, a privatização das escolas públicas e sua desvinculação dos órgãos estatais:

Educação é um serviço como outro qualquer, alguém oferece e alguém adquire, alguém investe e alguém paga por aquilo. Educação não é um direito no sentido que a sociedade deve prover ao indivíduo. O direito à educação significa que qualquer um que puder pagar para adquirir conhecimento não pode ser impedido. Educação é como um hambúrguer, quem quiser matar a fome entra no estabelecimento de sua preferência e paga de acordo com o preço que estão vendendo. Escolas públicas estatais devem ser privatizadas imediatamente. Escolas privadas devem educar de forma livre e independente, sem MEC, sem SEC ou órgãos do governo que só querem controlar as mentes (RACHEWSKY, 2019, n.p.).

Desse modo, o instituto se pauta pela defesa da escola privada e autônoma em relação ao Estado, descentralizada e independente não somente das instituições estatais, como também dos parâmetros e diretrizes por elas impostos:

Então, um plano educacional feito para atender às necessidades da população deve combinar: separação absoluta do governo da educação, liberalização total do mercado, descentralização da gestão escolar, operacional, financeira e pedagógica, colocando-a a cargo de cada escola, o fechamento do MEC e das SECs em nível estadual e municipal e vouchers como transição (RACHEWSKY, 2018a, n.p.)

⁴¹ LIVRES nasceu como tendência interna do PSL em 2016, mas deixou o partido para se conformar como movimento suprapartidário. Desde 2018, portanto, constitui-se como associação civil e no mesmo ano foi incorporado como *think tank* à Atlas Network e à Rede Liberdade. Declaram-se como “a única força política brasileira que defende a liberdade por inteiro, na economia e nos costumes, com integridade de valores” (LIVRES, 2020, n.p.).

⁴² Fundado em 2015, por Raphaël Lima, o portal Ideias Radicais atua na difusão dos valores do libertarianismo e desde 2018 organiza sua ação em cinco frentes: “educação, desenvolvimento de lideranças, desenvolvimento da comunidade e apoio operacional de defensores da liberdade pensando em eleições, além de ativismo legislativo para buscar qualquer redução do estado possível” (IDEIAS RADICAIS, 2020, n.p.).

⁴³ Boletim da Liberdade é um veículo jornalístico fundado em 2016. Segundo seu *site*, “No Boletim, damos voz e vez para especialistas, intelectuais e agentes políticos pró-liberdade se manifestarem – e também registramos suas ações. Por isso, além de sermos uma fonte de informação, também promovemos o diálogo” (BOLETIM DA LIBERDADE, 2020, n.p.). Apresenta como editores Gabriel Menegale, que já foi conselheiro executivo do Estudantes pela Liberdade (atual SFLB); Lucas Berlanza, diretor-presidente do Instituto Liberal; e Pedro Rafael Azevedo, especialista do Instituto Millenium.

Quanto à política de vouchers, ou “cheque-educação”⁴⁴, os textos apontam que esta não pode ser uma política com fim em si mesma, mas pode funcionar como mecanismo de transição para uma educação não estatal, que permitirá a escolha dos pais pela educação dos filhos e promoverá a concorrência entre as escolas – fator fundamental, segundo manda a tradição liberal, para garantir a qualidade dos serviços. Roberto Rachewsky, principal articulista do instituto quanto às pautas educacionais, aponta ainda para a vinculação da política de vouchers à meritocracia:

Vouchers devem atender apenas a quem não pode pagar pela educação do seu filho, mas eles devem ser financiados voluntariamente através de sistemas de renúncia fiscal. E não basta ser pobre para ter acesso, é preciso ter mérito. Testes de qualificação devem ser aplicados para separar os melhores dos piores de maneira a que quem for mais inteligente e mais dedicado possa aproveitar melhores oportunidades. Há muito para se considerar sobre esse assunto, mas isso para mim é o essencial (RACHEWSKY, 2018b, n.p.).

Pode se argumentar, a partir disso, que a educação é tratada pelo instituto como um serviço ou um bem de consumo, como outro qualquer, que deve ser permeado pelos mesmos preceitos de mercado, competição e meritocracia. A ausência desses fatores, como ocorre na educação pública estatal, é apontada como responsável pela má qualidade da educação brasileira, além de que o monopólio estatal sobre a escola e a educação configura uma forma de opressão e de coerção sobre os alunos:

Diante disso, fica claro que dizer que o monopólio da educação pelo Estado, seja pela proibição da educação domiciliar ou mesmo pelo controle da grade curricular, não passa de um discurso travestido de boas intenções, escondendo seu caráter totalitário. Lembrando o ensinamento de Frédéric Bastiat, “todo monopólio é ruim, mas o pior deles é o monopólio da educação”. Precisamos desestatizá-la (SPERANDIO, 2017, n.p.).

Cabe apontar que o instituto se manifesta favorável ao ensino domiciliar (*homeschooling*), ainda pelo argumento de que a educação somente poderá ser verdadeiramente libertadora quando se libertar das amarras do aparelho do Estado e da opressão estatal. Isso porque só o mercado será capaz de garantir a liberdade de escolha das famílias sobre a educação dos filhos, inclusive daquelas que optarem pela não escolarização. Alguns poucos textos que tratam especificamente do ensino domiciliar apontam para a defesa da liberdade das famílias quanto à modalidade de educação a ser oferecida aos filhos. Não necessariamente defendem o *homeschooling*, mas não acreditam pertinente ao Estado vetar essa prática – grosso

⁴⁴ Ver <https://www.institutoliberal.org.br/blog/cheque-educacao-e-escola-publica-autonoma/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

modo, o direito ao *homeschooling* é tratado no âmbito das liberdades individuais, e não no âmbito do direito à educação. Outro ponto relevante é quanto ao conteúdo da educação pública, que é criticado pelos liberais por ser ideologizado, partidarizado e limitador da liberdade de pensamento:

Ademais, a liberdade de pensamento está sendo constantemente limitada no contexto escolar. O livre debate é tão raro que há a discussão de um projeto de lei que visse “despartidarizar” a escola. Intitulado “Escola Sem Partido”, o projeto propõe o fim da doutrinação ideológica praticada em muitas escolas. Os defensores da ideia argumentam que a difusão do marxismo cultural está impregnada no contexto escolar, fazendo com que matérias essenciais sejam relegadas ao segundo plano em detrimento de uma agenda puramente ideológica. Não sou defensor do projeto, tampouco acredito que limitar o debate seja uma forma de instrumentalizar a liberdade. Porém, negar que haja a disseminação de uma cultura marxista é ingenuidade e acreditar que o livre debate é praticado na esfera escolar é abstração (INSTITUTO LIBERAL, 2018a, n.p.)

O excerto expressa o mesmo conteúdo de outros textos do Instituto Liberal quanto aos debates acerca do Escola sem Partido, que não se colocam como defensores do projeto, mas concordam com seus pressupostos. Corroboram com as denúncias de que a educação estatal é utilizada como ferramenta para moldar os modos de pensar das crianças e jovens escolarizados, sob uma perspectiva taxada como de esquerda, marxista, gramsciana, entre outros termos que acompanham as discussões sobre o “marxismo cultural” ou a “guerra cultural”, conforme trataremos mais profundamente no próximo capítulo. A análise de alguns textos do instituto evidenciam que as bases sobre os quais constroem seus argumentos são as mesmas e diferentes autores partem da premissa de que há no país uma hegemonia de esquerda, que se utiliza dos elementos da cultura para ganhar seu espaço e manter seu poder. O principal intelectual apontado como responsável pela elaboração dessa estratégia é Antonio Gramsci, que aparece em vários destes textos, conforme os excertos a seguir:

Historicamente, a esquerda perdeu a batalha econômica, pois foi incapaz de produzir riqueza. Perdeu também a batalha política pois se mostrou incompatível com a democracia. Mas venceu a batalha cultural. Querem um exemplo? Qualquer pessoa razoavelmente bem informada já ouviu falar de Karl Marx, Jean-Paul Sartre ou Michel Foucault. Porém muitas pessoas bem informadas nunca ouviram falar de Adam Smith, Michael Oakeshott ou Friedrich Hayek. A estratégia de Antonio Gramsci estava certa e tem funcionado de maneira eficiente: a instauração do socialismo em democracias consolidadas não pode se dar pela força. O socialismo deve ser introduzido de forma lenta e pacífica através da doutrinação ideológica subliminar (DAUCHAS, 2015, n.p.).

A citação vem reforçar os argumentos acerca da denúncia de que há, nas instituições educacionais brasileiras, uma doutrinação ideológica de esquerda, em um ciclo que se retroalimenta e, por isso, precisa ser barrado:

O problema maior de tudo isso é que justamente na esfera da educação, sobretudo em ambientes de ensino médio e superior, se encontra grande parte destes pregadores do “evangelho marxista”. O maldito ciclo de preservação e de disseminação dos ideais de esquerda tem sido difícil de ser rompido. O aluno inocente chega ao ensino médio e nas disciplinas de sociologia e filosofia é bombardeado por ideais de esquerda travestidos de boas intenções. Passado o ensino médio este aluno, quando vai para a área de humanas, recebe mais uma metralhada de esquerdismo. A bibliografia é sordidamente amputada sobrando apenas autores esquerdistas, materialistas-históricos e correlatos. O aluno se forma e vai dar aula no ensino médio para repetir a mesma papagaiada marxista a outros alunos, ou seja, a praga não tem fim (INSTITUTO LIBERAL, 2017, n.p.).

Ao tratar, por exemplo, da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um texto publicado em 2016, dialoga com um artigo de Marco Antônio Villa que aponta a proposição da BNCC como parte da estratégia de revolução cultural do Partido dos Trabalhadores. O excerto a seguir confirma a teoria de Villa:

Passei os olhos na estroenga completa e a coisa é de fazer cair o queixo – escrita, claro, naquela linguagem empolada, cheia de “transversalidades”, “problemáticas”, “entrecruzamentos”, “pluralidades”, etc. Exceto pelos currículos de matemática e ciências físicas, o troço [BNCC] é puro instrumental didático para operar o proselitismo mais covarde, visando a transformar nossas crianças e adolescentes (indefesos) em completos imbecis – embora bastante politizados (à esquerda, claro) (MAUAD, 2016, n.p.).

Alguns textos evidenciam de modo mais claro essa perspectiva, apontando inclusive para a necessidade de uma educação conservadora, que retome determinados valores e fundamentos tradicionais. Como exemplifica o trecho a seguir, o instituto e seus intelectuais apresentam inclinações ao conservadorismo quando em se tratando das pautas morais:

O Brasil avançará no campo educacional, de fato, quando conseguirmos promover o resgate do respeito às tradições brasileiras, fundamentadas em valores judaico-cristãos; da autoridade do professor dentro da legalidade e na sua valorização, em todos os sentidos; da ordem e disciplina; da valorização dos símbolos nacionais; da defesa da alta cultura ocidental; a partir da disseminação na sociedade da crença no liberalismo econômico, na liberdade e na responsabilidade individual de cada um; no princípio da descentralização de poderes e decisões das políticas educacionais; no repúdio ao marxismo; quando se acreditar que o sucesso educacional depende do aluno, e não se transferir esta responsabilidade individual ao docente ou terceiros; quando se entender que é papel da escola ensinar a alta cultura ocidental, e não ser um “depósito de pessoas”. O conservador apoia o fim da aprovação automática. Entende que é uma forma encontrada pelos pedagogos marxistas para premiar a incompetência, além de nivelar os bons alunos com os péssimos. A escola transmite o conhecimento científico e a família educa (INSTITUTO LIBERAL, 2018b, n.p.).

Particularmente sobre a relação do Instituto com as pautas conservadoras e morais, um texto publicado 2018 buscou delinear os pontos que unem liberalismo e conservadorismo, no sentido de que são duas partes de um mesmo projeto de sociedade e que a materialização do liberalismo econômico no Brasil passa pelo resgate dos valores culturais conservadores:

Querem consertar este país? Então façamos isso de modo lento, pela cultura, pelo resgate dos bons valores do passado, modificando-os, sem destruí-los, conservando-os para evitarmos o caos. Necessitamos mudar a mentalidade brasileira, se quisermos ter um liberalismo econômico [...]. Necessitamos resgatar nossa decência, nossos valores, nossas concepções de certo, errado, sagrado e profano, belo e feio, bem e mal. Esse resgate, essa conservação, necessariamente estarão no âmbito religioso, político, filosófico, pois têm ligações com a moral, com os hábitos e costumes, noções gerais e específicas dentro da cosmovisão do brasileiro. É claro que ninguém, com o mínimo de inteligência possível, deve esperar derrotar o legado de um Gramsci com um livro de Mises explicando o fracasso econômico do socialismo. É preciso ir além da economia, além do liberalismo. Querem um Brasil economicamente liberal? Comecem a melhorar a cultura brasileira. O liberalismo não germinou em culturas libertinas (ele nasceu em culturas puritanas e/ou altamente religiosas, vale lembrar), em um caos civilizacional e moral, e ele não crescerá ou se manterá na cultura atual do nosso país (REBELLO, 2018, n.p.).

A partir do exposto, verificamos que o Instituto Liberal constrói suas proposições acerca da educação brasileira desde muito antes da eleição de Jair Bolsonaro, basta observar que muitos dos excertos acima expostos têm data anterior às eleições de 2018. No entanto, muitas de suas ideias podem ser verificadas em documentos como o plano de governo de Bolsonaro, ou mesmo as diretrizes do MEC e os discursos dos ministros que passaram pela pasta. Isso aponta para o fato de que Bolsonaro e a equipe de governo mantém relações próximas ao Instituto Liberal – e a outros *think tanks*, como veremos à frente – no que diz respeito aos pressupostos e valores, uma vez que compartilham de visões de mundo e projetos de sociedade.

Outro *think tank* de significativa relevância política e ideológica no Brasil é o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fundado no ano posterior do IL por empresários gaúchos que mais tarde viriam a fundar o Instituto Liberdade RS (dissidência do Instituto Liberal). Também como associação civil sem fins lucrativos ou compromissos político-partidários, conforme apresenta em seu *site* oficial, o Instituto dá centralidade aos conceitos de economia de mercado e livre iniciativa, e define como uma das suas principais atribuições a formação de lideranças com capacidade empreendedora.

Sua estrutura organizacional e funcionamento se configuram de modo diferente de como ocorre no IL, uma vez que o IEE se constitui como uma organização fechada

de acesso restrito com critérios rigorosos para associação, entre os quais: ter indicação de um associado, ter idade entre 20 e 32 anos e “estar envolvido com o risco inerente ao capital, isto é, estar à frente ou na linha de sucessão de empresa de qualquer ramo de atividade”.

Casimiro (2016) argumenta que a principal característica do IEE é sua atuação na formação de novos intelectuais orgânicos de atuação política congruentes aos valores neoliberais, por meio de programas de formação de jovens lideranças empresariais. O instituto não opera com a publicação de artigos e textos de opinião como fazem outros *think tanks* e volta sua atuação à formação interna de seus associados. No entanto, a organização do Fórum da Liberdade (FL) é o que o qualifica “como um verdadeiro intelectual coletivo de ação político-ideológica estratégica e caracteriza a sua proposta de formação de quadros de intelectuais orgânicos do projeto neoliberal no Brasil” (CASIMIRO, 2016, p. 284-285).

Promovido desde 1988, o FL é um evento que ocorre anualmente em Porto Alegre, patrocinado por grandes empresas do estado, como a RBS e a Gerdau, atualmente considerado o principal fórum de encontro de neoliberais brasileiros (AMARAL, 2016). Conforme apresentam em seu site:

O Fórum da Liberdade proporciona debates entre grandes palestrantes e fomenta alternativas objetivas e viáveis para equacionar os problemas do Brasil e da América Latina. Em consequência disso, como resultado da qualidade e riqueza dos temas, dos debates, dos palestrantes e do evento em si, o Fórum da Liberdade ganha a cada ano maciça cobertura da mídia nacional. Na semana de realização, reúne um público médio de 5.000 pessoas (FÓRUM DA LIBERDADE, 2019, n.p.).

Ainda segundo os organizadores,

O evento tem por objetivo analisar questões sociais, políticas e econômicas através do amplo debate de opiniões bem como da proposição de caminhos alternativos em direção a uma sociedade mais livre e próspera. Assim, forjado na crença de uma nação plural e livre, o Fórum da Liberdade é uma iniciativa que fomenta a cultura e a educação em nosso país (FÓRUM DA LIBERDADE, 2019, n.p.).

Reunem-se no Fórum centenas de economistas, jornalistas, acadêmicos, empresários e políticos vinculados ao pensamento liberal, que pode ser considerado “uma fundamental arena de difusão e formação doutrinária para diferentes frações da burguesia” (CASIMIRO, 2016, p. 296) como parte da estratégia do IEE de “educar os jovens burgueses para a liderança e ação político-ideológica -, assim como, na formação de quadros de novos intelectuais orgânicos” (CASIMIRO, 2016, p. 295).

O quadro abaixo apresenta a programação da edição do FL do ano de 2019, com os nomes dos painelistas convidados. A partir dele, podemos identificar os diferentes interlocutores do instituto, que incluem uma ampla gama de empresários, membros de outros *think tanks* de atuação local, nacional e internacional, formadores de opinião e membros do governo federal:

Quadro 6 - Programação da 32ª edição do Fórum da Liberdade 2019

08 de abril
12:00 ALMOÇO (EXCLUSIVO PARA PARTICIPANTES PREMIUM) – Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central
16:30 PAINEL NOVOS CAMINHOS – Denis Rosenfield, filósofo e articulista – Daniel Randon, vice-presidente de administração das empresas Randon – Leonardo Fração, empresário e presidente do Instituto Cultural Floresta
18:10 SOLENIDADE DE ABERTURA DO EVENTO – Prêmio Libertas – homenagem ao empresário Winston Ling – Prêmio Liberdade De Imprensa – homenagem ao jornalista Alexandre Garcia – Lançamento do Projeto Constituição II
19:10 PAINEL ESPECIAL – Onyx Lorenzoni, Ministro-Chefe da Casa Civil
09 de abril
09:30 PAINEL EMPREENDENDO A LIBERDADE – Henrique Viana, cofundador e CEO do Brasil Paralelo – Dominique Oliver, CEO Amaro – Diogo Costa, Diretor Executivo da Escola de Administração Pública – ENAP
11:00 PALESTRA ESPECIAL (POR VÍDEOCONFERÊNCIA) – Olavo de Carvalho, filósofo e escritor
11:50 LANÇAMENTO Livro Pensamentos Liberais
14:00 PAINEL IDEIAS EM REDE, MUDANÇAS NO MUNDO – Andy Duncan, economista inglês – Demétrio Magnoli, cientista político – Glória Álvares, cientista política guatemalteca
15:30 PAINEL A LIBERDADE VAI MUDAR O BRASIL? – Joel Pinheiro da Fonseca, economista e filósofo – Wolf Von Laer, economista alemão, cientista político, cofundador e CEO do SFL – Helio Beltrão, empresário e CEO do Mises Brasil
17:00 PAINEL CONSTRUINDO O BRASIL DE AMANHÃ – Marcos Lisboa, economista e CEO do Instituto Insper – Carlos Jereissati Filho, presidente do Iguatemi – Paulo Uebel, secretário especial de desburocratização, gestão e governo digital no Ministério da Economia
18:30 PALESTRA ESPECIAL – Flávio Augusto, empresário fundador da Wise Up

Fonte: <http://forumdaliberdade.com.br/programacao-2019/>. Acesso em: 01 jun. 2020. Elaboração própria.

Outros membros do atual governo, como Paulo Guedes, ministro da Economia, e Sérgio Moro, ex-ministro da Justiça, já participaram de edições anteriores do Fórum e Ricardo Salles, ministro do Meio-Ambiente já foi associado do IEE. Entre formadores de opinião, destacamos a participação de Rodrigo Constantino, Luiz Felipe Pondé e Davi Coimbra. Quanto às contribuições de outros *think tanks*, destacamos a participação de representantes da Atlas Network, do Instituto Mises, Instituto Liberal e Ordem Livre, assim como representantes do Movimento Brasil Livre. Além desses, outros tantos intelectuais orgânicos do liberalismo, nacionais e internacionais, participaram de edições do FL ao longo dos seus mais de 30 anos de história.

As edições recentes do Fórum da Liberdade não se propuseram a tratar especificamente da educação, o que não significa que o debate educacional não atravessou as discussões mais amplas acerca do projeto societário liberal. As edições que ocorreram entre 2011 e 2015 contaram com painéis exclusivos para o debate educacional, os quais foram sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 7 - Painéis sobre educação no Fórum da Liberdade 2011-2015

Ano	Título do painel	Painelistas
2015	Educação e Meritocracia	<ul style="list-style-type: none"> • Rodrigo Galindo – CEO da Kroton Educacional • Fernando Schüller – Professor no Insper e Curador do Projeto Fronteiras do Pensamento • Milton Sousa – Diretor do programa de MBA da RSM/Eramus University
2014	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Eugênio Mussak – Escritor e Fundador da Sapiens Sapiens • Chris Arnold – Presidente da The Smaller Earth Group • Rodrigo Constantino – Presidente do Instituto Liberal e Colunista da revista Veja e do jornal O Globo
2013	Educação básica: quais as consequências da ignorância?	<ul style="list-style-type: none"> • Gustavo Cerbasi – escritor, consultor financeiro, professor e autor de best-seller sobre finanças pessoais • Luis Filipe Reis – diretor corporativo do SONAE • Ozires Silva – reitor da Unimontes, fundador da Embraer, ex-presidente da Petrobrás e da Varig e ex-ministro de Estado da Infraestrutura
2012	Educação: obedecer, pensar ou criar?	<ul style="list-style-type: none"> • Cláudia Costin – secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro • Stephen Hicks – filósofo e diretor do Centro de Ética e Empreendedorismo

2011	A Educação no Futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Alexandre Dias – CEO da Anhanguera Educacional • Ricardo Pelegrini – Administrador
------	-----------------------------	---

Elaboração da autora. Fonte: <http://forumdaliberdade.com.br/edicoes-anteriores/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

Quanto às edições anteriores, as que ocorreram entre 2008 e 2010 não contaram com painéis específicos sobre educação. Entre as que foram realizadas antes de 2008, não foi possível consultar os painéis, pois o site somente disponibiliza as listas de palestrantes e não das atividades que compuseram a programação.

Entre os palestrantes presentes nestes painéis, verifica-se a participação de membros representantes do setor empresarial, inclusive, mas não apenas, empresas que atuam no mercado educacional, como a Kroton Educacional e Anhanguera Educacional, de modo que os interlocutores do Fórum da Liberdade falam de um lugar específico: do terreno do ensino privado.

Em um vídeo institucional da 30ª edição do fórum, realizada em 2017, o filósofo Eduardo Wolf trata do tema da educação, problematizando o ideal de educação pública associado à uma gestão estatal e aponta que os resultados são bastante negativos, por isso é necessário pensar em alternativas:

A verdade é que existem hoje tantas **alternativas** para entregar à sociedade o serviço da educação pública de qualidade que não passam mais por gestão estatal, que não há nenhuma razão para continuar refém de um modelo comprovadamente fracassado. Nós temos modelos como os **vouchers** da educação, que permitem que alunos que efetivamente estão segregados do bom padrão da qualidade educacional possam efetivamente participar da educação de qualidade oferecido pelo sistema privado em diversos países, já testado por exemplo nos Estados Unidos e no Chile. Nós temos o modelo das **Charter Schools**, assim como temos o modelo das **Academies**, no caso, desenvolvidos particularmente no Reino Unido. Todos esses modelos permitem **modelos de gestão mais eficiente do sistema educacional**, alcance maior em termos de número de alunos e, especialmente, um desempenho educacional melhor, com um impacto muito mais alto, portanto, para a vida desses estudantes. Continuar refém do modelo estatal é continuar insistindo no erro (FÓRUM DA LIBERDADE, 2017, comunicação oral. Grifos nossos).

Além dessa manifestação, alguns textos publicados no site do FL, em espaço intitulado “Ensaio sobre a liberdade”, no qual se apresentam artigos dos associados do IEE, convergem com essa perspectiva, apontando como alternativas para a educação brasileira o sistema de *vouchers* e as *Charter Schools* como parte da estratégia de redução do Estado e sua desvinculação em relação à oferta educacional:

A educação é, portanto, só mais um exemplo da ineficiência do estado inchado e burocrático, do qual todos somos sócios, não por opção, mas por coerção. O Prouni, que nada mais é do que uma aplicação do sistema de vouchers proposto por Milton Friedman, pode ser replicado para o ensino médio e fundamental. No longo prazo, isso elevaria a qualidade da educação, diminuindo os gastos. Além disso, esse tipo de política empodera os indivíduos e as famílias, que passam a poder escolher a sua escola de preferência, conforme seus valores e convicções tanto ideológicos quanto pedagógicos. Outra maneira de melhorar a qualidade da educação e a eficiência administrativa das escolas é por meio das charter schools, que são escolas públicas com administração privada. O que o sistema de vouchers e as charter schools tem em comum é uma diminuição das intervenções estatais. Esse tem de ser o mindset do próximo governo, para enfrentar todas as crises, não só a da educação. Privatizações, desburocratizações, empoderamento dos indivíduos, redução de gastos, redução do tamanho do Estado e envolvimento de instituições privadas. Este é o caminho: mais liberdade e menos Estado (JARDIM, 2020, n.p.)

Novamente, como ocorreu entre os textos do Instituto Liberal anteriormente expostos, o argumento gira em torno da liberdade dos indivíduos e suas famílias pela escolha entre escolas, a fim de gerar competição e, com isso, maior eficiência. O trecho abaixo critica também a existência de diretrizes e parâmetros nacionais que definem o currículo e os conteúdos:

Além disso, a competição entre as escolas tem o potencial de aumentar a qualidade do ensino, uma vez que essas instituições terão que achar formas de se diferenciar umas das outras para conquistar o investimento dos alunos. No entanto, a privatização do ensino público por si só não tem esse condão. A melhora do ensino depende de uma série de fatores, mas principalmente da liberdade na forma de ensino. Seria necessário um plano para reduzir, ou mesmo eliminar, a regulação estatal nessa seara. Atualmente, as diretrizes e bases da educação são traçadas pelo Estado. Ao permitir que o Estado padronize a educação, estamos optando por educar todos da mesma forma, sem levar em conta as individualidades de cada um. Consequentemente, estamos limitando o potencial gigantesco que os vários métodos de ensino podem proporcionar aos nossos jovens (NEVES, 2020, n.p.).

Desse modo, no que diz respeito à educação a preocupação do Instituto de Estudos Empresariais e seus membros, aglutinados em torno do Fórum da Liberdade, se volta sobre a desestatização e a privatização da educação, que deve ser pautada pelos parâmetros de mercado de competitividade e liberdade individual.

Foi no Fórum da Liberdade de 2006 que ocorreu o lançamento de um *think tank* brasileiro relevante a esta pesquisa: o Instituto Millenium (IMil), fundado em 2005 com o nome de Instituto da Realidade Nacional. Assim como os demais *think tanks*, o instituto apresenta-se como uma entidade sem fins lucrativos e vinculação político-partidária, que se orienta por valores e princípios liberais, como direito de propriedade, liberdades individuais, livre iniciativa, afirmação do individualismo, meritocracia, eficiência, entre outros. O IMil tem entre seus fundadores e colaboradores intelectuais,

economistas, jornalistas e empresários – entre os quais cabe citar o economista Paulo Guedes, atual Ministro da Economia.

Assim, com uma variedade de colaboradores formais,

O instituto dispõe, além do poder econômico das frações da burguesia a que representa, de um forte capital cultura e simbólico para a produção de consenso, ao articular-se com expressivos segmentos de mídia, desde a composição de seu núcleo definidor de pressupostos e diretrizes de orientação institucional, assim como do vasto contingente de membros especialistas e colunistas convidados, que também atuam nos meios acadêmicos e midiáticos, transbordando e capilarizando os valores comungados pelo instituto para além da sua própria atuação institucional (CASIMIRO, 2016, p. 313).

Além destes, o IMil conta também com contribuições de articulistas, colaboradores sem vínculo formal com o instituto: “São seguidores, admiradores, militantes e intelectuais da causa liberal que procuram ou são procurados ou recrutados pelo Millenium para promoverem a divulgação de suas ideias na forma de pequenos artigos e podcasts” (CASIMIRO, 2016). Atualmente, o quadro de articulistas convidados e especialistas (colaboradores intelectuais) conta com aproximadamente 250 nomes.

Casimiro (2016) aponta que o IMil, ainda que se apresente como uma instituição vinculada aos pressupostos do neoliberalismo apresenta certa proximidade com uma organização moralista e ultraconservadora, o Farol da Democracia Representativa (FDR), o que “demonstra a articulação entre liberalismo econômico e conservadorismo cultural nas representações político-ideológicas no seu escopo de abrangência, contemplando convenientemente cisões e divergências interburguesas” (CASIMIRO, 2016, p. 326).

O Instituto Millenium possui uma ampla quantidade de publicações relacionadas à educação. A busca pela *tag* “educação” no acervo de artigos do instituto localizou 160 textos somente no ano de 2019, o que torna difícil uma análise mais minuciosa do conteúdo produzido pelo instituto sobre o tema. A partir disso, alguns textos foram selecionados de modo a apontar pressupostos e concepções do instituto acerca de assuntos educacionais.

Além dos artigos, a principal contribuição do Instituto em relação à Educação foi a publicação de um estudo intitulado “Educação e desenvolvimento – a formação do capital humano no Brasil” em outubro de 2019, como parte do projeto Millenium

Analisa⁴⁵. O estudo aponta os limites materiais no acesso à educação e as relações entre os indicadores de nível de escolaridade, frequência e desempenho escolar às condições estruturais e sociais como saneamento básico, acesso à energia elétrica e à água encanada. Grosso modo, os dados apontam que a pobreza e as condições de vida estão diretamente associados aos fatores de escolarização. A centralidade do documento, no entanto, pode ser expressa pelo trecho a seguir:

Como o desenvolvimento econômico e a formação de capital humano estão associados ao desempenho educacional de um país, é válida a investigação sobre como variáveis educacionais dialogam com os indicadores de competitividade e ambiente de negócios, que mensuram também o nível de liberdade econômica de um país (INSTITUTO MILLENIUM, 2019, p. 43).

Desse modo, o estudo indica que um ambiente de maior liberdade econômica e de mercado, com o papel do Estado limitado à fiscalização e o empreendedorismo são fatores necessários à melhoria da qualidade educacional e a formação de capital humano. A constatação se comprova a partir do argumento de que países mais bem colocados no *ranking* de Liberdade Econômica⁴⁶ são, não por acaso, os com maiores indicadores quanto aos anos de estudo de sua população:

Ainda que haja certa dificuldade para o entendimento da diferença entre desigualdade social e pobreza, em termos de liberdade dos indivíduos para se fazer negócios e para o comércio, ambas apresentam uma relação linear inversa à concentração de renda. Sem apontar causalidade, a conclusão é que à medida que os indicadores de liberdade econômica de um país se elevam, a desigualdade (ou a diferença na proporção de concentração de riqueza) tende a cair e vice-versa (INSTITUTO MILLENIUM, 2019, p. 49-50).

Em síntese, o documento aponta a ineficiência do Estado, para além da educação, na garantia de serviços de primeira necessidade, como saneamento e energia elétrica; pondera sobre a efetividade do financiamento público do ensino superior, em relação à quantidade de estudantes atendidos situando como alternativa tanto a existência de modelos híbridos de financiamento em que os estudantes de alta renda paguem mensalidades, quanto as parcerias privadas; e aponta para a necessidade de seguir a tendência de outros países,

⁴⁵ A primeira edição foi voltada ao estudo da previdência no Brasil, intitulado “Previdência, setor público, pobreza e desigualdade” publicada também em 2019. A terceira, publicada em 2020, recebeu o título “Reforma administrativa: diagnósticos sobre a empregabilidade, o desempenho e a eficiência do setor público brasileiro”.

⁴⁶ Elaborado pelo Index of Economic Freedom 2019, da Heritage Foundation. É o *ranking* ao qual se refere o Estatuto da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, que tem como meta fazer o Brasil figurar entre os 10 primeiros lugares do *ranking*.

[...] Que se transformaram, não apenas pela Educação, mas por repensarem seus modelos econômicos, racionalizando o gasto público ou convertendo-o em benefício do próprio cidadão, criando ambientes de negócios seguros, livres e com maior potencial de geração de oportunidades (INSTITUTO MILLENIUM, 2019, p. 97)

Neste estudo e em diversos textos publicados no site do IMil é recorrente a colocação de que à educação brasileira não falta investimento, pois o país já gasta em “uma proporção superior à que os países ricos gastam no mesmo setor” em uma média “acima do que investe a União Europeia, Estados Unidos e os membros da OCDE” (INSTITUTO MILLENIUM, 2019, p. 53). O problema, portanto, não é a falta de recursos na educação, mas sim a forma como são alocados e os resultados obtidos.

Nesse sentido, a gestão privada da educação e sua desvinculação do Estado se coloca, novamente, como alternativa. O texto de Roberto Rachewsky publicado pelo Instituto Liberal, citado anteriormente, que apresenta os vouchers como alternativa de transição para uma educação não estatal foi replicado pelo IMil em outubro de 2019 (RACHEWSKY, 2018a). Um texto publicado em 2007 já apresentava como referências para a gestão educacional o modelo dos *vouchers* e das *Charter Schools*, apresentando como casos de sucesso de parcerias público-privadas exitosas o sistema de *vouchers* do Chile dos anos 1970 e as *Escolas Charter* dos EUA:

Terceirizar a gestão escolar para empreendedores contribuirá para um melhor desempenho acadêmico de nossos jovens. Como indicou Milton Friedman há décadas, o setor privado tem vantagem comparativa em produzir sistemas de gestão eficientes e alinhar os incentivos de professores e gestores para elevar a qualidade da educação. [...] Em resumo, como mostram os exemplos do Chile e dos EUA, a parceria público-privada oferece uma solução para a melhoria da qualidade do ensino básico tão urgente no Brasil. Terceirizar a gestão escolar para empreendedores contribuirá para um melhor desempenho acadêmico de nossos jovens, além de produzir uma mão-de-obra mais qualificada para levar o Brasil a um degrau mais alto na nova economia do conhecimento (BARENBOIM; PESSOA, 2007, n.p.).

Além da política de *vouchers* e das *Charter Schools*, conforme defendido por outros *think tanks*, propõe para a educação o modelo de parcerias com Organizações Sociais (OS):

O modelo é simples: o controle e o financiamento são do governo; a gestão é privada, ainda que sem fins lucrativos. O sistema é similar ao desenvolvido nos Estados Unidos, com as chamadas *charter schools*. Sua implantação não é uma tarefa simples. É preciso dispor de boas organizações privadas, para a gestão das escolas, contratos bem-feitos e medição constante de resultados. E tudo terá de ser feito, no início, sob oposição cerrada das corporações, ceticismo da imprensa e desconfiança pública. De minha parte, penso que um modelo ainda mais inovador é o do voucher educação. Por esse sistema, o governo financia o aluno, diretamente. Dá a ele o direito de escolher onde estudar. O mesmo direito que tem

a classe média, e do qual nenhuma família com maior renda abriria mão (SCHÜLER, 2015, n.p.).

Do mesmo modo, propõe parcerias com o Sistema S, conforme os excertos que seguem, de artigo escrito por João Batista Araujo e Oliveira, fundador e presidente do Instituto Alfa e Beto:

Uma visão que preze a eficiência exigirá, necessariamente, uma integração – e eventual responsabilização do Sistema S por parcela significativa da formação técnico-profissional em nível médio. Felizmente, além dos recursos, o Sistema S dispõe de inigualável competência. Ao mesmo tempo, exigirá repensar o papel dos institutos federais, que, apesar de sua excelência acadêmica, pouco ou nada contribuem para formar técnicos de nível médio para o setor produtivo (ARAUJO E OLIVEIRA, 2018, n.p.).

Diferentemente do que ocorre com os *think tanks* anteriormente discutidos, no entanto, o IMil não critica a existência de diretrizes e parâmetros básicos nacionais, construídos a partir do Estado. A professora Cláudia Costin⁴⁷, principal articulista do Instituto Millenium quando se trata de educação, compôs o Movimento pela Base Nacional Comum e publicou no site do IMil diferentes textos elogiando o processo da sua elaboração, celebrando sua aprovação e apontando para os desafios da sua implementação:

O que começou a ser feito há quatro anos foi seguir o que os melhores sistemas do mundo já tinham: identificar com clareza as competências a serem desenvolvidas em cada ano de escolaridade. [...] Com isso, teremos estabelecido os direitos de aprendizagem dos alunos ou o que se espera que cada criança ou adolescente aprenda a cada ano e disciplina e, assim, saber o que deve ser ensinado. Isso deverá orientar a produção de materiais didáticos, a formação inicial e continuada dos professores e o seu trabalho colaborativo para preparar aulas e atender alunos que apresentam dificuldades (COSTIN, 2017, n.p.).

Desse modo, o Instituto Millenium se diferencia em partes dos demais *think tanks* e corrobora com a existência de parâmetros mínimos nacionais que guiam o direito à aprendizagem, com vistas a superar as desigualdades educacionais – cabe destacar: sempre pela perspectiva da formação de capital humano – conforme reforça o trecho que segue:

⁴⁷ Cláudia Costin é diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (CEIPE/FGV) e ex-diretora de Educação do Banco Mundial

A adoção de uma Base Nacional Comum Curricular é condição indispensável para se enfrentar diretamente esse problema [o baixo desempenho escolar]. Ao indicar com clareza quais são as competências que os alunos devem desenvolver e quais os conteúdos essenciais para o seu desenvolvimento, as escolas e professores terão, por sua vez, maior clareza do que os seus alunos devem aprender e o que eles devem ser capazes de fazer com esse aprendizado. Espera-se, assim, que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais e possibilite o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo, e que seja também balizadora da qualidade da educação – isto é, da garantia do direito dos estudantes a aprender e a se desenvolver –, contribuindo para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) (RAMOS, 2019, n.p.).

Outro ponto que parece diferenciar o IMil dos demais, diz respeito ao seu entendimento acerca das questões ideológicas que atravessam a escola – ao menos atualmente. Análises recentes das publicações do Instituto permitem identificar que este apresenta um posicionamento moderado quanto ao debate sobre a doutrinação ideológica. Como ilustra o excerto a seguir, as posturas dos seus articulistas tem sido de amenizar o problema, ainda que não neguem sua existência, minimizando seus efeitos negativos na qualidade da educação:

Existe, de maneira geral, um viés ideológico na educação brasileira. Quem nunca teve um professor de esquerda? Eu tive vários, e dos que traziam suas convicções políticas para a sala de aula. Alguns foram do perfil autoritário, que desestimulava o debate e exigia que os alunos “esquerdassem” na prova. Já outros foram professores incríveis, que estimulavam a discussão e incitavam os alunos a pensar por conta própria. A crença política era o material que animava o debate. Fui doutrinado? Se fui, não funcionou. E eis que esse fato corriqueiro do nosso sistema – muitos professores serem de esquerda – virou o grande bode expiatório da precariedade de nossa educação (FONSECA, 2018, n.p.).

Pouco depois, em janeiro de 2019, um texto intitulado “O bicho-papão marxista” satiriza a teoria que argumenta sobre a existência de uma estratégia de transformação cultural pela esquerda:

“Marxismo cultural” é uma teoria da conspiração que visa a explicar e dar um sentido a um fato que, esse sim, existe e é problemático: o predomínio intolerante da esquerda em diversos âmbitos da cultura nacional. [...] Há um problema real de falta de diversidade ideológica e respeito à divergência intelectual e política nos âmbitos com predominância do pensamento de esquerda. Contudo, isso é totalmente diferente de afirmar que eles são canais de engenharia social visando – e ainda com sucesso! – transformar a cultura por via dessas instâncias (FONSECA, 2019, n.p.)

No entanto, publicações mais antigas mostram que essa posição é uma novidade recente. Tanto é que o Instituto Millenium esteve presente em pesquisas acadêmicas que trataram do movimento Escola sem Partido (MIGUEL, 2016; LIMA, 2017), como aliado no combate a uma suposta doutrinação ideológica de esquerda nas escolas. Ao IMil também já se vincularam uma série de sujeitos defensores do ESP como é o caso do próprio criador do movimento, Miguel Nagib, e do deputado

Marcel Van Hattem, proponente do Projeto de Lei do ESP no estado do RS, que foram articulistas do Instituto. Miguel Nagib assinou um texto publicado pelo IMil em 2009 intitulado “Por uma escola que promova os valores do Instituto Millenium”. Depois de se desvincular do instituto, a assinatura do texto foi modificada para “Comunicação Millenium” e o texto já não está mais disponível, “certamente porque se percebeu a contradição entre o combate à ‘doutrinação nas escolas’ e a defesa de um programa pedagógico tão ostensivamente doutrinário” (MIGUEL, 2016, p.).

O excerto a seguir, de um texto publicado há uma década, ainda que utilizando-se de outro vocabulário, denuncia a doutrinação ideológica como um dos enormes problemas decorrentes do monopólio estatal:

A educação, como os demais bens, deve ser ofertada num ambiente de livre concorrência. Quanto menos intervenção estatal, melhor. Cabe aos consumidores decidir o que presta ou não, separar o joio do trigo. A mentalidade arrogante dos burocratas e sindicalistas é a verdadeira inimiga do progresso educacional. Imbuídos da crença de que somente eles sabem qual a melhor forma de educar o povo, eles desejam controlar nos mínimos detalhes a “qualidade” do ensino. Na prática, tudo aquilo que for contra a visão uniforme e medíocre dessa gente “politicamente correta” será visto como inadequado, ainda que exista demanda por parte dos pais. Quem sabe como educar melhor seus filhos: os próprios pais, ou os sindicalistas, políticos e membros de “movimentos sociais”? (CONSTANTINO, 2010, n.p.).

Observa-se que as críticas e denúncias de doutrinação ideológica vinham acompanhadas – como vêm ainda, no caso dos outros *think tanks* – da discussão sobre o livre mercado e a não intervenção estatal, a partir do entendimento de que havendo livre concorrência, os consumidores (alunos e seus responsáveis) teriam oportunidade de decidir sobre a qualidade do produto que desejam receber.

A mudança de postura em relação às denúncias da influência do pensamento de esquerda nos espaços escolares e universitários se deve, em grande medida, a uma nova estratégia do Instituto para disputar estes espaços: o projeto “IMil na Sala de Aula”, que consiste em atividades realizadas em instituições de ensino superior públicas e privadas com objetivo de “discutir com os jovens valores como liberdade, Estado de direito, economia de mercado e democracia” (INSTITUTO MILLENIUM, 2020). Com foco na educação básica, o IMil atua na divulgação de dois livros infantis produzidos pelo Instituto Liberdade e Justiça (ILJ), que também compõem a Rede Liberdade, intitulados “Antônio e o segredo do universo em breves lições” e “Anyá e o mistério do sumiço do cãozinho Galt”:

Os dois livros são inspirados nas ideias defendidas por nomes do liberalismo como Ludwig Von Mises. O livro “Antônio e o segredo do universo em breves lições”, pretende “trazer para o universo infantil os

ensinamentos contidos no livro ‘As seis lições’, do economista Ludwig von Mises” (INSTITUTO MILLENIUM, 2019). O autor do livro, Giuliano Miotto, afirma na matéria que deseja “levar o liberalismo aos pequenos” (INSTITUTO MILLENIUM, 2019), e destaca a importância de trabalhar valores, desde os primeiros anos de vida escolar e não escolar das crianças, que favoreçam a conservação das estruturas do capital (MENDES; PERONI, 2020, p. 84).

As pequenas diferenças entre os *think tanks*, e até mesmo as mudanças internas de diretrizes e estratégias de atuação ao longo do tempo, são elementos importantes a se considerar, que reforçam o fato de que sua ação não é estável e permanente, mas se adapta de acordo com a realidade, o contexto político e as estratégias consideradas mais apropriadas para avançar em seu projeto societário.

Há um quarto *think tank* de atuação internacional, que se diferencia dos demais pelo seu público-alvo e foco de atuação que é o Students for Liberty (SFL), um *think tank* estudantil, que se declara como a maior organização estudantil pró-liberdade do mundo, cuja missão é educar, desenvolver e capacitar a próxima geração de líderes da liberdade. Sua atuação se dá a partir de três pilares, quais sejam: 1) educar os jovens sobre a filosofia da liberdade e os valores-chave do liberalismo clássico, tanto ajudando-os a aprender sobre seus pressupostos, quanto fornecendo recursos para que os já engajados espalhem as ideias; 2) desenvolver lideranças, de modo que os jovens pró-liberdade possam se tornar “organizadores, gerentes, escritores, palestrantes e líderes mais eficazes hoje e amanhã”, além de facilitar o crescimento pessoal e a especialização em áreas de atuação que valorizam os pressupostos das ideias de liberdade; e 3) empoderar, fornecendo recursos, treinamento, infraestrutura e todo tipo de apoio que auxilie os jovens voluntários a tornarem-se ativos em bem-sucedidos no avanço da causa da liberdade.

Em vista disso, o SFL possui programas de formação acadêmica e política, cursos de liderança e empreendedorismo, grupos de estudos, além da promoção de eventos de abrangência internacional como o LibertyCon. A organização está ativa em 110 países por todos os continentes e cresce rapidamente: “Desde 2008, quando foi fundada, seu orçamento passou de pouco mais de 35 mil dólares para mais de 3 milhões de dólares em 2014” (AMARAL, 2016, p. 51) e conta com 5.669 líderes e 96.581 participantes, tendo realizado 2.347 eventos pelo mundo⁴⁸.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/#regions>. Acesso em: 09 set. 2019.

O SFL chegou ao Brasil em 2012, com o nome de Estudantes pela Liberdade (EPL). Alguns anos depois passou a se chamar Students for Liberty Brasil (SFLB) e também se apresenta como a maior organização estudantil pró-liberdade do país. A entidade foi fundada no Fórum da Liberdade com a participação de Anthony Ling (filho de Winston Ling, fundador do IL-RS e sobrinho de William Ling, fundador do IEE); Fábio Ostermann (fundou também o Movimento Brasil Livre, o LIVRES e o partido NOVO; atualmente é deputado estadual do RS); entre outras figuras que transitam pelos *think tanks* vinculados à Atlas. Os líderes do SFLB hoje atuam em organizações como Instituto Mises Brasil, Livres e Mercado Popular. São também organizadores da LibertyCon Brasil, conferência sobre as ideias da liberdade, que é um “evento-missão” da SFLB.

As pautas que recebem atenção do SFLB são organizadas a partir de quatro tópicos, dentro dos quais são distribuídos os artigos de opinião no seu blog, conforme sistematizado no quadro a seguir:

Quadro 8 - Tópicos e pautas do SFLB

<p>Paz, amor e liberdade</p>	<p>[...] fatores subjacentes que nos inibem de alcançar a liberdade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ANTI-GUERRA: Para promover um ambiente de paz, amor e liberdade, a ação militar deve ser evitada a todo custo, exceto, como último recurso, na defesa da liberdade. • LIVRE MIGRAÇÃO: O local de nascimento de um indivíduo não deve ditar nem limitar suas chances de buscar refúgio, realização e prosperidade. • FIM DA BRUTALIDADE POLICIAL: Maior transparência e responsabilidade da polícia podem ajudar a manter nossas comunidades livres do abuso de poder. • DIREITOS HUMANOS: Todos os seres humanos têm direito ao mesmo nível de vida, proteção e liberdade, independentemente da idade, sexo, país de origem, etnia, orientação sexual, religião ou capacidade. • LIVRE INICIATIVA E RESPONSABILIDADE MORAL: Os indivíduos devem ser livres para fazer suas próprias escolhas pessoais, desde que não prejudiquem os outros e estejam dispostos a aceitar total responsabilidade por suas ações.
<p>Liberdade de Expressão</p>	<p>Então, o que implica a liberdade de expressão?</p> <ul style="list-style-type: none"> • CENSURA NA INTERNET: A censura na Internet reprime o fluxo livre de ideias e o diálogo aberto. Manter a Internet livre nos ajuda a promover um futuro mais livre. • LIBERDADE DE EXPRESSÃO: É importante proteger nosso direito à liberdade de expressão para que possamos ter conversas abertas e honestas que nos levam a uma maior liberdade. • CENSURA FINANCEIRA: Devemos falar contra governos que pressionam as instituições financeiras a bloquear transações online para censurar o discurso online.

	<ul style="list-style-type: none"> • IMPrensa LIVRE: Devemos proteger o direito de nossos jornalistas de denunciar a verdade, desde que não violem os direitos de terceiros. • REDES SOCIAIS: As redes sociais devem continuar sendo uma saída para os usuários se expressarem livremente, enquanto aceitam a responsabilidade pessoal por suas ações.
Livre Mercado	<p>À medida que analisamos os mercados livres mais de perto, é importante examinar os seguintes fatores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Um mercado verdadeiramente livre incentiva as empresas a proteger os consumidores e fornecer produtos e serviços de alta qualidade ao menor custo possível. • POLÍTICA MONETÁRIA: Políticas monetárias restritivas, como o controle da inflação e das taxas de juros, proíbem o florescimento do mercado livre e, portanto, devem ser desfeitas. • ECONOMIA SOCIALISTA: Preços controlados pelo governo dificultam a concorrência. Isso, combinado com os interesses políticos em jogo, impede que as necessidades públicas sejam atendidas. • ECONOMIA DE LIVRE MERCADO: Uma economia de livre mercado, alimentada pelas leis de oferta e demanda, pressiona as empresas a fornecer bens e serviços que atendam às necessidades do público, em troca de lucro. • ACORDOS COMERCIAIS GRATUITOS: A liberdade exige livre e troca de bens e serviços. Os acordos de livre comércio devem ser protegidos. • SAÚDE PÚBLICA: A melhor maneira de tornar a assistência médica acessível e acessível a todos é impedir que o governo interfira em nossas preferências do consumidor. • EDUCAÇÃO: Em um livre mercado, o governo não deve interferir na educação, e todas as barreiras à escolha da escola devem ser removidas. • LIBERDADE PARA TRABALHAR: Os indivíduos têm o direito de buscar novas formas de trabalho e serviços sob demanda adequados às suas escolhas de estilo de vida.
Não pise em ninguém	<p>Então, o que queremos dizer quando dizemos: “Não pise em ninguém”?</p> <ul style="list-style-type: none"> • IGUALDADE DE TRATAMENTO SOB A LEI: Todos merecem receber tratamento igual nos termos da lei, independentemente de idade, sexo, orientação sexual, religião, etnia ou credo. • INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: A inovação é fundamental para o florescimento humano e, portanto, não pisaremos no desenvolvimento tecnológico. • PRIVACIDADE DIGITAL: Todo mundo tem direito à privacidade, e os governos não devem abusar de seu poder de censurar nossa atividade online. • FIM DA GUERRA ÀS DROGAS: É hora de parar de obrigar os contribuintes a pagar pela guerra fracassada contra as drogas e abraçar a escolha do consumidor. • LGBTQ: O governo não tem opinião sobre quem nos é permitido amar. A comunidade LGBTQ tem o direito de viver em paz, sem medo de perseguição.

- **REGULAÇÕES DE MEDICAMENTOS:** Não ter o direito de tentar é uma violação da nossa liberdade individual. Devemos ser livres para escolher nosso método de tratamento, sem a necessidade de aprovação do governo.
- **ROTULAGEM DE ALIMENTOS:** O governo não deve ditar o que podemos e o que não podemos consumir às custas dos contribuintes. Devemos ser livres para escolher o que colocamos em nossos pratos.
- **INOCENTE ATÉ QUE SE PROVE A CULPA:** Em uma sociedade livre, todos têm direito a um julgamento justo em um tribunal. A presunção de inocência até que se prove o contrário deve ser protegida.

Fonte: <https://studentsforliberty.org/brazil/blog/>.

Podemos verificar que a temática da educação consta no tópico intitulado “livre mercado”, o que de imediato aponta para a perspectiva do SFLB quanto ao assunto que, juntamente com a saúde, é tratado não no campo dos direitos sociais, mas como produto de relação mercantil. Essa perspectiva é sintetizada no trecho abaixo:

[...] a **educação é um serviço**, com os professores e instituições sendo prestadores de serviços, e os alunos, os usuários do serviço. Em suma, o sistema é e deve ser considerado um **negócio no mercado livre**. Se estivesse totalmente livre de controle, regulamentos e finanças do governo, promoveria a **verdadeira concorrência**. Nesse mercado, a prestação de contas significaria exatamente isso – melhorar ou perder seus alunos. A **escolha** retornaria à educação. Os pais podem escolher o tipo de educação que desejam para os filhos e o local onde os filhos receberão a educação (inclusive em casa, se desejado). Da mesma forma, as escolas podem recusar aqueles indivíduos considerados violentos ou perturbadores demais. A **privatização** significaria que o profissionalismo é levado a um nível completamente diferente, resultando em tentativas de encontrar os melhores modelos de prática que podem ser usados em áreas específicas e para necessidades especiais (STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL, 2019, n.p. Grifos nossos).

A defesa da escolha da família é uma pequena adaptação do pressuposto da liberdade individual e sustenta o direito dos pais de optarem, inclusive, pelo ensino domiciliar. E caso optem pelo ensino escolar, as famílias devem ter condições de basear sua escolha em resultados expressos por avaliações e classificações das instituições. No texto supracitado apresenta-se também a defesa das escolas Charter e escolas particulares como possibilidades de escolha das famílias.

Como se pode observar no quadro 8, as pautas do SFLB tem forte vinculação com os pressupostos libertários discutidos no capítulo anterior, no que diz respeito à liberdade individual irrestrita, inclusive no que diz respeito às questões morais (legalização das drogas e direitos da população LGBT, por exemplo), como sintetiza a publicação da organização no Twitter em que afirmam: “Nosso sonho? Ver casais gays protegendo seus filhos, propriedades e plantação de maconha armados. Não defendemos a liberdade pela metade” (STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL, 2016).

A relevância deste *think tank* no cenário brasileiro se dá pela sua relação com o Movimento Brasil Livre, um movimento político de bastante influência para a nova direita, que será discutido na próxima seção. O EPL (atualmente SFBL) chegou ao Brasil em 2012 sob direção de Juliano Torres, Fábio Ostermann e Anthony Ling que, diante das Jornadas de Junho em 2013, decidiram criar uma “marca” política que os permitiria participar das manifestações que tomavam as ruas por todo país. Pela sua vinculação à Atlas Network, o Estudantes pela Liberdade não pode se envolver em questões de ativismo político, por isso a estratégia foi criar um “nome-propaganda” para que pudessem se somar aos protestos (AMARAL, 2015). Muitos dos membros do MBL, como Kim Kataguri, já faziam parte do EPL e participavam dos treinamentos e formações propostas pela SFL e pela Atlas, como veremos na próxima seção.

Os *think tanks* aqui discutidos tem em comum a forma de ver o mundo e a sociedade e desenvolvem diferentes estratégias com vistas a construção de um projeto societário voltado à sua concepção de liberdade e os pressupostos que dela decorrem. Sua contribuição principal se dá na formulação teórica e disseminação de conteúdo, por meio de cursos, programas, materiais e artigos de opinião. No que diz respeito à educação, suas propostas tem centralidade na privatização e na valorização das instituições privadas com a lógica de mercado como parâmetro de qualidade; na redução da intervenção do Estado sobre as instituições e os currículos escolares; e no controle ideológico do conteúdo educativo, buscando inserir na educação valores de meritocracia, empreendedorismo, competitividade e outros elementos caros ao livre mercado. Em nome da liberdade individual, defendem o direito ao *homeschooling* e o direito dos pais de decidirem sobre a educação dos filhos, sem interferência do Estado. Em síntese, “os princípios adotados no mercado para obter lucro, precisam agora fazer parte do universo educacional” (MENDES; PERONI, 2020, p. 85).

Verificamos, nas discussões realizadas até aqui, que os *think tanks* tendem a se vincular às pautas com viés mais político e econômico, não tendo como foco as questões morais ainda que não se abstenham de tecer discussões do ponto de vista moral e cultural na medida em que se aproximam também de outras esferas da vida social (PERONI; LIMA, 2020, p. 11). Isso se explica porque estas organizações buscam “fazer valer os interesses dos grupos que representam e dos que financiam essas instituições, aspecto que revela o perfil do *think tank*” (MENDES; PERONI,

2020, p. 74), de modo que podem se voltar a interesses diferentes, como é o caso de outras instituições mais notadamente conservadoras, como o Burke Instituto Conservador, que dedicam-se prioritariamente a temas do campo moral e de costumes e a valorização da cultura ocidental.

As pautas para a educação deste terceiro grupo e os argumentos que as defendem muito se aproximam do que é proposto pelo governo federal, de modo que podemos sistematizar duas grandes pautas: 1) descentralização e desestatização da educação, transferindo a responsabilidade para a iniciativa privada ou para o terceiro setor (privado não mercantil), tendo o mercado como parâmetro de qualidade; 2) guerra cultural, no sentido do combate à doutrinação ideológica e o monopólio da esquerda nas escolas e universidade, com menos foco na questão de valores de uma moralidade religiosa e mais atenção aos valores do livre-mercado, como empreendedorismo, competitividade e meritocracia. A referência ao modelo de educação militar não aparece de forma direta como se percebe nas discussões dos sujeitos do governo federal, mas há a reivindicação de alguns valores comuns ao ensino militar como disciplina, autoridade, hierarquia e a valorização dos símbolos nacionais. Do mesmo modo, a valorização da família não é pauta central, mas se apresenta no debate das liberdades individuais e o poder de escolha das famílias sobre a educação dos filhos.

Em seguida trataremos de grupos de agitação e propaganda da nova direita que, ainda que sejam vinculados a alguns *think tanks*, não carregam consigo a institucionalidade destes e, por isso, desfrutam de uma certa liberdade de posicionamento, envolvendo-se com questões mais variadas.

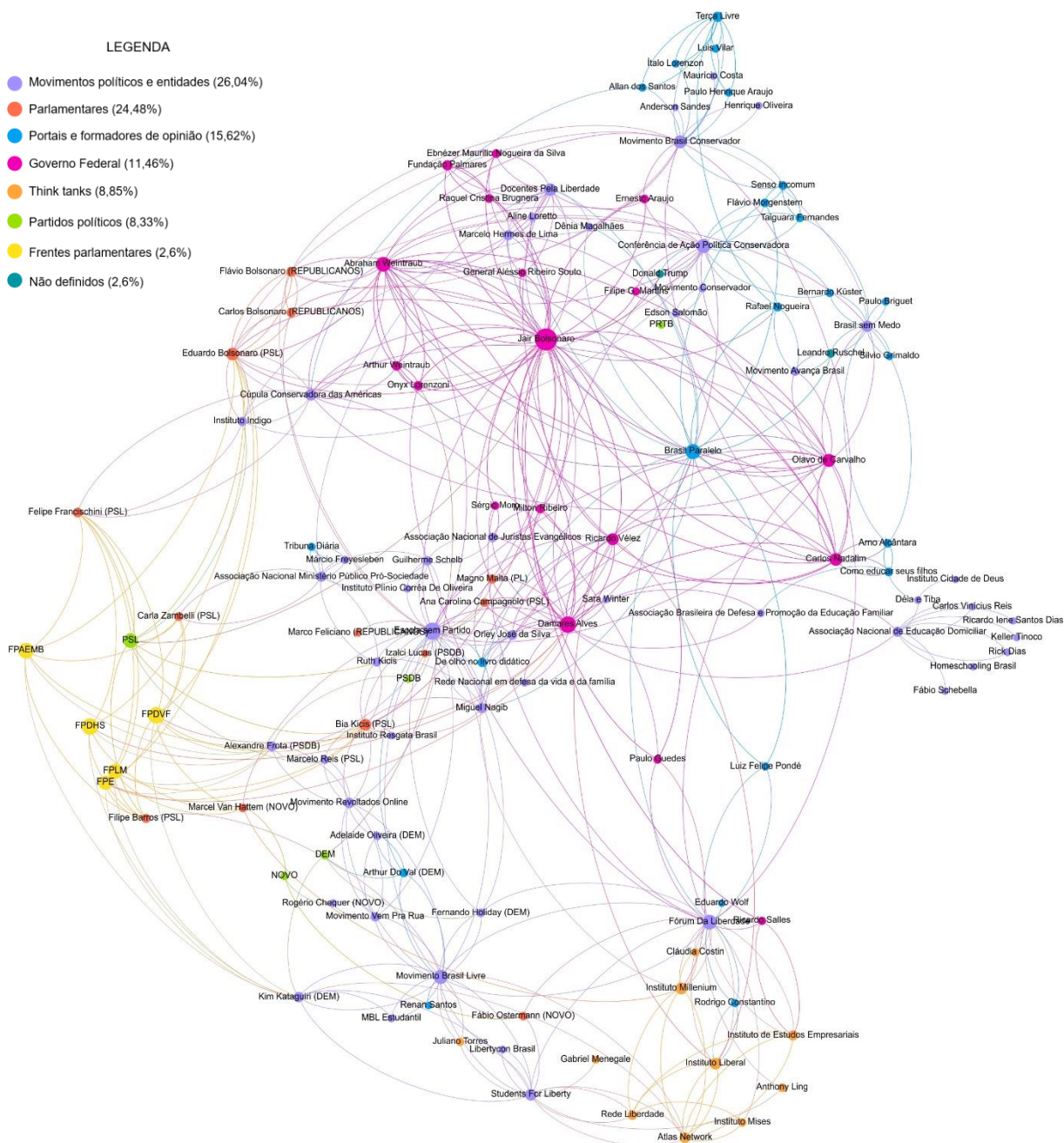
4.4 MOVIMENTOS POLÍTICOS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Na última década, foi possível verificar o crescimento e aumento de grupos de atuação política sem vinculação partidária (ao menos assumidamente) alinhados ao pensamento liberal-conservador, que atuam principalmente no sentido de propagandear seus pressupostos teóricos. Estes grupos, em geral formados por jovens, assumiram progressivo protagonismo no cenário político brasileiro, ganhando força principalmente no contexto das disputas sobre o *impeachment* de Dilma, a partir de 2014, em que mobilizaram setores da juventude mais à direita. Não tendo

vinculações institucionais ou partidárias formais, os ativistas destes grupos detêm certa liberdade para se posicionar diante das mais variadas pautas e polêmicas, adotando discursos relativamente despreocupados em relação à aceitação. Sua atuação na *internet*, especialmente via redes sociais, também apresenta uma dinâmica nova de atuação, que se caracteriza pela rapidez e linguagem acessível àqueles distantes ao universo político e acadêmico.

Serão aqui discutidos quatro grupos de atuação da nova direita: Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento Brasil Conservador (MBC), Movimento Escola sem Partido (ESP) e Movimento Docentes pela Liberdade (DPL). Outros movimentos serão citados, mas não efetivamente analisados, pois têm uma atuação menos relevante no cenário nacional atual, como é o caso do Revoltados Online (RO), Movimento Vem pra Rua (VPR) e Movimento Avança Brasil (MAB). A figura a seguir apresenta a rede dos movimentos políticos e os sujeitos com quem estes se relacionam imediatamente:

Figura 15 - Sujeitos: movimentos políticos e entidades



Elaboração própria. Dados coletados no período de 2019-2020 e sistematizados no grafo em nov. 2020.

Tendo a *internet* como principal meio de atuação e comunicação – além das ruas, que desde 2014 passaram a ser espaço de expressão da nova direita – estes movimentos demonstram capacidade de alcance e geram engajamento nas redes sociais, por meio de uma comunidade que replica suas publicações e, com isso, suas ideias. O quadro abaixo sistematiza os números de seguidores, inscritos e curtidas que os movimentos aqui discutidos têm no Twitter, YouTube e Facebook, respectivamente, que são redes sociais utilizadas para produção e difusão de

conteúdo. Recentemente os movimentos tem investido na comunicação via *Whatsapp* ou *Telegram*, aplicativos de troca de mensagens, mas estas duas ferramentas não serão discutidas aqui porque se tratam de espaços “privados” de discussão.

Quadro 9 - Alcance dos movimentos da nova direita nas redes sociais

	Seguidores no Twitter	Inscritos no YouTube	Curtidas no Facebook
Movimento Brasil Livre	484,8 mil @MBLivre	1,2 milhões	3 milhões
Movimento Brasil Conservador	148,4 mil @EuSouMBC	56,4 mil	34,9 mil
Escola sem Partido	118,1 mil @escolasempartid	2,7 mil	227,5 mil
Docentes pela Liberdade	5,7 mil @DPLNacional	622	5,5 mil

Fonte: perfis oficiais dos movimentos nas respectivas plataformas. Acesso em: 16 jun. 2020. Elaboração própria.

Cabe destacar que além das páginas e perfis oficiais de alcance nacional, os movimentos também contam com canais locais de comunicação e informação, separados por estados ou municípios, além de algumas variações que alcançam grupos específicos de pessoas, a exemplo da página “Mães pelo Escola sem Partido” no Facebook e o perfil @editorialmbc no Twitter. O Facebook, particularmente, conta também com a ferramenta dos grupos, que agregam pessoas para além das páginas/perfis. A tabela acima contribui para pensarmos a atuação desses novos movimentos na *internet* a partir do alcance desses sujeitos, que se comunicam diariamente com uma enorme quantidade de pessoas, que não só recebem o conteúdo passivamente, mas interagem por meio de compartilhamentos e comentários, replicando seus conteúdos.

O expoente precursor desta nova forma de organização e de fazer política da nova direita foi o Movimento Brasil Livre (MBL), que se constituiu como uma grande liderança do movimento *pró-impeachment*, e é o grupo com maior alcance entre os aqui discutidos. O Movimento se define como “uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera” e aponta como data de fundação o dia 1º de novembro de 2014, uma semana após a reeleição de Dilma Rousseff. No entanto, tem sua origem em articulações anteriores, que ocorriam já em 2013, à época das Jornadas de Junho. De acordo com Amaral (2015), o MBL nasce

como uma “marca” para do grupo Estudantes pela Liberdade (atual Students for Liberty Brasil), que tinha o desejo de participar das manifestações de junho, mas era impedido pela legislação estadunidense por conta do vínculo à Atlas Network. O trecho da reportagem para a Agência Pública explica essa relação:

Juliano Torres, o diretor executivo da EPL, foi mais claro sobre a ligação entre o EPL e o Movimento Brasil Livre. [...] “Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students For Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou “os membros do EPL podem participar como pessoa física, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre [...]” disse em entrevista (AMARAL, 2015, n.p.)

Tanto esta relação é verdadeira, que após a primeira grande manifestação de 2015, já mobilizada pelo MBL entre outras organizações, uma matéria no site da Atlas comemorou a amplitude do ato, encabeçada por Kim Kataguirí, e explicou que muitos membros do MBL passaram pelo principal programa de treinamento da organização, a *Atlas Leadership Academy*, e agora aplicam o que aprenderam nos espaços onde vivem e trabalham (ATLAS NETWORK, 2015).

A atuação do MBL quanto ao impeachment foi sistematizada em um documentário que apresenta sua narrativa acerca da trajetória e a influência do movimento no processo de impeachment, que os coloca como heróis da história do país. Os principais aliados, segundo a narrativa construída, foram o movimento Revoltados Online (RO) e o Vem pra Rua (VPR).

O RO desenvolveu uma militância política de extrema-direita defendendo pautas do antipetismo e pela intervenção militar, sob liderança de Marcelo Reis, fundador de jargões como “fora corruPTos” à época do processo de *impeachment* e do slogan “meus filhos, minhas regras” com relação à defesa do movimento Escola sem Partido. O movimento, inclusive, foi responsável pela apresentação da pauta do ESP para o ministro da educação Mendonça Filho em 2017, em uma reunião da qual participou o ator Alexandre Frota e a procuradora Bia Kicis, também membros do RO. Por meio da aproximação com o movimento e como uma figura de destaque, Frota se inseriu na cena política e veio a ser eleito deputado federal em 2018, pelo PSL. Em 2019, no entanto, foi expulso do partido e se filiou ao PSDB. Bia Kicis, convém destacar, também se elegeu deputada federal em 2018 pelo PSL. Marcelo Reis, por

sua vez, concorreu a deputado estadual em São Paulo pelo PSL em 2018, mas não se elegeu. Já o VPR foi o aliado mais consistente do MBL no processo de *impeachment*, ainda que no início pautasse apenas a luta anti-corrupção, e teve como protagonistas figuras como Rogério Chequer, que em 2018 se candidatou a governador de SP pelo partido NOVO; e Adelaide de Oliveira, que em 2020 lançou candidatura a vice-prefeita de SP em chapa encabeçada por Arthur do Val⁴⁹, do MBL, ambos filiados ao Patriota. Arthur do Val, cabe apontar desde já, foi eleito deputado federal em 2018 pelo Democratas.

Entre as pautas do MBL, desde o nascimento, constam a defesa da liberdade individual e de mercado, a redução do Estado e o combate à corrupção, pautas essencialmente neoliberais. A partir dessas pautas é que assumem a postura de oposição ao Governo Federal, mais notadamente ao Partido dos Trabalhadores (LIMA, 2018). Em seu primeiro Congresso Nacional, ocorrido em 2015, o movimento elaborou um documento que reúne as principais propostas aprovadas na ocasião, que direcionariam a atuação dos seus membros, organizadas em sete eixos: educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. As propostas se relacionam com ideias de desburocratização do Estado; privatização (bancos, presídios, transporte, saneamento básico); incentivos a empresas privadas; alterações na lei trabalhista e na previdência; entre outras.

Em relação à educação, as propostas do movimento seguem a tendência dos *think tanks*, com propostas condizentes com o ideário da nova direita:

- Implementação do sistema de **vouchers** para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.
- Legalização do **homeschooling**.
- Apresentação do Projeto de Lei “**Escola sem Partido**” em legislativos estaduais e municipais.
- Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.
- Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
- Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.
- Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.
- Diminuição da burocracia para o registro de patentes.
- Redução de impostos das escolas privadas.
- **Militarização** das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.

⁴⁹ Arthur do Val é um influenciador digital de amplo alcance. Seu canal no YouTube, “Mamãefalei”, tem 2,7 milhões de inscritos.

- Gestão privada de escolas públicas através de **Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas**.
- Promover a **competição** entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.
- Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
- Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.
- Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p. 2. Grifos nossos.)

O trecho converge com o que já fora discutido nas seções anteriores quanto às propostas dos *think tanks* e as que vieram a compor o plano de governo de Jair Bolsonaro, como a militarização das escolas, o *homeschooling* e o Escola sem Partido, sendo esta última a principal contribuição do movimento no que diz respeito à educação.

Em termos práticos, é no contexto da discussão sobre o ESP que a atuação do MBL assume relevância política em relação à educação, visando o combate à doutrinação ideológica e à ideologia de gênero. O esforço do movimento na defesa do projeto o colocou no lugar de um dos principais porta-vozes do projeto, tanto nas casas legislativas por meio de seus representantes, quanto na formação da opinião pública, especialmente via redes sociais.

Exemplo disso foi a atuação de Fernando Holiday, coordenador do MBL que fora eleito vereador de São Paulo pelo DEM em 2016, que no ano de 2017 visitou escolas municipais para “fiscalizar” a existência de doutrinação. Em visitas surpresa, filmadas e transmitidas ao vivo nas redes sociais, adentrava as escolas para intimidar professores e “coibir tentativas de doutrinação”. Em um vídeo, Holiday explica a intenção de

[...] fiscalizar o conteúdo que ta sendo dado em sala de aula, isto é, se está havendo algum tipo de doutrinação ideológica, se os professores estão dando aquilo que realmente deveriam dar, de acordo com a grade curricular, ou se tem professor entrando lá com camiseta do PT, do MST, jogando tudo pro alto e fazendo aquela doutrinação porca que a gente já conhece (HOLIDAY, 2017, comunicação oral).

Ao final do vídeo, o vereador pede que as famílias que identificarem situações de doutrinação nas escolas municipais encaminhem as denúncias para que se tomem providências. Essa atitude seguia a tendência de ação do próprio Movimento Escola sem Partido, que será discutido a seguir, que reúne relatos de casos de doutrinação e expõem em suas redes os sujeitos envolvidos.

Em 2015, o líder do MBL Kim Kataguiri – que em 2018 viria a ser eleito a deputado federal, conforme apresentado anteriormente – definiu o movimento como “liberal, antes de tudo”, focado na redução do Estado, diminuição de impostos, desburocratização, entre outras coisas (KATAGUIRI, 2015, comunicação oral). No entanto, a aproximação com as pautas do ESP e ações como as de censura à exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*⁵⁰, entre outras situações, evidenciam a preocupação crescente com elementos do campo moral. Lacerda (2019) aponta o ano de 2017 e o engajamento contra a referida exposição como marco de transição do movimento da feição libertária à defesa do conservadorismo moral.

De lá para cá o movimento cresceu bastante, ampliando suas bases de apoio e inserindo-se na política parlamentar por meio de partidos aliados, como o NOVO, Patriota e DEM. Nas eleições de 2016, elegeram um deputado federal e sete vereadores, e em 2018 quatro deputados federais, dois senadores e três deputados estaduais.

Em 2018 o movimento lançou um novo segmento de atuação, o MBL Estudantil, que pretende atuar em escolas e universidades brasileiras, dando voz ao liberalismo e ao conservadorismo nestes espaços. Buscando agregar os estudantes que não se sentem representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), sua missão é fomentar a realização de eventos e organização de chapas para disputar a gestão de Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes. O objetivo é combater a hegemonia de esquerda que também acreditam existir nestes espaços e fortalecer as ideias liberais e conservadoras entre os estudantes. Além de atuar via estudantes, o movimento também busca influenciar a educação via política educacional, por meio de seus parlamentares.

No 5º Congresso no MBL que ocorreu ao final de 2019, passado quase um ano de governo Bolsonaro, o movimento reorganiza algumas diretrizes e apresenta o que eles chamam de “MBL 3.0”, fruto da autocrítica que desenvolvem a partir da eleição

⁵⁰ O caso aconteceu em Porto Alegre em setembro de 2017. O Movimento Brasil Livre e outros parceiros instigaram manifestações de repúdio à exposição, que acabou sendo fechada. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html. Acesso em: 15 set. 2019.

de Bolsonaro e com base no contexto de atuação da direita brasileira. A fala de Renan Santos, coordenador nacional do movimento, sistematiza essa afirmação:

Nós, como movimento, fizemos uma *mea culpa* e dissemos: nós ajudamos a criar este espetáculo, que incentiva gente como por exemplo Daniel Silveira a quebrar a placa da Marielle e ser eleito deputado federal baseado nisso. Nós temos culpa no cartório porque na nossa luta, que era uma luta assimétrica contra a esquerda, nós transformamos política em espetáculo e um monte de vagabundo veio a reboque pra fazer a mesma coisa e se eleger, sem responsabilidade alguma no processo (SANTOS, 2019, comunicação oral).

Diante deste contexto, sua relação ao governo federal foi instável. O movimento transitou entre o campo aliado e de oposição, iniciando como apoiador crítico, passando por aliado, aliado crítico até tornar-se oposição ao governo, chegando a protocolar pedido de *impeachment* de Bolsonaro em 2020, ainda que se mostre favorável às pautas do governo especialmente no campo econômico, como se pode verificar na participação de Kim Katagiri em todas as frentes parlamentares discutidas na seção 4.2, que sintetizam os projetos da nova direita e do governo federal do atual contexto brasileiro.

Já o Movimento Brasil Conservador, segundo movimento aqui discutido, é mais recente e foi lançado em 1º de setembro de 2018, no Rio de Janeiro, em um evento inaugural que contou com palestras do então deputado Flávio Bolsonaro em campanha ao Senado Federal e os integrantes do canal Terça Livre Allan dos Santos, Ítalo Lorenzon e Luis Vilar. Além de contribuir com as palestras, o Terça Livre – uma “empresa que reúne um veículo jornalístico e uma central de cursos de formação intelectual” que busca “colaborar na restauração da alta cultura e no resgate do verdadeiro jornalismo” (TERÇA LIVRE, 2020, n.p.) – também fez a transmissão do evento ao vivo no YouTube, apontando para a sua proximidade com o MBC.

A abertura do evento foi conduzida por Henrique Oliveira, um dos coordenadores nacionais do MBC, na qual expressa com clareza as razões que sustentam a origem do movimento, conforme o excerto transcrito a seguir:

[...] A ditadura do politicamente correto, e esse correto só estará correto se estiver de acordo com as ditas pautas da esquerda. O **aborto, ideologia de gênero, liberação das drogas, desarmamento** da população... são bandeiras impostas diariamente pela grande mídia e que acabam por influenciar toda uma geração. A esquerda tomou o monopólio do discurso e o que nós vemos durante décadas a fio é uma inversão total de valores, uma inversão absurda inacreditável e total dos valores. Hoje nós presenciamos, além de tudo isso, presenciamos uma **doutrinação nas escolas**, que é uma das maneiras mais covardes de se captar uma pessoa, pois se faz com um rapto intelectual das crianças justamente no momento de sua formação e a partir daí nós vemos coisas absurdas – felizmente isso hoje é muito mais divulgado – do que acontece nas nossas escolas. Não dá mais para aceitar isso, é hora de dar um basta. Nós precisamos de mudanças. Esse movimento surge da

necessidade, do desejo de **grandes mudanças** no meio **cultural**, no meio **acadêmico**, no meio **político**, no meio **social**. A hegemonia da esquerda já nos trouxe muitos problemas, é hora de acabar com isso. (OLIVEIRA, 2018, comunicação oral. Grifos nossos).

O grupo, de inspiração olavista, se apresenta como um movimento que deseja transformar a realidade brasileira, a partir do entendimento de que

[...] uma sociedade só pode construir uma nação próspera, justa e decente se estiver em harmonia com as suas bases históricas e civilizatórias, que, infelizmente, vêm sofrendo ataques sistemáticos de ideologias destrutivas que, por sua vez, não têm como objetivo o que é melhor para o Brasil (MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, 2020a, n.p.).

Os princípios do movimento se sustentam na defesa de algumas pautas pontuais, expressas como “essenciais para a manutenção da ordem social”, quais sejam:

- Preservando o direito à liberdade religiosa de todos, o MBC faz questão de garantir a continuidade da essência cristã que construiu esse país, como um dos principais elementos culturais do Brasil;
- A defesa do direito à legítima defesa e o fim do estatuto do desarmamento;
- O direito à vida desde o momento da concepção;
- O fim de qualquer noção coletivista da sociedade que divide o povo em grupos de interesse;
- A defesa das liberdades individuais acima do poder estatal;
- A defesa da sacralidade da propriedade privada;
- A criminalização do terrorismo praticado por grupos invasores de terras e imóveis, seja em área rural ou urbana;
- A defesa de uma política econômica pautada no liberalismo clássico e não nas ideologias fracassadas de esquerda;
- O fim da relativização de valores que abre espaço para a decadência moral da sociedade;
- A defesa do Estado de Israel, enquanto uma ilha de democracia em meio as teocracias islâmicas e totalitárias do Oriente Médio.
- O combate à grande mídia que usa o seu monopólio da informação para criar a realidade que deseja e não para noticiar os fatos;
- O repúdio à legalização das drogas;
- A defesa do trabalho da Polícia e das Forças Armadas que precisam ser valorizados como instituições imprescindíveis ao povo;
- A crítica ao uso exagerado do garantismo penal que protege criminosos, enquanto as suas vítimas permanecem descobertas de qualquer atenção;
- O repúdio à inversão de valores estatal que trata o cidadão de bem com extremo rigor e descaso e os rebeldes, os perdidos e os subversivos com complacência e omissão (MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, 2020a, n.p.).

Em síntese, trata-se de um movimento que se debruça sobre pautas do liberalismo econômico e do conservadorismo moral, associadas ao cristianismo, a defesa do mercado, do armamento, do punitivismo penal, das liberdades individuais e do individualismo em contraposição ao Estado, de oposição à descriminalização do aborto e das drogas e outras pautas comumente associadas à esquerda.

Em seu editorial, que conta com notícias, artigos, entrevistas e outros textos de diferentes autores desde julho de 2019, a busca pela *tag* Educação localizou seis artigos, organizados no quadro abaixo:

Quadro 10 - Artigos sobre educação publicados pelo MBC

Data	Título	Autor
01/20	Brasil: o país cristão que precisa de Cristo	Luis Manoel Siqueira
12/19	PISA 2018: diagnóstico do retumbante fracasso imposto às nossas crianças com intenções revolucionárias	Rafael Dantas
12/19	A esquerda PISA na educação	Daniel Lobo
10/19	Escócia é o primeiro país do Reino Unido a criminalizar palmadas	Teff Ferrari
07/19	A multidão de ideias sem fundo sobre educação	Bruna Torlay
07/19	O protesto não era em defesa da educação? Idiotas úteis, sim!	Rodrigo Moller

Fonte: <https://editorialmbc.com.br/tag/educacao>. Acesso em: 10 jun. 2020. Elaboração própria.

A linguagem e o vocabulário empregados nestes textos são menos sofisticados do que se verifica nos trechos de textos dos *think tanks* apresentados anteriormente, mas seu conteúdo é parecido. Críticas à doutrinação ideológica, aos pressupostos do comunismo e o fracasso da hegemonia da esquerda na educação são a tônica dos textos publicados pelo MBC que, seguindo a tendência de outros grupos da nova direita, utiliza os resultados do PISA para denunciar a má qualidade da educação brasileira sob responsabilidade dos governos de esquerda nas últimas décadas, cujas ideias são representadas na figura de Paulo Freire, conforme mostra o excerto a seguir:

É com objetivo direcionado que as políticas de esquerda, falando apenas destas voltadas para educação, emburrecem os cidadãos, jovens, adultos. Assim age toda essa pataquada socialista, social-democrata, ou coisa que o valha, para dar nome mais brando ao ruim e velho Comunismo. Não é apenas mera incompetência, é quase uma dessas pirâmides que aquele seu amigo te chama e fala que “esse é diferente”. Eles dão a receita para a burrice longínqua; aplicada, passa-se aos alunos, que viram professores, que passam aos próximos alunos, que repassam, e assim segue. Agora acrescentemos, aproximadamente 30 anos disso, em modo full! E Shazan! Formamos umas duas ou mais gerações inteirinhas de analfabetos, incapacitados, limitados intelectualmente e, verdadeiros exércitos de novos e fiéis eleitores da esquerda “Paulo Freiriana” (LOBO, 2019, não paginado).

Também endossam o argumento de que o problema não é a falta de investimento, mas a má alocação dos recursos, com críticas à centralização do Estado por meio dos órgãos que organizam e orientam a educação brasileira:

Vamos dar nomes aos bois. MEC, Secretarias estaduais de ensino, Secretarias municipais de ensino, Diretorias regionais de ensino. Cada órgão desses emprega hordas de burocratas, que ganham salários altos. Para não mencionar as burocracias universitárias. Todo o pessoal empregado por esses elefantes brancos consome a maior parte dos investimentos. Viver de verbas públicas destinadas à educação se tornou um setor econômico. Essa gente toda alimenta a ideia de que aumentar o investimento é a saída. O resultado da bobagem, a experiência joga em nossa cara: um sistema disfuncional e pífio (TORLAY, 2019, não paginado).

O MBC tem uma forte atuação online via redes sociais e conta com uma plataforma para membros, por meio da qual oferecem cursos, grupos de estudos, entre outras atividades de formação com viés conservador.

Além de uma série de eventos regionais, o MBC já organizou dois congressos nacionais. O primeiro ocorreu em novembro de 2018 em São Paulo, após a eleição de Jair Bolsonaro, com o tema “Caminhos para o conservadorismo a partir de 2019” e contou com oito convidados palestrantes: Allan dos Santos, jornalista e apresentador do Terça Livre; Paulo H. Araújo, jornalista e apresentador do Terça Livre; Ítalo Lorenzon, analista político e apresentador do Terça Livre; Luiz Vilar, Jornalista do Terça Livre; Dom Bertrand, príncipe Imperial do Brasil; Edson Salomão, presidente do Movimento Conservador (antigo Direita São Paulo); e Lobão, músico, compositor e escritor.

O segundo congresso, realizado em 2020 no formato online, e sua divulgação sintetiza as concepções do movimento sobre a conjuntura e o momento político, bem como sobre o papel que assume diante dessa leitura da realidade:

Sentimos na pele a máxima de que uma minoria organizada sempre dominará a maioria desorganizada, o Brasil, que é majoritariamente cristão e conservador, foi completamente dominado por uma minoria revolucionária, sem escrúpulos morais, que trabalha incansavelmente para transformar o povo na sua imagem e semelhança. A esquerda tem 200 anos de tradição, organização, debate interno, foi lapidada no tempo, enquanto a direita está apenas engatinhando, não só na luta política, sobretudo cultural. O que nos coloca numa desvantagem de dois séculos. Se não tivermos união e organização, jamais sequer faremos frente ao establishment. Analisando a conjuntura, o Movimento Brasil Conservador está formando uma verdadeira comunidade conservadora, de pessoas que buscam e rejeitam as mesmas coisas, como na definição das verdadeiras amizades de São Tomás de Aquino, “Idem Velle, Idem Nolle”, não apenas limitado à atuação política, mas visando o trabalho cultural a longo prazo. O Congresso Conservador Online é a mais nova iniciativa do MBC, com o objetivo de unir os conservadores em torno de assuntos fundamentais para a nação, desde a organização de uma militância profissional até a importância da restauração da alta cultura. Serão três dias de muitas palestras e entrevistas com os principais expoentes do conservadorismo brasileiro, além de participações internacionais, como nunca feito antes no Brasil (MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, 2020b, n.p.).

O congresso contou com uma ampla gama de participantes, entre os quais três sujeitos do governo federal – Ministro da Educação Abraham Weintraub, Secretário

de Alfabetização Carlos Nadalim e Assessor especial do Presidente da República Arthur Weintraub; cinco Deputados Federais, todos do PSL – Eduardo Bolsonaro, Carlos Jordy; Daniel Silveira; Ottoni de Paula e Bia Kicis; e membros dos portais Terça Livre, Brasil sem Medo e Senso Incomum; além de influenciadores digitais e analistas políticos independentes (MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, 2020c). A listagem completa de palestrantes foi incluída nesta pesquisa como quadro em apêndice (apêndice C).

A partir disso, verificamos que o movimento apresenta proximidade com o atual governo federal. Abraham Weintraub recebeu membros do MBC no MEC em março de 2019, assim como o secretário de alfabetização Carlos Nadalim. Weintraub, conforme apontado anteriormente, também participou de um encontro online com transmissão ao vivo, em novembro de 2019, na qual foi entrevistado por Anderson Sandes, Maurício Costa e Paulo Henrique Araújo. Na ocasião, os membros do MBC criticaram a doutrinação ideológica, o gramscismo e as péssimas condições da educação brasileira, além de saudarem o projeto do governo de militarização das escolas. Quando da saída de Weintraub do MEC, sua palestra no Congresso foi publicada no canal do YouTube do MBC como uma homenagem pelo trabalho realizado pelo Brasil.

Outro movimento relevante de articulação e avanço das pautas da nova direita é o Escola Sem Partido (ESP), movimento criado em 2004, com objetivo primeiro de combater a doutrinação ideológica nas escolas. Trata-se de uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a, n.p.). Apresentando-se sob a forma de movimento independente e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária, o movimento tem como principal ferramenta de comunicação um *site* que, além de divulgar as ideias e perspectivas do movimento, se propõe a ser um espaço de divulgação de testemunhos de vítimas de doutrinação nas escolas.

Ainda que relativamente antigo, ao menos em comparação aos demais grupos apontados nesta seção, o ESP demorou algum tempo até assumir a dimensão que se propunha e “permaneceu na obscuridade até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil” (MIGUEL, 2016, p. 595). O movimento desenvolveu diferentes estratégias de atuação e ampliou

sua repercussão ao longo dos anos, articulando-se em diferentes esferas. A linha do tempo da atuação do Escola sem Partido pode ser reconstituída conforme a figura abaixo:

Figura 16 - Linha do tempo do Movimento Escola sem Partido



Fonte: Lima (2017). Elaboração própria.

A partir dos marcos temporais apresentados na figura, é possível traçar brevemente a cronologia da atuação do movimento, com destaque aos principais fatores que contribuíram para seu crescimento e a disseminação de suas ideias. No ano de 2013, a pedidos do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, o idealizador do movimento, Miguel Nagib, elaborou um texto que sistematizava os pressupostos do movimento em forma de proposição legislativa, chamado de “Anteprojeto de Lei”. O texto serviu de base para elaboração do Projeto de Lei nº 2974/2014, apresentado pelo deputado no ano seguinte na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Depois dele, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro apresentou projeto semelhante à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A partir disso,

[...] diversos outros parlamentares repetiram a atitude e apresentaram às Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de diferentes regiões do Brasil, bem como ao Congresso Nacional, projetos muito semelhantes e com poucas variações – em geral de adequação ao âmbito da proposta – sempre baseados nos anteprojetos disponibilizados pelo movimento em endereço eletrônico (LIMA, 2017, p. 13).

Com este movimento, o Escola sem Partido conseguiu inserção nas casas legislativas, conformando uma plataforma institucional de defesa do projeto, que se deu especialmente em audiências públicas, mas nunca sem setores de oposição. Ainda assim, não querendo esperar a inserção do projeto nas redes de ensino por meio da aprovação de seus projetos para que suas propostas entrassem nas escolas, o ESP iniciou em 2015 uma campanha paralela de incentivo às notificações extrajudiciais, a partir de um modelo de notificação disponível no site. Segundo o movimento:

Uma das formas mais eficientes de inibir a prática covarde da doutrinação é **notificar extrajudicialmente** os professores do seu filho e a escola onde ele estuda, para que se abstenham de adotar certas condutas abusivas em sala de aula, sob pena de responder

judicialmente pelos danos que vierem a causar. [...] Pense que, se a notificação produzir o efeito esperado, sua iniciativa reverterá em benefício de todos os alunos do professor e da escola, e não apenas do seu filho. Trata-se, portanto, de um serviço de utilidade pública (ESCOLA SEM PARTIDO, 2015, n.p.).

Quanto ao documento de notificação, é importante mencionar que, segundo Miguel (2016) este surgiu em uma campanha à margem do ESP, na direita católica, especificamente no Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), que divulgou um vídeo do procurador Guilherme Schelb apresenta o modelo de notificação visando proteger as crianças da “ideologia de gênero” promovida pelos “militantes de gênero” (TÁVORA, 2015). O vídeo que apresentava a explicação e o modelo de notificação vinha acompanhado de um link para acessar o documento que, pouco depois, foi vinculado ao *site* do ESP (LIMA, 2017), de modo a remeter aos trabalhos do movimento, que ampliou seu uso para casos de doutrinação político-ideológica. Sobre Guilherme Schelb, cabe destacar que foi, junto a Damares Alves, um dos fundadores da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)⁵¹.

Um pouco mais tarde, em 2016, cria-se a Associação Escola sem Partido, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que serviria para mover ações jurídicas em casos pertinentes. A primeira ação judicial do movimento foi movida contra o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em janeiro de 2016, por considerar crime de abuso de autoridade a atribuição de nota zero às redações que desrespeitassem os direitos humanos, conforme consta no edital do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2015.

Datadas de 2017 para fins de marco temporal, as ações de perseguição e intimidação aos professores a partir da prerrogativa de combater a doutrinação se

⁵¹ A ANAJURE é uma associação fundada em 2013 na ocasião do 1º Encontro Nacional de Juristas Evangélicos (ENAJURE) que congrega “operadores do direito integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, das Procuradorias Federais e Estaduais, assim como Professores e estudantes de direito de todo o país” (ANAJURE, 2020, n.p.). Além de Guilherme Schelb e Damares Alves, foram membros da entidade o ex-ministro Sérgio Moro, o atual ministro da Educação Milton Ribeiro. “Entre os objetivos da Anajure está o de ‘defender as liberdades civis fundamentais’, o de ‘constituir-se como uma entidade de auxílio e defesa administrativa e jurisdicional das igrejas e denominações evangélicas, em especial, nos casos de violação dos direitos fundamentais de liberdade religiosa e de expressão’ e o de ‘constituir-se como um fórum nacional de discussão sobre o ordenamento jurídico brasileiro, sobre os projetos de lei em tramitação, sobre as propostas de políticas públicas governamentais, especialmente no que diz respeito aos deveres e direitos humanos fundamentais’. Nesse sentido, a organização tem atuado de forma incisiva nas Câmaras Legislativas, colaborado em projetos de lei, ajudado a impedir votações, participado de audiências no STF – principalmente em pautas como a descriminalização do aborto e a criminalização da homofobia (ZANATTA, 2019, n.p.).

fortaleceram neste período – ainda que já existissem antes dele. Exemplo disso foram as “blitz” realizadas pelo vereador de São Paulo Fernando Holiday, membro e um dos principais representantes do MBL, que fazia visitas surpresas a escolas municipais para flagrar casos de doutrinação (LIMA, 2017). Junto a isso, campanhas nas redes sociais que instigavam os alunos a filmarem e exporem professores eram fortalecidas e essas ações tornaram-se recorrentes.

Desse modo, as ações do movimento ocorriam paralelamente em duas dimensões. A primeira via campo legislativo, por meio da apresentação e correlação de forças buscando aprovação dos projetos; a segunda por meio da mobilização de estudantes e famílias, buscando ressignificar e contestar o papel dos professores. O Escola sem Partido, com isso, atingiu uma vitória parcial no sentido de adentrar o espaço escolar mesmo sem seus projetos aprovados oficialmente na forma da lei.

Em âmbito nacional, os projetos do movimento foram arquivados ao final da legislatura na Câmara Federal, mas já no primeiro dia do ano legislativo de 2019 foi apresentado o PL 246/2019, apelidado de “ESP 2.0” de autoria da deputada Bia Kicis do PSL, membro do movimento Revoltados Online, fundadora do Instituto Resgata Brasil e defensora de pautas como a militarização das escolas e o *homeschooling*. Sua irmã, Ruth Kicis, é esposa de Miguel Nagib e colaboradora do ESP, além de ter sido uma das fundadoras da Associação Nacional Ministério Público Pró-Sociedade⁵² (MPPS), entidade que congrega membros conservadores do Ministério Público.

Além de Bia Kicis, são autores do projeto outros 19 deputados, quais sejam: Chris Tonietto (PSL), Carla Zambelli (PSL), Caroline de Toni (PSL), Gurgel (PSL), Carlos Jordy (PSL), Aline Sleutjes (PSL), Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), Léo Motta (PSL), Alê Silva (PSL), Julian Lemos (PSL), Coronel Armando (PSL), Enéias Reis (PSL), Joice Hasselmann (PSL), Nelson Barbudo (PSL), Alexis Fonteyne (NOVO), Pr. Marco Feliciano (PODE), Kim Kataguirí (DEM), Sóstenes Cavalcante (DEM) e Alan Rick (DEM). O projeto em tramitação apresenta algumas novidades em

⁵² O MP Pro-Sociedade é uma entidade fundada no final de 2018, congregando membros do Ministério Público que compartilham de uma visão de mundo conservadora, pró-família, inspirada nos valores cristãos. O documento-base aprovado no 1º Congresso da entidade apresenta pautas condizentes com a nova direita brasileira e giram em torno da pauta do combate à doutrinação ideológica e ideologia de gênero nos moldes do ESP e do plano de governo de Bolsonaro, a defesa da família, a redução da maioria penal, entre outras questões. Em algumas de suas ações, entidade se manifestou a favor das escolas cívico-militares propostas pelo governo federal e propôs, por intermédio da Deputada Carla Zambelli (PSL) um Projeto de Lei que visa enquadrar a ideologia de gênero no rol de crimes hediondos. A entidade é presidida por Márcio Freyesleben, que é também autor do portal Tribuna Diária, que reúne pelo menos seis membros do MPPS (TRIBUNA DIÁRIA, 2020, n.p.).

relação aos anteriores, incluindo o direito de os alunos fazerem registro de áudio e vídeo das aulas ministradas, mas mantém a essência do projeto inicial.

Pesquisas anteriores (LIMA, 2017 e PERONI; CAETANO; LIMA, 2017) apresentam as redes do movimento ESP apontando sujeitos individuais e coletivos que atuam por dentro e fora do movimento com vistas à aprovação de seus projetos e divulgação de suas propostas. Nas pesquisas foi possível verificar que no campo legislativo os partidos proponentes de projetos de lei da natureza do ESP são aqueles situados mais à direita do espectro político. Além disso, percebemos o envolvimento de diferentes setores da sociedade,

em especial com sujeitos vinculados a igrejas cuja pauta se volta para a discussão sobre a “ideologia de gênero”, e vinculados aos movimentos, institutos e *think tanks* liberais, que endossam a suposta necessidade de combater a doutrinação política e ideológica (LIMA, 2017, p. 57).

Ainda que Jair Bolsonaro e seus filhos tenham sido muito influentes para a ascensão do ESP, a relação do movimento com o governo federal é problemática. Em 2018, o movimento se engajou na campanha de Bolsonaro, alegando que ele era “o único candidato a Presidente da República a se comprometer publicamente com a aprovação do Escola sem partido e o combate à ideologia de gênero” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018a, n.p.) e que:

A FAVOR DO ESCOLA SEM PARTIDO SÓ EXISTE UM CANDIDATO COM CHANCES DE VENCER: JAIR BOLSONARO. Se forem eleitos, Ciro Gomes, Marina, Alckmin e Haddad – o pai do “kit gay” – NADA FARÃO para impedir o uso do sistema de ensino para fins de propaganda ideológica, política e partidária. Se depender desses políticos, nossos filhos e netos continuarão sendo vítimas indefesas da doutrinação esquerdista e da ideologia de gênero nas escolas (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018b, n.p.)

Em julho de 2019, no entanto, o movimento anunciou o encerramento das atividades a partir de agosto por falta de apoio do governo, de recursos financeiros e por sobrecarga de trabalho. Pouco depois, no entanto, o ESP comunicou que recebeu investimentos de empresários em Brasília e que por isso conseguiria dar continuidade aos trabalhos, afirmando que o “Escola sem Partido segue firme, mais forte do que nunca”:

O ESP obteve os recursos materiais de que necessitava para prosseguir e avançarem sua luta contra a doutrinação, a propaganda e o assédio ideológico, político e partidário nas escolas e universidades. Tocados pela Providência Divina – única explicação para o inacreditável sucesso de uma iniciativa tão ambiciosa nos fins, quanto desfavorecida nos meios –, alguns empresários compreenderam a importância e seriedade do trabalho que estamos realizando há mais de quinze anos, e decidiram investir para impulsionar a nossa causa. Agradeço de coração a essas pessoas de bem pela confiança depositada no Escola

sem Partido, e prometo me empenhar ainda mais para ajudar a sociedade e o governo – qualquer governo – a debelar esse câncer que tanto prejuízo vem causando aos estudantes, à família, à democracia e ao país. Brasília, 1º de agosto de 2019 (NAGIB, 2019, n.p.)

Seguiram-se os trabalhos, mas um ano depois, em agosto de 2020, Miguel Nagib anunciou o fim de sua participação no movimento, logo após compartilhar a notícia do julgamento pelo STF da inconstitucionalidade da lei alagoana inspirada no Escola sem Partido. Junto à notícia, escreveu que “Bolsonaro deve estar satisfeito. Afinal, esse tribunal espúrio, vergonha da nação, inimigo das famílias, acabou dando a ele a desculpa perfeita para abandonar de vez a promessa de combater a doutrinação e a ideologia de gênero nas escolas” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b, n.p.). Estes episódios são relevantes para ilustrar que há uma correlação de forças internas entre estes movimentos, que demandam uns dos outros mobilização e articulação política. Do mesmo modo, as relações de aliança são instáveis e variam conforme a ocasião e, apesar de o ESP ter contribuído para a vitória eleitoral de Bolsonaro, o contexto de seu governo foi o período de menor avanço do Escola sem Partido e foi – ao menos no que se mostrou até o momento – o contexto de sua ruína.

Uma espécie de versão universitária do movimento Escola sem Partido foi criada no ano de 2019, primeiramente sob o nome Professores Livres, que fora substituído por Docentes pela Liberdade (DPL). Atualmente o DPL se configura como uma associação, na qual os membros associados contribuem com mensalidades. O movimento se declara como grupo apartidário, formado por profissionais que tem interesse em “recuperar a qualidade da educação no Brasil, romper com a hegemonia da esquerda e combater a perseguição ideológica” (DOCENTES PELA LIBERDADE, 2020a, n.p.), cujas metas prevêm:

- 1 - Revisão da grade curricular, enfatizando a demanda do mercado, o auto pertencimento e a prosperidade dos indivíduos;
- 2 - Desconstrução das metanarrativas de esquerda. Isso significa elaborar materiais didáticos menos ideológicos e mais condizentes com a realidade;
- 3 - Ampliação das vias de financiamento privado para Pesquisas e Desenvolvimento no âmbito da academia;
- 4 - Reaproximação da academia com as reais necessidades nacionais. As Universidades existem para servir à sociedade e não o contrário (DOCENTES PELA LIBERDADE, 2020b, n.p.).

O histórico do surgimento desse movimento é impreciso, mas é possível identificar os caminhos percorridos para o seu nascimento, sua atuação e sua formatação a partir de entrevistas, vídeos e textos publicados em redes sociais.

O primeiro registro na imprensa da criação do movimento foi uma reportagem (BRUGNERA, 2019) publicada pelo Jornal Cidade Online em maio de 2019 sob o título “A direita não quer acabar com as universidades federais, ela quer salvá-las”, assinada pela jornalista Raquel Cristina Brugnera, que mais tarde, em novembro de 2019, foi nomeada para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria da Economia Criativa, da Secretaria Especial da Cultura e em 2020 tornou-se assessora técnica da Fundação Palmares. A reportagem aponta que Marcelo Hermes Lima, presidente da Associação DPL desde a sua fundação, foi o idealizador da iniciativa:

Tive o privilégio de aceitar o convite de um professor da UnB, para testemunhar e documentar, o nascimento de um movimento poderoso que surge dentro das universidades federais. Um grupo de professores universitários diferentes do esteriótipo que costumamos ver divulgados na mídia, são liberais econômicos, conservadores, Olavistas, Bolsonaristas e todas as vertentes que possam compor a ala direita da política brasileira. O grupo idealizado por Marcelo Hermes Lima, Doutor em Ciências Biológicas e professores na Universidade de Brasília (UNB), já encontrou vozes consoantes em todos os estados do país, nas mais diversas Universidades Federais e também encontrou o apoio de “jornalistas de direita”, os raros que encontraram espaço na grande mídia e conseguiram se fazer ouvir, ocupando locais importantes em veículos de comunicação de muito alcance e prestígio (BRUGNERA, 2019, n.p.).

Marcelo Hermes, conforme consta no excerto, é professor da UnB e principal figura pública da associação, atuando como porta voz dos seus valores e pressupostos. Em entrevista concedida ao Brasil Paralelo, conta sobre a criação do movimento. Apesar de longo, optamos por transcrever todo o trecho da entrevista que trata do assunto, uma vez que traz elementos bastante relevantes para compreendermos a sua origem:

O movimento Docentes pela Liberdade ele teve um início um pouco inusitado. A gente começou num bunker, num bunker de hotel, o Hotel Imperial em Brasília, aí você vai entrar na história do Brasil, no subsolo, a imprensa vivia atrás, tentando ouvir, botava escuta... o que a gente conversava nas reuniões, no dia seguinte já aparecia na imprensa, parecia que a gente estava em Berlim Oriental. Então era um grupo de oficiais e civis discutindo ciência e educação superior e o General Aléssio Ribeiro Souto era o comandante desse batalhão, digamos assim. E ele nos passava tarefas muito difíceis – “professor Marcelo, quero o panorama da educação superior, da pós-graduação, dos investimentos, comparando o Brasil com outros países e eu preciso disso pra semana que vem”. E lá ia eu. Claro que eu não fazia sozinho, eu juntei alguns amigos, alguns que já estavam na reunião e outros, e a gente fazia as demandas do general. A gente ia entregando aos pedaços porque as demandas dele eram muito grandes e aí o grupo foi crescendo, chegamos a umas 10, 15 pessoas trabalhando. Lembro que teve uma apresentação que eu convidei uns 15 coautores da apresentação, o general ficou até brabo que a gente encheu a sala... Enfim, nasceu daí. E virou um grupo de *whatsapp* depois da campanha, depois da vitória do Bolsonaro alguns foram trabalhar no governo, outros não, e a gente continuou batendo papo, discutindo os avanços que estavam acontecendo no governo e eu comecei também a escrever artigos de cientometria para a imprensa porque, como eu comentei antes na entrevista, eu não tinha espaço, eu tinha um *blog*, enfim, eu tive que parar meu blog e com

a vitória do Bolsonaro eu consegui um espaço na imprensa pra escrever e comecei a divulgar no facebook e as pessoas comentavam os artigos e eu ia incorporando as pessoas no grupo de whatsapp – era um grupo de whatsapp que tinha um nome engraçado, era *Educação sem lacração*, sou meio piadista então era o nome do grupo. Até final de abril, mais ou menos, tinha umas 100 pessoas, era “tias do zap”. A gente discutia cientometria, discutia o governo, e aí um belo dia eu falei “olha gente, aqui é muito concentrado, sudeste, centroeste, ta precisando mais gente do nordeste, do norte...”. A ideia era expandir o grupo do whatsapp. E de repente aquilo virou um movimento, um movimento social. Eu não esperava por isso, de repente as pessoas começaram a aparecer aos montes. Em questão de um mês a gente pulou de 100 pra quase 300 pessoas querendo participar. Criamos um grupo, como falei, foi crescendo, criamos um grupo e no dia 13 de maio a gente estava discutindo “qual vai ser o nome desse grupo?”, pessoas de vários estados, discutindo a questão da universidade, a doutrinação na universidade... então no dia 13 de maio surgiu o nome Docentes pela Liberdade – foi uma coincidência, não foi uma armação – foi uma coincidência 13 de maio, dia da libertação dos escravos, quer dizer, é o dia simbolizando a nossa libertação, sair dos grilhões da dominação esquerdista nas nossas mentes e nas nossas profissões. É uma data simbólica porque nós ainda somos dominados, mas a gente tem fé em Deus que algum dia a universidade vai dar espaço a quem não é esquerdista (HERMES, 2019, comunicação oral).

O bunker citado por Hermes no início da fala faz referência ao espaço onde se reuniam semanalmente oficiais da reserva ao longo de mais de um ano, no subsolo do Hotel Imperial em Brasília, que contavam com a presença de militares e civis especialistas em diferentes áreas, como foi o caso de Paulo Guedes, que participou de reuniões voltadas às discussões econômicas, e o próprio Marcelo Hermes, contribuindo com a temática da educação. Quando da criação do movimento, Marcelo Hermes compartilhou a reportagem do Jornal Cidade e descreveu a criação do grupo reforçando a participação de militares, ao afirmar que “é a 1ª organização interestadual de docentes de direita (mais nossos alunos e amigos, incluindo diversos jornalistas e oficiais das Forças Armadas)” (HERMES, 2019b, n.p.). Ainda que não estejamos nos debruçando sobre a análise da articulação com o setor militar, cabe reconhecer a atuação do General Aléssio Ribeiro Souto – defensor do criacionismo no ensino de ciências e a revisão da narrativa sobre a ditadura no ensino de história (PIRES, 2018, n.p.) – na coordenação das diretrizes para políticas de educação, ciência e tecnologia da campanha de Bolsonaro e sua influência na aglutinação dos sujeitos que protagonizaram este grupo.

A partir da manifestação acima transcrita, entende-se que o núcleo central do movimento já vinha se articulando desde antes da eleição de Bolsonaro, mas sua vitória eleitoral foi elemento importante para a consolidação do grupo, que apenas em maio de 2019 passa a ser chamado Docentes pela Liberdade. A associação que se faz entre a criação do movimento e o evento que teria marcado a libertação dos

escravos, por meio da assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, não é mero detalhe. Essa referência foi feita em diversas outras manifestações de Hermes em entrevistas e nas redes sociais. Trata-se, efetivamente, de alimentar uma narrativa sobre a existência de uma hegemonia da esquerda nas universidades que, com seu sectarismo e autoritarismo, não abre espaço para manifestações divergentes, notadamente de direita. O termo “liberdade” que dá nome ao movimento, refere-se à necessidade de libertação da “dominação esquerdista”. Em outubro de 2019, na 1ª Assembleia Geral do DPL realizada em Brasília, o grupo passou a se configurar como uma Associação, regida por um estatuto, com uma diretoria eleita.

Em entrevista ao Brasil Paralelo, Marcelo Hermes comentou que após a eleição de Bolsonaro alguns integrantes do grupo foram trabalhar no governo e em entrevista ao Jornal da Cidade declarou: “temos apoio obviamente de alguns ministérios, não quero citar os nomes, até para proteger os ministérios”. A relação do DPL com o governo é bem próxima, especialmente pela mediação de Marcelo Hermes, que em 2019 reuniu diversas vezes com membros do governo, incluindo o próprio presidente. Após reunião com o movimento, o ministro Ernesto Araújo das relações exteriores publicou em seu Twitter:

Reuni-me ontem c/ o Prof Marcelo Hermes Lima do movimento Docentes pela Liberdade, q denuncia o atraso acadêmico e mediocridade intelectual no Brasil advindos da dominação esquerdista no ensino. Cooperaremos p/ reverter isso, combatendo a matriz desse projeto, o Foro de S. Paulo (ARAÚJO, 2019, n.p.)
--

Além de Hermes, também fazem parte do DPL figuras como Aline Loretto, historiadora e esposa de Hermes e a advogada Dênia Magalhães, que representaram o movimento junto às mídias em algumas ocasiões (entrevistas ao Terça Livre e ao Brasil Paralelo, por exemplo). Entre os cinco nomes que compunham a diretoria do DPL até outubro de 2020, dois deles dirigem departamentos da Fundação Palmares: Laércio Fidelis Dias foi nomeado em março de 2020 como diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro e Ebnézer Maurilio Nogueira da Silva assumiu a diretoria do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira em abril de 2020. Ebnézer foi eleito presidente do DPL na diretoria 2020-2021. A Fundação Palmares é um órgão governamental responsável pela promoção da cultura afro-brasileira que, na gestão Bolsonaro, foi presidida por Vanderlei Lourenço até ser substituído, em novembro de 2019, pelo jornalista Sérgio Camargo, um “conhecido militante da direita bolsonarista e nega a existência do racismo no

Brasil” (UOL, 2019). A nomeação de Camargo gerou repercussões negativas e a Justiça Federal do Ceará chegou a suspender a nomeação de Sérgio para o cargo,

[...] afirmando que a nomeação “contraria frontalmente os motivos determinantes para a criação” da Fundação Palmares e põe a instituição “em sério risco”, visto que a gestão pode entrar em “rota de colisão com os princípios constitucionais da equidade, da valorização do negro e da proteção da cultura afro-brasileira” (SOARES, 2019, n.p.).

Após julgamento do STJ, no entanto, Camargo foi mantido no cargo.

A partir do que foi discutido nessa seção, verifica-se que as pautas da nova direita encontram ressonância nestes movimentos e entidades que atuam na correlação de forças pela construção de seu projeto societário. Novamente cabe ressaltar que os movimentos políticos e entidades da sociedade civil da nova direita representam determinados interesses que não são unânimes na sociedade, pelo contrário: há uma variedade de polos de resistência que constroem projetos societários antagônicos a estes que são, justamente, os que são convertidos em inimigos a serem combatidos.

As pautas e propostas que aqui se apresentam se mostram em perfeita consonância com aquelas defendidas pelos demais sujeitos discutidos até aqui, quais sejam: 1) guerra cultural: combate à doutrinação ideológica e o monopólio da esquerda nas escolas e universidade; 2) defesa da família patriarcal: contra ideologia de gênero e a favor da primazia da família sobre a educação dos filhos; 3) limitação do papel do Estado na educação com a transferência da responsabilidade para a iniciativa privada ou para as famílias; 4) defesa dos valores militares para a educação.

Este capítulo se propôs a apresentar os principais sujeitos que se articulam em diferentes instâncias e de diferentes formas para avançar em seu projeto societário. A partir do mapeamento dos sujeitos e da análise de suas proposições, discursos e pressupostos, foi possível identificar as principais pautas para a educação que são defendidas pela nova direita e que serão objeto de análise no próximo capítulo.

5 PAUTAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO

O mapeamento dos sujeitos e as respectivas manifestações e proposições acerca da questão educacional nos permitem identificar quais são as pautas mais recorrentes nos discursos e na ação política destes que compõem a nova direita brasileira, confirmando o entendimento de que se constitui como uma coalizão protagonizada por sujeitos vinculados a ideais neoliberais e neoconservadores, com elementos do libertarianismo e do fundamentalismo religioso, que compartilham da percepção de um inimigo comum a ser combatido e suspendem suas diferenças na construção de um projeto societário que se alie aos valores mais caros e fundamentais de suas perspectivas teóricas, políticas e ideológicas.

A partir disso, é possível analisar de que forma os ideais da nova direita são mobilizados em relação à educação, considerando que as discussões do terceiro capítulo auxiliam no entendimento de qual é o projeto societário que está sendo disputado por estes sujeitos na correlação de forças. Assim, compreendemos quais são os projetos de educação que estes sujeitos buscam materializar em prol da construção de seu projeto de sociedade, uma vez que escola e política educacional são preciosos terrenos de disputas, que redefinem os sentidos e o conteúdo da educação (PERONI; LIMA, 2020).

São duas grandes pautas que sintetizam as aspirações e os projetos educativos dos sujeitos aqui analisados: a) a guerra cultural, no sentido da disputa sobre os valores que atravessam o espaço escolar e a sociedade, definindo os que devem estar presentes e, sobretudo, os que devem ser impedidos; e b) a privatização, na perspectiva da definição dos conteúdos pelo setor privado, seja ele mercantil ou neoconservador, ou da transferência de responsabilidade sobre a educação do público para o privado.

Os excertos analisados junto aos sujeitos evidenciam o entendimento da nova direita de que há em curso uma guerra cultural e ideológica entre setores da sociedade e que é seu papel se inserir neste cenário de guerra, buscando restaurar e restabelecer determinados valores que estariam sendo perdidos, por conta da influência e ação do pensamento de esquerda: a família, a meritocracia, o patriotismo, a moralidade, a tradição, entre outros. A noção de guerra cultural se refere ao resgate, ou à mera preservação, de valores neoliberais como a questão da competição, do

mérito, responsabilização e esforço individuais; e valores neoconservadores associados à ideia de família, comportamento e moralidade ideais.

A segunda pauta da nova direita para a educação é a privatização, que pode se materializar de diferentes formas: pode-se transferir a propriedade do público para o privado; o Estado pode manter a propriedade, mas a execução é privada; ou, ainda, o público continua sendo o executor, mas a direção e o controle passam a ser feitos pelo privado (PERONI, 2016). Entre as defesas dos sujeitos anteriormente analisados, verificamos diferentes propostas que envolvem, ou não, a transferência de propriedade, seja via parcerias com instituições privadas vinculadas ao mercado ou com o terceiro setor; via gestão privada de instituições públicas; via sistema de *vouchers*, que implica no financiamento público de instituições privadas; ou mesmo via transferência da responsabilidade sobre a educação do Estado para as famílias por meio da regulamentação do ensino domiciliar ou para o setor militar, pelo processo de militarização das escolas. Há, ainda, uma defesa que não se refere necessariamente à privatização, mas que trata da valorização do setor privado em detrimento do público. De todo modo, o privado é elemento central.

Novamente neoliberais e neoconservadores se aliam, propondo a retirada da educação das mãos do Estado, ou ao menos uma significativa redução da sua interferência, a partir da compreensão de que “as instituições públicas, se democráticas, são permeáveis à correlação de forças, com processos decisórios em que não se tem previamente o controle do produto” (PERONI, 2016, p. 71), de modo que propõem de um lado, a descentralização e a diminuição do poder decisório do Estado sobre os currículos, a gestão das instituições, a formação de professores, etc. e do outro lado, que a educação seja desestatizada, passando para as mãos de entidades privadas, seja o mercado ou a família.

Aliando as duas grandes pautas da nova direita brasileira para a educação – guerra cultural e privatizações – diferentes propostas foram apresentadas por seus sujeitos no último período, entre as quais destacam-se três, que representam sínteses da defesa neoliberal-neoconservadora, quais sejam: o programa Escola sem Partido; o *Homeschooling*; e as Escolas Cívico-Militares.

As três propostas encontram-se em diferentes etapas no processo de materialização: enquanto o Escola sem Partido e o *homeschooling* tramitam nas casas legislativas em forma de projeto de lei – com maior ou menor capacidade de

aprovação de acordo com os contextos e as correlações de força locais –, a militarização das escolas já é uma realidade, convertida em programa de governo e que se materializa em escolas por todo o Brasil. Nesse sentido, entendemos que esse conjunto de propostas, ainda que não venha a se materializar em políticas propriamente ditas, é expressão de determinados projetos societários e educativos e atua na sua construção. Em vista disso, discorreremos sobre cada uma das propostas, que serão discutidas e analisadas considerando suas implicações para a educação pública brasileira.

5.1 ESCOLA SEM PARTIDO E MARXISMO CULTURAL

O Escola sem Partido assume uma característica particular nas análises que aqui se desenvolvem, pois ele é ao mesmo tempo um sujeito coletivo e uma proposta que tramita em casas legislativas no formato de Projeto de Lei e sintetiza uma série de pressupostos e perspectivas. Se no capítulo anterior nosso foco foi a análise do *movimento* Escola sem Partido (MESP), neste momento nos dedicamos a analisar o *programa* Escola sem Partido (PESP). Para tanto, tomamos como documento principal de análise o Projeto de Lei 246/2019 e dados coletados e sistematizados em pesquisas anteriores (LIMA, 2017; PERONI; LIMA; CAETANO, 2017).

Na 55ª Legislatura do Congresso Nacional, tramitaram na Câmara dos Deputados e no Senado Federal seis projetos vinculados ao ESP, propondo, entre outras questões, a inserção do Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional; a garantia do direito dos pais de decidirem sobre a educação moral, sexual e religiosa dos filhos; o veto à promoção de políticas, currículos e atividades que apliquem a ideologia de gênero; e a proibição de distribuição de livros que tratem sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.

Ao fim da legislatura, todos os projetos foram arquivados e na 56ª legislatura, em fevereiro de 2019, foi proposto um novo projeto, apelidado de Escola sem Partido 2.0. Pouco depois os projetos anteriores foram desarquivados e o PL de 2019 foi apensado aos demais, que seguem regime de tramitação ordinária.

O PL 246/2019 mantém a estrutura e conteúdo básico dos projetos que já haviam sido apresentados nos anos anteriores e baseia-se no Anteprojeto de lei federal disponibilizado pelo MESP em seu site, mais profundamente analisados em

pesquisa anterior (LIMA, 2017). Cabe observar que o modelo de anteprojeto foi diversas vezes reformado e atualizado e que o texto disponível desde o ano de 2019 é tal e qual o que foi apresentado como Projeto de Lei.

O projeto institui o Programa Escola sem Partido, aplicável nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital em consonância com alguns princípios, quais sejam:

- I – dignidade da pessoa humana;
- II – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- V – liberdade de consciência e de crença;
- VI – direito à intimidade;
- VII – proteção integral da criança e do adolescente;
- VIII – direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania;
- IX – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, conforme assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (BRASIL, 2019d)

Os princípios elencados têm base na legislação brasileira, com destaque à Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda que sob nova interpretação, com exceção do inciso II, que não tem fundamento legal. No entanto, outros princípios já estabelecidos pelas mesmas leis não foram incorporados ao projeto,

[...] como os que tratam de direitos do professor (valorização, remuneração e plano de carreira), da gestão democrática, da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e outros três da LDB/96 que são quase antagônicos à proposta do ESP, quais sejam: “X - valorização da experiência extraescolar; XI - a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial” (LIMA, 2017, p. 27).

Como também faziam os projetos anteriores, este prevê que o poder público não interfira no processo de “amadurecimento sexual” dos alunos; veda o uso de técnicas de manipulação psicológica para conquistar adesão a alguma causa; apresenta um conjunto de limitações e responsabilidades do trabalho docente que devem ser comunicados via cartazes fixados nas salas de aula; estabelece um canal de denúncias do descumprimento da lei, assegurado o anonimato do denunciante; e aplica o disposto na lei, para além das salas de aula: às políticas e planos educacionais; aos conteúdos curriculares; aos projetos pedagógicos das escolas; aos materiais didáticos e paradidáticos; às avaliações para o ingresso no ensino superior; às provas de concurso para ingresso na carreira docente; e às instituições de ensino

superior. Também propõe um diferencial às escolas privadas, “que atendem a orientação confessional e ideologia específicas” as quais “poderão veicular e promover os conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes” (BRASIL, 2019d).

Duas novidades são apresentadas na versão 2.0, que não eram contempladas nos projetos anteriores. A primeira diz respeito à possibilidade de gravação das aulas pelos alunos:

Art. 7º. As escolas que não realizarem ou não disponibilizarem as gravações das aulas deverão assegurar aos estudantes o direito de gravá-las, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola (BRASIL, 2019d)

Este artigo inaugura uma nova preocupação do movimento e seus defensores que passam a dedicar-se a garantia do direito de os alunos a gravarem as aulas com recursos audiovisuais. Em texto publicado no site do MESP, aprofunda-se a defesa deste direito sob os argumentos que seguem. Os excertos que serão citados nos próximos parágrafos constam do texto intitulado “Quem disse que os alunos não têm direito de gravar as aulas?” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a). O texto invoca cinco outros direitos para embasar o direito de gravação das aulas. O primeiro é o “direito do estudante à educação”, que incluiria o direito de utilização dos meios necessários ao aprendizado, que apresenta como vantagens a possibilidade de o aluno: ouvir o conteúdo repetidas vezes; fazer apontamentos com mais calma; não correr o risco de, quando precisar faltar, perder a matéria; compensar eventuais distrações em sala de aula; e criar uma cópia de segurança do conteúdo das aulas. Ou seja, com este argumento, forja-se uma ideia de que a gravação das aulas tem efeitos positivos no processo de aprendizagem, de modo a ocultar o fato de que somente servirá para controlar o trabalho docente.

O segundo é o direito dos pais de “ter ciência do processo pedagógico vivenciado por seus filhos”, de modo a possibilitar que os pais acompanhem a vida escolar dos filhos e verificar se “professores ativistas que abusam da audiência cativa dos alunos para promover suas próprias convicções e preferências ideológicas, religiosas e morais” não estão desrespeitando seu direito de decidir sobre a educação religiosa e moral dos filhos. O terceiro direito também é dos pais de “conhecer e avaliar a qualidade do serviço prestado pelos professores durante as aulas” para atender ao princípio constitucional de garantia de padrão de qualidade na educação. Argumenta-

se que os alunos não têm condições de avaliarem se este princípio está sendo respeitado, de modo que os responsáveis devem ter as condições de avaliar a qualidade do “serviço prestado pelos professores, e a única forma de garantir esse direito é por meio da gravação das aulas”.

O quarto direito evocado pelo texto é o de “formular reclamações e de representar contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública” e se relaciona diretamente com o quinto direito, de “produzir provas para a defesa dos seus direitos”, que tratam da necessidade de registros para reclamar e representar contra os professores “para a defesa de seus direitos”.

O projeto, dessa forma, expressa absoluta desconfiança em relação ao professor, que deve ser constantemente e autoritariamente vigiado, e instaura na escola “uma ordem persecutória, de censura e delação garantidas nos termos da lei, na qual estudantes se tornam acusadores e professores correm o risco de serem criminalizados por exercerem o ofício de ensinar” (RIBEIRO, 2016, p. 8). Esta é, em verdade, uma forma de dar base legal a uma prática que já vem ocorrendo e que é historicamente mobilizada e incentivada pelo MESP e pelos ideólogos do Escola sem Partido, que há mais de uma década publicam nas redes sociais gravações de supostas vítimas de doutrinação, que expõem seus “professores doutrinadores” em vídeos ou áudios, além de textos narrativos que compartilham as situações vivenciadas.

Nesse sentido, no ano de 2019, o MESP criou uma peça jurídica, nos moldes do Modelo de Notificação Extrajudicial apontado no capítulo anterior. Dessa vez trata-se de um Modelo de Petição, disponível para download no site do movimento:

Já que o Ministério Público não faz nada, o ESP decidiu fazer alguma coisa pelas vítimas dos abusos praticados por militantes disfarçados de professores. O modelo de petição que oferecemos abaixo visa a contribuir com o trabalho dos advogados na defesa do direito de estudantes e pais de gravar as aulas ministradas nas escolas públicas e particulares [...] (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019b, n.p.)

O documento em questão é composto por argumentos que fundamentam a solicitação da gravação das aulas, nos moldes do que foi discutido acima.

A segunda novidade do Projeto versão 2.0 é a inclusão de um artigo que estabelece que “é vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária” (BRASIL, 2019d), de modo a ampliar o campo de ataque aos estudantes e às entidades estudantis. A proposição dialoga com um dos direitos dos professores que consta no cartaz instituído pelo projeto, que prevê que “O Professor não permitirá

que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula” (BRASIL, 2019d). Segundo consta na justificativa, “o projeto explicita a proibição de atividades político-partidárias por parte dos grêmios estudantis, visando a impedir o risco de instrumentalização dessas entidades por partidos políticos” (BRASIL, 2019d).

No entanto, como ocorre em todas as dimensões do projeto, são propostas vedações genéricas de condutas, que abrem margem para aplicação seletiva da lei, com fins persecutórios, de modo que ela pode vir a servir, justamente, à “imposição ideológica e a perseguição dos que dela divergem” (BRASIL, 2017c). Entre outras questões, este foi um dos principais argumentos na decisão do STF Federal sobre a inconstitucionalidade dos projetos de natureza do Escola sem Partido.

Fica evidente, diante do exposto, a preocupação dos defensores do projeto de estabelecerem mecanismos de controle sobre a educação como um todo – currículos, políticas educacionais, formação e seleção de professores, materiais utilizados nas escolas e até mesmo a atuação dos alunos e suas entidades de organização no espaço escolar.

Um elemento importante acerca do Escola sem Partido, é que o projeto tem sua origem na preocupação com a doutrinação política e ideológica que ocorreria nas salas de aula de todo país, promovida por professores vinculados ao pensamento de esquerda. Com o passar do tempo, no entanto, o foco do movimento é ampliado e seus projetos passam a incluir a perspectiva da ideologia de gênero. O texto do anteprojeto de lei, elaborado pelo movimento, acompanhava essas mudanças. Exemplo disso, é que o projeto de lei federal que foi apresentado em 2015 continha um artigo que estabelecia a proibição à “prática de doutrinação política e ideológica” (BRASIL, 2015), o que não aparece em projetos posteriores. Já o projeto apresentado no Senado em 2016 inovou com um artigo voltado às questões da ideologia de gênero, como também veio a constar no texto dos anteprojeto:

Parágrafo único. O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (BRASIL, 2016b).
--

Desse modo, mesmo que ainda se pretenda aplicar seus fundamentos sobre todos os assuntos que atravessam a sala de aula, os projetos passam a se voltar com muita força ao combate à ideologia de gênero, que “parte do pressuposto de que

dialogar sobre as diferentes possibilidades de expressão de gênero e da sexualidade não somente abre espaço, como incentiva à subversão dos arranjos familiares tradicionais” (LIMA, 2017, p. 41).

Diferentes manifestações dos sujeitos apontadas no capítulo anterior sustentam a percepção de que há uma forte relação entre doutrinação ideológica e ideologia de gênero. A noção de doutrinação ideológica, mais recentemente, vem sendo substituída por um termo mobilizado internacionalmente, que também é um termo aberto a muitas interpretações: o “marxismo cultural”. Como expressam outros estudos sobre o ESP e pelo que pudemos notar no capítulo anterior, a doutrinação que precisa ser combatida é sempre aquela promovida por professores se aproximam do pensamento de esquerda e que compartilham de ideais de transformação social e valores de democracia, justiça, igualdade e solidariedade, por isso associadas ao marxismo, ao gramscismo, comunismo, entre outros termos correlatos.

Tudo isso ocorre a partir do entendimento de que há em curso uma guerra cultural e que os marxistas culturais teriam sido vitoriosos na disputa por hegemonia, assumindo o controle de diferentes ferramentas: os governos, que são usados para a promoção de políticas sociais e programas redistributivos; os sistemas educacionais, utilizados para a construção de currículos de justiça social para doutrinar os estudantes; e a mídia, usada como meio de difusão da sua ideologia (MIRRLEES, 2018); além das universidades, que são utilizadas para construção de conhecimento e produção científica voltados aos pressupostos do marxismo cultural, gramscismo e suas variações.

A construção da retórica da guerra cultural tem origens nos EUA pós Guerra Fria, quando pensadores conservadores resgataram a ideia do “bolchevismo cultural” anteriormente utilizado na Alemanha nazista para atacar grupos que estariam corrompendo a sociedade alemã tradicional. Na década de 1990, portanto, começaram a ser produzidos pelos intelectuais orgânicos da extrema direita norte-americana os discursos sobre o marxismo cultural.

Sua história começa com Antonio Gramsci e a Escola de Frankfurt, a partir de suas formulações teóricas acerca da estratégia socialista de organização da classe trabalhadora, manipulando a ideia de disputa de hegemonia para transformação social nas sociedades capitalistas ocidentais (MIGUEL, 2016). A leitura da direita é que se trata, na verdade, de uma ordem aos marxistas a assumirem os instrumentos da

cultura: educação, artes visuais, música, cinema, literatura, igrejas, mídias em geral (MIRREES, 2018) como estratégia de manipulação de corações e mentes com vistas à destruição de todos os principais elementos da cultura ocidental tradicional. Mesmo com uma sustentação teórica bastante precária (COSTA, 2020), o termo se faz muito presente no Brasil, especialmente sob o governo Bolsonaro.

Ocorre, no entanto, que ao criticarem os pressupostos ideológicos do pensamento esquerda – seja sob a alcunha de marxismo cultural, gramscismo, globalismo, ou qualquer outra variação que se refere ao espectro do comunismo que, aparentemente, ronda o Brasil – os intelectuais da nova direita forjam o esforço de restaurar valores naturais da sociedade, ocultando a proposição de uma alternativa também ideológica, vinculada aos pressupostos do seu próprio projeto societário, que é atravessado por valores legados do neoliberalismo e do neoconservadorismo, fundamentalmente. Desse modo, constrói-se um conjunto de valores e pressupostos que são apresentados como neutros ou naturais, operando com o antagonismo *ideologia X neutralidade*, que sustenta a retórica do inimigo ideológico a ser combatido.

A retórica da guerra cultural serve tanto aos neoliberais quanto aos neoconservadores, de modo que é mobilizada por estes dois grupos com o mesmo vigor, pois é de comum interesse retirar da escola alguns valores que se tornaram quase que consensuais desde o período pós-ditadura, que se relacionam com a democracia, a justiça social, a igualdade de direitos, valorização da diversidade, entre outras questões que representam ameaças ao projeto societário que buscam construir. Diante disso, o que diferencia os dois setores são os argumentos e, principalmente, as alternativas apresentadas.

Ao tomar como herança a tradição neoliberal, os sujeitos defensores do mercado desejam inserir na educação valores e princípios que sejam condizentes com seus pressupostos. Desse modo, esperam que a formação dos novos sujeitos leve-os a incorporar, desde muito cedo, valores de empreendedorismo, meritocracia, competição, responsabilidade individual, ao mesmo tempo em que buscam dissolver os ideais de coletividade e solidariedade social (HARVEY, 2014), para que tornem-se sujeitos produtivos que contribuam à reprodução do sistema capitalista.

Por outro lado, a tradição neoconservadora busca promover valores de âmbito moral e comportamental principalmente vinculados ao ideal de família tradicional, aos

papéis de gênero historicamente construídos e à moral sexual, de modo que os sujeitos não se constituam em dissonância daquilo que é valorizado pela sociedade ocidental inspirada nos valores cristãos.

Os adeptos do marxismo cultural são acusados de ensinar sexo e homossexualidade às crianças, promover a destruição da família, controlar os meios de comunicação e promover o engodo de massas, esvaziar as igrejas e promover o consumo de bebidas. Enfim: o marxismo cultural seria a própria subversão da cultura ocidental (COSTA, 2020, p. 40-41).

A noção de doutrinação político-ideológica, portanto, está fortemente vinculada à noção de ideologia de gênero. Ainda que os dois tenham origens diferentes, converteram-se em duas faces da mesma moeda. As discussões sobre doutrinação ideológica e marxismo cultural foram elaboradas pelos movimentos políticos de direita, enquanto a discussão sobre ideologia de gênero tem origem em setores religiosos, especialmente católicos, mas com grande aceitação dos evangélicos, como se discutiu no capítulo 3. Ambos começaram a ganhar consistência no debate público educacional brasileiro por volta dos anos 2010, especialmente devido ao trabalho do Escola sem Partido e seus aliados, entre os quais encontram-se movimentos políticos, parlamentares e grupos religiosos (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017).

O efeito imediato da atuação da direita no âmbito da guerra cultural é o impedimento da construção de valores democráticos no espaço escolar, determinando formas de pensamento, visões de mundo, ideias e valores que devem estar na escola e, principalmente, aquelas que devem ser proibidas (LIMA, 2017). Nesse sentido, conforma-se um projeto educativo que tem como eixo central o controle: dos currículos, do trabalho docente, dos conteúdos, dos corpos e mentes dos sujeitos da escola.

Como veremos adiante, a proposta do Escola sem Partido e combate ao marxismo cultural se relaciona com os demais, na medida em que surgem como estratégias de controle do conteúdo da educação e esvaziamento do espaço e dos currículos escolares. Sob a prerrogativa de proteger crianças e adolescentes das supostas ameaças do marxismo cultural, da doutrinação e da ideologia de gênero, objetivam o espriamento de determinados valores e princípios em consonância com um projeto de sociedade, alicerçado em valores caros à restauração de seu poder de classe.

Um exemplo de como sujeitos da nova direita, com protagonismo do governo federal, mobilizam e ampliam seus argumentos para propor programas e políticas diversas, é a Política Nacional de Alfabetização (PNA) que, lançada em abril de 2019, expressa o engajamento da nova direita no combate na guerra cultural. No que concerne ao seu conteúdo, podemos verificar as concepções de educação expressas pela política de modo geral e as implicações que traz para a educação brasileira, contribuindo para a construção do projeto societário da nova direita – ou, ao menos, para a desconstrução de projetos societários opostos.

Tomando emprestadas as análises desenvolvidas por Mortatti (2019) acerca das especificidades do conteúdo da política, suas intenções, características e contradições, destacamos o caráter antidemocrático e autoritário da PNA, que trata com exclusividade de uma determinada concepção científica “selecionada, interpretada e reiterada conforme critérios e objetivos de confirmação/reiteração de finalidades previamente definidas pelos autores institucionais” (MORTATTI, 2019, p. 43), desconsiderando e deslegitimando outras evidências – também científicas! – que contrariam seus pressupostos:

Esta é, portanto, a única evidência que sustenta o novo paradigma, imposto — sem debate democrático com associações, professores, pesquisadores etc. — como “pensamento único”, dogmático e doutrinário, “consensuado” e legitimado por seletos grupo/rede de sujeitos públicos (autoridades políticas nacionais) e privados (autoridades do setor civil/empresarial da educação) com mediação teórico-prática de especialistas acadêmicos (autoridades científicas) nacionais e internacionais. Integram, assim, lógica fundante do projeto do governo federal cujo objetivo é “destruir tudo o que governos comunistas fizeram” e que está sintetizado no slogan de inspiração militar-nacionalista-religiosa utilizado na campanha eleitoral do atual Presidente da República: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (MORTATTI, 2019, p. 43).

Ainda segundo a autora, a política visa maximizar a intervenção na alfabetização “por meio da imposição autoritária de ações pautadas em princípios do ultraconservadorismo político conjugados com fundamentalismo científico-religioso” (MORTATTI, 2019, p. 44). Definida por membros do governo como uma “guinada metodológica” contra a “ideologia na alfabetização” a política expressa, uma vez mais, a preocupação do governo com a questão ideológica e aponta para o entendimento de que se configura como mais uma estratégia de ressignificar sentidos e concepções de educação.

Além da questão ideológica, outro elemento que ganha bastante importância dentro da PNA é a avaliação. A primeira ação nesse sentido foi a adesão do Brasil ao PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study), um exame internacional por amostragem em larga escala, que avalia a capacidade de leitura e compreensão de textos de alunos no 4º ano do Ensino Fundamental. Especificamente sobre avaliação, o relatório “Alfabetização infantil: os novos caminhos”⁵³, cuja terceira edição foi publicada em 2019, apontada como referência para a elaboração da PNA, indica:

Algumas características que vêm contribuindo para maximizar o uso da avaliação para a melhoria dos resultados incluem:

- a ampla disseminação dos resultados em linguagem simples e clara, que a sociedade, as escolas e os pais possam entender;
- dados e análises multivariadas que permitam associar o desempenho a fatores escolares e extraescolares;
- dados e análises no nível de cada escola, para permitir a comparação de cada escola consigo mesma e com as demais;
- incentivos e outros mecanismos, inclusive de intervenção – para que as escolas com problemas de desempenho implementem medidas corretivas. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019f, p. 197-198)

O governo federal, nesse sentido, se posiciona contrário à aprovação automática nos primeiros anos do Ensino Fundamental, o que foi apontado no plano de governo e é também citado em textos dos *think tanks* anteriormente apresentados. A respeito disso, em um diálogo com transmissão ao vivo pelo Movimento Brasil Conservador, o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, aponta o sistema estadunidense de avaliação como modelo a ser seguido:

Nos EUA cada criança que está na escola trimestralmente faz uma avaliação, que você consegue compilar – aquela criança não sabe ler, aquela tá ruim em matemática – pra ir atrás e resgatar essa criança e ir atrás do professor que não ensina. Se você não tem esse controle, você não sabe quem é bom professor e quem é mal professor. Você não consegue nem premiar o bom professor. Então estamos trabalhando nisso e inclusive vamos usar a escola cívico-militar como piloto desse modelo (WEINTRAUB, 2019b manifestação oral).

Fica evidente com essa manifestação não apenas as intenções do MEC em relação ao fortalecimento dos mecanismos de avaliação como forma de controlar o trabalho docente, mas também o quanto as diferentes políticas educacionais se vinculam umas às outras, como é o caso das escolas cívico-militares que, ao que tudo

⁵³ A elaboração do relatório foi coordenada por João Batista Araujo e Oliveira, psicólogo que tem em seu currículo experiência como professor, pesquisador e consultor; atuou no Ministério da Educação (1995); foi fundador e é presidente do Instituto Alfa e Beto, instituição privada sem fins lucrativos que atua com prioridade na alfabetização; é vinculado ao Instituto Millenium e tem artigos relacionados à educação publicados pelo Instituto Liberal. Entre os livros publicados, destacamos “A Pedagogia de Sucesso” (2001) que apresenta os resultados do Programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna (IAS).

indica, serão utilizadas como laboratório de um projeto de avaliação mais rigoroso da educação brasileira e do trabalho docente.

Os documentos da PNA operam com o antagonismo entre o método fônico de alfabetização, defendido como neutro e cientificamente embasado, e as concepções inspirados no construtivismo, no conceito de letramento e na teoria freireana, que é ideologizada (MORTATTI, 2019), nos moldes do que se discute enquanto guerra cultural – combater o que é ideológico, em nome da preservação do que é considerado natural, mas que em verdade tem sustentação em pressupostos do projeto societário da nova direita que entendem o caráter mercantil da sociedade como algo próprio de sua natureza e que a função final da educação é a preparação para o trabalho (PERONI, 2016).

Verifica-se, assim, que a ideologia a ser combatida – aquela que prevê a formação de sujeitos com capacidade crítica e de transformação social, que contribuam para a construção de um projeto societário de valorização do público, do coletivo, do democrático – não é responsabilizada somente pela destruição de valores morais, conforme denunciam os neoconservadores; como também pelo baixo desempenho do país em *rankings* educacionais, sendo taxada como ineficaz e incapaz de produzir bons resultados. Desse modo, os parâmetros de eficiência, qualidade e resultados são tratados como naturais, como não ideológicos e por isso busca-se estabelecer critérios e mecanismos de avaliação que geram competição entre escolas e valorizam o mérito, elementos caros aos setores neoliberais.

5.2 HOMESCHOOLING

Homeschooling, ou ensino domiciliar, consiste em uma modalidade educativa – ainda não regulamentada ou autorizada pela legislação brasileira – em que as crianças são dispensadas da frequência à escola e as famílias assumem a responsabilidade pelo processo educativo. As discussões acerca do *homeschooling* não são exatamente novas no Brasil, porém no último período vêm ganhando mais força e protagonismo no campo das políticas educacionais.

Atualmente o tema se faz presente em diferentes instâncias: no Congresso Nacional, por meio da tramitação de Projetos de Lei que defendem a possibilidade de educação domiciliar como alternativa à escola; no STF, que em 2018 julgou a

educação domiciliar como uma modalidade ilegítima, uma vez que não é prevista nem regulamentada pela legislação brasileira – apesar de divergências entre os próprios ministros; na agenda do Governo Federal, especialmente por meio do MMFDH sob comando da Ministra Damares Alves; e, conseqüentemente, se apresenta também no debate público sobre educação, de modo geral.

Em uma retrospectiva quanto aos projetos de lei no Congresso Nacional, que ainda em 1994 foi apresentado o primeiro projeto de lei com vistas à regulamentação desta modalidade de educação, ainda que com outros moldes.

Na última década, oito projetos relacionados ao tema foram apresentados na Câmara dos Deputados, sendo sete para autorizar a prática no país e um para barrá-la, conforme sistematização do quadro que apresenta os projetos, seus autores e suas ementas:

Quadro 11 - Projetos de Lei relacionados ao *homeschooling* 2010-2020

Projeto	Autoria	Ementa
PL 3179/2012	Lincoln Portela (PRB)	Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.
PL 3261/2015	Eduardo Bolsonaro (PSL)	Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
PL 10185/2018	Alan Rick (DEM)	Altera a Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.
PL 2401/2019	Poder Executivo	Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
PL 3159/2019	Natália Bonavides (PT)	Adiciona o § 6º ao art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer que a educação domiciliar não poderá substituir a frequência à escola.
PL 3262/2019	Chris Tonietto (PSL) e outros	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (<i>homeschooling</i>) não configura crime de abandono intelectual.

PL 5852/ 2019	Pastor Eurico (PATRIOTA)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para permitir o ensino da educação básica por meio de tutores autônomos.
PL 6188/ 2019	Geninho Zuliani (DEM)	Acrescenta parágrafos ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação domiciliar para educandos que se inserem na modalidade de educação especial

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Vale também ressaltar a presença da pauta do ensino domiciliar em projetos que tramitam em diferentes Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais do país, que não serão discutidas, pois o foco da investigação neste momento são as dinâmicas relacionadas à agenda do governo federal.

Os principais argumentos em defesa da prática no Brasil tratam de três tipos de indicadores que buscam apontar a necessidade, ou a conveniência, da sua regulamentação. O primeiro indicador é o número de famílias que já praticam o *homeschooling*, um dado contraditório e de difícil mensuração, uma vez que não foram localizadas pesquisas que os apresentem. Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) este número chega a 7.500 famílias, com atendimento a cerca de 15.000 estudantes em todo o país. Já conforme constava no texto das metas prioritárias do Governo Federal para os 100 primeiros dias, são “31 mil famílias que se utilizam deste método de aprendizagem” (BRASIL, 2019e). De todo modo, o argumento é que estas famílias se encontram desprotegidas e sofrendo risco de serem penalizadas, uma vez que a prática não é regulamentada pela legislação.

O segundo refere-se aos 63 países que regulamentam ou permitem a prática, ainda que sob critérios e normas de regulação diversas. Além do número significativo de nações onde a prática é recorrente, defensores do *homeschooling* afirmam que países que são referência mundial em educação, como Japão e EUA, aprovam a modalidade, o que seria um indicador de como o ensino domiciliar é um projeto de sucesso. Pesquisadores indicam que é o modelo educativo que mais cresce em países como os EUA (BREWER; LUBIENSKI, 2017) e, quanto ao Brasil, a ANED aponta que a prática do *homeschooling* também é crescente, apresentando um aumento de 2000% entre 2011 e 2018 (ANED, 2020).

O terceiro indicador que embasa a defesa do *homeschooling* trata mais especificamente dos resultados atingidos por alunos que tiveram sua formação no domicílio. Como no Brasil é uma prática restrita, pesquisadores apontam a dificuldade

em mensurar o desempenho dos alunos *homeschooled*. No entanto, pesquisas em países com a prática institucionalizada argumentam sobre o bom desempenho de crianças e adolescentes ensinados em casa nos testes padronizados naquelas nações. Brewer e Lubienski (2017), por exemplo, apontam casos em que a performance destes estudantes se destaca em relação aos que frequentaram a escola nas avaliações nacionais. Corroborando com esta afirmação, a ANED aponta que:

Dados fornecidos por pais educadores à ANED revelam que o índice de aprovação dos homeschoolers brasileiros nos exames nacionais aplicados pelo INEP (Prova Brasil e avaliações do Enceja para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) é de 100% (ANED, 2020, n.p.).

Desse modo, o ensino domiciliar apresenta-se como solução dos problemas educacionais, especialmente das escolas públicas, expressos em avaliações de larga escala, uma vez que “os índices nas provas padronizadas tornam-se referência de eficiência e produtividade também no movimento homeschooling e traduzem-se como qualidade” (CASANOVA; FERREIRA, 2020, p. 8). Sob influência do pensamento neoliberal, defensores do *homeschooling* sustentam a defesa de uma educação “administrada a partir das normas do mercado, cuja qualidade é simplificada e medida pela eficiência e pela produtividade a partir dos resultados das performances dos sujeitos (CASANOVA; FERREIRA, 2020, p. 7).

No entanto, a relação entre o *homeschooling* e os resultados alardeados nas pesquisas é bastante relativa, uma vez que “[...] eles seriam obtidos, por essas crianças, em qualquer outra escola pública ou privada, o que não aconteceria com os grupos sociais mais desfavorecidos” (VASCONCELOS, 2017, p. 130). O bom desempenho dessas crianças e adolescentes, portanto, parece ter muito mais relação com o contexto econômico, social e cultural do que com a modalidade educativa, particularmente.

Para além dos indicadores, outro elemento central dos discursos que defendem a prática se sustenta fundamentalmente no princípio da liberdade de escolha das famílias. Diversos são os motivos que levam as famílias a optarem pelo *homeschooling*. Segundo Brewer e Lubienski (2017), em uma pesquisa desenvolvida nos EUA, mas cujos resultados podem, em certa medida, ser importados à realidade brasileira, a escolha do *homeschooling* se dá por duas razões principais: a primeira, de natureza empírica, reivindica maior eficiência, eficácia e adequação pedagógica; enquanto a segunda, de natureza ideológica, tem bases em questões religiosas ou

políticas. As práticas de *homeschooling*, não por acaso, acontecem principalmente entre grupos conservadores e religiosos,

[...] que rejeitam as concepções evolucionistas da vida, bem como os conteúdos que venham a questionar as suas tradições e seus modos de vida, tais como o papel tradicional da mulher e de filhos e filhas. Além disso, esses grupos não aceitariam que o professorado se preocupasse em socializar os alunos e as alunas para dotá-los de maior sensibilidade para a diversidade (VASCONCELOS, 2017, p.130)

Os defensores do *homeschooling*, nesse sentido, apoiam seus argumentos na ideia de que os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções, com base no disposto no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. O mesmo documento é utilizado como base de defesa dos projetos Escola sem Partido para impedir discussões acerca de questões políticas, religiosas e morais no ambiente escolar:

Trata-se de um embate histórico, acerca de quem deve imprimir as finalidades sobre a educação dos menores: a Religião ou o Estado. Para os setores fundamentalistas e neoconservadores, a educação escolar não deve tratar de temas religiosos, políticos, sexuais e morais, e, caso insista em fazê-lo, a “solução” é educar os filhos em casa (CECHETTI; TEDESCO, 2020 p. 4).

Um fato ilustrativo desta questão foi expresso por Vasconcelos e Boto (2020), sobre o caso de uma família do Rio Grande do Sul que, desejando educar sua filha em casa e diante da negativa da Secretaria de Educação, recorreu ao judiciário para autorização da prática. Os argumentos expostos no processo são bastante relevantes, na medida em que expressam a centralidade das preocupações da família com relação a aspectos morais, religiosos e sexuais:

Entende [a mãe] que o convívio com alunos de várias idades não reflete um critério ideal de convivência e socialização, quer por aspectos sociais, quer por aspectos morais, quer por aspectos religiosos e até sexuais, vejamos detalhadamente as questões supra: Por melhor que seja a intenção da Impetrada em fornecer uma educação pública de qualidade, a existência de turmas multiseriadas causa problemas [...]. Da mesma forma, os hábitos entre as crianças com diferentes idades são distintos desde o linguajar (utilização de palavrões e palavras impróprias) até a própria educação sexual que culmina em ser antecipada, quer pelo convívio com colegas mais velhos, quer porque atualmente a sexualidade está ganhando atenção cada vez mais cedo nos planos de ensino das instituições de ensino regular, quer sejam públicas, quer sejam privadas. [...]. Ademais, por princípio religioso a Impetrante discorda de algumas imposições pedagógicas do ensino regular, como por exemplo, a questão atinente ao evolucionismo e à Teoria de Charles Darwin. Com efeito a Impetrante é Cristã (Criacionista) e não aceita viável ou crível que os homens tenham evoluído de um macaco, como insiste a Teoria Evolucionista. (BRASIL, 2019, p. 3-4, apud VASCONSELOS; BOTO, 2020, p. 13).

No exposto, verifica-se que a decisão pelo ensino domiciliar tem base no desejo da família de que a filha não mais conviva e se relacione com pessoas e temas em desacordo com as suas concepções. Trata-se, fundamentalmente, de impedir que a criança se depare com visões de mundo diversas, negando a oportunidade de produção autônoma de suas próprias ideias (MIGUEL, 2016), buscando a imposição de vontades privadas contra o interesse comum, especialmente do que diz respeito às questões morais e religiosas – mas não apenas:

A questão central não é onde dar-se-á o processo de ensino, mas sobretudo com quem, em companhia de quem, em que circunstâncias, sob o controle de quem. Não se trata então de uma educação domiciliar, mas de uma “educação sem escola”, [...] sem uma instituição em que os pais ou responsáveis não exercem o controle sobre os temas postos em discussões, sobre o currículo, sobre as diferentes posições axiológicas, sobre os valores e as visões de mundo que convivem e, não raro, entram em conflito (PICOLI, 2020, p. 4)

Assim, a família pretende tomar para si, e com exclusividade, o compromisso da educação das crianças e jovens, que atualmente deve ser compartilhado com o Estado, conforme estabelece o ordenamento jurídico brasileiro:

Enquanto proposta conservadora, a defesa de Educação Domiciliar se fundamenta em preceitos que enaltecem o poder dos pais não apenas sobre a aprendizagem, mas sobre a vida de seus filhos, visto que direcionam os processos de ensino conforme determinada visão de sociedade, do conhecimento produzido, do modelo familiar e até mesmo da religião, impedindo que crianças e adolescentes convivam com a diversidade social, cultural e de crenças. Tais práticas de ensino podem influenciar a formação de pessoas intolerantes para a convivência em sociedade (WENDLER; FLACH, 2020, p. 3-4).

Este formato educativo se apresenta como uma pauta de oposição à educação básica escolar – aquela consagrada pública, gratuita, obrigatória, igualitária, inclusiva e laica cuja função social “é de assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, por meio de currículos que mobilizem conhecimentos científicos e desenvolvam atitudes e valores necessários à vida coletiva” (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p. 12). Em contrapartida, o projeto de *homeschooling* propõe espaços educativos privados individualizados, que dispensam o convívio social com a diferença. Enquanto o Escola sem Partido busca esvaziar a escola de seus sentidos, atribuindo o compromisso único de instrução dos sujeitos, o *homeschooling* é uma estratégia que retira até mesmo essa função ao retirar os sujeitos de dentro da escola.

Trata-se de uma forma de privatização da educação, entendendo a família como entidade privada em antagonismo ao público, que é compreendido enquanto coletivo, que avança na contramão da “consolidação de uma sociedade democrática, justa, harmônica e igualitária”, reforçando “as discrepâncias, sobretudo as de cunho social, influenciadas pela concepção estatal difundida pela orientação político-econômica neoliberal e pelos ditames neoconservadores da extrema direita, ao serem potencializadas pela educação domiciliar” (ARAUJO; LEITE, 2020, p. 17).

É também uma forma de mercantilização da educação, que passa a ser tratada como um produto a ser vendido e comprado, especialmente no que diz respeito aos materiais, métodos e manuais de ensino. Assim, a regulamentação do *homeschooling* cria um nicho de mercado, como ocorreu em outros países, pois “é preciso que as famílias educadoras adquiram materiais para a formação de seus filhos e garantam o sucesso nas provas padronizadas” (CASANOVA; FERREIRA, 2020, p. 9), de modo que “a defesa em torno do direito familiar à escolha sobre como educar seus filhos traveste a emergência de um mercado consolidado em prol da comercialização de produtos voltados à ED” (ARAUJO, LEITE, 2020, p. 3). Ao mapear os parceiros da campanha “Educação Domiciliar - Direito Já”, coordenada pela ANED, Araujo e Leite (2020) identificam diferentes sujeitos individuais e coletivos que compõem uma espécie de rede empresarial em torno de um mercado de materiais didáticos e manuais de orientação às famílias educadoras, que denota “o domínio de um nicho mercantil rentável por tais sujeitos em um curto espaço de tempo” (ARAUJO; LEITE, 2020, p. 15).

Com isso, em nome da liberdade das famílias, coloca-se em cheque a universalização da educação escolar e sua obrigatoriedade, operando com a contraposição família x Estado, além de atualizar conflitos históricos:

[...] entre Igreja x Estado, público x privado, ensino confessional x ensino laico. Esse fenômeno se alastra como um “câncer”, à medida que líderes religiosos de perspectiva fundamentalista vêm assumindo papéis importantes na política brasileira. Dentre eles, destaca-se a própria figura do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e a ministra da Mulher, dos Direitos Humanos e da Família, Damares Alves (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p. 4)

A proximidade da proposta com outros pressupostos defendidos pelo governo federal, como as liberdades individuais, a defesa da família como entidade divina e soberana e a oposição às pautas de diversidade e equidade, inserem o *homeschooling* no debate político nacional como pauta de valorização e preservação

da família – não por acaso a principal representante do projeto no governo é a ministra do MMFDH, para quem “o *homeschooling* é um apelo da família brasileira” e o Estado, nesse sentido, “não pode invadir a esfera privada da família querendo dizer como os pais devem educar os seus próprios filhos”, conforme defendido pela deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), que sintetiza a oposição família/Estado que se apresenta na defesa do *homeschooling*, retrocedendo os avanços educacionais historicamente conquistados quanto à garantia do direito à educação pelo Estado brasileiro.

O projeto de lei de autoria do poder executivo foi elaborado por representantes do MEC e do MMFDH em interlocução com três entidades que se dedicam a tratar do tema: a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), a Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar (ABDPEF) e a Homeschool Legal Defense Association (HSLDA). As entidades têm como objetivo divulgar e promover diálogos com a sociedade civil e os governos sobre a prática do *homeschooling*, além de atuar na defesa de famílias *homeschoolers* (que praticam o ensino domiciliar) em disputas judiciais para garantir o direito ao ensino domiciliar, sempre na perspectiva da defesa da liberdade individual e o direito de escolha das famílias sobre a educação dos filhos, conforme já discutido.

Ainda que não tenha sido materializado como política educacional até o momento, pode-se argumentar, a partir do exposto, que a correlação de forças atual é favorável à aprovação do projeto de regulamentação do *homeschooling*. Não somente o Governo Federal, como também a Câmara dos Deputados da atual legislatura conta com uma ampla gama de apoiadores do projeto, a exemplo da Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* (FPDHS) anteriormente apresentada.

No âmbito do Congresso Nacional, para além dos sete projetos de lei atualmente em tramitação, vêm sendo promovidos alguns espaços de discussão sobre o *homeschooling*, como o “Seminário sobre educação domiciliar” e a “Sessão solene em defesa do *homeschooling*”, em maio e junho de 2019, respectivamente. Diversas audiências públicas locais já ocorreram em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em municípios e estados que têm projetos relacionados ao tema em tramitação. Entidades que defendem a pauta, como a ANED, também promovem atividades relacionadas à difusão da defesa do *homeschooling*, como foi o caso do “Encontro Nacional de Educação Domiciliar”, que ocorreu em junho de 2019.

Defensores do *homeschooling* seguem, ainda, a tendência crescente de utilização das novas mídias sociais como ferramenta de difusão de suas ideias. Diversos canais no YouTube atualmente discutem o *homeschooling*, fornecem dicas e suporte para as famílias educadoras e compartilham materiais pedagógicos a serem utilizados no ensino domiciliar, como é o caso do canal “Como educar seus filhos” de Carlos Nadalim, Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação; e dos canais Déia e Tiba⁵⁴, que participaram como palestrantes do Encontro Nacional promovido pela ANED e *Homeschooling* Brasil⁵⁵, criadores de um portal de materiais pedagógicos e de defesa do tema, ambos protagonizados por casais *homeschoolers* cristãos. Desse modo, os argumentos em defesa do ensino domiciliar são amplamente divulgados e facilmente acessados por pessoas interessadas no tema.

Diante do exposto, fica evidente que a proposta de regulamentação do ensino domiciliar representa retrocessos quanto à universalização da educação básica e se apresenta como uma forma de privatização da educação,

5.3 MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Uma proposta que se apresenta à margem da relação entre escola, mercado e família, mas que conforma um consenso entre a nova direita é a militarização das escolas, uma prática que vem ocorrendo na última década em diferentes regiões do país como experiências isoladas e é convertida em política educacional no ano de 2019 pelo Ministério da Educação a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), como veremos a seguir.

Por conta de sua aproximação e vinculação com o setor militar, o presidente Jair Bolsonaro sustenta a defesa das escolas militares como exemplo de qualidade e disciplina. Em seu plano de governo, a respeito disso, constava o intuito de se ter, no

⁵⁴ Déia e Tiba são um casal missionário católico, que tem um canal do YouTube em que falam sobre relacionamentos de casais, família, valores, educação dos filhos, entre outras coisas. Praticam com seus 4 filhos o *homeschooling* católico e em 2018 lançaram uma livraria que reúne livros e obras católicas: <https://livraria.deiaetiba.com.br/>. A família pratica o *homeschooling* católico a partir dos materiais do Instituto Cidade de Deus que articulam os conhecimentos escolares a elementos religiosos. Conforme consta no *site*, “Nós, do Instituto Cidade de Deus, elaboramos um material educacional que abrange as etapas de 3 anos ao Ensino Médio. Seguimos a estrutura do currículo brasileiro, usando um referencial teórico embasado na Doutrina e Tradição Católicas, na vida dos Santos e autores católicos” (INSTITUTO CIDADE DE DEUS, 2020, n.p.).

⁵⁵ *Homeschooling* Brasil nasceu como canal do YouTube e é também um *site*, por meio do qual o casal Aline e Natanael compartilham materiais (planos de aula) e dicas de como praticar o ensino domiciliar.

prazo de dois anos, um colégio militar em todas as capitais brasileiras. No entanto, em seu mandato, instituiu uma política que privilegia a militarização de escolas, de modo que é importante iniciar a discussão diferenciando escolas militares de escolas militarizadas (cívico-militares).

Os colégio militares são vinculados ao Exército Brasileiro por meio do subsistema de ensino Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), controlados pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) que é subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Atualmente existem 13 colégios militares em 11 Unidades Federativas, que atendem alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O ingresso nessas escolas se dá por meio de concurso público com reserva de vagas para filhos de militares.

Escolas militarizadas, por sua vez, são escolas civis que contam com apoio do aparato militar, incluindo recursos humanos e financeiros, a partir de parcerias entre as Secretarias de Educação e Secretarias de Segurança. São escolas públicas de acesso universal que incorporam rotinas, normas e valores militares. Estas escolas contam com cargos de apoio e supervisão exercidos por policiais militares e membros do corpo de bombeiros que assumem a tarefa de garantir a disciplina e o controle dos alunos, determinando vestimentas, comportamentos e atitudes.

O processo de militarização das instituições educacionais civis via transferência da gestão escolar para corporações da Polícia Militar foi inaugurado pelo estado de Goiás no final dos anos 1990 e “se expandiu a partir dos anos 2010, ganhou adesão de outros estados da federação, e os dados indicam que o número de escolas militarizadas saltou de 93 em 2015, para 120 em 2018, espalhadas por, pelo menos, 22 estados” (ALVES; TOSCHI, 2019, p. 635). Os principais argumentos para o estabelecimento deste modelo educativo giram em torno da segurança e dos resultados. O modelo foi adotado em escolas situadas em regiões de vulnerabilidade social, com altos índices de violência dentro e fora das escolas e baixo rendimento nas avaliações. Desse modo, o convênio com a secretaria de segurança traz a promessa de melhorar o cotidiano escolar diminuindo conflitos e colocando os jovens no caminho da retidão. As escolas adotam fardas militares, limitam os acessórios, cortes de cabelo e uso de maquiagem, regulam a postura e o comportamento dos alunos.

A adoção dessas medidas, no entanto, acarreta na saída de muitos alunos que são transferidos para outras escolas. Permanecem aqueles que se adaptam ao novo modelo, ou aqueles cujas famílias se entusiasmam com as promessas de uma educação de melhor qualidade. O mesmo ocorre entre o corpo docente: muitos professores buscam transferência de local de trabalho em ocasiões de militarização, por divergência ou dificuldade de se adaptar aos novos códigos de comportamento, vestimenta e postura.

As escolas militarizadas apresentam bons resultados nos índices educacionais – por mais questionáveis que possam ser as razões para tal – e isso incentiva outros governos estaduais e mesmo municipais a firmarem parcerias de mesma natureza. As promessas de um mundo mais disciplinado, hierárquico e comprometido com valores de nacionalismo e patriotismo conquistam muitos corações e mentes, desde as comunidades escolares até os governantes. O governo federal atua no sentido da defesa e valorização do modelo militar de educação como solução para os problemas educacionais e, a partir disso, cria mecanismos de implementação do projeto de criação de escolas militares e, paralelamente, à transformação de escolas civis nas chamadas escolas cívico-militares.

A primeira ação do governo, nessa direção, foi a assinatura do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, que alterou a estrutura do MEC criando a Subsecretaria de Fomento à Escolas Cívico-Militares (Secim), acrescentando à Secretaria de Educação Básica competência para “promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital” e incluindo a possibilidade de estabelecimento de parcerias com instituições militares “que apresentam experiências exitosas em educação” (BRASIL, 2019f). Mais tarde, em julho de 2019, um novo decreto foi publicado com vistas à autorizar a atuação de policiais e bombeiros militares em instituições de educação básica. O Decreto nº 9.940, de 24 de julho de 2019, nesse sentido, inclui as instituições públicas de ensino do sistema estadual, distrital ou municipal de educação básica com gestão em colaboração com a polícia militar ou corpo de bombeiros militar como atividades de natureza policial-militar ou bombeiro-militar (BRASIL, 2019g).

Em setembro de 2019 ocorreu o lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), por iniciativa do Ministério da Educação em parceria

com o Ministério da Defesa, que busca a implementação de 216 Escolas Cívico-Militares (Ecim) em todo o país até 2023, sendo 54 por ano, a partir de um projeto-piloto com implementação no ano de 2020.

O programa é de adesão voluntária e tem como objetivo a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas, cuja referência da qualidade remete aos colégios militares já existentes no país que apresentam resultados satisfatórios nas avaliações institucionais. A proposta é que militares atuem no apoio à gestão da escola, preservando a atuação dos professores e demais profissionais no trabalho didático-pedagógico. No entanto, desde já cabe destacar que o repasse da gestão gera efeitos no aspecto organizacional e pedagógico das instituições, uma vez que “não é possível isolar a gestão, o modo de organização escolar, sem causar impactos no projeto formativo da escola pública” (ALVES; TOSCHI, 2020, p. 637).

A implementação do programa conta com seis etapas: 1) estruturação – se deu no primeiro semestre de 2019, a partir da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação, cuja responsabilidade elaborar e propor um modelo de escola com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares; 2) lançamento – ocorrido em setembro de 2019, em uma solenidade no Palácio do Planalto, com a assinatura do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019h) que estabelece os princípios, objetivos, diretrizes, público-alvo, operacionalização, avaliação e certificação do modelo MEC de Escolas Cívico-Militares; 3) adesão – a adesão ao PECIM é voluntária e tem como requisito que a decisão seja tomada a partir de consulta pública à comunidade escolar. Podem aderir escolas que atendam a determinados critérios⁵⁶; 4) assinatura dos termos – a parceria entre governos federal, estaduais, municipais e distrital é firmada por instrumentos que estabelecem requisitos para criação e manutenção do modelo educacional; 5) preparação e capacitação – o Ministério da Educação garante a capacitação aos profissionais civis e militares das escolas com o objetivo de apresentar o PECIM e orientar para a implantação do modelo; e 6) implantação do

⁵⁶ São critérios para adesão ao PECIM: Escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Escola localizada na capital do estado ou na respectiva região metropolitana; Escola que ofereça as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio e, preferencialmente, atenda de 500 a 1000 alunos nos dois turnos; Escola que possua a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo. [...] Nos estados em que não houver adesão, serão selecionados municípios voluntários para aderirem ao Programa.

programa – o programa teve início no ano letivo de 2020, a partir dos projetos pilotos implementados.

O modelo de Ecim abrange um conjunto de ações com vistas a consolidar uma gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, entendidas como:

V - gestão de processos educacionais - promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula;
 VI - gestão de processos didático-pedagógicos - promoção de atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, respeitadas a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federativos e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes;
 VII - gestão de processos administrativos - promoção de atividades com vistas à otimização dos recursos materiais e financeiros da unidade escolar; (BRASIL, 2019h).

O governo apostou no interesse da comunidade escolar pela proposta, de modo a compreender que as Consultas Públicas favorecem sua implementação. Isso tem base em uma pesquisa realizada pelo Instituto Checon, conforme apresentado no site do PECIM, em que 85% dos entrevistados afirmaram que gostariam de matricular seus filhos em escolas do modelo:

O levantamento aponta ainda que a média da avaliação das escolas cívico-militares é de 8,3 numa escala de zero a 10. Foram analisados aspectos como segurança (nota 8,1), ensino (nota 7,8), disciplina dos alunos (nota 8,1), respeito ao professor (nota 8,3), preparo dos alunos para a vida (nota 8,1) e atenção aos valores humanos e cívicos (nota 8,0). Foram entrevistadas 2.062 pessoas entre os dias 8 e 15 de agosto de 2019 (PERA, 2019, n.p.).

Findado o período de adesão, foram contempladas 38 escolas estaduais e 16 municipais espalhadas por 23 estados e no Distrito Federal. Segundo publicado no portal do MEC, “cerca de 1.000 militares da reserva das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares da ativa vão atuar na gestão educacional das instituições” (MENEZES; PERA, 2020, n.p.).

O modelo cívico-militar tem ênfase em valores sociais, éticos e morais e, entre suas premissas, o respeito ao professor, disciplina nas salas de aula e maior apoio aos alunos e é apresentado como solução para os problemas educacionais, desde os relativos a resultados até os que dizem respeito ao ambiente de ensino e aprendizagem e a estrutura material.

A proposta de militarização das escolas torna-se uma terceira via, entre os ideais de família e os de mercado, que satisfaz igualmente os interesses neoliberais e neoconservadores, novamente centrada no controle: do processo educativo, do trabalho docente e do espaço escolar em nome da melhoria de resultados, de um

lado; e da disciplina “para combater os desvios que provocam o caráter conturbado do cotidiano e do concomitante distanciamento dos valores tradicionais” (MARTINS, 2019, p. 692). Além disso, o estado policial – do idealismo punitivo neoconservador discutido no terceiro capítulo – assume a tarefa de garantir condutas que se mostrem compatíveis com valores da ordem (MARTINS, 2019, p. 692).

A militarização das escolas contempla a tradição privatista do ideário neoliberal, configurando-se como uma forma de privatização tanto da direção, quanto da execução. Embora corporações militares sejam instituições públicas, o setor militar assume não apenas o controle do conteúdo e dos processos pedagógicos, mas da instituição educativa como um todo, de modo que exclui as possibilidades de construção coletiva e democrática, esvaziando o sentido público da educação, “sustentado no reiterado discurso da ineficiência da gestão pública, na necessidade de otimização dos gastos e de melhora no desempenho dos alunos e das alunas nos testes padronizados” (SANTOS, 2020, p. 8).

Paralelamente, a proposta contempla os pressupostos neoconservadores na medida em que se apresenta

[...] como uma alternativa potente para retomada da tradição, da moral, da autoridade, do patriotismo, que, na óptica conservadora, foram perdidas no caos que é a escola pública, dada a sua afeição e abertura à diversidade, associadas à ineficiência e à falta de controle dos professores e das professoras que lá atuam (SANTOS, 2020, p. 8)

A proposta ataca frontalmente o princípio de gestão democrática das escolas, por meio de mecanismos como a criação de novos cargos e setores, alguns subordinados aos militares, inclusive; a construção de um Projeto Político-Pedagógico padrão, cujas diretrizes foram elaboradas de forma antidemocrática, que não trata de questões particulares dos contextos escolares; o cumprimento com um regulamento padrão e com a definição de normas avaliação, gestão e condutas e atitudes impostas de fora para dentro da escola, que ignoram os contextos culturais das comunidades locais. Tudo isso previsto em um Manual das Escolas Cívico-Militares, “tem como finalidade orientar os entes federativos, participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no tocante à implantação e ao funcionamento das Escolas Cívico-Militares (Ecim)” (BRASIL, 2020).

Além disso contribui para o esvaziamento da função social da escola na construção de valores democráticos e coletivos de modo geral, padronizando

comportamentos, crenças, valores e atitudes com base naquilo que é desejado dentro da lógica militar, mas que são contraditórios com os contextos escolares:

[...] não parecem adequadas as rígidas normas de disciplina calcadas apenas na obediência heterônoma, que pouco ou nenhum resultado pedagógico alcança a não ser o adestramento a comportamentos padronizados, inclusive de aparência, de fala, de cumprimento; não parece fazer bem a crianças e adolescentes negar-lhes o direito à diversidade e à própria individualidade obrigando-os a manter determinado corte de cabelo ou proibindo-as de usar certos tipos de adereços próprios da idade em que o vínculo a grupos e tribos é característico (MENDONÇA, 2019, p. 606).

Em síntese, a padronização imposta pelos militares à comunidade escolar acarreta no apagamento das diferenças e, conseqüentemente, do convívio com as diferenças, com efeitos na gestão democrática e na autonomia pedagógica da instituição dos docentes:

Enfim, poderíamos argumentar que existe um duplo dispositivo excludente de controle: pela permanência do rendimento meritocrático, numa aproximação aos pressupostos produtivistas liberais; como pelo silenciamento imposto pela ordem disciplinar policialesca, no afã de combate à violência. Na base desses dispositivos, o simulacro da gestão democrática que desvirtua a constituição do comum ou qualquer iniciativa de valorização e legitimação das formas de vidas minoritárias (MARTINS, 2019, p.689).

Diante do exposto, podemos argumentar que o processo de militarização das escolas se desenvolve na mesma direção das demais propostas aqui discutidas, propondo o esvaziamento da função social da escola na construção de valores democráticos de modo geral, com a proposição de uma forma rigorosa de controle da gestão da escola, do trabalho docente e da socialização humana no espaço escolar, por meio da imposição de valores de disciplina, hierarquia, mérito e obediência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as pautas e propostas da nova direita brasileira para a educação no contexto do governo Bolsonaro, considerando os sujeitos que atuam na correlação de forças pela construção de seus projetos societários. Entendendo a educação como um instrumento potente de formação social, a construção de projetos societários passa prioritariamente, ainda que não com exclusividade, pelo terreno da escola e da política educacional, já que os processos educacionais estão intimamente ligados aos processos sociais mais abrangentes de reprodução (MÉSZÁROS, 2008). Desse modo, nos propomos a compreender de que forma o ideário da nova direita se materializa no campo educacional.

Antes disso, no entanto, faz-se necessário compreender quem é a nova direita, que interesses ela representa e como se situa no contexto brasileiro. Recorrendo a diferentes autores, chegamos ao entendimento de que, neste período particular, o campo da nova direita é protagonizado por setores neoliberais e neoconservadores que, não sem contradições, se aliam para o avanço de seus projetos. É certo que estes setores contam com o apoio de outros menos representativos, como os libertários e os fundamentalistas religiosos, mas os dois primeiros é que dão o tom da nova direita brasileira, tendo como ponto comum fundamental um projeto de restauração do poder de classe.

No período particular do capitalismo, verificamos que neoliberalismo e neoconservadorismo se combinam em uma relação dialética e se fortalecem diante da crise estrutural do capital que se acirra especialmente a partir de 2008. O primeiro porque a converte em forma de governo, em uma lógica de autoagravamento da crise que é mobilizada como prerrogativa para, diante da ameaça de prejuízos à economia, fazer chantagens com as condições de vida da população, utilizando-a como argumento para reduzir a proteção social e reforçar o poder do capital (LAVAL; DARDOT, 2017). O segundo porque em momentos de instabilidade social – seja ela promovida pela própria crise, ou mesmo pelas medidas neoliberais que a ela respondem – emerge como projeto salvacionista, como discurso aglutinador em defesa da ordem em resposta ao caos (SOUZA, 2016).

Em reação ao contexto de crise, as duas perspectivas atuam em um projeto de limitação democrática que, segundo Laval e Dardot (2017), se consolida por meio de

um processo de desdemocratização, que consiste no esvaziamento da democracia sem um rompimento bruto formal. Trata-se de uma atualização do modelo antidemocrático, que apresenta novidades em relação ao que ocorreu em experiências ditatoriais por toda América Latina na segunda metade do século XX: neste momento, “é no interior do marco formal do sistema político representativo que se estabelecem dispositivos antidemocráticos de uma temível eficácia corrosiva” (DARDOT; LAVAL, 2019). Convém destacar, no entanto, que as novas estratégias de esvaziamento democrático não representam novidade quanto ao entendimento neoliberal e neoconservador sobre a democracia, que desde sempre cultiva desconfiança e hostilidade aos processos democráticos.

Ainda que tenham construções e trajetórias históricas, intelectuais e políticas distintas, neoliberalismo e neoconservadorismo constituem uma aliança que se fortalece diante do contexto de crise do capital. Superada a representação do neoliberalismo como acontecimento exclusivamente do âmbito da política econômica, entendemos que a lógica neoliberal busca se estender a todas as dimensões da vida humana, convertendo a realidade social em neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2019), consolidando ao mesmo tempo uma corrente de pensamento e um autêntico projeto político que constitui um amplo consenso em torno da reivindicação do individualismo, da propriedade privada e do mercado (PUELLO-SOCARRÁS, 2008).

Para o avanço do projeto neoliberal, o neoconservadorismo, como parte de uma relação dialética, mostra-se, ao mesmo tempo, consequência e instrumento do primeiro. Consequência porque emerge diante do caos social e a instabilidade promovidos pelas políticas neoliberais, que com a exacerbada liberdade individual e permissividade moral, acarreta na dissolução dos laços de solidariedade, provocando desagregação e criando uma lacuna na conformação da ordem social, de modo que se torna difícil controlar os comportamentos e combater aqueles dissonantes do que é desejado em termos de construção societária. Desse modo, a reação envolve a proposição da reconstruir solidariedades sociais, mas a partir de bases distintas, acionando o interesse pela religião e pela moralidade (HARVEY, 2014, p. 91), entre outras questões.

O neoconservadorismo é também instrumental ao projeto neoliberal, pois responde com um autoritarismo mais explícito às reivindicações dos movimentos sociais e dos trabalhadores pela garantia de direitos e intervenções coletivas e,

cumprindo o papel de disciplinador coletivo, “prepara o terreno para as características autoritárias da governança neoliberal” (LACERDA, 2019, p. 51), atuando no controle social “por meio da construção de um clima de consentimento que gira em torno de um conjunto coerente de valores morais” (HARVEY, 2014, p. 94). Não significa dizer que o neoliberalismo, isoladamente, seja menos autoritário porque ele não se absterá de atuar repressivamente se assim for necessário. Ocorre, no entanto, conforme aponta Harvey (2014), que o autoritarismo não combina muito com ideais de liberdade individual, de modo que se apresenta uma contradição do neoliberalismo que deve ser ocultada sempre que possível. Nas palavras do autor, “o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre” (HARVEY, 2014, p. 92).

A aliança que compõe a nova direita brasileira, nos moldes do que ocorre internacionalmente, redefinem o papel do Estado, deslocando para o indivíduo as responsabilidades que seriam do poder público e propondo soluções privadas para problemas coletivos. Trata-se do imperativo do individualismo que, em contraposição ao coletivismo ou à coletividade, entende que as transformações se dão na esfera pessoal e não em termos societários (PERONI, 2016). A partir da perspectiva dos valores da competição, empreendedorismo e mérito, cada indivíduo é responsabilizado por seu próprio sucesso ou fracasso, desconsiderando fatores e propriedades sistêmicas estruturais (HARVEY, 2014).

Assim, o projeto societário da nova direita começa pela redefinição da noção de sociedade que, por sua compreensão, limita-se à simples co-existência de indivíduos em um determinado tempo e espaço. Seu projeto, nesse sentido, se forja e se apresenta menos como projeto societário e mais como projeto individual a ser incorporado pela totalidade do conjunto social. Ainda assim, no entanto, a partir do referencial teórico que alicerça esta pesquisa, entendemos que trata-se, sim, de um projeto de sociedade que vem sendo construído e disputado pela nova direita.

Este projeto se expressa nas diferentes medidas já apontadas que, centradas nas questões econômicas, buscam criar novas formas de sociabilidade, substituindo laços de solidariedade social por valores de competição, mérito e individualismo. Ele tem efeito nas relações entre o público e o privado, conforme apontam pesquisas que vem sendo desenvolvidas pelo GPRPPE, que se dedicam a compreender a reorganização das fronteiras entre público e privado a partir da atuação de diferentes

sujeitos individuais e coletivos (THOMPSON, 1981) em correlação de forças no período particular do capitalismo, marcado pela crise estrutural do capital. Ao tratarmos da privatização, ou da relação entre público-privado, entendemos que não se trata apenas da propriedade, mas de projetos societários em relação, atravessados por interesses de classe (PERONI, 2016). Não se trata de compreender o público enquanto Estado e o privado enquanto sociedade civil em contraposição, pois ambos (Estado e sociedade) são permeados por sujeitos com objetivos de classe atangônicos, constituindo-se como espaços de correlação de forças e de conquista de hegemonia (PERONI, 2016). O mapeamento dos sujeitos apresentado nesta pesquisa corrobora com esta afirmação, uma vez que verificamos a atuação da nova direita tanto por meio do Estado e seus instrumentos, quanto por meio da sociedade civil via movimentos e partidos políticos, entidades e instituições. Desse modo, o privado é aqui entendido enquanto projeto societário vinculado ao capital e à esfera privada individual, historicamente relacionado ao privado mercantil, mas atualmente também a entidades neoconservadoras como a família e a religião. Já o público é entendido enquanto projeto democrático e de construção coletiva, permeável à correlação de forças e com parâmetros de justiça social.

Neste contexto, entendendo a educação como processo societário de formação humana e a escola como um espaço privilegiado para formação social, a construção do projeto societário neoliberal-neoconservador passa pela construção de um projeto educativo convergente com seus princípios e pressupostos. É por isso que nos propomos, nesta pesquisa, a compreender de que forma esses princípios se expressam nas pautas e propostas para a educação, para verificar de que modo implicam no processo de materialização da privatização do público.

A privatização, como vimos no quinto capítulo, destaca-se como uma das grandes pautas da nova direita para a educação como estratégia de controle dos processos educacionais e esvaziamento do público. Ela pode se materializar de diferentes formas, sem necessariamente incluir a mudança de propriedade, envolvendo a direção e execução de políticas educativas (PERONI, 2015).

A correlação de forças que aqui tratamos como pressuposto teórico sob o entendimento de que diferentes sujeitos atuam na disputa por diferentes projetos societários, não é entendida da mesma forma pela nova direita. A existência de uma

correlação de forças é tratada por este grupo nos termos de uma guerra cultural, o que vem a constituir a segunda grande pauta da nova direita brasileira.

Trata-se, conforme as discussões anteriores, da compreensão de que há em curso uma guerra ideológica em que o pensamento de esquerda assumiu a hegemonia dos meios culturais – escolas e universidades, mídias, arte e literatura, para nomear alguns – para destruir pressupostos e valores sociais que teriam sido construídos de modo natural ao longo da história, como a família, a religião e a pátria. Diante dessa compreensão, se a educação pública, democrática e coletiva, é permeável à correlação de forças e o pensamento de esquerda conquistou sua hegemonia, duas alternativas se colocam à nova direita: disputar este espaço nos termos democráticos, promovendo valores em consonância com seu projeto societário a partir do diálogo e do convencimento; ou eliminar a construção democrática e privatizar a direção da educação e da política educacional, impondo de forma autoritária os pressupostos vinculados a seu projeto societário. A partir do que foi discutido neste trabalho, verificamos que a nova direita brasileira atua a partir da segunda alternativa.

A partir dessa perspectiva, as principais propostas da nova direita para a educação que avançam no contexto do governo Bolsonaro são construídas em consonância com as duas pautas. Em síntese, propostas vinculadas ao projeto Escolas sem Partido e o combate ao marxismo cultural buscam, de modo autoritário e impositivo, cercear o trabalho docente e os conteúdos e currículos escolares, eliminando o caráter público da escola enquanto espaço de construção coletiva voltado à construção de um projeto societário democrático e de justiça social. O *homeschooling*, por sua vez, transfere à família, entidade privada, a direção e execução da educação, representando uma proposta individualista que privilegia a lógica de mérito, empreendedorismo e competitividade em nome do desenvolvimento de relações plurais, de reflexão e construção coletiva do conhecimento, além de impedir a convivência com a diversidade social e cultural. Já a proposta de militarização das escolas assume uma particularidade, pois os sujeitos que assumem a direção da educação são as corporações militares, que são instituições públicas. Ocorre, no entanto, que a definição de interesses e dos conteúdos não se dá por processos democráticos e coletivos, portanto, não se configura como público nos termos aqui discutidos. Ainda que as escolas se mantenham públicas, tratamos das

escolas cívico-militares como resultado da parceria público-privada, pois representa interesses de outra ordem.

Tudo isso evidencia o vínculo entre a análise da relação público-privado e as implicações para a democratização da educação. Diante do exposto, entendendo a escola como um espaço privilegiado para a aprendizagem da democracia, consideramos que a lógica neoliberal-neoconservadora, aplicada aos processos educacionais da forma como se pretende, “não prejudica apenas a efetivação da gestão democrática nas escolas, mas também coloca em risco a construção de um projeto de país mais democrático em todos os sentidos” (PERONI, 2015, p.30). Dessa forma, gera consequências não somente para a democratização da educação, mas dos direitos sociais em geral, pois os sujeitos aqui discutidos não apresentam nenhum compromisso com a justiça social ou a materialização de direitos (PERONI, 2016).

Novamente destacamos a vinculação entre relação entre projeto de educação e projeto de sociedade, que são aqui analisadas a partir da categoria de totalidade (LUKÁCS, 1979). Nesse sentido, a nova direita dedica-se, entre outras questões, ao impedimento da construção de valores democráticos no espaço escolar porque, representando os interesses do capital em promover uma educação que dê conta de produzir conformidades e consensos (MÉSZÁROS, 2008) que o favoreçam, reconhece que a educação democrática, emancipatória, crítica e questionadora é uma ferramenta potente para transgressão à ordem social vigente (LIMA, 2017). Por meio de seus projetos e propostas para a educação, que tem aproximações nos fundamentos e bases teóricas legados do neoliberalismo e neoconservadorismo, os sujeitos da nova direita buscam inserir um determinado conjunto de valores e princípios na educação pública, como o individualismo, a disciplina e a retidão moral, ao mesmo tempo em que se esforçam para eliminar valores dissonantes, colocando “em segundo plano toda preocupação democrática social com a igualdade, a democracia e as solidariedades sociais” (HARVEY, 2014, p. 190).

Os sujeitos individuais e coletivos (THOMPSON, 1981) que foram aqui discutidos, falam de diferentes lugares: de movimentos sociais, de entidades da sociedade civil, de espaços de mídia tradicionais e alternativos e até mesmo do governo federal, embora muitos atuem no cenário brasileiro desde antes do governo Bolsonaro, como representantes de um projeto de país que vem sendo construído desde o final da ditadura militar (CASIMIRO, 2016). A rede (figura 1) que apresenta

os sujeitos mapeados evidencia sua capacidade de interlocução e representa um indicativo de aliança entre os diferentes grupos. Certamente não são relações estáticas e estáveis e, em momentos de crise, tendem a se transformar em um ritmo ainda mais rápido, buscando alianças e forjando unidades improváveis com vistas a superação da crise (BIANCHI, 2013 apud SOUZA, 2016).

Diante disso, as redes elaboradas a partir dos elementos desta pesquisa podem rapidamente se tornar obsoletas se considerarmos apenas a disposição dos sujeitos, suas nomenclaturas e capacidade de influência, tomando-os isoladamente. Sujeitos individuais podem transitar por diferentes espaços, organizar-se com diferentes aliados. Movimentos e partidos podem deixar de existir, mudar de nome, assumir novas diretrizes e perspectivas políticas. *Sites, blogs* e canais na *internet* podem sair do ar. A nova direita, neste sentido, deve ser compreendida não apenas como um conjunto de sujeitos, mas como um conjunto de ideias; um ideário político, ideológico, teórico, essencialmente vinculado aos interesses materiais do capital e a luta por sua reprodução.

Jair Bolsonaro, dessa forma, assumindo o cargo de presidente da república, apresenta-se como sujeito central da nova direita porque neste momento detém instrumentos potentes para que esta avance na construção de seu projeto societário. Mas ele pode rapidamente deixar de sê-lo, se mostrar-se incapaz de representar os interesses que hoje representa. Por isso tratamos o governo Bolsonaro como um sujeito, mas também como um contexto em que a nova direita exerce influência sobre o poder executivo, como fez também no governo Temer, mas não conseguiu fazer – ao menos não com a mesma intensidade de agora – nos governos do Partido dos Trabalhadores. Além do poder executivo, a nova direita exerce influência sobre o poder legislativo e, para além dele, conforme abordamos nessa pesquisa, organiza-se em movimentos políticos, *think tanks*, entidades da sociedade civil e portais de comunicação e informação.

O mapeamento dos sujeitos, portanto, contribui para compreendermos como, neste momento particular, materializa-se o ideário da nova direita, entendendo-o não como uma abstração, mas como um projeto societário que é levado a cabo por sujeitos que atuam na correlação de forças, atravessados por interesses de classe.

Tratando-se de uma correlação de forças, este não é um processo estático e unilateral e, no momento atual⁵⁷, mostra-se favorável ao avanço de um projeto educativo que busca redefinir princípios da educação nacional e à noção de educação básica escolar consagrada pública, gratuita, obrigatória, igualitária, inclusiva e laica. As propostas da nova direita para a educação, portanto, redefinem os sentidos do público, impedem a construção de valores democráticos e a coletivização e impõem, de forma autoritária, pressupostos essenciais à construção de seu projeto societário, que é centrado no individualismo, na competição e na dissolução de laços de solidariedade social.

⁵⁷ A escrita dessa dissertação se encerrou no contexto da pandemia mundial do novo Coronavírus e pouco depois do segundo turno das eleições municipais. Embora o escopo do trabalho seja o contexto da política em âmbito federal, cabem alguns breves apontamentos em relação aos resultados do processo eleitoral das prefeituras e câmaras municipais, que aponta para algumas mudanças na correlação de forças e revela algumas contradições. As eleições 2020 foram marcadas por avanços em relação à vitória eleitoral de mulheres, negros e negras e pessoas LGBT em comparação com eleições anteriores, e pelo crescimento do PSOL, representado no número de vereadores e prefeitos eleitos pelo partido. O PT, em contrapartida, teve quedas em relação a 2016. Candidatos apoiados pelo presidente Jair Bolsonaro saíram enfraquecidos do processo eleitoral, o que aponta para um processo de arrefecimento do bolsonarismo, embora não à sua derrota. Foram as candidaturas do chamado “Centrão”, que aglutina partidos da direita como MDB, PP, PTB e DEM, que tiveram maior êxito na disputa eleitoral e “atestam a força do voto conservador, que parece ter retornado, neste momento, às alternativas mais tradicionais” (PILATTI, 2020, n.p.), de modo que “os vereadores delegados, capitães e representantes de forças repressivas mais conservadoras se fizeram presentes e não tiveram desempenho tão ruim” (SANTOS; FACHIN, 2020, n.p.). Parte dessas mudanças na correlação de forças se explica pela inoperância do governo federal em relação ao combate à pandemia da COVID-19 que chegou ao Brasil em fevereiro de 2020. Embora não tenha sido abordado nesta pesquisa, o contexto da maior crise sanitária do último século exerceu influências em todas as dimensões da vida social, atravessando o debate político, econômico e educacional de nosso país, agravando os efeitos da crise estrutural que ora se apresenta, com efeitos no acirramento das contradições do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Carlos Hugo. Análisis comparativo de cuatro estudios de caso sobre institutos de investigación de políticas (o think tanks) en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. In: WEYRAUCH, Vanessa (org.) **Acercando la investigación a las políticas públicas en América Latina: repensando los roles y desafíos para los institutos de investigación de políticas**. Buenos Aires: Fundación CIPPEC, 2009.

ALMEIDA, Adriano Pires de. **As políticas de juventude e as relações público-privado no âmbito do ProJovem Urbano**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luis de. Neoconservadorismo e Liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.

ALVES, Damares. **Dra Damares Alves: conheça a ministra dos direitos humanos de Bolsonaro**. 2018. 1 vídeo. Publicado pelo canal Jaufran Siqueira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L3Z6wUhl5Lk>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALVES, Damares. **Cerimônia de transição de cargo à Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves**. 2019. 1 vídeo. Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg. Acesso em: 17 out. 2020.

ALVES, Damares. Igreja, educação e direitos humanos: a trajetória da ministra Damares Alves. [entrevista concedida a] Revista Veredas. **Prospecta Estratégia Educacional**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.prospectaeducacional.com.br/igreja-educacao-e-direitos-humanos-a-trajetoria-da-ministra-damares-alves/>. Acesso em 17 out. 2020.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **RBPAE** - v. 35, n. 3, p. 633 - 647, set./dez. 2019.

AMARAL, Marina. A nova roupa da Direita. **Agência Pública**, 23 jun. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo [orgs.]. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANAJURE. Quem somos. Associação Nacional de Juristas Evangélicos. Disponível em: <https://anajure.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 28 out. 2020.

ANDES. **Governo Bolsonaro já interveio em pelo menos onze nomeações de reitores.** 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/2020/08/24/governo-bolsonaro-ja-interveio-em-pelo-menos-dez-nomeacoes-de-reitores/>. Acesso 30 ago. 2020.

ANED. ED no Brasil: Dados sobre educação domiciliar no Brasil. **Associação Nacional de Educação Domiciliar.** Disponível em: <https://www.aned.org.br/conheca/ed-no-brasil>. Acesso em 10 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda Política.** Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, v. 8, n. 1, p. 106-130. São Carlos, 2020

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Educação e a agenda liberal. **Instituto Millenium,** 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/educacao-e-a-agenda-liberal/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. Pela aliança liberal-conservadora. *Metapolítica Brasil*, 30 mar. 2019a. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/pela-alian%C3%A7a-liberal-conservadora>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. Reuni-me ontem c/ o Prof Marcelo Hermes Lima do movimento Docentes pela Liberdade. 2019b. Twitter: @ernestofaraujo, 13 jul. 2019b. Disponível em: https://twitter.com/ernestofaraujo?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em 11 mai. 2020.

ARAUJO, Stephane Silva; LEITE, Maria Cecilia Lorea. A defesa pela “liberdade de escolha” fortalecendo uma rede empresarial: o homeschooling brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014819, p. 1-20, 2020.

ASSIS, Lucia Maria; LIMA, Daniela da Costa. O campo das políticas educacionais brasileiras em compasso de espera: o que virá? **RBPAE.** v. 34, n. 3, p. 683 - 686, set./dez. 2018

ATLAS NETWORK. Students for Liberty plays strong role in free Brazil movement. **Atlas Network,** 1 abr. 2015. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>. Acesso em: 15 set. 2019.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A.:** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa, UEPG, 2014.

BARENBOIM, Igor; PESSOA, Ana Gabriela. Educação básica: alternativas para o Ensino. **Instituto Millenium**, 23 mar. 2007. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/pteducacao-bsica-alternativa-para-ensino/>. Acesso em 02 jun. 2020.

BOLETIM DA LIBERDADE. Fundação Índigo lança programação da Cúpula Conservadora das Américas. **Boletim da Liberdade**, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/13/fundacao-indigo-lanca-programacao-da-cupula-conservadora-das-americas/>. Acesso em: 30 out. 2020.

BOLETIM DA LIBERDADE. **Quem somos**. Boletim da Liberdade. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/quemsomos/>. Acesso em 30 out. 2020.

BOLSONARO, Jair Messias. Biografia. **Jair Bolsonaro 17**. 2018a. Disponível em: www.jairbolsonaro17.com.br/biografia. Acesso em: 24. fev. 2019.

BOLSONARO, Jair Messias. **Proposta de plano de governo: o caminho da prosperidade**. 2018b. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 09 out. 2020.

BOLSONARO, Jair Messias. **Fatos mais recentes e de interesse do nosso Brasil**. 2018c. 1 vídeo. Facebook: página Jair Bolsonaro, 9 nov. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=249737109031557&ref=watch_permalink. Acesso em: 16 set. 2019.

BRAIT, Daniele. Os protagonistas do Escola sem Partido. In: **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org). São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 161-165.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016a.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 193 de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, 2016b.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 2017a.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017b.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 5537 MC/AL**. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.537 Alagoas. Relator: Min. Roberto Barroso. Brasília, 2017c.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Carta às escolas**. 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73671&catid=222&Itemid=30035. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, 2019c.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 246 de 2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, 2019d.

BRASIL. Casa Civil. **Metas nacionais prioritárias**: agenda de 100 dias do 199 governo. 2019e. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-oplanalto/noticias/2019/01/governo-lanca-plano-com-35-metas-para-os-primeiros-100-dias>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores e Funções Comissionadas do Poder Executivo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 1-B, p. 6-20, 2 jan. 2019f.

BRASIL. **Decreto nº 9.940, de 24 de julho de 2019**. Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). Brasília, 2019g.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 2-3, 6 set. 2019h.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Básica. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, 2020.

BRASIL SEM MEDO. Política de privacidade. **Brasil sem Medo**. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/pages/privacidade/>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRUGNERA, Raquel. A direita não quer acabar com as universidades federais, ela quer salvá-las! **Jornal da Cidade Online**, 10 maio 2019. Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/14534/a-direita-nao-quer-acabar-com-as-universidades-federais-ela-quer-comanda-las>. Acesso em: 09 set. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. **Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica**. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. **Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família**. Brasília, 2019a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53988-integra.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar Mista em Defesa do *Homeschooling*. **Estatuto da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Homeschooling**. Brasília, 2019b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53980-integra.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil. **Estatuto da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil**. Brasília, 2019d. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54022-integra.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frente Parlamentar pelo Livre Mercado. **Estatuto**. Brasília, 2019e. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54016-integra.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Educação e Cultura. **Alfabetização infantil: os novos caminhos**. Relatório final. Brasília, 2019f. Disponível em: http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/alfabetizacao_infanti_novos_caminhos_gastao_vieira.pdf. Acesso em: 07 mai. 2020.

CAMINI, Lucia. **A gestão educacional e a relação entre entes federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 33-39.

CARVALHO, Olavo de. **Eu no governo?** 2018a. 1 vídeo. Publicado pelo canal Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wh9B4SCbWxl>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CARVALHO, Olavo de. **Como salvar a educação no Brasil.** 2018b. 1 vídeo. Publicado pelo canal Olavo de Carvalho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-ztc_j1VwQ0. Acesso em: 25 jun. 2020

CARVALHO, Olavo de. **Educação obrigatória.** 2019a. 1 vídeo. Publicado na plataforma Brasil Paralelo (conteúdo exclusivo para membros assinantes). Acesso em 22 jun. 2020

CARVALHO, Olavo de. **As nossas universidades foram instrumentalizadas.** 2019b. 1 vídeo. Publicado na plataforma Brasil Paralelo (acesso exclusivo para membros assinantes). Acesso em 22 jun. 2020.

CARVALHO, Olavo de. **O brasileiro não tem amor ao conhecimento.** 2019c. 1 vídeo. Publicado na plataforma Brasil Paralelo (acesso exclusivo para membros assinantes). Acesso em 22 jun. 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no Brasil:** aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política:** a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 41-45.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. O Fórum da Liberdade e a ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo. **Acesso Livre**, n. 11, jul-dez 2019. p. 8-24.

CASSIO, Fernando. Apresentação: desbarbarizar a educação. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2019. p. 15-23.

CECCHETTI, Elcio. TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em “xeque”: homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014816, p. 1-17, 2020.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. **Intelectuais da “nova direita” brasileira:** ideias, retórica e prática política. Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/qt/qt19>. Acesso em 30 out. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. In: **Filosofia política contemporânea:** controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. “**Menino já nasce menino, menina já nasce menina**”: fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o Plano Nacional de Educação brasileiro no período 2012-2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, 2017.

CONSTANTINO, Rodrigo. Plano Nacional de Doutrinação. **Instituto Millenium**, 06 abr. 2010. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/plano-nacional-de-doutrinacao/>. Acesso em 23 abr. 2020.

COSTIN, Cláudia. Uma base para aprender, construindo currículos para todos. **Instituto Millenium**, 08 abr. 2017. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/uma-base-para-aprender-construindo-curriculos-para-todos/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A “nova” fase do neoliberalismo. Outras Palavras, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Acesso em 29 ago. 2020.

DAUCHAS, Ivan. Precisamos de um gramscismo às avessas. **Instituto Liberal**, 12 ago. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/gramscismo-as-avessas/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

DEMIER, Felipe. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIAP. **Congresso mais conservador, renovação será pequena**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 09 fev. 2018a. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88266-diap-congresso-sera-mais-conservador-e-renovacao-pequena>. Acesso em: 30 ago. 2019.

DIAP. **Novo Congresso Nacional em Números**: 2019-2023. 2018b. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/65-novo-congresso-nacional-em-numeros-2019-2023/961-novo-congresso-nacional-em-numeros-2019-2023-2023>. Acesso em: 23 out. 2020.

DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. QUEIROZ, Antônio Augusto de (Coord.). Brasília: Diap, 2019b.

DIBAI, Priscilla Cabral. **A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2018.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DOCENTES PELA LIBERDADE. Quem somos. **Docentes pela Liberdade**. Disponível em: <https://dpl.org.br/institucional/quemsomos/>. Acesso em 20 out. 2020a.

DOCENTES PELA LIBERDADE. Metas. **Docentes pela Liberdade**. Disponível em: <https://dpl.org.br/>. Acesso em 20 out. 2020b.

ESCOLA SEM PARTIDO. Notificação Extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas. **Escola sem Partido**, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas/>. Acesso em 28 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Até agora, Jair Bolsonaro é o único candidato a Presidente da República a se comprometer publicamente**. Twitter @escolasempartid, 10 ago. 2018a. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1028007495988600833>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **A favor do Escola sem Partido só existe um candidato com chances de vencer: Jair Bolsonaro**. Twitter @escolasempartid, 11 set. 2018b. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1039503341259317248>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem disse que os alunos não têm direito de gravar as aulas?. **Escola sem Partido**, 03 out. 2019a. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/quem-disse-que-os-alunos-nao-tem-direito-de-gravar-as-aulas/>. Acesso em: 07 jun. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Escola sem Partido disponibiliza modelo de petição para garantir direito de gravar aulas. Escola sem Partido, 14 jan. 2019b. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/escola-sem-partido-disponibiliza-modelo-de-peticao-para-garantir-direito-de-gravar-aulas/>. Acesso em 07 jun. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Sobre nós. **Escola sem Partido**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 03 set. 2020a.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Bolsonaro deve estar satisfeito**. Twitter: @escolasempartid, 22 ago. 2020b. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1297198767020691456>. Acesso em: 28 out. 2020.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. I Colóquio A Pesquisa em trabalho, educação e Políticas Educacionais. Belém: UFPA, 2009.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Otto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (Orgs.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.4, p.906-926, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. MEC: mais do mesmo (ampliado). **Avaliação Educacional – Blog do Freitas**, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2019/04/08/mec-mais-do-mesmo-ampliado/>. Acesso em 20 jun. 2020.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Manifesto à nação**: o Brasil para os brasileiros. Brasília, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>. Acesso em 16 mai. 2020.

FONSECA, Joel Pinheiro da. Há doutrinação nas salas de aula? **Instituto Millenium**, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/ha-doutrinacao-nas-salas-de-aula/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

FONSECA, Joel Pinheiro da. O bicho-papão marxista. **Instituto Millenium**, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/o-bicho-papao-marxista/>. Acesso em 02 jun. 2020.

FÓRUM DA LIBERDADE. **Ideias para Brasil**: Alternativas para Educação com Eduardo Wolf. 2017. 1 vídeo. Publicado pelo canal Fórum da Liberdade. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gnK2vgMaG_M&list=PLyAUKophJ5VrgdohDBMV8CXAcWQSP5Taf&index=2. Acesso em: 02 jun. 2020.

FÓRUM DA LIBERDADE. Sobre o fórum. **Fórum da Liberdade**. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/home/sobre-o-forum/> Acesso em 03 ago. 2019.

GALLEGO, Esther Solano. Apresentação. In: GALLEGGO, Esther Solano (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 13-16.

GARCIA, Diego. Biografia. **Diego Garcia**. Disponível em: <https://www.diegogarciapr.com.br/biografia-2/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MONTEIRO, Joyce Pitz. Conflitos em torno do Ministério da Educação: está em curso uma crise de hegemonia? **Cadernos Do GPOSSHE** On-Line, v. 3, n. 2, 2020, p. 73-96.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica**: alternativas de mudança. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

G1. Entenda as polêmicas sobre os títulos acadêmicos do novo ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli. **G1**, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/29/entenda-as-polemicas-sobre-os-titulos-academicos-do-novo-ministro-da-educacao-carlos-alberto-decotelli.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2020.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

HERMES, Marcelo. **Docentes pela liberdade**. 2019a. 1 vídeo. Publicado na plataforma Brasil Paralelo (conteúdo exclusivo para membros assinantes). Acesso em 12 jun. 2020

HERMES, Marcelo. A reportagem abaixo é sobre o grupo que criamos, hoje em mais de 30 universidades e 20 estados do Brasil (mais o DF). Facebook: página Marcelo Hermes Lima, 11 mai. 2019b. Disponível em www.facebook.com/photo.php?fbid=3082967358383920&set=pb.100000120588344.-2207520000.&type=3. Acesso em 12 jun. 2020.

HOLIDAY, Fernando. **Fiscalização surpresa nas escolas**: de estrutura a doutrinação ideológica. 2017. 1 vídeo. Facebook: página Fernando Holiday, 03 abr. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/fernandoholiday/videos/1867982330106591>. Acesso em: 28 out. 2020.

IDEIAS RADICAIS. Institucional. **Ideias Radicais**. Disponível em: <https://ideiasradicais.com.br/institucional/>. Acesso em 30 out. 2020.

INSTITUTO CIDADE DE DEUS. Perguntas frequentes. **Instituto Cidade de Deus**. Disponível em: <https://editoracidadededeus.com/faq/#1484652030151-41d816a1-ec06>. Acesso em: 30 out. 2020.

INSTITUTO LIBERAL. Os sinais de que o marxismo cultural é o ópio da universidade contemporânea. **Instituto Liberal**, 29 ago. 2017. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/os-sinais-de-que-o-marxismo-cultural-e-o-opio-da-universidade-contemporanea/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

INSTITUTO LIBERAL. Como a educação no Brasil exerce coerção ao invés de educar para a liberdade. **Instituto Liberal**, 23 jan. 2018a. Disponível em:

<https://www.institutoliberal.org.br/blog/como-a-educacao-no-brasil-exerce-coercao-ao-inves-de-educar-para-a-liberdade/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

INSTITUTO LIBERAL. Por uma educação mais conservadora. **Instituto Liberal**, 27 set. 2018b. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/por-uma-educacao-mais-conservadora/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. Millenium Analisa. **Educação e Desenvolvimento: a formação do capital humano no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://educacao.institutomillennium.org.br/>. Acesso em 27 out. 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. IMil na sala de aula. **Instituto Millenium**. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/imil-na-sala-de-aula/>. Acesso em: 28 out. 2020.

JARDIM, Victoria. A crise da Educação no Rio Grande do Sul. **Fórum da Liberdade**. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/a-crise-da-educacao-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

JINKINGS, Ivana. **Apresentação**: O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo [orgs.]. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 11-14.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-140.

KATAGUIRI, Kim. Maria **Lydia entrevista Kim Kataguirí**, coord. nac. do Movimento Brasil Livre (MBL). 2015. 1 vídeo. Publicado pelo canal Jornal da Gazeta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Y8hWq6d0K4>. Acesso em: 28 out. 2020.

KATAGUIRI, Kim. **Fundamos a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado!**. 1 vídeo. Publicado pelo canal Kim Kataguirí, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kuOCB17X5JQ>. Acesso em: 28 de out. 2020.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!**: o retorno das direitas e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro, Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La pesadilla que no acaba nunca**. Barcelona: Gedisa, 2017.

LIMA, Paula Valim. **Escola sem sentido**: Implicações da Escola sem Partido para a democratização da educação pública. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

LIVRES. Nossa história. **Eu sou LIVRES**. Disponível em: <https://www.eusoulivres.org/sobre/>. Acesso em: 30 out. 2020.

LOBO, Daniel. A esquerda PISA na educação. **Editorial Movimento Brasil Conservador**, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://editorialmbc.com.br/a-esquerda-pisa-na-educacao/>. Acesso em 13 jun. 2020.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MAUAD, João Luiz. Proselitismo Covarde. Ou: a ignorância como arma de doutrinação ideológica. **Instituto Liberal**, 05 jan. 2016. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/proselitismo-covarde-ou-a-ignorancia-como-arma-de-doutrinacao-ideologica/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **RBPAE** - v. 35, n. 3, p. 689 - 699, set./dez. 2019.

MENDES, Valdelaine da Rosa; PERONI, Vera Maria Vidal. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 1, p. 65-88, 2020.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **RBPAE** - v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez. 2019

MENEZES, Dyelle; PERA, Guilherme. Escolas cívico-militares estarão em 23 estados e no Distrito Federal em 2020. **Escola Cívico-militar**, 21 nov. 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/65-escolas-civico-militares-estarao-em-23-estados-e-no-distrito-federal-em-2020>. Acesso em: 08 abr. 2020.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, vol. 32, núm. 3, 2017. p. 621-647.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008 (Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural necessita mudança estrutural**. Conferência de abertura do II Encontro de San Lazaro, Portugal, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, V. 07, n.15, p. 590-621, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MOLL NETO, Roberto. **Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

MOLL NETO, Roberto. **Imaginando o “outro” e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977-1992)**. 2015. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/ UNICAMP/PUC-SP, 2015.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** Editora SENAC: São Paulo, 2001.

MORAES, Reginaldo. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!:** o retorno das direitas e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR. Conheça o MBC. **Movimento Brasil Conservador**. Disponível em: <https://www.eusoumbc.org/sobre>. Acesso em: 28 out. 2020a.

MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR. Apresentação do Congresso Online MBC. **Movimento Brasil Conservador**, 2020b. Disponível em: <https://www.eusoumbc.org/congressoonline>. Acesso em: 13 jun. 2020.

MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR. **Veja o time incrível que o MBC reuniu**. 2020b. Twitter: @eusoumbc, 19 mai. 2020c. Disponível em: <https://twitter.com/eusoumbc/status/1262824823945920512?s=24>. Acesso em 28 out. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas aprovadas no primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015**. Disponível em: <https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 14 jun 2020.

NAGIB, Miguel. **Escola sem Partido segue firme, mais forte do que nunca!** 2019. Twitter: @escolasempartid, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1157097674740510725/photo/1>. Acesso em: 13 set. 2019.

NASCIMENTO, Leonardo *et.al.* “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.135-171.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Sillas Battasini. Privatização do ensino público. **Fórum da Liberdade**. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/privatizacao-do-ensino-publico/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

OLIVEIRA, Henrique. **Palestras: Movimento Brasil Conservador**. 1 vídeo, 2018. Publicado pelo canal Terça Livre TV. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U_M7Jno-jD4. Acesso em: 15 abr. 2020.

PALUDO, Conceição. Materialismo histórico dialético: relações trabalho educação, movimentos sociais e desafios para a pesquisa. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (Orgs.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

PANASIEWICZ, Roberlei. Fundamentalismo religioso: história e presença no cristianismo. In: ALBUQUERQUE, Eduardo Bastos (Org.) Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. Migrações e Imigrações das religiões. Assis: ABHR, 2008.

PENNA, Fernando de Araujo; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, Altemar de Costa; LEAL, Tito Barros (Orgs.). **Arquivos, documentos e ensino de história**: desafios contemporâneos. Fortaleza : EdUECE, 2017.

PERA, Guilherme. Governo federal lança programa para a implantação de escolas cívico-militares. Escola Cívico-militar, 05 set. 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/56-governo-federal-lanca-programa-para-a-implantacao-de-escolas-civico-militares>. Acesso em: 8 abr. 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A redefinição do papel do estado e a política educacional do Brasil dos anos 90**. 1999. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 15-34.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da Relação Público-privada para a Democratização da Educação**. Tese (Professor titular) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (Orgs.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 93-104.

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. LIMA, Paula Valim. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. LIMA, Paula Valim. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p.1-20, 2020.

PICOLI, Bruno Antonio. Homeschooling e os irrenunciáveis perigos da educação: reflexões sobre as possibilidades de educação sem escola no mundo plural a partir de Arendt, Biesta e Savater. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014535, p. 1-22, 2020.

PILATTI, Adriano. Eleições 2020: em meio à pandemia, crescimento do PSOL, derrota de Bolsonaro, vitória do Centrão e avanço de indígenas, negros, LGBTQ+. [Entrevista concedida a] SANTOS, João Vitor; FACHIN, Patrícia. **Instituto Humanitas Unisinos**, 17 nov. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/604699-eleicoes-2020-em-meio-a-pandemia-crescimento-do-psol-derrota-de-bolsonaro-vitoria-do-centrao-e-avanco-de-indigenas-negros-lgbtq-confira-algumas-analises>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PIRES, Breiller. Educação, o primeiro ‘front’ da guerra cultural do Governo Bolsonaro. **El País**, 05 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541112164_074588.html. Acesso em: 30 out. 2020.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana. Revista Virtual **Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Por que o hino nacional também é um problema. **Professores Contra o ESP**. 2019. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/2019/02/27/por-que-o-hino-nacional-tambem-e-um-problema/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

QUEM é Abraham Weintraub, o novo ministro da Educação do governo Bolsonaro. **BBC**. 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47859934>. Acesso em: 13 abr. 2020.

RACHEWSKY, Roberto. Sobre a escola pública e os Vouchers. **Instituto Liberal**, 05 out. 2018. 2018a. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/sobre-a-escola-publica-e-os-vouchers/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RACHEWSKY, Roberto. O que eu penso sobre o sistema de vouchers?. **Instituto Liberal**, 30 jul. 2018. 2018b. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-que-eu-penso-sobre-o-sistema-de-vouchers/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RACHEWSKY, Roberto. Alimentação e educação não devem ser determinadas pelo governo. **Instituto Liberal**, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/alimentacao-e-educacao-nao-deveriam-ser-determinadas-pelo-governo/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

RAMOS, Mozart Neves. Base Nacional Comum Curricular na prática. **Instituto Millenium**, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/base-nacional-comum-curricular-na-pratica/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

REBELLO, Hiago. Em resposta aos meus críticos: Por que insisto tanto no conservadorismo cultural?. **Instituto Liberal**, 02 jan. 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/em-resposta-aos-meus-criticos-por-que-insisto-tanto-no-conservadorismo-cultural/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

REQUIÃO, Roberto. **Para mudar o Brasil**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo [orgs.]. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 93-98.

RIBEIRO, Vera Masgão. Apresentação. In: **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!**: o retorno das direitas e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

ROCHA, Camila. Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Colloques, 2017.

ROCHA, Camila. “**Menos Marx, Mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2018.

ROSSI, Alexandre José. **Avanços e limites da política de combate à homofobia**: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do Programa Brasil Sem Homofobia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ROSSI, Alexandre José. **As políticas de diversidade na educação**: uma análise dos documentos finais das CONAEs, DCNs e PNE. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SANTOS, Renan. **5º Congresso Nacional** | O que é esse tal MBL 3.0?. 1 vídeo, 2019. Publicado pelo canal MBL – Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e2fzslPJmX0&list=PLIRUVGyk5qdSPKiw1--YiR2Ebbmxfu96V>. Acesso em 28 out. 2020.

SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p. 1-19, 2020.

SANTOS, João Vitor; FACHIN, Patrícia. Eleições 2020: em meio à pandemia, crescimento do PSOL, derrota de Bolsonaro, vitória do Centrão e avanço de indígenas, negros, LGBTQ+. **Instituto Humanitas Unisinos**, 17 nov. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/604699-eleicoes-2020-em-meio-a-pandemia-crescimento-do-psol-derrota-de-bolsonaro-vitoria-do-centrao-e-avanco-de-indigenas-negros-lgbtq-confira-algumas-analises>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SCHAEFER, Bruno Marques. Paulo Guedes e o (neo) liberalismo: apontamentos preliminares acerca da nova (velha) direita brasileira. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**. v. 4, n. 3, 2018. p. 97-121.

SCHÜLER, Fernando. Um desafio ao lobby da educação. **Instituto Millenium**, 22 dez. 2015. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/um-desafio-ao-lobby-da-educao-estatal/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro quer Sérgio Camargo de volta na presidência da Fundação Palmares. **Estado de Minas**, 13 dez. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/13/interna_politica,1108237/bolsonaro-quer-sergio-camargo-de-volta-na-presidencia-da-fundacao-palm.shtml. Acesso em: 12 jun. 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SPERANDIO, Luan. Por que o estado monopoliza a educação?. **Instituto Liberal**, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/por-que-estado-monopoliza-educacao/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL. **Nosso sonho? Ver casais gays protegendo seus filhos, propriedades e plantação de maconha armados**. 2016. Twitter: @SFLBrasil, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://twitter.com/sflbrasil/status/800831122846482432>. Acesso em: 01 jun. 2020.

STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL. Educação. **Students For Liberty Brazil**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://studentsforliberty.org/brazil/blog/livre-mercado/educacao/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

TÁVORA, Alberto. Quer proteger seu filho contra a Ideologia de Gênero?. **Instituto Plínio Corrêa de Oliveira**, 25 ago. 2015. Disponível em: <https://ipco.org.br/quer-protoger-seu-filho-contr-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

TERÇA LIVRE. Princípios editoriais. **Terça Livre**. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/principios-editoriais/>. Acesso em: 28 out. 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012, p. 75-286.

TORLAY, Bruna. A multidão de ideias sem fundo sobre educação. **Editorial Movimento Brasil Conservador**, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://editorialmbc.com.br/a-multidao-de-ideias-sem-fundo-sobre-educacao/>. Acesso em 13 jun. 2020.

TRIBUNA DIÁRIA. Colunistas. **Tribuna Diária**. Disponível em: <https://www.tribunadiaria.com.br/>. Acesso em 30 out. 2020.

TSE. Ata de Convenção FEDERAL do partido 17 – PSL. **Tribunal Superior Eleitoral**, 4 ago. 2018a. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-ata-de-convencao-realizada-dia-4-8-2018-psl>. Acesso em: 09 out. 2020.

TSE. Ata de Convenção FEDERAL do partido 17 – PSL. **Tribunal Superior Eleitoral**, 5 ago. 2018b. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-ata-de-convencao-realizada-dia-5-8-2018-psl>. Acesso em: 09 out. 2020.

TSE. Ata de Convenção FEDERAL do partido 17 – PSL. **Tribunal Superior Eleitoral**, 22 jul. 2018c. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-ata-de-convencao-psl>. Acesso em: 09 out. 2020.

UOL. Novo presidente da Fundação Palmares nega racismo e ataca negros famosos. Portal **UOL**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/27/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-racismo-e-ataca-negros-famosos.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

VALENTE, Rubens. Cotado para o MEC brigou com olavista para deixar administração de empresa. **UOL**, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/06/19/mec-ministerio-olavo-carvalho.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 out. 2020.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha? Pro-Posições vol.28 no.2 Campinas May/Aug. 2017.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; BOTO, Carlota. A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014654, p. 1-21, 2020.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. Um roteiro para o MEC. **Rocinante**, 7 nov. 2018. Disponível em <https://pensadordelamancha.blogspot.com/2018/11/>. Acesso em 15 set. 2020.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. **Cerimônia de transmissão de cargo ao Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez**. 2019. 1 vídeo. Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jTcqtKICNtg>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. O meu encontro com o pensamento brasileiro. **Revista de Geopolítica**, v. 11, nº 2, p. 1-24, abr./jun. de 2020.

VIEIRA, André de Holanda Padilha. **“ESCOLA? NÃO, OBRIGADO”**: Um retrato da homeschooling no Brasil. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2012.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: GALLEGU, Esther Solano (org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 91-96

WEINTRAUB, Abraham. **Painel Economia da Cúpula Conservadora das Américas**. 2018. 1 vídeo. Publicado pelo canal Cúpula Conservadora das Américas das Américas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4PQcEikkqTI>. Acesso em: 13 abr. 2019.

WEINTRAUB, Abraham. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Brasília, 15 ago. 2019a. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5940134985399027>. Acesso em: 15 ago. 2019.

WEINTRAUB, Abraham. **Entrevista exclusiva com o Min. Abraham Weintraub**. 2019b. 1 vídeo. Publicado pelo canal MBC – Movimento Brasil Conservador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VUL6NO0BorM>. Acesso em 15 jun. 2020.

WEINTRAUB, Abraham. **Ministro Abraham Weintraub em entrevista ao Brasil Sem Medo**. 2020. 1 vídeo. Publicado pelo canal Abraham Weintraub. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HS-hnsiSlvs>. Acesso em: 15 jun. 2020.

WENDLER, Juliane Moraes; FLACH, Simone de Fátima. Reflexões sobre a proposta de Educação Domiciliar no Brasil: o Projeto de Lei Nº 2401/2019. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014881, p. 1-13, 2020,

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZANATTA, Carolina. Associação de juristas evangélicos fundada por Damares Alves amplia lobby no governo. Agência Pública, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/06/associacao-de-juristas-evangelicos-fundada-por-damares-alves-amplia-lobby-no-governo/>. Acesso em: 20 out. 2020.

APÊNDICE A – Documentos analisados

Tipo de documento	Sujeito	Data de publicação	Referência
Texto - artigo	Instituto Millenium	14 mar. 2019	RAMOS, 2019
Texto – artigo	Instituto Millenium	30 nov. 2018	ARAUJO E OLIVEIRA, 2018
Texto – artigo	Instituto Millenium	27 mar. 2007	BARENBOIM; PESSOA, 2007
Texto – artigo	Instituto Millenium	06 abr. 2010	CONSTANTINO, 2010
Texto – artigo	Instituto Millenium	08 abr. 2017	COSTIN, 2017
Texto – artigo	Instituto Liberal	12 ago. 2015	DAUCHAS, 2015
Texto – artigo	Escola sem Partido	25 jul. 2015	ESCOLA SEM PARTIDO, 2015
Texto – artigo	Escola sem Partido	03 out. 2019	ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a
Texto – artigo	Escola sem Partido	14 jan. 2019	ESCOLA SEM PARTIDO, 2019b
Texto – artigo	Instituto Millenium	14 nov. 2018	FONSECA, 2018
Texto – artigo	Instituto Millenium	23 jan. 2019	FONSECA, 2019
Texto – artigo	Instituto Liberal	29 ago. 2017	INSTITUTO LIBERAL, 2017
Texto – artigo	Instituto Liberal	23 jan. 2018	INSTITUTO LIBERAL, 2018a
Texto – artigo	Instituto Liberal	27 set. 2018	INSTITUTO LIBERAL, 2018b
Texto – artigo	Fórum da Liberdade	Não datado	JARDIM, 2020
Texto – artigo	Movimento Brasil Conservador	03 dez. 2019	LOBO, 2019
Texto – artigo	Instituto Liberal	05 jan. 2016	MAUAD, 2016
Texto – artigo	Fórum da Liberdade	Não datado	NEVES, 2020
Texto – artigo	Instituto Liberal	05 out. 2018	RACHEWSKY, 2018a
Texto – artigo	Instituto Liberal	30 jul. 2018	RACHEWSKY, 2018b
Texto – artigo	Instituto Liberal	07 ago. 2019	RACHEWSKY, 2019
Texto – artigo	Instituto Liberal	02 jan. 2018	REBELLO, 2018

Texto – artigo	Instituto Millenium	22 dez. 2015	SCHÜLER, 2015
Texto – artigo	Instituto Liberal	19 out. 2017	SPERANDIO, 2017
Texto – artigo	Students For Liberty Brasil	27 nov. 2019	STUDENTES FOR LIBERTY BRASIL, 2019
Texto – artigo	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira	25 ago. 2015	TÁVORA, 2015
Texto – artigo	Movimento Brasil Conservador	11 jun. 2019	TORLAY, 2019
Texto – artigo científico	Ricardo Vélez	jun. 2020	VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2020
Texto – ata	PSL	4 jul. 2018	TSE, 2018a
Texto – ata	PSL	5 jul. 2018	TSE, 2018b
Texto – ata	PSL	22 jul. 2018	TSE, 2018c
Texto – carta	Ricardo Vélez	25 fev. 2019	BRASIL, 2019b
Texto – currículo	Abraham Weintraub	15 ago. 2019	WEINTRAUB, 2019a
Texto – decreto	Governo Bolsonaro	02 jan. 2019	BRASIL, 2019f
Texto – decreto	Governo Bolsonaro	05 set. 2019	BRASIL, 2019h
Texto – estatuto	Frente Parlamentar Evangélica	set. 2003	CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003
Texto – estatuto	Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família	mar. 2019	CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019a
Texto – estatuto	Frente Parlamentar Mista em Defesa do Homeschooling	21 mar. 2019	CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b
Texto – estatuto	Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil	09 abr. 2019	CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019d
Texto – estatuto	Frente Parlamentar pelo Livre Mercado	15 fev. 2019	CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019e
Texto – estudo	Instituto Millenium	2019	INSTITUTO MILLENIUM, 2019
Texto – manifesto	Frente Parlamentar Evangélica	24 out. 2018	FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018
Texto – manual	Governo Bolsonaro	Não datado	BRASIL, 2020
Texto – metas do governo	Governo Bolsonaro	23 jan. 2019	BRASIL, 2019e

Texto – notícia	Atlas Network, Students For Liberty Brazil e Movimento Brasil Livre	01 abr. 2015	ATLAS, 2015
Texto – notícia	Cúpula Conservadora das Américas	13 jul. 2018	BOLETIM DA LIBERDADE, 2018
Texto – plano de governo	Governo Bolsonaro	Não datado	BOLSONARO, 2018b
Texto – projeto de lei	Escola sem Partido	23 mar. 2015	BRASIL, 2015
Texto – projeto de lei	Escola sem Partido	03 mai. 2016	BRASIL, 2016b
Texto – projeto de lei	Escola sem Partido	02 fev. 2019	BRASIL, 2019d
Texto – propostas	Movimento Brasil Livre	2015	MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015
Texto – publicação do Facebook	Marcelo Hermes e Docentes pela Liberdade	11 mai. 2019	HERMES, 2019b
Texto – publicação em blog	Ernesto Araújo	30 mar. 2019	ARAÚJO, 2019a
Texto – publicação em blog	Ricardo Vélez	07 nov. 2018	VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2018
Texto – publicação no Twitter	Ernesto Araújo	13 jul. 2019	ARAÚJO, 2019b
Texto – publicação no Twitter	Escola sem Partido	10 ago. 2018	ESCOLA SEM PARTIDO, 2018a
Texto – publicação no Twitter	Escola sem Partido	11 set. 2018	ESCOLA SEM PARTIDO, 2018b
Texto – publicação no Twitter	Escola sem Partido	22 ago. 2020	ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b
Texto – publicação no Twitter	Miguel Nagib e Escola sem Partido	01 ago. 2019	NAGIB, 2019
Texto – publicação no Twitter	Students For Liberty Brasil	16 nov. 2016	STUDENTES FOR LIBERTY BRASIL, 2016
Texto – relatório	Câmara dos Deputados e Secretaria de Alfabetização	2019	CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019f
Texto – reportagem	Dameres Alves	26 ago. 2020	ALVES, 2020
Texto – reportagem	Marcelo Hermes e Docentes pela Liberdade	10 mai. 2019	BRUGNERA, 2019
Texto – site institucional	ANAJURE	Não datado	ANAJURE, 2020
Texto – site institucional	ANED	Não datado	ANED, 2020
Texto – site institucional	Boletim da Liberdade	Não datado	BOLETIM DA LIBERDADE, 2020
Texto – site institucional	Docentes pela Liberdade	Não datado	DOCENTES PELA LIBERDADE, 2020a

Texto – site institucional	Docentes pela Liberdade	Não datado	DOCENTES PELA LIBERDADE, 2020b
Texto – site institucional	Escola sem Partido	Não datado	ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a
Texto – site institucional	Fórum da Liberdade	Não datado	FÓRUM DA LIBERDADE, 2019
Texto – site institucional	Ideias Radicais	Não datado	IDEIAS RADICAIS, 2020
Texto – site institucional	Instituto Cidade de Deus	Não datado	INSTITUTO CIDADE DE DEUS, 2020
Texto – site institucional	Instituto Millenium	Não datado	INSTITUTO MILLENIUM, 2020
Texto – site institucional	LIVRES	Não datado	LIVRES, 2020
Texto – site institucional	Movimento Brasil Conservador	Não datado	MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, 2020a
Texto – site institucional	Movimento Brasil Conservador	Não datado	MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, 2020b
Texto – site institucional	Terça Livre	Não datado	TERÇA LIVRE, 2020
Texto – site institucional	Tribuna Diária	Não datado	TRIBUNA DIÁRIA, 2020
Texto – site oficial	Jair Bolsonaro	Não datado	BOLSONARO, 2018a
Texto – site oficial	Brasil Sem Medo	Não datado	BRASIL SEM MEDO, 2020
Texto – site oficial	Diego Garcia (Pode)	Não datado	GARCIA, 2020
Vídeo	Jair Bolsonaro	09 nov. 2018	BOLSONARO, 2018c
Vídeo	Olavo de Carvalho	05 nov. 2018	CARVALHO, 2018a
Vídeo	Olavo de Carvalho	20 ago. 2018	CARVALHO, 2018b
Vídeo	Fórum da Liberdade	17 abr. 2017	FÓRUM DA LIBERDADE, 2017
Vídeo	Fernando Holiday	03 abr. 2017	HOLIDAY, 2017
Vídeo	Frente Parlamentar do Livre Mercado	11 dez. 2018	KATAGUIRI, 2018
Vídeo – discurso	Damare Alves	15 jan. 2019	ALVES, 2019
Vídeo – discurso	Ricardo Vélez	15 jan. 2019	VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2019
Vídeo – entrevista	Damare Alves	12 mar. 2018	ALVES, 2018
Vídeo – entrevista	Olavo de Carvalho e Brasil Paralelo	2019	CARVALHO, 2019a

Vídeo – entrevista	Olavo de Carvalho e Brasil Paralelo	2019	CARVALHO, 2019b
Vídeo – entrevista	Olavo de Carvalho e Brasil Paralelo	2019	CARVALHO, 2019c
Vídeo – entrevista	Marcelo Hermes e Docentes pela Liberdade	2019	HERMES, 2019a
Vídeo – entrevista	Movimento Brasil Livre	24 mar. 2015	KATAGUIRI, 2015
Vídeo – entrevista	Abraham Weintraub e Movimento Brasil Conservador	01 nov. 2019	WEINTRAUB, 2019b
Vídeo – entrevista	Abraham Weintraub e Brasil sem Medo	16 mar. 2020	WEINTRAUB, 2020
Vídeo – palestra	Movimento Brasil Livre	02 dez. 2019	SANTOS, 2019
Vídeo – palestra	Abraham Weintraub Arthur Weintraub	08 dez. 2018	WEINTRAUB, 2018
Vídeo – palestras	Movimento Brasil Conservador	01 set. 2018	OLIVEIRA, 2018

APÊNDICE B – Artigos do IL sobre Educação

mês/ano	Título do artigo	Autor/Assinatura
dez/19	O alerta de Sandra Cavalcanti e Carlos Lacerda sobre Paulo Freire e a educação	Lucas Berlanza
dez/19	Haverá um plano neste governo para liberalizar a educação?	Roberto Rachewsky
dez/19	Não à pedagogia do oprimido, mas é urgente agir na educação!	Alex Pipkin
ago/19	Alimentação e educação não devem ser determinadas pelo governo	Roberto Rachewsky
jul/19	Produtividade, riqueza e qualidade da educação no Brasil	Vinícius Montgomery de Miranda
jul/19	A hora de lutar contra a opressão estatal na educação chegou	Roberto Rachewsky
mai/19	Explicando o “corte” na educação de uma forma que até militantes entenderão	Pedro Henrique Alves
mai/19	Recado ao governo Bolsonaro: previdência e educação não devem ser estatais	Roberto Rachewsky
mar/19	O governo não deveria se envolver com a educação	Roberto Rachewsky
nov/18	Anísio Teixeira: a preocupante fonte de inspiração do futuro Ministro da Educação	Roberto Rachewsky
nov/18	Nota oficial: Ministro da Educação	Instituto Liberal
nov/18	A educação pública estatal escraviza	Roberto Rachewsky
nov/18	A crise na educação brasileira por Hannah Arendt	Jocinei Godoy
set/18	Por uma educação mais conservadora	Instituto Liberal / Mateus Menezes do Nascimento
ago/18	STF e a Educação Domiciliar no Brasil	Luan Sperandio
jul/18	Educação no Brasil: Sim, doutor. Você é o co-autor do caos	Juliano Oliveira
fev/18	Por que é urgente separar o Estado da Educação?	Roberto Rachewsky
jan/18	Como a educação no Brasil exerce coerção ao invés de educar para a liberdade	Instituto Liberal / Pedro Henrique
jan/18	Soluções para a educação brasileira	Luan Sperandio
jan/18	O filme “Extraordinário” e o debate sobre Homeschooling (educação domiciliar)	Luan Sperandio
dez/17	Quando a educação evoluirá no Brasil?	Heitor Machado
out/17	Por que os brasileiros estão adotando cada vez mais a educação domiciliar?	Luan Sperandio
out/17	Por que o estado monopoliza a educação?	Luan Sperandio
ago/17	É preciso separar o governo da religião, da educação e da economia	Roberto Rachewsky

jul/17	Como a educação infantil pode ajudar a mudar o país?	Instituto Liberal / Sandra Luthemburg
mar/17	O judiciário brasileiro contra a livre educação	Sergio De Mello
mar/17	A falácia da educação pública, gratuita e de qualidade	Instituto Liberal / Aline Borges
nov/16	Uma solução liberal para o problema da educação no Brasil	Ivan Dauchas
out/16	O terrorismo vai à universidade: a educação salvará o mundo?	Thiago Kistenmacher
mar/16	A Educação Domiciliar deveria ser permitida no Brasil?	Luan Sperandio
dez/15	A educação ocupada por sujeitos desocupados – e algumas soluções	Bernardo Santoro
ago/15	Consertando a educação (III – Final)	Pedro Carleial
ago/15	Consertando a educação (II)	Pedro Carleial
ago/15	Consertando a Educação (I)	Pedro Carleial
jul/15	A educação como instrumento político	Instituto Liberal / Jenifer Castilho
jun/15	Educação para o empreendedorismo	Instituto Liberal / Estela Gayle
mai/15	Empreendedorismo muda mais vidas do que a educação	Bernardo Santoro
abr/15	Cheque-educação ganha maioria dos EUA: Nevada será o 26º estado	Ligia Filgueiras
mar/15	Inovação na Educação: a Conta-Poupança para o Ensino	Ligia Filgueiras
set/14	Desafios liberais para a educação	Instituto Liberal / André Assi Barreto
jul/14	Melhorar a Educação é um bom negócio	Roberto Barricelli / Heitor Machado
jul/14	Cheque-educação e escola pública autônoma	Ligia Filgueiras
jul/14	A falácia da falta de investimentos na educação	Roberto Barricelli / <i>Heitor Machado</i>
jul/14	Uma defesa liberal da Educação Familiar	Instituto Liberal / Heitor Machado
jun/14	Exemplo de civilidade e educação	João Luiz Mauad
mai/14	Porque uma privatização completa da educação não acabaria com os colégios públicos	Instituto Liberal / <i>Ivo Paulo S. Lima Jr</i>
mai/14	Solução para a questão da Educação no Brasil	Bernardo Santoro
mai/14	A solução para a questão da educação no Brasil	Bernardo Santoro
abr/14	Valesca e a educação liberal	Instituto Liberal / Pedro Vitor Souza
abr/14	Mais um plano de educação	Bernardo Santoro

abr/14	A educação além dos índices usados em campanhas políticas	Débora Góis
mar/14	Educação: Um assunto controverso	Bernardo Santoro
dez/13	História e futuro da educação superior no Brasil	Francisco Lacombe
nov/13	A educação e a meritocracia – IV	Bernardo Santoro
nov/13	A educação e a meritocracia – III	Bernardo Santoro
nov/13	A educação e a meritocracia – II	Bernardo Santoro
nov/13	A educação e a meritocracia – I	Bernardo Santoro
nov/13	Recursos públicos na educação	Instituto Liberal / Bernardo Santoro
nov/13	A educação e a meritocracia	Instituto Liberal / Francisco Lacombe
out/13	Gastos do país com manutenção dos políticos, Ministérios e CONIF superam investimentos diretos do Governo Federal em Educação	Instituto Liberal / Roberto Barricelli
out/13	Bolsa-família e vouchers na saúde e educação	Instituto Liberal / Bernardo Santoro
ago/13	Mais educação?	Instituto Liberal / Felipe Bastos Gurgel Silva
jul/13	Corrupção na educação	Instituto Liberal / Rodrigo Constantino
jul/13	Vale-educação: uma saída liberal	Instituto Liberal / Rodrigo Constantino

APÊNDICE C – Palestrantes do Congresso MBC em 2020

Palestrante	Descrição/Referência
Dom Bertrand Príncipe da Casa Imperial	Príncipe Imperial do Brasil, bisneto da Princesa Isabel, excelente escritor e conferencista
Eduardo Bolsonaro Deputado Federal	Deputado Federal mais votado da história do país pelo estado de SP, formado em direito e policial federal
Abraham Weintraub Ministro da Educação	Economista e mestre em administração, além de professor universitário é o atual Ministro da Educação
Arthur Weintraub Assessor Especial do PR	Professor de Direito da Unifesp. Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela USP. Pós-Doutor pela Unifesp
Allan dos Santos Jornalista/Professor	Professor de filosofia, fundador e jornalista do Terça Livre, o maior canal conservador do hemisfério sul
Carlos Nadalim Secretário de Alfabetização	Professor de filosofia com mestrado em Educação e atual secretário da alfabetização do ministério da educação
Sr. Sepúlveda Analista Político	Apresentador do Radar da Mídia no canal Terça Livre e escritor de diversos blogs
Fernando Melo Jornalista/ Comunicador	Fundador e âncora do Comunicação e Política, jornalista e professor de militância e conservadorismo
Paulo H. Araújo Palestrante/ Apresentador	Estudioso do movimento revolucionário e engenharia social. Monarquista por convicção e católico por devoção
Anderson C. Sandes Poeta / Pedagogo	Fundador e coordenador nacional do Movimento Brasil Conservador, graduado em pedagogia e poeta
Maurício Costa Coordenador Nacional do MBC	Fundador e coordenador nacional do Movimento Brasil Conservador, estudante de direito e filosofia
Henrique Oliveira Coordenador Nacional do MBC	Advogado, Fundador e coordenador nacional do Movimento Brasil Conservador
Daniel Silveira Deputado Federal	Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, policial militar e bacharel em direito.
Carlos Jordy Deputado Federal	Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, ex-vereador de Niterói e vice-líder do governo na Câmara
Rodolpho Loreto Influenciador / Apresentador	Influenciador nas redes sociais, compôs o programa Terça Livre Game Project e o canal Sentinela Católica
Luciano Oliver Escritor / Podcaster	Sub-editor e escritor do Senso Incomum e produtor do podcast Oliver Talk sobre literatura e filosofia
Ítalo Lorenzon Analista Político	Analista político do Terça-livre, o maior canal conservador do hemisfério sul, e especialista em geopolítica

Evandro Pontes Advogado	Advogado, Filólogo, Mestre e Doutor em Direito Societário pela USP, MBA pela BSP e Professor Doutor no Insper
Márcio Labre Dep. Federal	Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, projetista mecânico, empresário e jornalista
Fernando de Castro Redator	Correspondente do The Epoch Times no Brasil, redator do Brasil sem Medo, analista político e palestrante
Carlos Chaves Empresário / Gestor de Recursos	Formado em administração e pós-graduado em marketing, CEO e cofundador da Seival investimentos
Daniel Ferraz Influenciador	Produtor de conteúdo no youtube, compôs o programa contra revolução no Terça Livre
Ricardo Roveran Escritor / Jornalista	Estudante de artes, filosofia e ciências. Jornalista, crítico de arte e escritor do Portal Terça Livre
Rumbo Libertad Movimento	Movimento de libertação da Venezuela, formado em 2016 como forma de resistência à ditadura comunista no país
Kim Paim Cientista Político	Idealizador de um dos canais que mais cresce no youtube e especialista em organização de dossiês
Mayranne Almeida Palestrante	Palestrante, jornalista, especialista na formação de líderes políticos, gestora operacional da Aliança pelo Brasil
Ivan Kleber Jornalista	Repórter, Apresentador e Correspondente internacional em Londres para o canal Paulo H. Araújo
Brás Oscar Jornalista	Colunista e correspondente em Portugal para o Jornal Brasil Sem Medo e do programa Conexão Europa
Prof. Carlos Barros Advogado/Jornalista	Professor de Direito, advogado empresarial e eleitoral, jornalista e observador do mundo político e jurídico
Pedro Alaer Apresentador	Monarquista e Apresentador do programa Invasores no canal Terça Livre
Teff Ferrari Colunista/Podcaster	Psicóloga Organizacional, Pós-Graduada em Gestão Estratégica de Pessoas. Amante de Política e Filosofia.

ÍNDICE DE SUJEITOS

Abraham Weintraub, 68, 80, 81-83, 85, 90, 92, 97, 152, 153, 174
Adelaide de Oliveira, 146
Alan Rick, 90, 105, 156, 176
Alê Silva, 156
Alexandre Frota, 145
Alexis Fonteyne, 156
Aline Loretto, 161
Aline Sleutjes, 156
Allan dos Santos, 81, 149, 152
Ana Carolina Campagnolo, 90
ANAJURE, 87, 155
Anderson Sandes, 153
Anthony Ling, 137, 140
Arnaldo Barbosa de Lima Junior, 83
Arno Alcântara, 86, 87
Arthur do Val, 146
Arthur Weintraub, 153
Associação Brasileira de Defesa e Promoção da Educação Familiar, 10, 89, 182
Associação Nacional de Educação Domiciliar, 10, 89, 182
Associação Nacional de Juristas Evangélicos, 87, 155
Associação Nacional Ministério Público Pró-Sociedade, 156
Atlas Network, 114, 115, 127, 137, 140, 145
Bernardo Küster, 87
Bia Kicis, 98, 145, 153, 156
Boletim da Liberdade, 120
Brasil Paralelo, 87, 97, 126, 159, 161
Brasil sem Medo, 83, 87, 153
Bruna Luiza Becker, 105
Carla Zambelli, 98, 156
Carlos Bolsonaro, 82, 154
Carlos Jordy, 153, 156
Carlos Nadalim, 85, 86, 87, 153, 183
Carlos Vinícius Reis, 106
Caroline de Toni, 156
Celina Leão, 90
Chris Tonietto, 156, 176, 182
Cláudia Costin, 127, 133
Conferência de Ação Política Conservadora, 10, 97
Coronel Armando, 156
Cúpula Conservadora das Américas, 81, 82, 97
Damares Alves, 67, 87-90, 97, 103, 105, 155, 176, 181
Daniel Silveira, 149, 153

Déia e Tiba, 183
Dênia Magalhães, 161
Diego Garcia, 90, 104
Donald Trump, 21
Dr. Jaziel, 105
Ebnézer Maurilio Nogueira da Silva, 161
Edson Salomão, 152
Eduardo Bolsonaro, 81, 82, 97, 105, 153, 176
Enéias Reis, 156
Erivelton Santana, 90
Ernesto Araujo, 68, 97, 161, 219
Eros Biondini, 90
Escola sem Partido, 10, 18, 64, 75, 80, 88-90, 93, 122, 134, 142, 144, 145-148, 153-158, 165, 166, 168, 172
Fábio Ostermann, 137, 140
Felipe Francischini, 81
Fernando Holiday, 147, 156
Filipe Barros, 98
Filipe G. Martins, 97
Filipe Valerim, 87
Flávio Bolsonaro, 82, 149, 154
Flávio Morgenstern, 97
Fórum da Liberdade, 10, 125, 126, 127, 128, 129, 137
Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, 10, 87, 102
Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil, 10, 98, 106, 218
Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, 10, 98, 102, 218
Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*, 10, 98, 104, 105, 182
Frente Parlamentar Evangélica, 10, 87, 98, 100, 218
Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, 10, 98, 107, 218
Gabriel Menegale, 120
General Aléssio Ribeiro Souto, 159, 160
Geninho Zuliani, 177
Guilherme Fiuza, 93
Guilherme Schelb, 90, 155
Gurgel, 156
Hamilton Mourão, 61, 62, 66, 79
Hélio Lopes, 98
Henrique Oliveira, 149
Henrique Viana, 87
Homeschooling Brasil, 183
Hugo Legal, 90
Ideias Radicais, 120
Instituto Alfa e Beto, 133, 174
Instituto Cidade de Deus, 183
Instituto de Estudos Empresariais, 11, 119, 124, 125, 127, 128, 137
Instituto Indigo, 82, 97

Instituto Liberal, 11, 75, 77, 93, 114, 116, 118, 119, 122, 124, 127, 129, 132, 174
Instituto Millenium, 11, 71, 87, 93, 114, 116, 119, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 174
Instituto Mises, 116, 120, 127, 137
Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, 11, 90, 155
Intituto de Estudos Empresariais, 114
Iolene Lima, 78
Ítalo Lorenzon, 149, 152
Izalci Lucas, 90
Jair Bolsonaro, 15, 18, 20, 54, 61-65, 76, 82, 95, 98, 124, 147, 152, 157, 181, 183, 190
João Batista Araujo e Oliveira, 133, 174
Joice Hasselmann, 97, 156
Julian Lemos, 156
Juliano Torres, 140, 145
Kim Kataguirí, 97, 107, 140, 145, 149, 156
Laércio Fidelis Dias, 161
Leandro Ruschel, 87
Léo Motta, 156
Lincoln Portela, 105, 176
Lucas Berlanza, 120
Lucas Ferrugem, 87
Luis Vilar, 149
Luiz Felipe Pondé, 93, 127
Luiz Philippe de Orleans e Bragança, 61, 105, 156
Luiz Vilar, 152
Magno Malta, 87, 90
Major Vitor Hugo, 106
Marcel Van Hattem, 97, 105, 135
Marcelo Hermes de Lima, 159, 160, 161
Marcelo Reis, 145
Márcio Bittar, 90
Márcio Freyesleben, 156
Marco Antônio Villa, 93, 123
Marco Feliciano, 156
Maurício Costa, 153
MBL Estudantil, 148
Michel Temer, 19, 87
Miguel Nagib, 90, 134, 154, 156, 158
Milton Ribeiro, 68, 155
Movimento Brasil Conservador, 11, 82, 87, 142, 144, 149, 151, 152, 174
Movimento Brasil Livre, 11, 93, 98, 107, 127, 137, 140, 142, 144, 145-148, 156
Movimento Docentes pela Liberdade, 142, 144, 158, 159, 161
Movimento Revoltados Online, 12, 98, 142, 145, 156
Movimento Vem pra Rua, 142, 145
Nelson Barbudo, 156
Olavo de Carvalho, 68, 76, 77, 81, 82, 87, 90, 91, 93, 126

Onyx Lorenzoni, 80, 81, 126
Orley José da Silva, 90
Ottoni de Paula, 153
Pastor Eurico, 105, 177
Paulo Briguet, 87
Paulo Guedes, 67, 71, 72, 73, 81, 109, 127, 130, 160
Paulo Henrique Araújo, 152, 153
Pedro Rafael Azevedo, 120
Professora Dorinha, 105
Rafael Nogueira, 97
Raphaël Lima, 120
Raquel Cristina Brugnera, 159
Rede Liberdade, 116
Renan Santos, 149
Ricardo Machado Vieira, 78
Ricardo Salles, 127
Ricardo Vélez Rodríguez, 68
Ricardo Vélez Rodriguez, 68, 75-80, 85, 91
Rick Dias, 106
Roberto de Lucena, 90
Roberto Rachewsky, 119, 121, 132
Rodrigo Constantino, 93, 119, 127
Rodrigo Delmasso, 90
Rogério Chequer, 146
Rubens Barreto da Silva, 78
Ruth Kicis, 156
Sandra Faraj, 90
Sara Winter, 90
Senso Incomum, 153
Sérgio Camargo, 161
Sérgio Moro, 66, 127, 155
Silas Câmara, 100
Silvio Grimaldo, 87
Sóstenes Cavalcante, 156
Students For Liberty, 114
Students For Liberty Brasil, 13, 137, 139
Taiguara Fernandes, 97
Tenente Davi Lima Sousa, 106
Terça Livre, 149, 152, 153, 161
Tribuna Diária, 156
William Ling, 137
Winston Ling, 126, 137